

PORTVGALIA



# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XLI



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2020



# A PEÇA DE ARTE MÓVEL DA FREIXIOSA (MIRANDA DO DOURO-PORTUGAL). PRIMEIROS AVANÇOS NA SUA CONTEXTUALIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

**Maria de Jesus Sanches**

FLUP / CITCEM – UP  
mjsanches77@gmail.com

**Joana Castro Teixeira**

CITCEM – UP  
joanacastroteixeira@gmail.com

## **ABSTRACT**

The present text aims to make known a schist artefact engraved with abstract motifs according to a palaeolithic style. The artefact, deposited in the Natural History and Science Museum of the University of Porto (MHNC-UP), is from Freixiosa in Miranda do Douro county. Our aim is to describe and contextualize it in the scope of the regional rock and portable art dated from the ends of the Upper Palaeolithic to the Epipalaeolithic and also to establish possible connections to other Iberian areas as, for example, the Cantabria.

**Keywords:** Portable art; Upper Douro region; Iberia; Magdalenian; Epipalaeolithic.

## **RESUMO**

Este texto dá a conhecer uma peça de xisto, gravada com motivos abstratos, de estilística paleolítica, guardada no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto (MHNC-UP), sendo proveniente da Freixiosa, Miranda do Douro. Teve-se como objetivo a sua descrição e contextualização, no âmbito da arte rupestre e móvel do final do Paleolítico superior e do Epipaleolítico da região geográfica imediata (o Alto Douro português) e de outras áreas da Península Ibérica, nomeadamente da região Cantábrica.

**Palavras chave:** Arte móvel; Alto Douro; Península Ibérica; Magdalenense; Epipaleolítico.

## **PREÂMBULO**

A peça gravada de Freixiosa foi-nos dada a conhecer em 2018, através de duas fotos, por Dulcineia Pinto que a “encontrara” no conjunto de materiais armazenados do então Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, quando procedia à busca de material arqueológico exumado pelo Professor J. R. dos Santos Júnior durante as suas escavações em Picote, Miranda do Douro.

Cientes da importância da peça, solicitamos autorização para o seu estudo à Direção do atual Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto (MHNC-UP) – unidade museológica em que se fundiram todas as anteriores –, tendo sido observada pela primeira vez em março de 2019 e desenhada em janeiro de 2020.

Devemos assim agradecer a Dulcineia Pinto pela descoberta, e a Rita Gaspar, do MHNC-UP, pelas facilidades concedidas na logística para o decalque da peça e na disponibilização do laboratório de fotografia.

Da marcação aposta à face A da peça consta, em tinta branca, “53.03.01” e numa etiqueta em papel tinha escrito: “Freixiosa. M. do Douro”. Dadas as sequências de marcação do Museu, deduzimos que se trataria de uma entrada em 1953 (1 de março de 1953), de uma peça da Freixiosa-Miranda do Douro. De imediato procurámos nas publicações do Professor Santos Júnior do ano de 1953 ou posteriores, alguma notícia que se lhe referisse e nada encontramos. Por outro lado, os Diários do Professor Santos Júnior, guardados em Torre de Moncorvo, ainda se encontram lacrados. Continuávamos assim relativamente inseguras quanto à procedência pois, por um lado, “Freixiosa” tanto podia ser uma localidade, como um topónimo; por outro, a peça podia ter sido oferecida por alguém (um colecionador, por ex.) da aldeia da Freixiosa, sendo proveniente de algum outro local. Foi já em maio de 2020 que conseguimos obter novas informações através de Rui Leonardo – arqueólogo do Município de T. de Moncorvo – e Luís Pereira, do Centro de Memória da mesma vila, que nos informaram do estado dos Diários e amavelmente nos enviaram documentação crucial em tempo ainda de confinamento pelo COVID-19. Consta de uma nota à peça na publicação da correspondência entre J. Santos Júnior e António Maria Mourinho, feita por Maria Olinda Rodrigues Santana, onde Santos Júnior escreve “16-Setembro-953. Meu querido Amigo. Muito obrigado pela maneira como me recebeu. Só foi pena que não tivéssemos estado uns dias juntos para ir ver o guerreiro e fotografá-lo e ir ao penedo da Freixiosa onde apareceu a pedra de xisto com gravuras. Convinha localizar bem o sítio, não vá o homem que achou a pedra desaparecer e perde-se o ensejo de procurar esclarecer o assunto (...)” (SANTANA 2012:86).

Dado que esse achado e oferta ocorreu há mais de 60 anos, será necessária uma pesquisa demorada na Freixiosa (nas memórias dos que lá ainda vivem) e, ao mesmo tempo, desenvolver uma prospeção de campo bastante aturada para tentar encontrar o contexto da peça, o que pensamos levar a cabo a breve trecho. De igual modo pesquisaremos os Arquivos do centro de Estudos António Maria Mourinho, pois ainda não tivemos oportunidade de o fazer.

Este é assim, e ainda, um texto preliminar sobre a peça da Freixiosa – que por vezes denominaremos de placa/objeto de suspensão – dado que nos faltam elementos fulcrais relativos ao contexto. Ao mesmo tempo procuraremos realizar a fotogrametria de peça já que o acesso a ela se viu restringido no período em que redigíamos este trabalho.

Achamos, porém, desde já pertinente a sua publicação devido à sua originalidade formal e decorativa, num momento em que se avolumam os dados gráficos e cronológicos sobre arte móvel e rupestre do Paleolítico Superior e Epipaleolítico desta região da baixa bacia do Douro onde procuraremos, pela discussão, inscrever o objeto de suspensão da Freixiosa. Dessa idiosincrasia formal e decorativa realçamos desde logo o facto de que a peça contém em si um discurso graficamente planeado, que une e ao mesmo tempo distingue ambas as faces, usando os bordos de modo cuidado com entalhes suscetíveis de criar essa relação volumétrica e percetiva de artefacto unitário.

## **1. DESCRIÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

A peça foi conformada a partir de uma placa alongada e achatada de filito/xisto grauváquico, talvez já previamente polida pelas águas. Esta pré-forma foi ainda afeiçãoada e polida de modo que o objeto final tenha forma subelíptica, bordos convexos, sendo arredondada numa das extremidades e sub-retangular na outra (Fig. 3).

A orientação que assumimos para a peça – similar à de um objeto de suspensão – baseia-se na forma e nas duas linhas profundamente incisadas, paralelas entre si que, porque localizadas numa das suas extremidades de modo a rodearem a peça por ambas as faces, poderiam ter sido usadas para apoio a um fio. E de igual modo no grupo de chanfraduras profundas afetando os bordos na zona imediata a essas linhas, que agora denominamos de extremidade proximal (Fig. 2, C e D). Esta é a hipótese que nos parece a mais plausível e que metodologicamente valorizamos, embora saibamos que outros modos de uso, com outras orientações, fossem também possíveis, nomeadamente a sua anexação a uma estaca/ bastão rígido, quer na posição inversa da que apontamos, quer noutras. As chanfraduras próximas da extremidade distal podem efetivamente ser simultaneamente “decorativas” e funcionais, nessas outras ataduras possíveis.

O objeto encontra-se um pouco fraturado na extremidade proximal embora o seu comprimento não pareça ter sido significativamente truncado. Possui assim 30,6 cm de comprimento máximo, 9,5 cm de largura máxima e uma espessura média de 1,5 cm. Para efeitos de descrição as faces A e B foram escolhidas de modo aleatório (Fig. 3). Assim, a sua superfície apresenta-se tendencialmente mais aplanada na face A e um pouco mais côncava da face B. Este aspecto pode, contudo, relacionar-se com questões de conservação, porquanto nos parece que a superfície da face A se apresenta no geral corroída e na face B conservada. Com efeito, a face A, apresentando uma tonalidade acastanhada (de aspecto mais oxidado), exibe uma superfície mais rugosa de onde a “película” superficial, por certo meteorizada e mais polida, se parece ter corroído na sua quase totalidade, conservando-se mesmo assim na extremidade distal e numa reduzida área da extremidade proximal. A face B apresenta uma cor castanho-acinzentada e uma superfície bem polida que apresenta nalgumas áreas um brilho gorduroso bem como, noutras, algumas marcas de microabrasão, que admitimos relacionar-se com a sua manipulação e uso. Estas “marcas” podem, com efeito, remeter para o que d’Errico designou como “vida social dos objetos” (d’ERRICO 2007), testemunhando ciclos por vezes longos de manipulação, suspensão e transporte dos mesmos.

O objeto encontra-se gravado em ambas as superfícies configurando composições abstratas, compostas de figuras lineares obtidas exclusivamente com técnicas de incisão – fina e leve, nalguns casos, ou mais profunda, reiterada, e com perfil em “v”, noutras.

Na face A, a partir da extremidade proximal, e imediatamente abaixo das referidas incisões subparalelas horizontais que associamos à função de suspender, destacamos três signos verticais de tipo barbelado – o mais longo ramificado em ambas as extremidades e os outros dois, mais curtos, apenas numa delas (Fig. 2, A). Estes signos/idades gráficas podem integrar-se na chave S2 I ou J de Leroi-Gourhan ou na VIIa de Sauvet (SANCHIDRIÁN 2001[2005]: 99-100), quadro utilizado também, com algumas especificações e acrescentos, por A. Santos na descrição da arte paleolítica da bacia do Douro (SANTOS 2017, II: Fig. 2.4.). Ao lado direito destas figuras, um conjunto de incisões simples e finas, subparalelas às figuras anteriores, parecem destacar a verticalidade do objeto. A área relativamente central desta face é destacada por um alinhamento vertical de três grupos de linhas incisadas curtas, muito bem marcadas, paralelas entre si, de perfil em V e feição “fusi-forme” (Fig. 2, B). A sua configuração e alinhamento destacam-nas de modo evidente; as mesmas, pese o seu tamanho reduzido, remetem-nos, na técnica e organização, para os painéis com gravuras lineares profundas de tipo “unhadas do diabo” que têm sido por nós alvo de debate (SANCHES & TEIXEIRA 2017; 2020, no prelo). Ocorrem aqui em três grupos de quatro, três e quatro, respectivamente, incisões paralelas. À direita destes três conjuntos ocorrem ainda outros três grupos de três incisões paralelas, estas mais finas e menos marcadas. Os dois grupos inferiores, convergentes entre si, apresentam uma incisão mais profunda e similar entre si do que as do grupo anterior, parecendo sugerir que configuram um motivo. Além dos traços/figuras descritos, ocorrem pela superfície

algumas outras linhas curtas, pouco marcadas e dispersas. Na extremidade distal, duas linhas paralelas entre si e oblíquas relativamente à aresta da peça atingem aí o bordo da mesma e, não fosse a pequena lascagem do rebordo, poderiam ter continuidade nas duas linhas onduladas que na face B hão-de marcar longitudinalmente a peça.

Podemos dizer que todo este objecto possui um carácter fálico na sua forma/contorno e até nalguns aspetos da sua decoração, embora não na volumetria. Na extremidade distal da face B observam-se, de cada lado, simetricamente, alguns entalhes toscos que poderiam sugerir a glande e ainda um entalhe que marca a extremidade longitudinal distal da peça (visível em ambas as faces), insinuando o orifício uretral (Fig. 2, C). Na face A associam-se a este entalhe duas incisões paralelas que estabelecem a continuidade imagética com a face B na medida em que se prolongam por esta segundo duas linhas paralelas onduladas/serpentiniformes que percorrem grande parte do seu comprimento.

A face B é efetivamente marcada por esse par de linhas onduladas – que A. Santos (2017 II: 323, Fig. 2.4) inscreve na sua chave XIIIa – associadas a outras duas longas linhas – uma curvilínea (chave XIIIb de A. Santos, [Idem, *Ibidem*]) e outra retilínea que, percorrendo longitudinalmente a peça, definem, no seu conjunto, a organização básica dos motivos nesta face (Fig. 3). Estas linhas destacam-se pelo seu comprimento e, bem assim, pela sua dimensão na área da face B. Muito embora pareçam ter sido avivadas pelos achadores (talvez com instrumento aguçado) e mesmo marcadas com lápis branco cremos que o reavivamento destas linhas tenha somente decalcado os motivos antigos, não acrescentando motivos novos. Tal comprova-se, em primeiro lugar, pela continuidade, já referida, entre as linhas do extremo distal da face A e o par de linhas onduladas/serpentiniformes que, igualmente a partir do entalhe da extremidade distal se prolongam por quase todo o comprimento da face B. Por outro lado, ocupando toda a área central do objeto, e sobrepondo-se apenas a algumas linhas finas e dispersas, o conjunto de linhas onduladas/ retilíneas parece assumir-se como o eixo da composição além do que não se sobrepõem de modo evidente a nenhum outro motivo. Além destas linhas, a decoração da face B assenta em pequenos grupos de linhas finas paralelas, com menos impacte visual e não configurando outros motivos que sugiram particular destaque. Salientamos de entre estas somente quatro pares de linhas curtas, paralelas, associadas a outras mais finas que, compassadamente, marcam perpendicularmente a aresta esquerda do objeto nesta face. No topo destas ocorrem outros traços em posição longitudinal relativamente à peça. À semelhança do registado para a face A, a extremidade proximal da face B está marcada por duas linhas transversais que sugerem a função de suspensão da peça.

## 2. DISCUSSÃO

A peça da Freixiosa não tem, por ora, contexto arqueológico. Mesmo assim verificamos que tanto a forma como a organização decorativa de caráter geométrico-esquemático de ambas as faces, assim como os entalhes dos seus bordos, se conjugam no sentido de lhe conferir um “ar de família” relativamente à arte móvel do Paleolítico Superior, e particularmente à fase terminal deste. Relaciona-se também com a arte rupestre, como argumentaremos adiante. Todavia, porque não possui desenhos naturalistas – aqueles em cujo formalismo se tem baseado a construção de cronotipologias –, o nosso exercício integrador nunca poderá apontar um caminho único já que as “fórmulas abstratas” na arte paleolítica são frequentemente recorrentes ao longo do tempo.

A comparação mais imediata à escala do tamanho e do abstracionismo – repetição de riscos profundos e curtos, paralelos entre si e perpendiculares – encontra o seu mais próximo paralelo no seixo de gneisse de Les Eyzies-de-Tayac (abrigo de Laugerie-Haute, na Dordogne francesa)

(CLEYET-MERLE 2012: 677). Na realidade, e tal como acontece nestes casos onde o contexto arqueológico não está bem definido, a que se soma o abstracionismo, a ficha do Museu Nacional de Pre-história da Dordogne aponta somente como cronologia genérica o Protomagdalenense, evidenciando que se tratará de um artefacto relativo à “... fase primitiva del arte paleolítico..” (Idem, *Ibidem*), sem comparação evidente com a arte rupestre. Mesmo assim, em termos interpretativos, os autores parecem valorizar a da “numeração” (por comparação com peças aurignacenses da mesma natureza), numa linha explicativa que tem sido aventada por outros autores para casos similares, na sequência dos trabalhos de A. Marshack. Com efeito, este autor realizou um aturado estudo analítico das figuras esquemáticas unitárias, discretas – essencialmente riscos profundos, entalhes e covinhas – e agrupadas ritmicamente em artefactos em osso similares à peça da Freixiosa, isto é, tendo decoração diferente em cada uma das faces e bordos entalhados. Dizem respeito a todo o Paleolítico Superior, mas delas damos aqui somente dois exemplos: os do Abri Lartet (Gorge de l’Enfer-Dordogne), do Aurignacense, e os de Trou de Forges (Bruniquel), do Magdalenense final (MARSHACK 1971). Como se sabe, Marshack defende para estes artefactos, que considera não especificamente utilitários, mas de capital importância porque destinados a serem manuseados em cerimónias rituais, uma intenção relacionada com a numeração (notação), no âmbito da cognição e simbolização das comunidades paleolíticas (MARSHACK 1971:138). Baseia-se no facto de as séries de traços (e/ou covinhas) gravadas se organizarem segundo esquemas fixos, e onde a gravação mostra (através da análise microscópica) não somente uma progressão por somatório, formando séries, mas uma representação visual específica a cada unidade e/ou série. Esta última evidência denotaria que o conjunto da “decoração” não terá obedecido a um esquema decorativo singular, pré-determinado, para o conjunto da peça (MARSHACK 1971:139).

Independentemente da validade dos sistemas notativos de representação e contagem, chamados frequentemente à colação por outros autores (como UTRILLA *et alii* 2012:101) – na possível representação, por ex., de múltiplos de sete/calendários lunares de peças móveis do abrigo de Abautz (Navarra), das grutas de Tito Bustillo, la Guelga (Vale do Rio Sella, Asturias), La Garma, Chaves ou Peña de Estebanvela –, na peça da Freixiosa não foram ainda realizados estudos microscópicos nem de sequências operatórias que nos informem da progressão da gravação, parecendo esta obedecer, em cada face a um esquema organizativo geral, tal como adiantámos na descrição. Mesmo assim, a independência de vários dos entalhes laterais (que os franceses denominam de “encoches”) relativamente aos supostos atos de suspensão – pois não são simétricos – e, de igual modo, aos motivos gravados, particularmente os da face A e aqueles marginais da face B, admitem que fossem feitos ao longo do tempo. Cabe, no entanto, frisar, de acordo com Utrilla e colaboradores (UTRILLA *et alii* 2012:102), que os contextos dos sítios nomeados acima, para o caso dos pendentives, são datados do Magdalenense médio (Abautz, La Guelga, La Garga) e do Magdalenense superior inicial (Tito Bustillo), enquanto aqueles sobre osso longo (Chaves) ou pedra (Peña de Estebanvela,) se inserem no Magdalenense superior final. Assim, sem deixar cair em absoluto cronologias mais antigas, cremos que a peça da Freixiosa, quer pelos motivos gravados e suporte, quer pela área geográfica onde se insere, se enquadrará melhor no Magdalenense Superior (ou, porventura, já no Epipaleolítico), como veremos de seguida.

A peça/objeto de suspensão tem, como adiantámos, duas faces, sendo que consideramos que ambas pertencem a um mesmo período genérico, conformando-se como um objeto único com duas faces iconograficamente complementares. Ora, os motivos que dominam visualmente a face A – grupos de incisões retas, paralelas entre si, profundas e curtas e ainda barbelados –, não são os mesmos que dominam a face B – linhas onduladas e retas que percorrem longitudinalmente a peça

pelo seu eixo maior. Todavia, nesta face B existem ainda, como ponto de coincidência, agrupamentos de incisões curtas, por vezes paralelas entre si, por vezes cruzando-se ou formando “V”.

Uma vez que do ponto de vista geográfico a peça da Freixiosa provém do extremo ocidental da Meseta – na região conhecida como Planalto Mirandês, ou seja, numa área contígua ao *canyon* do rio Douro (Fig. 1, A) – deverá ser em primeiro lugar comparada com conjuntos de arte paleolítica desta região, nomeadamente do Alto Douro português (baixo Douro espanhol) e sua bacia hidrográfica imediata: Côa, Sabor, Águeda e Tua.

Porém, não é somente na arte móvel – sobretudo nas placas e seixos do Côa (Fariseu) e Sabor (Medal) – que, a nosso ver, devemos procurar enquadramento cronológico e estilístico pois que a arte rupestre e arte móvel ao exprimirem simbolismos, tradições e genealogias das mesmas comunidades, tem de igual modo grafismos partilhados, como diversos investigadores de arte paleolítica se têm esforçado por demonstrar através do estudo de ambos os tipos de contextos.

Assim, percorrendo os diversos painéis de Siega Verde (ALCOLEA & BALBIN 2006) e Côa, estes últimos pormenorizadamente apresentados na Tese de Doutoramento de André Santos (2017), verifica-se que desde as fases mais antigas, pré-magdalenenses, diversas unidades gráficas abstratas, ou chaves, acompanham/associam-se nos mesmos painéis a animais. Dado que na peça da Freixiosa podemos considerar somente de modo claro, na face A, os barbelados – chave VIIa –, e, na face B, as linhas sinuosas – chave XIIIb – e, sobretudo, os ondulados – chave XIIIa –, é sobre estas que nos debruçaremos. Com efeito, a identificação da chave XIIIb no Côa, ou noutros conjuntos com incisões finas, reveste-se, naturalmente, de grande subjetividade.

A chave XIIIb (linhas sinuosas) está presente em todos os conjuntos monumentais do Côa (Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira de Piscos, Canada do Inferno, V. José Esteves), mas a XIIIa é mais rara. Surge em 3 grupos incisos, verticais, paralelos entre si na Rocha 8 da Penascosa (SANTOS 2017: II, 76, Fig. 33), infelizmente sem associação física a qualquer dos animais aí representados (por picotagem) pois estes grupos de ondulados/serpentiniformes de 3, 7 e 11 linhas incisivas, ocupam a parte inferior do painel, juntamente com outras unidades abstratas (por sinal da chave VII), como se, talvez, tivesse havido a intenção de as separar dos animais. Deduzimos, complementarmente, que sejam simultaneamente de um período posterior àqueles. Contudo, na Rocha 5 do mesmo conjunto, são assumidas como “novidades” na atualização dos painéis, a associação da chave XIIIa a uma cabra montês, auroque e quadrupede, e uma da XIIIb a auroque, sendo tal “atualização” gráfica e simbólica atribuída ao Magdalenense (SANTOS 2017, I: 272; *Idem*, 2017, II, 70, Fig. 5). Na Rocha 8 do Fariseu associa-se a chave XIIIa, por sua vez, somente a outras unidades gráficas não figurativas (de entre as quais a VII) (SANTOS 2017, II: 322, Fig. 2.3) e, na rocha 10 do mesmo sítio, a um macho de cabra-montês atribuído ao Magdalenense (SANTOS 2017, 361, fig. 5.10). Aparece também em dispositivos atribuídos ao Magdalenense nas rochas 6, 8 e 27 de Piscos (SANTOS 2017, II: 113- Fig. 5.1; 354- Fig. 5.38; 356- Fig. 5.42).

Será de fazer notar que na Penascosa foi identificado um número substantivamente elevado de unidades gráficas não figurativas, pertencentes às nove chaves do Côa, embora muitas destas não se associem a qualquer animal, o que reitera a importância destes símbolos em conjuntos tão organizados como é o da Penascosa, onde as figuras começam a ser gravadas durante a fase compreendida entre o Gravetense e Solutrense médio, mas continuam no Magdalenense e Azilense (SANTOS 2017, I: 139 e 270).

De qualquer modo, no conjunto do Côa destaca-se a Rocha 14 da Foz do Côa (margem esquerda) no que à chave XIIIa se refere, quer pelo seu alto número, quer porque nos setores E, F, G surge acompanhada somente de um elevado número de chaves não figurativas (SANTOS 2017, I: 326 e 327).

A chave VIIa – barbelados e VIII – “arboriforme” – é mais frequente. Destacamos, pela sua semelhança com a Freixiosa os da Rocha 56 da Quinta da Barca, onde se associa a diversos animais da classe 2 e 3 (datáveis do Solutrense final ao Magdalenense superior) e ainda a outras chaves simples (SANTOS 2017, II: 60, Fig. 26). Merece também reparo a Rocha 4 de Vale de José Esteves onde grandes signos “arboriformes” ganham peso formal (e real) pelo seu inusitado tamanho e complexidade, sobretudo nos painéis C e D (SANTOS 2017, II: 272-273, Fig. 151 e 152), associando-se aí a animais integráveis no dispositivo Magdalenense (SANTOS 2017, I: 330).

São menos os paralelos que encontramos na arte móvel do Alto Douro, mesmo no excelente conjunto datado das placas e seixos do Fariseu (Côa). Em primeiro lugar, e mesmo considerando que muitas placas se encontram fragmentadas, estas parecem não terem tido um particular cuidado no tratamento dos bordos; em segundo, são de reduzido tamanho. Mesmo assim, dominam nas suas faces motivos abstratos, havendo algumas inteiramente preenchidas com motivos desta natureza (por ex., placas 16, 53, 61, 71, 72, 73, 75, 76, 78) (SANTOS *et alii* 2018: Fig. 6, 11, 12 e 13). Embora as linhas simples, onduladas (XIIIb) sejam aqui relativamente frequentes, somente se identifica a XIIIa – duplas, triplas, etc.– na placa 19, embora o estado de fragmentação da peça não garanta que se trata simplesmente de um motivo deste tipo (SANTOS *et alii* 2018: Fig. 6).

Este conjunto do Fariseu, que inclui animais com estilísticas muito específicas próprias dos tempos finiglaciares e da transição para o Holocénico, e, bem assim alguns antropomorfos, está datado por várias amostras de cerca dos 12.000 cal BP (SANTOS *et alii* 2018), e atribuído ao Azilense Recente.

Por sua vez, na Foz do Medal (Sabor, Mogadouro) os cerca de 1500 fragmentos de peças de xisto e grauvaque, maioritariamente da UE 1055 (unidade estratigráfica remobilizada), ainda se encontram em fase de remontagem, sendo de pequena dimensão (mais de 80% tem menos e 8cm de comp.) (FIGUEIREDO *et alii* 2014: 14). A maioria não tem tratamento de suportes, mas o relativamente reduzido número das que permitem remontagens deve relacionar-se, quanto a nós, predominantemente com a presença de motivos abstratos em detrimento dos naturalistas (zoomorfos e um antropomorfo). A cronologia atribuída à Unidade 1055 será anterior a  $12350 \pm 230$  BP (datação OSL)<sup>1</sup> (GAMEIRO *et alii* 2020). Inscrevendo-se genericamente no Tardiglacial (Magdalenense final) esta UE (e outras anteriores) não se encontram datadas com precisão, pelo que se aguardam novos estudos que as venham integrar cronologicamente, e que mostrem, simultaneamente, a estilística dos conjuntos abstratos com os quais, em suma, não podemos por ora comparar de modo estreito a peça da Freixiosa.

A face B da peça da Freixiosa – provida de linhas longas, predominantemente onduladas/serpentiniformes – se nos contextos imediatos, rupestres e móveis, do Côa encontra paralelos menos expressivos, o mesmo não acontece na região cantábrica. Nesta região um pouco mais distante os motivos com linhas onduladas, simples ou duplas paralelas, muitas vezes denominados de serpentiniformes (sendo que nalguns casos a sua terminação simula mesmo cabeças e, portanto, se tornam mais realistas), são relativamente frequentes, nomeadamente em artefactos provenientes de El Pendo, Ermittia e El Valle (BARANDIARAN 1972: lâminas 12, 14, 18 e 47) atribuídas ao Magdalenense Final (El Pendo e El Valle). No caso da peça de Ermittia, embora ela tenha sido atribuída ao Solutrense superior pelos escavadores da estação, Barandiaran considera que tipologicamente ela se inclui melhor no Magdalenense III ou IV, também presente nessa estação (BARANDIARAN 1972: 128). Destacamos ainda a particularidade de uma azagaia em El Pendo (PE42) (BARANDIARAN 1972: lâmina 18) que ostenta dois pares de linhas onduladas paralelas, interpretadas como duas serpentes afrontadas dado que neste caso as cabeças estão efetivamente sugeridas. Mas o curioso

1 Ou seja, aproximadamente anterior ao intervalo 13.280-11.410 calBP.

desta peça é que no lado oposto a temática gravada é composta de um conjunto de traços oblíquos paralelos. Esta dualidade entre serpentiformes (ou linhas onduladas) opostas a linhas oblíquas curtas paralelas não deixou de nos lembrar a relação entre a Face B e a Face A do nosso objeto. Ainda nesta estação de El Pendo, outra azagaia (PE50) (BARANDIARAN 1972: lâmina 12) apresenta uma associação, novamente de oposição, de motivos ondulados a uma “flecha estilizada” que em muito lembram os motivos barbelados da Face A da peça da Freixiosa. Note-se que os motivos à base de linha sinuosas múltiplas estão ainda presentes em Tito Bustillo – onde são atribuídos ao Magdalenense Superior Inicial dessa gruta (CORCHÓN 1986: 369) – e ainda em Aitzbitarte – onde se atribuem ao Solutrense Superior (CORCHÓN 1986: 272).

Além da região cantábrica também na arte móvel do levante espanhol encontramos paralelos para este motivo, desde logo em Parpalló (VILLAVARDE BONILLA 1994, II: Figs 190, 199, 200, 201, 207, 208, 218 e 219) embora aí predominem as associações múltiplas de linhas onduladas paralelas (mais que duas) denominadas de bandas de linhas paralelas serpentiformes, meandiformes ou quebradas (VILLAVARDE BONILLA 1994, I: 225), que parecem ter maior expressão nos níveis Magdalenenses (*Idem*: 253). Na Cueva de Nerja destacamos um seixo gravado com várias linhas onduladas que não deixa de lembrar, na organização dos motivos bem como na forma do objecto, a peça de Freixiosa, datando do Magdalenense Superior (SANCHIDRÁN, 2001[2005], pp. 171-172). Na Cueva dels Blaus foi também identificado um objeto cilíndrico em osso apresentando uma decoração linear na qual se destacam as linhas longitudinais onduladas e quebradas. Esta peça, tendo sido encontrada fora de contexto, pertencerá, contudo, às ocupações do Epipaleolítico microlaminar ou Magdalenense (escavadas nesta gruta) sendo que estilisticamente a enquadram melhor no Magdalenense (CASABÓ I BERNARD *et alii*. 1991).

### 3. CONCLUSÕES

A peça de xisto da Freixiosa, Miranda do Douro, gravada com motivos abstratos, de estilística paleolítica, e guardada no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto (MHNC-UP), não tem contexto arqueológico específico devido às condições do seu achamento e referência. Embora este seja ainda um estudo preliminar, achamos pertinente a sua publicação devido tanto à sua originalidade formal e decorativa, como à forma e grande tamanho. Com efeito, sendo simultaneamente um objeto gravado na extremidade proximal e, bem assim, lateralmente com encoches para, aparentemente, ser suspenso, poderíamos classifica-lo como (grande) objeto de suspensão. Sugere ainda uma forma fálica tanto pelo caráter oblongo e o contorno, como mesmo por peculiares aspetos da decoração, embora não pela volumetria. Distingue-se simultaneamente por exibir um “discurso” graficamente planeado, que une e ao mesmo tempo distingue ambas as faces (A e B), e utiliza cuidadosamente os bordos, polidos e entalhados, para sugerir uma relação volumétrica e perceptiva de artefacto unitário. É, portanto, uma peça muito cuidada.

Considerámos, a título de hipótese, que a peça da Freixiosa também poderia ter tido, além de outros usos, uma função notativa, na senda de Marshack, devido sobretudo à organização ritmada das incisões curtas da face A e aos entalhes laterais, onde alguns podem não ter tido uma função de suspensão. Porém, somente a realização de estudos microscópicos nos permitirão avançar nesta matéria.

Na integração cronológica e cultural da peça da Freixiosa atendemos em primeiro lugar à estilística, tarefa extremamente dificultada pela circunstância de os motivos geométricos e abstratos, por vezes pouco formalizados, terem acompanhado, tanto na arte rupestre como na arte móvel, todo o Paleolítico Superior (desde o Aurignacense) e Epipaleolítico.

Mesmo assim, sem deixarmos de considerar cronologias mais antigas, a formalização dos motivos da Freixiosa parece inscrever-se sobretudo no Magdalenense, período de verdadeira “explosão” da arte móvel sob diversos suportes em toda a região franco-cantábrica. Com efeito, se comparada a peça da Freixiosa com a arte móvel cantábrica, de que só adiantámos alguns exemplos, salta à vista a semelhança formal com peças desta região, sobretudo do Magdalenense Superior, no que se refere particularmente a uma certa autonomização dos elementos abstratos e sua organização, com tendência para a marcação do eixo longitudinal da peça, como acontece com as linhas onduladas/serpentiformes (por vezes serpentes subnaturalistas), entre outros motivos.

Por sua vez, na arte rupestre do Côa tais linhas serpentiformes/onduladas, sobretudo duplas, triplas, etc., são raras nos painéis e têm tendência para se associarem a setores das rochas que detêm sobretudo motivos abstratos (as nomeadas “chaves”), ou a motivos animalistas de estilo magdalenense, provavelmente do Magdalenense médio/superior. De igual modo, os “ramiformes” tem mais expressão neste período pelo que, se atendêssemos estreitamente às relações geográficas mais próximas, nos inclinaríamos para estas fases finais do Magdalenense.

Todavia, estes artefactos, sendo objetos móveis, podem ter tido grande circulação, mormente no contexto das relações intercomunitárias das sociedades de caçadores-recoletores, não nos repugnado assim que a peça da Freixiosa se possa vir a relacionar com a Cantábria ou mesmo Levante e Sul peninsular.

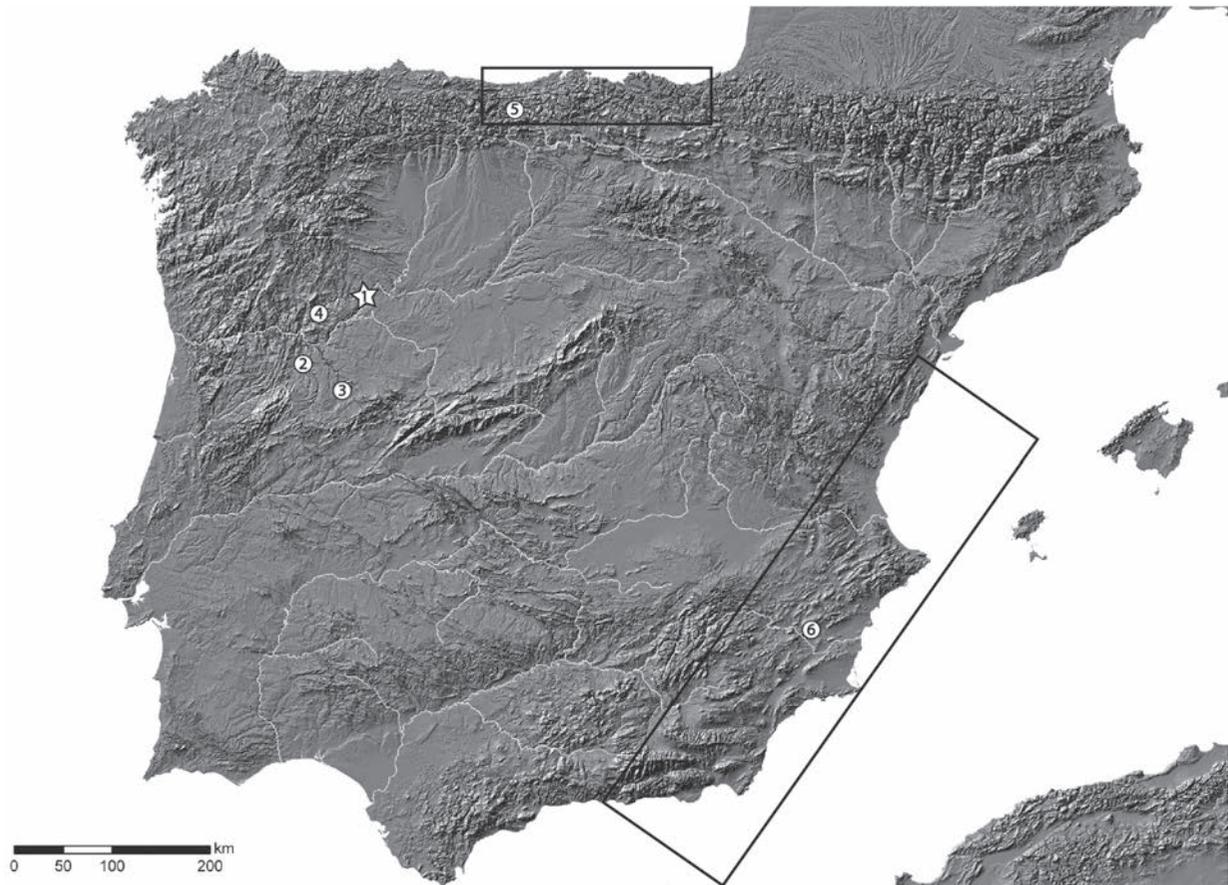
Temos esperança que uma aturada prospeção no local, ou mesmo abrangendo toda a área da Freixiosa, que pretendemos realizar a breve trecho, nos possa vir a fornecer alguns dados arqueológicos decisivos, de entre o elevado número dos que nos faltam.

As autoras pertencem ao Grupo de investigação Territórios e Paisagens do CITCEM, inserindo-se este trabalho no projeto UIDB/04059/2020 da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

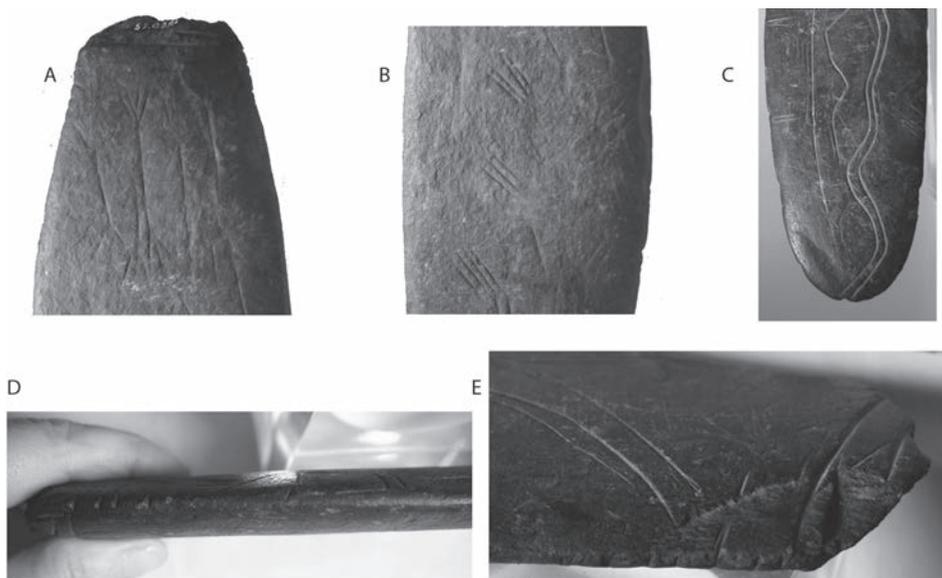
## BIBLIOGRAFIA

- ALCOLEA GONZÁLEZ, José Javier; BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (2006), *Arte paleolítico al aire libre. El yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca*, Junta de Castilla y León (Arqueología de Castilla y León, 16)
- BARANDIARAN MAESTU, Ignacio (1972), *Arte Mueble del Paleolítico Cantabrico*, *Monografías Arqueológicas*, XIV, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, Librería General
- CASABÓ I BERNARD, Josep A; GRANGEL NEBOT, Eladio; PORTELL I SAPINYA, Enric & ULLOA CHAMORRO, Pilar (1991), Nueva pieza de arte mueble Paleolítico en la provincia de Castellón, *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 24, pp. 131-136
- CLEYET-MERLE, Jean-Jacques (2012), Canto grabado (abrigo de Laugerie-Haute), In ESCOBAR, I. & RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, B. (coord.) *Arte sin Artistas, Una mirada al Paleolítico*, Museo Arqueológico Regional, Alcalá de Henares, Madrid, p. 677
- CORCHÓN RODRÍGUEZ, S. (1986), El Arte mueble paleolítico cantábrico: contexto y análisis interno, *Monografía*, 16, Centro de Investigación y Museo de Altamira, Madrid
- D'ERRICO, Francesco (2007), La vie sociale de l'art mobilier paléolithique. Manipulation, transport, suspension des objets en os, bois de cervidés, ivoire, *Oxford Journal of Archaeology*, 12(2), pp. 145-174

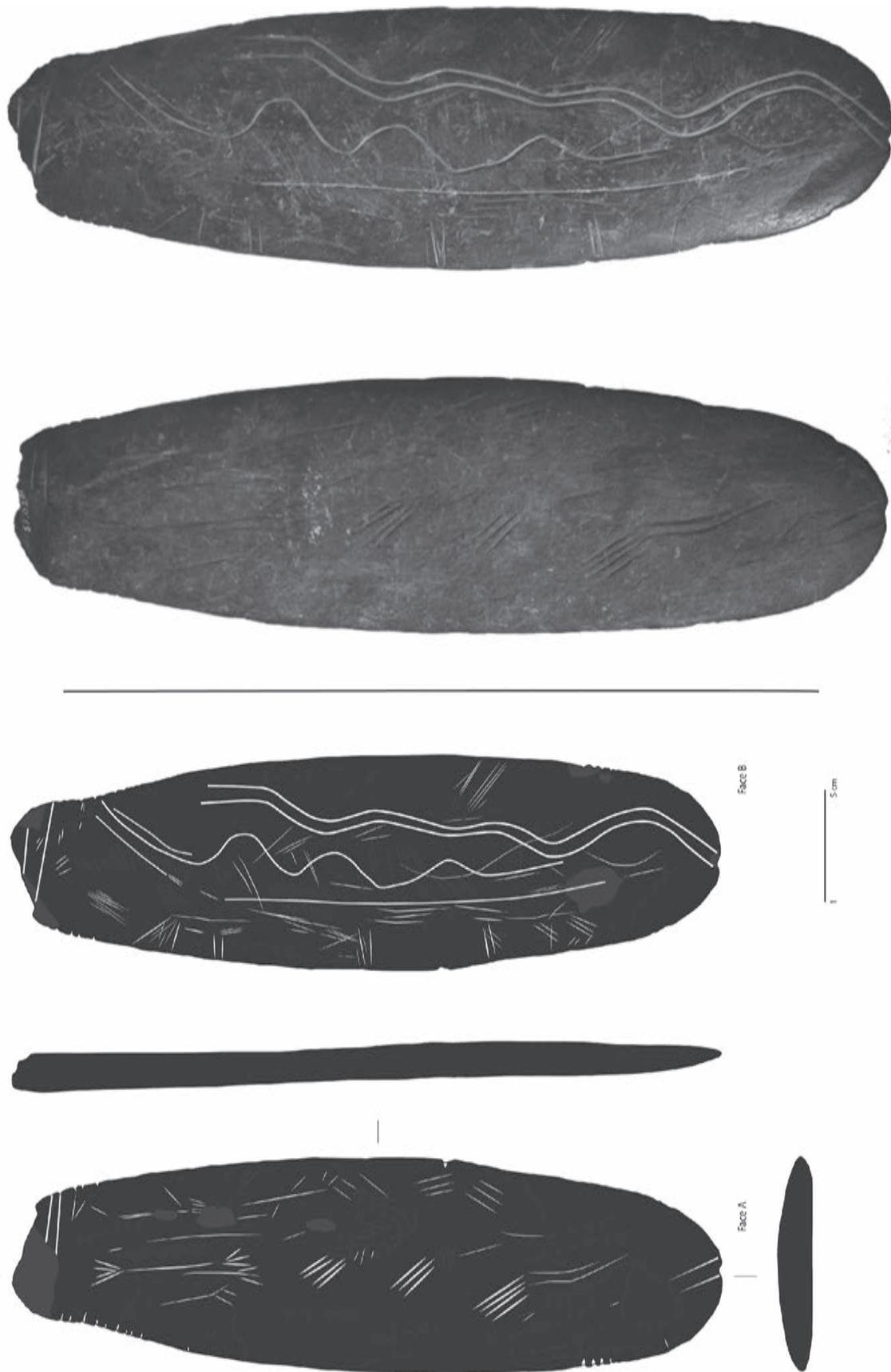
- FIGUEIREDO, Sofia; NOBRE, Luís; GASPAS, Rita; CARRONDO, Joana; CRISTO ROPER, Araceli; FERREIRA, Joana; SILVA, M.J.D & MOLINA, F.J. (2014), Terrasse de Foz do Metal, habitat de plein air Paléolithique avec art mobilier, *Inora*, 68, pp. 12-19
- GAMEIRO, Cristina; AUBRY, Thierry; ALMEIDA, Francisco; DIMUCCIO, Luca Antonio; GABRIEL, Sónia Marques; GASPAS, Rita; GOMES, Sérgio Alexandre; FÁBREGAS VALCARCE, Ramón; FIGUEIREDO, Sofia Catarina Soares De; MANZANO, Carmen; MARREIROS, João; OLIVEIRA, Cláudia; SANTOS, André Tomás; SILVA, Maria João; TERESO, João Pedro; XAVIER, Pedro (2020), Archaeology of the Pleistocene-Holocene transition in Portugal: Synthesis and prospects, *Quaternary International* doi: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2020.03.018>
- MARSHACK, Alexander, (1971), Upper Palaeolithic Engraved Pieces in the British Museum: A Comparative Analysis of Two Fragments by New Methods, *The British Museum Quarterly*, 35 (1/4), British Museum, pp. 137-145
- SANCHES, Maria de Jesus; TEIXEIRA, Joana Castro (2017), Abstract and subnaturalistic prehistoric rock art in the Trás-os-Montes and Alto Douro region of Portugal: the case study of Passadeiro rockshelter – Palaçoulo (Miranda do Douro), in BETTENCOURT, A. M.S.; SANTOS-ESTÉVEZ, M.; CARDOSO, D. e SAMPAIO, H. A. (coord), *Recorded places, experienced places. The holocene rock art of the Iberian atlantic margin*, Oxford, British Archaeological Series, Archeopress, pp. 29-38
- SANCHES, Maria de Jesus e TEIXEIRA, Joana Castro (2020 no prelo), From Mazouco to Foz do Tua and Passadeiro. Continuities and changes in hunter-gatherers and early farmers of the lower Douro river basin (Portugal) revealed through rock art, in SANTOS, André e AUBRY, Thierry (coords), *Arqueologia e História*, vol. 69, Associação dos Arqueólogos Portugueses
- SANCHIDRIAN, José Luis (2001 [2005]), *Manual de Arte Prehistórico*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.
- SANTOS, André Tomás (2017), *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento, policopiada)
- SANTOS, André Tomás; AUBRY, Thierry; BARBOSA, António Fernando; GARCÍA-DÍEZ, Marcos e SAMPAIO, Jorge Davide (2018), O Final do ciclo gráfico paleolítico do Vale do Côa: A arte móvel do Fariseu (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa), *Portvgalia, Nova Série*, 39, Porto, DCTP-FLUP, pp. 5-96
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (2012), *Correspondência de António Maria Moutinho e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1944-1990): organização, edição, notas e estudo*, Miranda do Douro
- UTRILLA, Pilar; DOMINGO, Rafael; MONTES, Lourdes; MAZO, Carlos; RODANÉS, José M.; BLASCO Fernanda e ALDAY, Alfonso (2012), The Ebro Basin in NE Spain: A crossroads during the Magdalenian, *Quaternary International*, 272-273, pp. 88-104
- VILLAVARDE BONILLA, Valentín (1994), *Arte paleolítico de la Cova del Parpaíló: estudio de la colección de plaquetas y cantos grabados y pintados*, Vol. I e II, Valencia, Diputació, Servei d'Investigación Prehistorica



**Fig. 1:** A – Mapa da Península Ibérica, localizando a aldeia da Freixiosa, os principais conjuntos do Alto Douro português e as regiões peninsulares mencionadas no texto: 1 – Freixiosa; 2 – Vale do Côa; 3 – Siega Verde (rio Águeda); 4 – Foz do Medal (rio Sabor); 5 – Região Cantábrica de País Basco; 6 – Região do Levante Peninsular.



**Fig. 2:** Detalhes da Peça. A – área proximal da face A onde se observam os signos barbelados; B – área central da face A onde se observam os conjuntos de pequenas incisões de feição fusiforme; C - Pormenor da face B da Peça da Freixiosa (metade distal), evidenciando-se a sua forma fálca; D e E – detalhe das incisões de tipo chanfradura nas arestas da peça, associadas a incisões transversais, na área proximal do objeto.



**Fig. 3:** Registo gráfico da Peça da Freixiosa: desenhos com levantamento por decalque direto dos seus grafismos e fotos (faces A e B).

# TRINTA ANOS DEPOIS: PARA ALÉM DO SÍTIO DE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO. RECINTOS MURADOS E DEPOSIÇÕES DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

**Susana Soares Lopes**

FLUP (Professora catedrática aposentada) / CEAACP – UC  
[susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com](mailto:susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com)

## ABSTRACT

This article describes the study and musealization of a late prehistoric walled enclosure located at the Portuguese Upper Douro: Castelo Velho de Freixo de Numão. From the excavation started in 1989, to the opening of the site in 2007, and the publishing of a global interpretative perspective in 2019, there have been thirty years of numerous archaeological actions. I aim to summarize those actions discussing their nature and diversity.

The main discovery in Castelo Velho was the identification of deposition contexts, assembling disparate materialities under different formal grammars. Such contexts date from the 3<sup>rd</sup> millennium, disappearing during the first half of the 2<sup>nd</sup> millennium BC. Deposition contexts, in association with other features, namely several narrow passages in the enclosure (probably used in successive opening and closing cycles) allowed interpreting the enclosure as a conditioned space hosting ceremonial practices during the 3<sup>rd</sup> millennium BC. Over this period, weren't observed architectural and/or contextual discontinuities, suggesting that the site was occupied in the light of the same social dynamics.

The main architectural elements of the enclosure remained active until the middle of the 2<sup>nd</sup> millennium BC. However, the traces of the occupations during this period are sparse and globally different from those of the 3<sup>rd</sup> millennium BC. Overall, the site was transformed into another place: an enclosed area, accessed only through a passage, connected to the Cogeces cultural world. The 2<sup>nd</sup> millennium BC enclosure was then a place with other social functions, whose cultural uniqueness still eludes us.

Within the several questions to be made in the investigation of Castelo Velho, it should be stand out this one: What may have been the cause(s) of the turning point that took place between the end of the 3<sup>rd</sup> and the beginning of the 2<sup>nd</sup> millennium BC? We shall also ask: Has this change occurred at a regional level, does it mirror a social transformation of the Chalcolithic communities in the Upper Douro region?

**Keywords:** walled enclosure; deposition; fragmentation; ritual; 3<sup>rd</sup>/2<sup>nd</sup> Millenia BC.

## RESUMO

O presente texto descreve o trajecto de estudo e musealização dum recinto do 3.<sup>o</sup> milénio/ primeira metade do 2.<sup>o</sup> milénio AC, localizado no Alto Douro português: Castelo Velho de Freixo de Numão. Desde as primeiras intervenções arqueológicas em 1989, passando pela abertura do lugar ao público em 2007, até à global revisitação interpretativa do sítio em 2019, ocorreram trinta anos de inúmeras acções arqueológicas, cuja natureza e diversidade foram alvo de enunciação neste texto.

A principal descoberta em Castelo Velho diz respeito à identificação de deposições intencionais de materialidades, de múltipla natureza e formalização contextual, deposições essas datáveis do 3.º milénio AC, as quais desapareceram na primeira metade do 2.º milénio AC. Tais deposições, articuladas com outros contextos, nomeadamente diversas passagens estreitas no recinto, passíveis de abertura e fechamento cíclicos, conduziram à hipótese interpretativa do recinto ter funcionado, ao longo do 3.º milénio AC, como um espaço condicionado, albergando acções de carácter cerimonial. Durante este amplo período não foram detectadas descontinuidades arquitectónicas e/ou contextuais, pelo que o recinto de Castelo Velho terá sido edificado nos inícios do 3.º milénio AC e ocupado, segundo o mesmo padrão, até finais do milénio.

Na passagem do 3.º para o 2.º milénio AC e até meados do 2.º milénio AC, embora a planta global do recinto tenha permanecido, os vestígios contextuais detectados eram esparsos, mas globalmente diferentes dos atribuídos, no local, ao 3.º milénio AC. De facto, tais vestígios apontaram para que o recinto do 2.º milénio AC se tenha transformado num outro lugar – um recinto fechado ao qual se acedia apenas através duma passagem – conectado, através da presença de vasos cerâmicos, com a ambiência cultural Cogeces. O recinto do 2.º milénio AC terá certamente correspondido a um lugar com outras funções sociais, cuja singularidade cultural ainda nos escapa.

Das muitas questões suscitadas pelo estudo de Castelo Velho ressalta uma: o que terá estado na origem da viragem operada no lugar entre finais do 3.º e inícios do 2.º milénio AC? Ao que, evidentemente, podemos acrescentar uma outra: tal viragem, para além da observada no lugar, terá ocorrido também a nível regional? Tal ruptura em Castelo Velho espelhará uma transformação de fundo, ao nível do Alto Douro, nas estruturas sociais de comunidades calcolíticas em trânsito para a Idade do Bronze?

**Palavras chave:** recinto murado; deposição; fragmentação; ritual; 3.º/2.º milénio AC.

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento do seu retorno” (Foucault, 1997 [1971]: 21).

## 1. AO ENCONTRO DO SÍTIO DE CASTELO VELHO

Nos finais de 1988 o então Serviço Regional da Zona Centro do IPPC solicitou a minha intervenção de emergência na estação arqueológica de Castelo Velho, situada na freguesia de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa. Tal estação havia sido objecto duma sondagem recente por parte do então vereador do pelouro do Património da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, António Sá Coixão, a qual tinha revelado estruturas e materiais considerados pré-históricos. Após uma visita ao SRAZC em Coimbra, durante a qual pude observar algum material cerâmico proveniente daquela sondagem, e sobretudo depois duma ida ao local de Castelo Velho em Janeiro de 1989, inteirei-me genericamente das características da estação e do seu potencial arqueológico. O interesse do sítio era óbvio. Estávamos perante um possível povoado calcolítico situado já a sul do Douro, mas integrável na mesma ambiência cultural do 3.º milénio AC do Norte de Portugal. De acordo com o SRAZC, António Sá Coixão e a Câmara Municipal de Foz Côa, projectei então realizar durante o mês de Setembro de 1989 uma primeira campanha de escavação, curta e prospectiva.

Em Setembro de 1989 viajei para Freixo de Numão, acompanhada duma pequena equipa, tendo a mesma ficado alojada na Junta de Freguesia da vila. A logística global associada a esta primeira intervenção (como aconteceria com todas as intervenções futuras) teve o apoio da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (ACDR) de Freixo de Numão, dirigida por António Sá Coixão.

## **2. O CICLO DE 1989 A 1994 E A PRIMEIRA INTERPRETAÇÃO (1993)**

Há trinta anos, nesse mês de Setembro de 1989, o morro de Castelo Velho ainda não tinha sido alvo da plantação de eucaliptos. Em Janeiro de 1990, no âmbito dum protocolo entre o IPPC e as empresas de celulose, uma equipa de arqueólogos do Estado (José Morais Arnaud, João Muralha Cardoso e Alexandra Estorninho) deslocou-se à região de Vila Nova de Foz Côa e negociou com a empresa CELBI a preservação do topo do morro de Castelo Velho. Assim, a área do cimo do monte (admitindo-se uma margem de 50 metros em torno da estação) foi salva de ser destruída, embora as vertentes médias – que supostamente já ficariam fora do sítio arqueológico – tenham começado a ser revolvidas em 1990 para a plantação de eucaliptos. Durante muitos anos o topo da estação ficou cercado por uma mata de eucaliptos, sinalizando a sobrevivência dum lugar pré-histórico no interior dum processo de transformação descontrolada da paisagem.

A partir de 1990, as intervenções em Castelo Velho passaram a estar inseridas num projecto de investigação de minha autoria.

Durante os primeiros cinco anos de estudo do sítio, li os muretes concêntricos, em torno do afloramento do topo, como “muralhas”, no quadro duma interpretação clássica que atribuía ao lugar a função de “fortificação” calcolítica e da Idade do Bronze (JORGE, 1993). Tal interpretação baseava-se na analogia com arquitecturas de altura globalmente similares, de cronologia calcolítica, existentes na Estremadura e Alentejo e, duma maneira geral, no sul da Península Ibérica. O deslumbre por ter identificado um “povoado fortificado” numa área tão setentrional é visível no texto de 1993. Contudo, nesta primeira publicação, a par da adopção dum olhar clássico, não me eximo de salientar a provável função também simbólica do lugar, deixando em aberto a confluência de outras funções sociais que importava explorar.

## **3. A INTERPRETAÇÃO DE 1994**

No final do ano de 1994 começava a descoberta/identificação pública das gravuras rupestres do Côa, a par dum processo social e político turbulento, que conduziria, em 1995, ao início do seu salvamento e preservação.

No começo desse ano de 1994, apresentara-me, na FLUP, a provas públicas de agregação. No âmbito da “lição” das referidas provas, havia escolhido partilhar Castelo Velho no contexto de sítios similares da Península Ibérica. Para além de historiar as diversas correntes teóricas que tinham classificado estes lugares como “fortificações”, propus-me inventariar os então 69 sítios publicados na Península Ibérica. De início, esta investigação não almejava desagregar as interpretações tradicionais. Tratava-se apenas de cartografar os “povoados fortificados” peninsulares, por forma a criar uma coreografia envolvente que desse sentido ao lugar particular que escavava desde 1989. Contudo, tal análise rapidamente demonstrou contradições insanáveis quanto à coerência do universo das ditas “fortificações” calcolíticas peninsulares. Este suposto universo analítico coerente desmembrava-se face à diversidade regional dos sítios no que respeitava a localizações e relações com a paisagem, cronologias de construção e tempos de uso, tipologias arquitectónicas e, eventualmente, funcionalidade de alguns contextos conhecidos. O conceito “fortificação”, erguido com base em comparações arquitectónicas sumárias, necessitava de ser reequacionado. Por outro lado, a esmagadora maioria destes sítios não tinha sido escavada em área, pelo que se desconhecia a natureza de grande parte de contextos/actividades/cenários que os lugares haviam albergado ao longo do tempo. Face à descoberta de que o campo operativo “fortificação” necessitava dum alargamento das variáveis em comparação, suspendi temporariamente a análise interna de Castelo Velho, e embrenhei-me em leituras que visavam a interpretação de recintos europeus desta fase

(BURGESS *et alii*, 1988; D'ANNA, GUTHERZ, 1989; BRADLEY, 1991,1993; BARRET, 1994). Por outro lado, é desta época o início do meu interesse por reflexões sobre antropologia do espaço, por forma a equacionar a correlação de arquitecturas, actividades e cenários (BOURDIEU, 1989, 1991; RAPOPORT, 1990, 1994; KENT, 1990a, 1990b).

Voltando ao sítio de Castelo Velho, e esforçando-me por ultrapassar o meu próprio preconceito, ao identificar muretes enquanto vestígios de muralhas (sem que, de facto, se tivesse encontrado em campo qualquer derrube pétreo que o justificasse), avancei em 1994 para uma interpretação de ampla escala: o recinto de Castelo Velho teria sido um “lugar monumentalizado”, funcionando como espaço polarizador de coesão social das comunidades locais (JORGE, 1994). Quando em plenas provas de agregação, Germán Delibes de Castro me questionou sobre as razões que me teriam feito mudar tão drasticamente de interpretação funcional do sítio, no espaço de poucos meses (entre 1993 e início de 1994), eu desenvolvi a argumentação que referi anteriormente. Mas sabia que só a descoberta de contextos específicos no interior do monumento me permitiria construir hipóteses, a uma escala intermédia, sobre a global funcionalidade do lugar.

E, no entanto, ao enunciar uma alternativa ao clássico “povoado fortificado”, rompia com um dos mais poderosos paradigmas interpretativos da Pré-História Recente da Península Ibérica. O silêncio que se seguiu por parte dum sector importante da comunidade arqueológica acusava uma curiosa resistência a qualquer alteração que implicasse debater a validade científica duma interpretação hegemónica para arquitecturas e contextos, identificados sistematicamente, ao longo do século 20, como inequívocos indicadores de aberto conflito social.

Em breve, a descoberta de contextos particulares em Castelo Velho, iria permitir não apenas aceder à singularidade do sítio, como reflectir sobre o papel dos recintos murados na construção do laço social das comunidades pré-históricas do 3.º milénio AC. Saliente-se, no entanto, que a posterior identificação desses contextos implicou uma deslocação do olhar. Como é óbvio, só se encontra o que se quer encontrar. Sem esse desejo trabalhado, passa-se por cima do relevante tomando-o como acessório ou mesmo inexistente.

“(…) as grandes mutações científicas podem ser lidas, por vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como o aparecimento de novas formas na vontade de verdade.” (Foucault, 1997 [1971]: 14).

#### **4. CASTELO VELHO E O CÔA**

A descoberta das gravuras rupestres do Côa em finais de 1994, e o processo de salvamento que se seguiu, obrigou-me a envolver activamente na luta nacional e internacional pela sua preservação.

No Verão de 1995, no Congresso Mundial de Arte Rupestre, em Turim, apresentei o recinto de Castelo Velho, no contexto de debate sobre a cronologia das gravuras. Nessa época havia que reverter a ideia, criada por especialistas de datações directas, de que as gravuras não possuíam uma real antiguidade paleolítica. Tal ideia, independentemente de não ser sustentável face às próprias gravuras, ignorava ostensivamente todo o conhecimento acumulado na região sobre a sua Pré-História Recente. Tendo como centro da comunicação o sítio de Castelo Velho, pretendeu-se demonstrar que há cinco mil anos viviam na região de Vila Nova de Foz Côa comunidades agro-pastoris, cujo comportamento social não se revia na iconografia predominante da arte do Côa. Castelo Velho surgia paradoxalmente como prova indirecta do que o Côa não podia ser um santuário de arte holocénica.

Hoje, à distância, parece inverosímil que a cronologia da arte paleolítica do Côa tenha sido sequer posta em causa.

Envolvida no processo de salvamento do Côa, e ainda em acções integradas na Campanha da Idade do Bronze do Conselho da Europa, suspendi, durante os anos de 1995 e 1996, as campanhas de escavação em Castelo Velho de Freixo de Numão.

Foram dois anos repletos de acontecimentos e de encontros com arqueólogos estrangeiros, nos mais diferentes cenários, que só aparentemente me afastaram de Castelo Velho. De facto, ao longo desse tempo, fui consolidando uma nova representação do sítio, antevendo a necessidade de voltar a ele munida de um novo olhar. Sabia ser inevitável redesenhar a estratégia de intervenção de campo, o que pressupunha também redefinir a dimensão e natureza do projecto de investigação de Castelo Velho.

## **5. DE 1997 A 2007: O QUE MUDOU**

### **5.1. Maior dimensão na intervenção de campo | Musealização de Castelo Velho**

Em primeiro lugar, mudou a qualidade e quantidade dos meios em campo. De 1997 a 1999, mercê de subsídios e apoios mais avultados, a equipa aumentou, integrando desenhadores, topógrafo, restauradores e ainda, em 97, uma antropóloga física. A área de escavação também cresceu consideravelmente nos últimos três anos do século 20.

De 2001 a 2007, o IPPAR (na sequência do sítio passar para a tutela do Estado e dada a localização contígua com o Parque Arqueológico do Côa), através do empenho do seu Presidente, Luís Calado, convidou-me para coordenar a execução dum projecto de estudo, valorização e divulgação do sítio, financiado pelo Estado. Nesse âmbito, realizaram-se, entre 2001 e 2003, amplas escavações no monumento (incluindo nas vertentes sul e oeste do morro), com equipas extensas (c. de 80 elementos em campo), inserindo topógrafo, desenhadores, restauradores e arqueólogos profissionais, para além de estudantes universitários nacionais e provenientes de múltiplos países de vários continentes. Este incremento na escala de escavação foi fundamental para a delimitação do monumento e a identificação de contextos que ajudaram a consubstanciar a interpretação sobre a natureza do lugar.

Durante os anos de 2001 a 2003, a convite do IPPAR, foi realizado um filme da autoria de Catarina Alves Costa, documentando os trabalhos de escavação em Castelo Velho.

Entre 2004 e 2006 o sítio foi restaurado e preparado para fruição pública. Numa área contígua foi ainda construído um Centro Interpretativo, projecto arquitectónico da autoria de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes (FAUP).

Em 2007, o lugar musealizado foi aberto formalmente ao público, destacando-se, nesse evento, a presença de todos os que estiveram directamente ligados ao processo de estudo e valorização do lugar, a de António Sá Coixão (ACDR), a do então Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, Emílio Mesquita, e a do Secretário de Estado da Cultura daquela época, Mário Vieira de Carvalho.

Tinham passado dezoito anos desde a primeira sondagem de emergência em 1989, a pedido dos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro do então IPPC.

Dezoito anos em que as múltiplas mudanças operadas na percepção do lugar, tinham sido acompanhadas por descobertas arqueológicas extraordinárias no rio Côa, e por apreciáveis transformações nas estruturas do Estado relacionadas com a protecção do património arqueológico.

## 5.2. Deposições em Castelo Velho

Em 1997 foi escavada uma estrutura pétrica, de conteúdo preservado, localizada, a oeste, na plataforma intermédia. O minucioso registo de campo permitiu confirmar, em gabinete, o que se suspeitara em escavação: estávamos perante uma deposição intencional, constituída por cinco níveis, contendo abundantes fragmentos cerâmicos, um pequeno vaso inteiro, pesos de tear (inteiros e fragmentados), um fragmento de moinho manual, uma conta de colar, lajes de xisto e ainda a deposição de ossos humanos desconectados e outros em conexão anatómica, para além de restos de fauna (JORGE 1998; JORGE, *et alii*, 1998-1999). Em gabinete descobria-se também que a esmagadora maioria dos fragmentos cerâmicos não colava entre si. Tinham ali sido depositados enquanto fragmentos seleccionados, como os restantes elementos da deposição. O estudo antropológico (ANTUNES, CUNHA, 1998), correlacionado com a análise arqueológica, permitia-nos falar numa deposição intencional de ossos humanos de 8 a 10 indivíduos de ambos os sexos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos). Se, por um lado, ocorriam ossos intencionalmente misturados, por outro, sobressaíam ossos em conexão anatómica, podendo, neste caso, detectar-se a correlação de partes do esqueleto axial e apendicular de um indivíduo do sexo feminino, entre 18 e 20 anos. Ou seja, estávamos perante uma deposição complexa que revelava a manipulação do esqueleto e do corpo humanos, a par da selecção de outras materialidades também intencionalmente fragmentadas. A referida deposição, através da alternância entre o que se mostrava e o que se ocultava, jogava intencionalmente com fragmentos de “coisas”: fragmentos de vasos cerâmicos, pesos de tear, fragmentos de ossos humanos e de animais, e ainda partes do tronco dum corpo humano. Excepção a este padrão de fragmentação, a ocorrência dum pequeno vasinho inteiro, liso, ao lado de ossos humanos em conexão anatómica.

Era a primeira vez, tanto em Castelo Velho, como em outros sítios conhecidos da Pré-história Recente peninsular, que se identificava uma deposição intencional não conectada com contextos sepulcrais clássicos ou depósitos metálicos. Por outro lado, esta deposição lidava com algo inteiramente novo na bibliografia da Pré-história Recente peninsular: a fragmentação intencional e escolhida de materialidades. Estas haviam sido fragmentadas algures antes da entrada na estrutura pétrica, e, uma vez nela, tinham-se desvinculado das totalidades a que haviam pertencido, surgindo necessariamente reconfiguradas.

Desde o início, interpretei este contexto invulgar como “ritual”, ainda que ao longo do tempo tenha reflectido sobre a operacionalidade deste conceito, quando aplicado ao passado do 3.º milénio AC.

Até ao momento da escavação da estrutura ritual com ossos humanos em Castelo Velho, o único contexto escavado, que se aproximava vagamente da dita deposição, era uma concentração *in situ* de 27 pesos de tear, encontrada no interior do recinto, no seu lado oeste. Mas este conjunto não se encontrava delimitado por qualquer estrutura pétrica. Mais tarde, tal concentração seria estudada, no quadro da problematização das “deposições” do monumento, enfatizando-se o papel dos pesos de tear como mediadores de sentido: depositados no interior de muretes e de estruturas, ou associados à fundação ou condenação de contextos de tipologia variada (GOMES, 2003).

Entre 1998 e 2003, período em que se escavou em área todo o monumento, encontraram-se várias deposições intencionais, de tipologias formais muito variadas.

Uma dessas deposições ocupava uma estrutura pétrica sub-rectangular, localizada no interior do recinto, encostada ao murete delimitador e confinando com uma das principais passagens a oeste. A estrutura integrava um conteúdo preservado e encontrava-se selada, tal como a estrutura com ossos humanos. Tratava-se numa deposição, em seis momentos sucessivos, associando, alterna-

damente, ou simultaneamente, fragmentos de grandes vasos cerâmicos, que maioritariamente não colavam entre si, e ainda sementes carbonizadas de cereal. As sementes, agrupadas em pequenos nichos pétreos, ou situadas sobre fragmentos cerâmicos, ou ainda isoladas, tinham sido queimadas no exterior da estrutura. Tratava-se dum conjunto constituído por muitos milhares de sementes de trigo, estando ainda presente cevada e papoila de ópio (JORGE, 2002; BAPTISTA, 2003; FIGUEIRAL, JORGE, 2008; FIGUEIRAL, 2019). Os fragmentos cerâmicos (ao contrário do que acontecia na estrutura de ossos humanos), eram de grandes dimensões, e originalmente teriam feito parte de vasos ovóides de grande porte.

No interior do recinto foram ainda identificadas outras deposições intencionais, com características formais variadas: – num nicho pétreo, localizado numa das passagens virada a norte, foi identificado um vaso ali intencionalmente depositado incompleto e coberto com pedras (JORGE, 2002; BAPTISTA, 2003); – numa pequena estrutura pétreo fechada (inserida numa outra mais ampla associada a materiais metálicos) descobriu-se um machado de cobre inteiro coberto com pedras (JORGE, 2002; BOTTAINI *et alii*, 2019); – sob uma das estruturas pétreas junto à plataforma pétreo central (ou base de “torre”), e no interior duma fossa, que lhe era subjacente, descobriram-se fragmentos de moinhos manuais e rebolos em granito; – numa das passagens do recinto virada a nordeste, o seu fechamento foi realizado através da deposição intencional de grandes fragmentos de moinhos manuais de granito; – numa outra passagem, virada a noroeste, o seu fechamento ou condenação implicou, num dado momento, a construção duma lareira, rodeada por fragmentos cerâmicos ali intencionalmente depositados, que foram colmatados com lajes de xisto, antes desta passagem ser completamente dissimulada (OLIVEIRA, 2003; MCFAYDEN, 2016).

Fora do recinto também se encontraram deposições intencionais: quer através da inserção de vasilhinhos inteiros em pequenas fossas escavadas no bed-rock, quer através da integração de fragmentos cerâmicos escolhidos e depositados em pequenas fossas ou depressões abertas na rocha de base (MCFAYDEN, 2016).

Em todas estas situações sobressaía que as deposições intencionais não apresentavam deliberadamente qualquer visibilidade ou ostentação no quadro do monumento. Na verdade, não fora, sobretudo a partir de 1997, a expectativa de se vir a encontrar contextos deposicionais, e muitos deles não teriam sido detectados facilmente em campo.

Acrescente-se ainda que a esmagadora maioria das deposições intencionais foi realizada em Castelo Velho durante o 3.º milénio AC. Excepção para a colocação, no interior do recinto, dum vaso carenado sob um amontoado estruturado de pedras, associação datada do 2.º milénio AC.

As deposições do 3.º milénio AC em Castelo Velho escolheram maioritariamente estruturas pétreas ou fossas como “contentores” para os elementos que as constituíam. Excepção a este padrão, as condenações de duas passagens do recinto (quer com fragmentos de moinhos manuais em granito, quer com fragmentos cerâmicos), ou ainda a concentração de 27 pesos de tear, que, graças à integridade da sua preservação, também classificámos como “deposições”.

Por outro lado, o que foi escolhido depositar intencionalmente (partido, inteiro ou fragmentado) recaiu sobre vasos cerâmicos, pesos de tear, ossos humanos, sementes de cereal, moinhos manuais, um machado de cobre e lajes seleccionadas de xisto azul.

As deposições que integravam ossos humanos e sementes de cereal destacavam-se por estarem conectadas com a fragmentação intencional de “coisas”, segundo organizações espaciais diversas. Serão estas deposições que irão conduzir à reflexão sobre o sistema social e o território simbólico que terão enquadrado as actividades cerimoniais no monumento de Castelo Velho, sobretudo durante a 2.ª metade do 3.º milénio AC.

No entanto, o que então se destacava em Castelo Velho, e apesar do monumento ter uma área relativamente restrita, era a variabilidade formal das referidas deposições. Tal variabilidade formal fazia supor diferentes coreografias cerimoniais, com distintas temporalidades, sentidos simbólicos e efeitos sociais eventualmente díspares.

A variabilidade das deposições em Castelo Velho remetia-nos e continua a remeter-nos para questões estruturais: como identificar uma deposição? qual a função singular duma deposição, no âmbito dum sistema social que a gera, e que se reproduz graças aos efeitos da sua acção? Esta questão dirigia-se a Castelo Velho e ao território social e simbólico em que o monumento era um dispositivo social activo. Mas, como é óbvio, dirige-se também a todos contextos onde foram ou vierem a ser reconhecidas deposições pré-históricas que tenham manipulado o esqueleto e o corpo humanos, entre muitas outras materialidades.

A primeira condição para se identificar uma deposição intencional é, ainda hoje, estar-se ciente de que as deposições de “coisas” (partidas, fragmentadas, inteiras, ou tudo junto) fizeram parte de acções codificadas, deliberadas e recorrentes, no interior da vida social das comunidades agro-pastoris da Pré-História Recente. Tal afirmação pode parecer uma evidência redundante, mas, face à raridade de “deposições” publicadas na Pré-História Recente da Península Ibérica, torna-se importante alertar a comunidade científica para a existência e importância desta dimensão da vida social do passado, e reconhecer-lhe o estatuto de temática merecedora de aprofundado debate (VALERA, 2019).

A segunda condição (óbvia) para identificar uma deposição, tem a ver com a integridade do contexto. Pois só essa integridade permite aceder à confirmação da intencionalidade da mesma. Assim, do meu ponto de vista, tal identificação deve ser extremamente restrita e exigente: a deposição deve ocorrer em contexto selado, ou, então, o seu conteúdo, deve emergir suficientemente preservado, por forma a poder-se reconstituir a dinâmica interna dos elementos que a constituem.

As deposições de materialidades intencionalmente fragmentadas sempre levantaram uma vasta lista de questões interpretativas. No que a Castelo Velho diz respeito, a reflexão sobre a natureza e a função social da fragmentação em deposições intencionais, a par das características de outras deposições e contextos e das especificidades arquitectónicas do sítio, conduziram, no período de 1997 a 2007, à construção duma interpretação global sobre a funcionalidade do lugar, sobretudo durante o 3.º milénio AC.

### **5.3 A singularidade funcional de Castelo Velho**

Face à descoberta, em 1997, duma estrutura ritual com ossos humanos, no ano seguinte publicou-se um texto, em que Castelo Velho surgia integrado num universo de “recintos com espaços autónomos onde se operaram “actividades transformadoras” de natureza marcadamente social” (JORGE, 1998). Já nesse texto se colocava uma questão que permanece actual: como identificar a função ritual numa deposição?

Entre 2002 e 2003, tendo em conta a análise de contextos, de particularidades arquitectónicas (por ex., a dinâmica de abertura e ocultação de passagens no recinto superior e no murete leste) e de deposições de vários tipos, foram publicados textos que apontavam para a funcionalidade do lugar, sobretudo durante o 3.º milénio AC.

Castelo Velho teria sido um “lugar especial”, congregador e propiciador de negociações comunitárias, negando-se, contudo, a hipótese de se dever catalogar como “centro cerimonial”, cuja especialização não se adequava a comunidades pré-estatais (JORGE, 2002).

Castelo Velho seria um dispositivo social de formalização e de controlo de movimentação de pessoas e coisas em torno duma arena cenográfica. Este recinto, interligado com outros lugares, teria sido um receptáculo transitório de artefactos e pessoas, que circulariam num território social preciso. Só se poderia entender a singularidade de Castelo Velho se fosse explorada a rede de lugares simbolicamente correlacionados, de que este recinto faria parte (JORGE, 2003a). As deposições intencionais, por outro lado, revelavam procedimentos codificados, enquadrados cerimonialmente, apontando para sentidos contextuais muito diversos. As acções envolvidas nas deposições implicariam que as materialidades que as constituíam fossem alvo de permanentes actualizações/reconfigurações de sentido (JORGE, 2003b).

Recintos, como Castelo Velho, seriam pólos de poder inseridos em redes cenográficas, que geravam, por sua vez, novos cenários e reproduziam sistemas de cenários, capturando, do ponto de vista identitário, toda a paisagem envolvente. O recinto “viveria da urdidura duma teia de lugares ligados em rede”. A noção de “rede” substituíra a noção de “centro” (JORGE, 2003c).

Castelo Velho teria sido um “lugar especial”, no interior do qual certas deposições configuravam o fim dum processo de manipulação de materialidades, processo que podia ter começado em outro lugar/tempo do território social em que o recinto se integrava (JORGE, 2005).

A estabilidade identitária das comunidades do 3.º milénio AC teria recorrido a lugares como Castelo Velho, para, no seu interior, através de práticas cerimoniais, operar o complexo processo de integração social. Dada a variedade formal de deposições identificadas só neste recinto, considerava-se o termo “deposição” excessivamente amplo, não dando o mesmo conta da heterogeneidade de sentidos que as mesmas teriam comportado (JORGE, 2007).

Durante o 2.º milénio AC o recinto e o murete leste foram reutilizados. Contudo, as deposições anteriormente referidas desapareceram. Outras actividades teriam sido activadas no monumento de Castelo Velho antes do seu fechamento no 3.º quartel do 2.º milénio AC (JORGE, 2002, 2003a).

Em 2003 realizou-se na FLUP um encontro internacional para debater as funcionalidades dos recintos murados da Pré-História Recente. Contou com a presença de ilustres arqueólogos europeus, entre os quais destaco Hermanfrid Schubart, um dos escavadores do sítio do Zambujal, a quem Portugal tanto deve pela sua esclarecida e intensa actividade arqueológica ao longo da segunda metade do século 20 (JORGE, 2003d).

## **6. OS ÚLTIMOS DOZE ANOS: DIVERSOS OLHARES SOBRE CASTELO VELHO**

### **6.1. A questão do “ritual”**

Em 2014 publiquei um texto em que, inspirando-me nas argumentações de diversos autores (BRÜCK, 1999, 2006; THOMAS, 2004; INSOLL, 2004), reflectia sobre a possibilidade/dificuldade de se usar o conceito de “ritual” na abordagem do passado pré-histórico e, em particular, do recinto de Castelo Velho (JORGE, 2014). Não era, no entanto, a primeira vez que a “arqueologia do ritual” me suscitava considerações sobre a forma como os arqueólogos da Pré-História manipulavam, de forma anacrónica, certos conceitos, cuja latitude, do meu ponto de vista, não deveria ultrapassar a mundividência histórica (JORGE, 2012).

No texto de 2014, recordava-se como Castelo Velho havia sido interpretado, entre 1994 e 2007: teria sido um lugar no qual tinham ocorrido práticas rituais correlacionadas com o reforço da identidade comunitária. Tendo em conta que as deposições de “coisas” pressupunham a manipulação das mesmas antes de serem introduzidas em estruturas de Castelo Velho, colocara-se a

hipótese deste lugar ter feito parte duma complexa teia ritual. Teia ritual que teria usado diversos “contextos em falta”, disseminados pelo território envolvente, antes e depois da mesma teia ter capturado o monumento de Castelo Velho:

“(…) certain things were circulating in the territory, assuming the existence of missing contexts, before their arrival at Castelo Velho; the manipulation of fragments of things in the different contexts, and in the final deposits of Castelo Velho, would act as “socially binding elements” of the groups dispersed throughout the territory; thus fragmentation/ deposition of things in ritual contexts throughout the territory would support an increase in the spacial bonds of the groups” (JORGE, 2014: 73).

Assim, o “ritual” teria funcionado como um mediador de sentido, relativamente à construção da identidade comunitária. Lugares como Castelo Velho eram vistos como dispositivos espacio-temporais que teriam polarizado e reforçado o laço social, através das referidas práticas rituais.

Contudo, como é sugerido no texto de 2014, esta narrativa elaborada anteriormente, usava o conceito de “ritual” e, duma forma geral, abordava o Passado, de forma contínua e intuitiva. Como se o mesmo Passado fosse uma simples variação do Presente. Só assim se conseguia extrapolar linearmente de “práticas rituais” para “contextos em falta” e correlacionar a referida “teia ritual” com o mecanismo social de construção/reforço da identidade.

Já em 2012, eu questionara a forma de se nomear “contextos rituais” sem se salvaguardar a distância que nos separa do passado pré-histórico (JORGE, 2012). Tendo sido o conceito de “ritual” importado da antropologia, a arqueologia, contudo, sempre reconhecera dificuldade em identificar tal prática no chamado “registo arqueológico”. Por um lado, nem sempre ocorriam materialidades específicas que nos conduzissem, de forma inequívoca, a identificar um qualquer contexto ritual. Por outro lado, nem sempre acções formalizadas, repetitivas e descontínuas (relativamente à “vida corrente”) se podiam incluir num paradigma de racionalidade/subjectivação que assumisse a dicotomia ritual/secular. Dicotomia fundamental para se aceitar os termos deste binómio.

Desta forma, tornava-se necessário visualizar o Passado de forma alternativa: nem como uma simples variação do Presente, nem como um território-outro, completamente inacessível; mas como um passado análogo, um passado estranho, não familiar, descontínuo relativamente ao Presente, mas aberto ao exercício de outras representações.

No texto de 2014, alertava para a possibilidade da arqueologia ter como objectivo, não a busca de sentidos últimos, mas a identificação de sistemas de signos.

“Archaeology does not deal with the meanings of the past. It deals (...) with the identification of signs-systems, which point to the existence, in the past, of codes, which however are sealed to us because we have no key to open them. Archaeology is therefore not a matter of meaning but a matter of identification of codes.” (JORGE, 2014: 74).

O chamado pós-estruturalismo (e.g. PREUCCEL, 2006) poderia, eventualmente, ser chamado a ajudar a arqueologia nessa tarefa de re-abordagem do passado pré-histórico.

A viragem conceptual, proposta no texto de 2014, induzia ao desenvolvimento duma “tipologia de deposições”, por forma a reconhecer toda a gama de possibilidades relacionais deste universo analítico.

A construção duma “tipologia de deposições” requeria /requer, como é óbvio, a identificação das mesmas no quadro dum amplo programa de escavações, que desse/dê conta da sua natureza,

temporalidade e variabilidade contextual. Tarefa árdua a ser realizada por gerações futuras, mas inescapável.

Numa síntese sobre o Norte de Portugal, entre finais do 4.º e finais do 3.º milénio AC (LOPES, BETTENCOURT, 2017), Castelo Velho surgiu como um dos lugares com funções cerimoniais, existente neste território e neste período, que usaram deposições intencionais de “coisas”, visando o reforço da coesão identitária.

Finalmente, revisitando recentemente Castelo Velho (LOPES, 2019), e enfatizando o papel cerimonial do monumento no 3.º milénio AC, apelei mais uma vez ao debate sobre o processo social que teria originado e mantido o monumento enquanto dispositivo identitário.

Mas, qualquer debate pressupõe ter algo para debater. É necessário escavar, identificar contextos deposicionais (em diálogo com outros contextos contemporâneos), realizar um arquivo de deposições, comparar deposições e chegar a uma “tipologia” ou “antologia de deposições” (GOMES, 2019), para, através dessa analogia, visualizar novas representações de sentido:

“The past is an encrypted territory, and our mission is to detected the coded structure of it, the meaning of which, obviously, does not fail to keep itself hidden.” (JORGE, 2014: 74).

## **6.2. Publicação dum volume colectivo sobre Castelo Velho**

Em 2019 retomou-se a ideia de se publicar reflexões de diversos autores sobre Castelo Velho. Com este volume iniciou-se uma série monográfica da revista *DigitAR* do CEAACP, da Faculdade de Letras de Coimbra (LOPES, 2019a).

Dezanove autores estiveram envolvidos na referida publicação. Partindo duma escala ampla para a escala singular do sítio, foram publicados doze textos.

Vale retomou a abordagem dos recintos murados da Pré-História Recente em território português, enfatizando a problemática da arquitectura (VALE, 2019).

Geógrafos da FLUP enquadraram do ponto de vista geomorfológico o sítio de Castelo Velho (ARAÚJO, *et alii*, 2019). Foi reconstituída a flora pré-histórica envolvente (FIGUEIRAL, 2019) e actualizada a carta arqueológica da região no 3.º e 2.º milénio AC (CARDOSO, 2019).

Duas autoras, em textos separados, abordaram todas as narrativas produzidas sobre Castelo Velho, entre 1993 e 2009: quer as minhas interpretações, quer as de alunos da FLUP, que produziram trabalhos académicos, seminários, teses de mestrado e uma tese de doutoramento, por exemplo (PEREIRA, 2019; ALVES-FERREIRA, 2019).

Castelo Velho foi também alvo de análises particulares. Vieira abordou a longa diacronia do sítio desde a Pré-História Recente (3.º/2.º milénio AC) até épocas históricas, como breves reutilizações atribuídas às épocas romana, tardo-romana/alto-medieval e, eventualmente, medieval (VIEIRA, 2019). Silva analisou os materiais históricos, propondo a hipótese de, nos primeiros séculos da nossa era, Castelo Velho ter albergado um eventual acampamento militar (SILVA, 2019). Costa (2019) dissertou sobre as várias hipóteses de sistemas construtivos em vigor em Castelo Velho ao longo do 3.º milénio AC e Figueiral (2019) interpretou a estrutura das sementes, tendo em conta os restos vegetais carbonizados e o seu contexto arqueológico, como uma possível de posição simbólica. Um texto colectivo analisou os metais de Castelo Velho, enquadrando-os na primeira metalurgia do NO da Península Ibérica (3.º milénio AC) (BOTTAINI, *et alii*, 2019). Gomes revisitou os pesos de tear do sítio pré-histórico, e problematizou as possibilidades interpretativas das deposições em Castelo Velho (GOMES, 2019). Finalmente, com base na reavaliação da documentação disponível, revisei eu própria a periodização/função de Castelo Velho. Para além de afirmar que não existem provas

inequívocas numa ocupação pré-monumental, acentuo que apenas é possível identificar acções com carácter cerimonial no monumento do 3.º milénio AC. O sítio do 2.º milénio AC terá sido outro lugar, expressão de outras funções sociais, cuja singularidade nos escapa (LOPES, 2019b).

A possibilidade de Castelo Velho ter atravessado dois momentos estruturalmente diferentes da Pré-História Recente do território português e da Península Ibérica (o 3.º e o 2.º milénio AC), conduziu a um debate internacional, em 2018, na FLUC, sobre as características sociais destas duas etapas da Pré-História Recente e a natureza/cronologia da viragem entre o fim dum mundo de matriz neolítica e o começo dum outro que se plasmou na chamada Idade do Bronze (LOPES, GOMES, 2018).

## **7. EM DEVIR**

### **7.1 Revalorizar o sítio**

Quando em 2007 o sítio musealizado de Castelo Velho foi aberto ao público, estava programado que o Centro Interpretativo (projecto de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes da FAUP) fosse apenas um lugar de informação minimalista. Incorporava no rés-do-chão um painel explicativo e uma maquete do lugar no 3.º milénio AC. Nos andares superiores algumas ilustrações ajudavam a entender a relação do monumento com a paisagem. No topo surgia um leitor de paisagem que tinha por objectivo integrar Castelo Velho num extraordinário cenário visual que emergia a leste, frente ao Côa e à Meseta.

A razão de tal minimalismo tinha a ver com um projecto, então em curso, de criação dum Museu de Pré-História em Freixo de Numão. O Estado havia já comprado um edifício na vila e tinha-o recuperado para esse efeito (trabalhos também conduzidos por Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes). Tinha sido feito um guião para esse museu, que pressupunha que a maioria dos visitantes passasse por essa infraestrutura antes de se dirigir ao sítio de Castelo Velho. O Centro Interpretativo não teria de ser mais do que um activador de memória e faria parte numa rede informativa que articularia o Museu de Pré-História de Freixo de Numão com Castelo Velho.

Contudo, o Museu nunca foi criado, por razões oficialmente desconhecidas. Por outro lado, o Centro Interpretativo foi-se degradando com o tempo, acabando mesmo por ser fechado. Ao lado do sítio passou a não haver qualquer informação sobre o mesmo. É certo que foi aberta, entretanto, uma exposição sucinta sobre Castelo Velho no Museu da Casa Grande de Freixo de Numão. Mas tal exposição não foi coordenada por nenhum dos arqueólogos que haviam escavado/interpretado o sítio.

Assim, este sítio, classificado em 2010, como monumento de interesse público, e sobre o qual já tanto se investigou e publicou, encontra-se actualmente desprovido, in situ, de qualquer dispositivo informativo. E o seu Centro Interpretativo encontra-se encerrado.

Até hoje pertenceu ao Estado a função de gestão patrimonial do lugar. Só posso desejar que o mesmo, a quem compete a preservação deste monumento de interesse público e do seu Centro Interpretativo, tenha vontade e capacidade para restituir a esta estação arqueológica a dignidade que a sua importância científica e patrimonial exigem. Por outro lado, Castelo Velho confina/encontra-se debruçado sobre o Parque Arqueológico do Vale do Côa. Sendo desejável que se incremente a visita a Castelo Velho, no quadro de circuitos turísticos ao Parque e a lugares arqueológicos que o circundam, tal projecto só poderá concretizar-se se o sítio e respectivo Centro Interpretativo forem reactivados.

Pessoalmente sempre me demonstrei disponível para contribuir para a reactivação deste sítio musealizado, cuja maior valência se encontra nos inúmeros estudos que sobre ele, e a pretexto dele, foram realizados nos últimos trinta anos.

## **7.2 Detectar, escavar e interpretar sítios contemporâneos de Castelo Velho**

Como recentemente foi publicado (CARDOSO, 2019), existem na região múltiplos sítios do 3.º/2.º milénio AC, desde prováveis recintos, povoados, sepulcros, contextos de estelas/estátuas-menires e de arte rupestre (COIXÃO, 1999; CARDOSO, 2007). Mas são raros os sítios intensamente escavados, destacando-se, na região, para além de Castelo Velho, o sítio de Castanheiro do Vento (CARDOSO, 2007; VALE, 2011), cuja análise em área decorre há vinte e um anos.

Castelo Velho encontra-se perto de fronteiras físicas e políticas particulares. A elaboração de projectos virados para a investigação da Pré-História Recente do Alto Douro português não poderá deixar de abranger, por um lado, a área do Parque Arqueológico do Vale do Côa, e, por outro, a área da própria Meseta espanhola que confina com a fronteira política entre os dois Estados.

O PAVC terá certamente interesse em continuar a identificar sítios e contextos desta fase, no seu próprio território, para o que não deverá dispensar o conhecimento acumulado por várias equipas de arqueólogos, a trabalhar, nos últimos trinta anos, em áreas circundantes do Parque.

Mas será também desejável a construção de projectos de investigação trans-fronteiriços, cooperando arqueólogos portugueses e espanhóis empenhados na montagem duma periodização regional da Pré-História Recente, dum lado e de outro da fronteira.

A partilha de informação entre todos os que se interessam pelo estudo e preservação do património arqueológico da Pré-História Recente desta ampla região fronteiriça, torna-se, assim, uma peça vital para superar o risco do acantonamento científico, decorrente de fronteiras recentes, que desconhecem a dinâmica identitária das paisagens pré-históricas.

A interpretação futura dos contextos da Pré-História Recente deve também estar atenta às especificidades de dois mundos: o do 3.º milénio AC, de matriz neolítica, associado a diversas deposições intencionais de materialidades, e conectado com uma imensa heterogeneidade de contextos; o do 2.º milénio AC, associado a uma maior padronização de contextos, mas cuja natureza, nesta região, ainda não se deixou inteiramente caracterizar.

O conhecimento desses dois momentos, a nível regional, que, em outras regiões, configuram uma viragem cultural entre o 3.º e o 2.º milénio AC, será decisivo para se compreender como Castelo Velho foi usado enquanto palco de diversas e contrastantes acções sociais, apesar da reutilização contínua duma mesma estrutura arquitectónica.

## **8. PALAVRAS FINAIS**

A investigação e musealização de Castelo Velho não teria sido possível sem o apoio logístico da ACDR de Freixo de Numão dirigida por António Sá Coixão. Numa região encostada à fronteira, inicialmente ligada ao restante território português por uma precária rede de estradas, foi decisivo o empenho pessoal de António Sá Coixão no acolhimento dado às equipas e a mim própria, ao longo de 18 anos de trabalhos arqueológicos.

Mas Castelo Velho foi construído também graças à acção contínua de centenas de pessoas: estudantes, técnicos, arqueólogos, fotógrafos, e ainda por trabalhadores locais, enquadrados pela ACDR de Freixo de Numão. Com muitas destas pessoas foram sendo estabelecidos laços de confiança e, por vezes, de amizade, que perduraram ao longo dos anos.

A passagem dum topónimo – Castelo Velho – a um nome com significado arqueológico – Castelo Velho de Freixo de Numão – resultou da convergência de vontades, competências, e de alguma louca persistência, por parte de todos os que se envolveram na tecelagem duma renovada experiência sensorial. Como me disse, um dia, um aluno “...existe um antes e um depois de Castelo Velho...”, resumindo, nessa simples frase, algo que, estou certa, foi partilhado por muitos que por ali passaram.

Talvez a coreografia das escavações – experiência – limite em movimento– tenha almejado “tocar”, durante o breve tempo da sua duração, a estranha coreografia imaginada das cerimónias pré-históricas. E, nesse passo, de desejada religação com o passado, tenha acontecido o novo ainda por explicar.

“Há em todas as coisas uma mais-que-coisa  
fitando-nos como se dissesse: “Sou eu”,  
algo que já lá não está ou se perdeu  
antes da coisa, e essa perda é que é a coisa.”

Manuel António Pina, do poema “As coisas”

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES-FERREIRA, Joana (2019), “Vozes de silêncio. O que resta de Castelo Velho? Topografias de poeira intraduzíveis”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro Português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 111-148. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digital/issue/view/371>
- ANTUNES, Miguel Telles; CUNHA, Armando Santinho (1998), “Restos humanos do Calcolítico-Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal) – nota preliminar”, *Côavisão*, 0, pp. 35-42
- ARAÚJO, Assunção; SOARES, Laura; GOMES, Alberto (2019), “Castelo Velho de Freixo de Numão: enquadramento geomorfológico”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro Português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 17-49. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digital/issue/view/371>
- BARRETT, John C. (1994), *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain. 2900-1200 BC*, Oxford, Blackwell
- BAPTISTA, Lúcia (2003), *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*. Tese de mestrado policopiada, Porto, FLUP
- BOTTAINI, Carlo; MONTERO-RUIZ, Ignacio; LOPES, Susana Soares; BAPTISTA, Lúcia; GOMES, Sérgio; VALE, Nelson (2019), “Os metais do recinto pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro da primeira metalurgia do noroeste da Península Ibérica”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 305-328. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digital/issue/view/371>
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel
- BOURDIEU, Pierre (1991), *El Sentido Práctico*, Madrid, Taurus

- BRADLEY, Richard (1991), “Monuments and places”, in P. Garwood, D. Jennings, R. Skeates e J. Toms (eds), *Sacred and Profane*, Oxford, University Committee for Archaeology, pp. 135-140
- BRADLEY, Richard (1993), *Altering the Earth. The Origins of Monuments in Britain and Continental Europe*, Edimburgo, Society of Antiquaries of Scotland
- BURGESS, Colin *et alii* (eds.) (1988), *Enclosures and Defences in the Neolithic of Western Europe*, Oxford, B.A.R. Int. Series, 2 vols.
- BRÜCK, Joanna (1999), “Ritual and Rationality: some problems of interpretation in Europe Archaeology”, London, *European Journal of Archaeology*, 2 (3), pp. 313-344.
- BRÜCK, Joanna (2006), “Death, Exchange and reproduction in the British Bronze Age”, London, *European Journal of Archaeology*, 9, pp. 73-101
- CARDOSO, João Muralha (2007), *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – um recinto monumental do III.º e II.º milénios AC: problemática do sítio e das suas estruturas à escala regional*. Tese de doutoramento policopiada, Porto, FLUP
- CARDOSO, João Muralha (2019), “Castelo Velho de Freixo de Numão: um sítio, uma paisagem”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 51-93. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- COIXÃO, António Sá (1999), *A Ocupação Humana na Pré-História Recente na Região entre Côa e Távora*. Tese de Mestrado policopiada, Porto, FLUP
- COSTA, Ana Isabel de Oliveira (2019), “Em torno das arquiteturas do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 251-280. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- D’ANNA, André; GUTHERZ, Xavier (dir.) (1989), *Enceintes Habitats Ceinturés Sites Perchés du Néolithique au Bronze Ancien dans le Sud de la France et les Régions Voisines*, Montpellier, Mémoires de la Société Languedocienne de Préhistoire, 2
- FIGUEIRAL, Isabel (2019), “Castelo Velho: um projecto comum de arquitectura e paisagem”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 95-110. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- FIGUEIRAL, Isabel; JORGE, Susana Oliveira (2008), “Man-made landscapes from the third-second millennia BC: the example of Castelo Velho (Freixo de Numão, North-East Portugal)”, *Oxford Journal of Archaeology*, 27 (2), pp. 119-133
- FOUCAULT, Michel (1997) [1971]), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio de Água
- GOMES, Sérgio (2003), *Contributos para o estudo dos “pesos de tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa). Exercícios de interpretação do registo arqueológico*. Tese de Mestrado policopiada, Porto, FLUP
- GOMES, Sérgio (2019), “Revisitar o estudo dos pesos de tear de Castelo Velho de Freixo de Numão”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 281-303. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- INSOLL, Timothy (2004), *Archaeology, Ritual, Religion*, London, Routledge

- JORGE, Susana Oliveira (1993), “O povoado de Castelo Velho ( Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal”, *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, I, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 33 (1-2), pp. 179-216
- JORGE, Susana Oliveira (1994), “Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular”, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, IIª Série, XI, pp. 447-546
- JORGE, Susana Oliveira (1998), “Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação”, *Revista de Estudos Pré-Históricos*, VI, pp. 279-293
- JORGE, Susana Oliveira (2002), “Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal”, *Revista Património/Estudos*, 3, pp. 145-164
- JORGE, Susana Oliveira (2003a), “Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica”, in Susana Oliveira Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, DCTP (FLUP)/ CEAUCP (FCT), pp. 13-50
- JORGE, Susana Oliveira (2003b), “Preâmbulo”, in Susana Oliveira Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, DCTP (FLUP)/ CEAUCP (FCT), pp. 5-11
- JORGE, Susana Oliveira (2003c), “Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão”, in Vítor Oliveira Jorge (coord.), *Arquitectando espaços: da natureza à metapólis*, Porto/Coimbra, DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 63-83
- JORGE, Susana Oliveira (2003d) (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, DCTP (FLUP)/ CEAUCP (FCT)
- JORGE, Susana Oliveira (2005), “Preâmbulo”, in Susana Oliveira Jorge, *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto, Afrontamento, pp. 9-13
- JORGE, Susana Oliveira (2007), “Introdução”, in Susana Oliveira Jorge (coord.) “Formas de organização do espaço e técnicas de construção durante a Pré-História Recente”, in Susana Oliveira Jorge, Ana M.S. Bettencourt, Isabel Figueiral (eds), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontoria Monográfica 08, pp. 9-12
- JORGE, Susana Oliveira (2012), “Pensar a arqueologia do ritual: breve apontamento”, in Maria de Jesus Sanches (coord.), *1ª Mesa Redonda Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo*, Trabalhos de Arqueologia, 54, pp. 25-32
- JORGE, Susana Oliveira (2014), “Enclosures and funerary practices: about an archaeology in search for the symbolic dimensions of social relations”, in António Carlos Valera (ed.), *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*, B.A.R International Series- 2676, Oxford: Archaeopress, pp. 71-82
- JORGE, Susana Oliveira, *et alii* (1998-1999), “Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)”, *Portugalia*, Nova Série, XIX-XX, pp. 29-70
- JORGE, Susana Oliveira, *et alii* (2007), “A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão”, in Susana Oliveira Jorge (coord.) “Formas de organização do espaço e técnicas de construção durante a Pré-História Recente”, in Susana Oliveira Jorge, Ana M.S. Bettencourt, Isabel Figueiral (eds), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontoria Monográfica 08, pp. 77-85

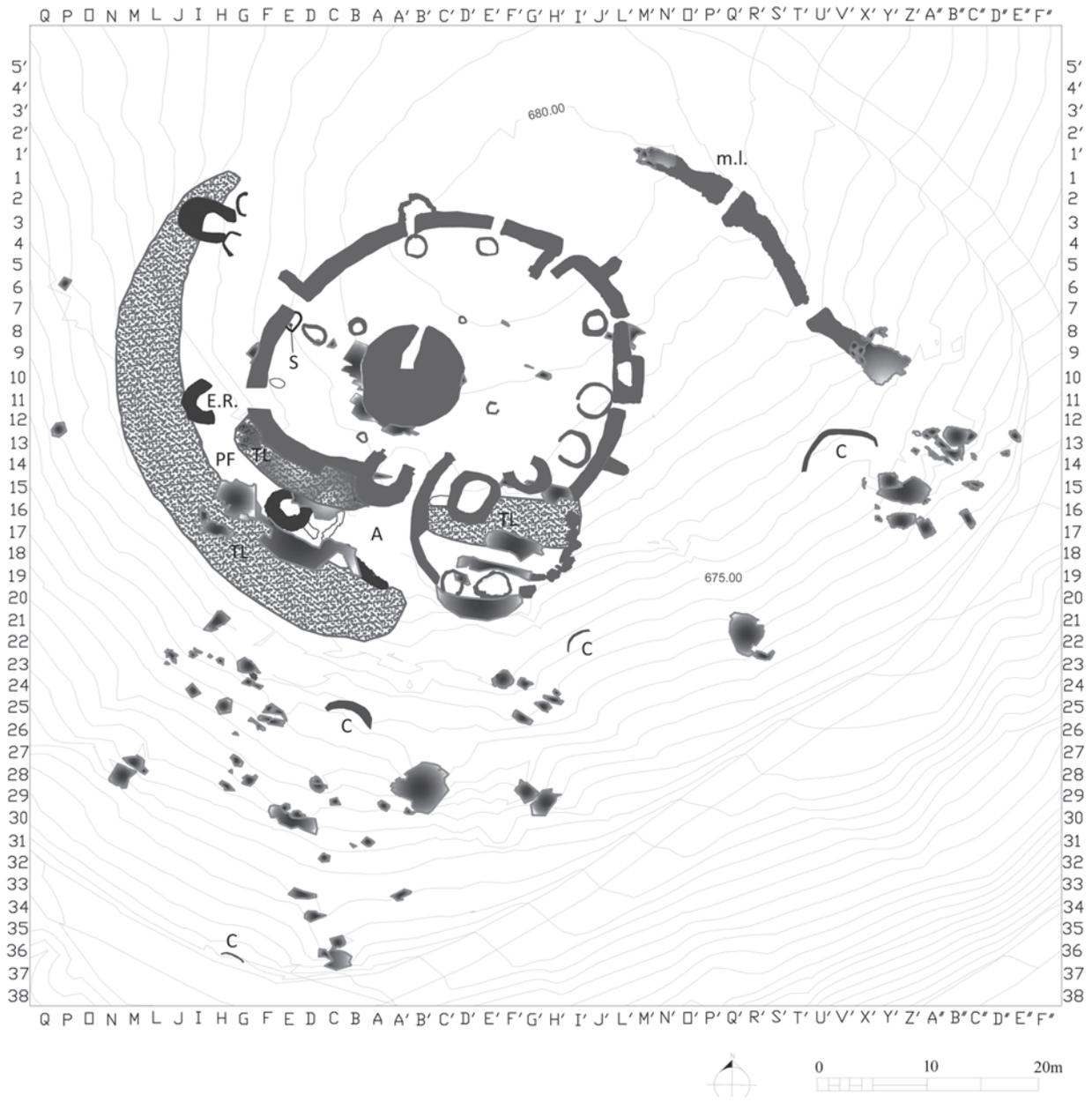
- KENT, Susan (1990a), “Activity Areas and Architecture: an interdisciplinary view of the relationship between use of space and domestic built environments” in Susan Kent (ed.), *Domestic Architecture and the Use of Space*, Cambridge University Press, “New Directions in Archaeology”, pp. 1-8
- KENT, Susan (1990b), “A Cross-cultural Study of Segmentation” in Susan Kent (ed.), *Domestic Architecture and the Use of Space*, Cambridge University Press, “New Directions in Archaeology”, pp. 127-152
- LOPES, Susana Soares (coord.) (2019a) , *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- LOPES, Susana Soares (2019b), “Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão: pensar a reconfiguração cultural dum recinto pré-histórico do Alto Douro português”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 357-389. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- LOPES, Susana Soares; BETTENCOURT, Ana M.S. (2017), “Para uma periodização da Pré-História Recente do Norte de Portugal: da segunda metade do 4.º milénio aos finais do 3.º milénio AC”, in José Morais Arnaud e Ana Martins (coord./ed.), *Arqueologia em Portugal/2017- Estado da Questão*, Lisboa, AAP, pp. 469-489
- LOPES, Susana Soares; GOMES, Sérgio (coord.) (2018), *Seminário internacional Entre o 3.º e o 2.º milénio AC: que tipo de viragem? (Pré-Atas)*, Coimbra, CEAACP. Disponível em: <https://estudo-geral.sib.uc.pt/handle/10316/81302>
- MACFAYDEN, Lesley K. (2016), “Actions in time: after the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão”, *Estudos do Quaternário*, 15, pp. 71-90
- OLIVEIRA, Maria de Lurdes Cunha (2003), *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)*. Tese de Mestrado policopiada, Porto, FLUP
- PEREIRA, Mariana (2019), “A (re)construção do Castelo Velho”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 149-176. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- PREUCCEL, Robert (2006), *Archaeological Semiotics*, Blackwell Publ.
- RAPOPORT, Amos (1990), “Systems of Activities and Systems of Settings”, in Susan Kent (ed.), *Domestic Architecture and the Use of Space*, Cambridge University Press, “New Directions in Archaeology”, pp. 9-20
- RAPOPORT, Amos (1994), “Spatial Organization and the Built Environment”, in Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London, Routledge, pp. 460-502
- SILVA, António Manuel (2019), “Materiais romanos de Castelo Velho de Freixo de Numão”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 223-249. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>
- THOMAS, Julian (2004), “The ritual universe, Scotland in the Ancient Bronze Age”, *The Neolithic and Early Bronze Age At Scotland in their European context*, Edinburgh, Society of Antiquaries of Scotland, pp. 171-178

VALE, Ana M.A. (2011), *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Tese de doutoramento policopiada, Porto, FLUP

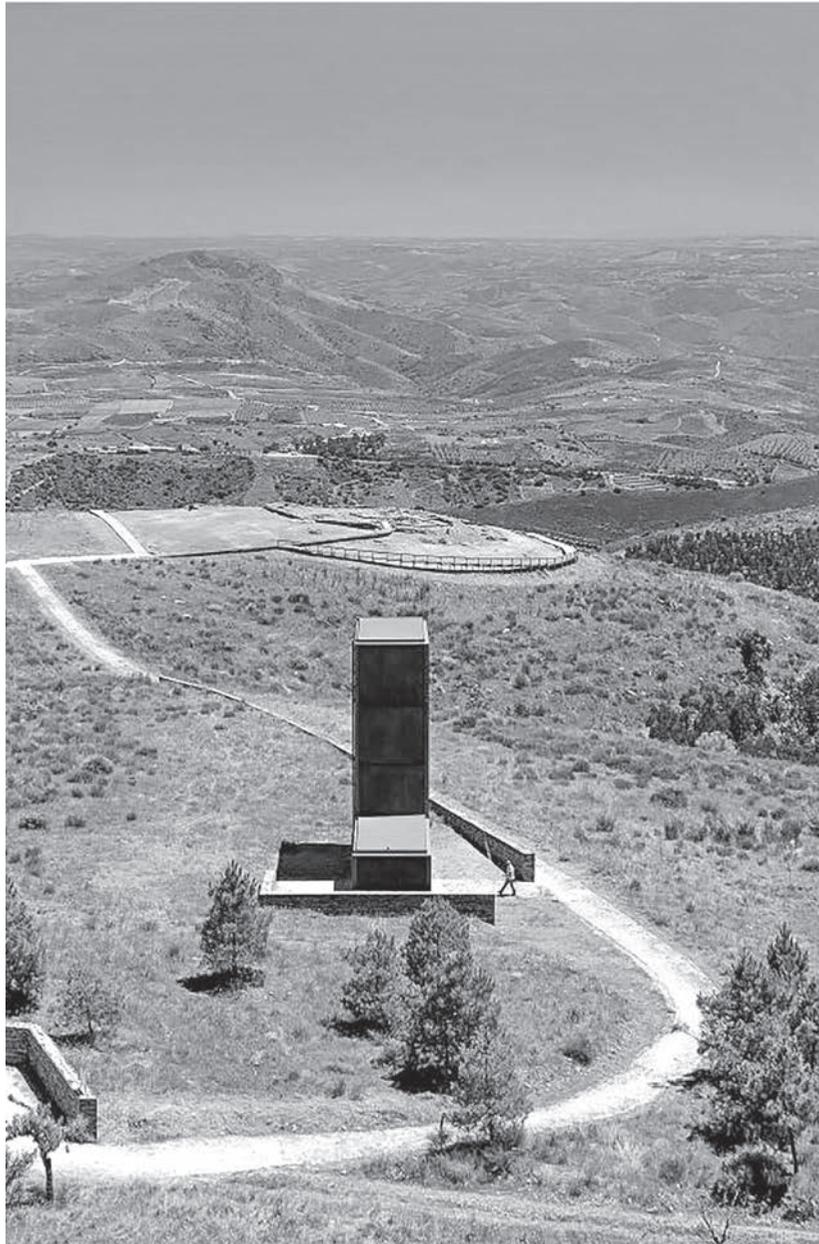
VALE, Ana M.A. (2019), “Possibilidades para pensar a arquitectura dos recintos murados da Pré-História Recente”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 329-355. Disponível em : <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>

VALERA, António Carlos (ed.) (2019), *Fragmentation and Depositions in Pré and Proto-historic Portugal*, Lisboa, Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA), Era Arqueologia S.A.

VIEIRA, Alexandra (2019), “Breves apontamentos para uma biografia de Castelo Velho de Freixo de Numão”, in Susana Soares Lopes (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do Alto Douro português*, Revista Digital on-line, Série Monografias, 1, pp. 177-222. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/digitar/issue/view/371>



**Fig. 1:** Planta do recinto do Castelo Velho durante o 3.º milénio AC.



**Fig. 2:** Ponto de vista sobre a estação de Castelo Velho de Freixo de Numão, apresentando em primeiro plano o Centro Interpretativo (torre), em segundo plano o recinto pré-histórico, em terceiro plano o vale do Côa e o Monte de São Gabriel e em último plano a Meseta (foto de DRCN).

# NEWS ABOUT ATTIC BLACK FIGURE FOOTED DISHES ATTRIBUTED TO CAYLUS AND CAMPANA PAINTERS

**Rui Morais**

FLUP / CECH – UC  
rmorais@letras.up.pt

## ABSTRACT

In this paper we propose to add some examples of footed dishes that we believe can be attributed to the Caylus and the Campana painters by correctly identifying misidentified pieces through closer study. Compared to other shapes, these footed dishes are much less typical. In the Beazley Archive we have been able to find only seven complete footed dishes and one fragmentary example.

The examples presented herein demonstrate that these painters were responsible for the decoration of some footed dishes in a period in which the black-figure technique was gradually being replaced by the red-figure technique.

**Keywords:** Greek Vases; Footed dishes; Leafless Group; Caylus and Campana painters.

## RESUMO

Neste estudo propomos apresentar alguns exemplos de pratos de pé alto que acreditamos podem ser atribuídos aos pintores de Caylus e Campana. Comparados com outros tipos de vasos, esses pratos de pé alto são menos comuns. No arquivo Beazley apenas encontramos sete pratos de pé alto completos e um exemplar fragmentado.

Os exemplos aqui apresentados demonstram-nos que estes pintores foram responsáveis pela decoração de alguns pratos de pé alto num período em que a técnica de figuras negras ia sendo gradualmente substituída pela técnica de figuras vermelhas.

**Palavras chave:** Vasos Gregos; Pratos de pé alto; “Grupo sem folhas”; Pintores de Caylus e Campana.

## INTRODUCTION

In this brief study we will identify several new examples of footed dishes that we believe can be attributed to the Caylus and the Campana painters (Beazley, *ABV*: pp. 629; pp. 632-53; pp. 711-13; pp. 716; *Paralipomena*: pp. 310-313)<sup>1</sup>. Compared to other shapes these footed dishes are less typical. In the Beazley Archive we have only been able to find seven complete footed dishes and one fragmentary example.

---

<sup>1</sup> Acknowledgements: I would like to express my thanks to several people who helped me in obtaining requisite authorizations to publish the photos contained within the present article: Simonetta Menchelli, Laura Minarini, Marco Montanari, Bärbel Morstadt, Soï Agelidis, Alberta Facchi, Enrico Stanco, Anne-Catherine Biedermann, Christine Kermel, Martin Boss, Katie Spencer, Jerome M. Eisenberg, Daniele Ferrara, Cristina Ambrosini, Barbara Van Kets, Paolo Guiliérini, Laura Forte, Alison L. Huftalen. Acknowledgments for the Institutions: the Museo Civico Archeologico di Bologna, Friedrich-Alexander Universität, Ruhr-Universität Bochum, Museo Civico Archeologico – Bologna, Museo Archeologico Nazionale – Napoli, Musée du Louvre – Paris, Museo Archeologico Nazionale – Adria, San Antonio Museum of Art – Texas, Toledo Museum of Art collection. I am grateful to Katerina Volioti for reading and commenting on an earlier version of the article and for the permission to present the map with the distribution of pottery attributed to the Leafless Group.

The Caylus Painter belongs to a group of painters characterised by Beazley as the Leafless Group (1878: pp.649-653), “a very large group of late black-figure cups, so named because the branches in the pictures are often without leaves, which is not common outside the group. The early members of the group are not bad, but the level of the rest is low, and many of them are no better than the worst Haimonian cups. Besides cups there are a few vases of other shapes” (1956; reprint. 1978: pp. 632). Normally the cups of the Caylus Painter were less amply decorated than the Haimonian cups but, by contrast, the quality of the drawings is slightly better.

Later, John Boardman referred briefly to this group of painters, echoing Beazley’s identification by stating that they were: “(...) named for the stripped branches which appear in the fields of many examples. They have gorgoneion or single figure tondos, and below their handles lurk dolphins, birds or leaves. Most, however, dispense with eyes and present a weary repetition of Dionysiac scenes, generally of the slightest merit, but on the whole better than the similar but mainly later Haimonian cups. The Leafless style is traced on kyathoi and mastoid cups, which also had a more distinguished record in the late sixth century, and on skyphoi” (1974, reprint. 1988: pp. 150-151).

According to the data presented by Beazley (*ABV*: pp. 649-654; *Paralipomena*: pp. 310-315), this group of painters is represented in cups, *kyathoi*, mastoids, *skyphoi*, and *pyxides*. These shapes are largely associated with the consumption of wine in symposia, and hence with Dionysian motifs. Vases with scenes of *komastai* and with the myth of Hercules are less frequent. According to Lucrezia Campus (1981: p. 62), “the figures painted by this group often appear as tangled with each other, but lively”. This group was active at the turn of the 6th century B.C., but especially at the beginning of the 5th century B.C. (*id. ibidem*), and seems to operate in the potters’ quarter in the district of Kolonos Hippios (Volioti 2017: p. 9). For Katerina Volioti (*id.*: p. 18, 23), the visual consistency and the craft specialization that sustained and informed it represented a conceptualised strategy for maximising profit. This is perhaps one of the reasons why, according to this author, the vases from this group of potters are widely distributed in distant markets, from Iran to Spain and from Egypt to Ukraine, but mainly in eastern markets (*id.* 2017: Table and Chart 1; p. 42) (Fig. 1).

### FOOTED DISHES ATTRIBUTED TO THE CAYLUS PAINTER

As mentioned above, among the numerous examples belonging to the Leafless Group it is possible to isolate several by the Caylus Painter thanks to a new examination. This painter was named after two cups belonging to the Caylus Collection of the *Cabinet des Medailles*, in Paris (No. 328 and 333). Among the shapes attributable to the painter, mainly cups, but also *kyathoi*, we can add a small group of footed dishes, here illustrated by seven vases. All have the same formal characteristics, in particular the broad sloping lip with concentric rings and decorative affinities attributable to that group of painters. This painter’s entire production can be dated to the first decade of the 5<sup>th</sup> century B.C. (Campus 1981: p. 63). Perhaps these particular footed dishes were all made by the same hand, who adhered to standardized sizes and volumes<sup>2</sup>.

Two of these vases came from an Etruscan necropolis found in the well-known park opened in 1879 by the name of “Passeggio Regina Margherita” (in tribute to the wife of King Umberto I), today known as *Giardini Margherita*. Both vases were found in the context of and grave featuring a supine female (tomb no. 10), oriented North-West / South-East, dated to about 500 B.C. (Pellicioni 1987: p. 47; Malnati, Steffè and Von They 1987: pp. 57-58). The footed dish Fig. 2, 1, 2, 2 features a

---

<sup>2</sup> We can find a similar phenomenon in the production of Haimonian *lekythos* (Volioti 2014: pp. 149-168).

representation of a siren in the tondo (on the right), and Fig. 3, 1, 3, 2 features one winged female figure, probably a goddess (below) (Nike perhaps)<sup>3</sup>.

Four other footed dishes are of unknown provenance. Figures 4 and 5 were on the market previously, but are currently preserved in Museums. Fig. 4, 1, 4, 2, 4, 3 sold by the Günter Puhze Gallery (1989, no. 194), and now at the Friedrich-Alexander Universität (no. I1260) (CVA, Erlangen 2, 59-60, Beilage 12.1, PL 22.4-5; BAPD no. 9033126), features a rooster facing to the right in the tondo. Fig. 5, 1, 5, 2 donated by Julius C. Funcke to the Ruhr Universität Bochum (CVA, Kunstsammlungen der Ruhr-Universität i, Taf. 47, n.º 1-2; Kunisch 1972, 82-83, no. 75), also features an animal in the tondo, this time a lion, likewise facing to the right.

The other two dishes are at present in private collections. Fig. 6, 1, 6, 2 features the god Dionysus in profile sitting to the right on a two-legged stool in the tondo, donning a long robe with incised drapery folds, and holding his drinking *rhython*. Fig. 7 features an ithyphallic satyr in the tondo, running to the right.

The same motif is present on footed dish Fig. 8, 1, 8, 2 which comes from the *Certosa* burial ground (Bologna), without a tomb context unfortunately.

As an example of the diacritical affinities among the painters of this group, and in particular with the Caylus Painter, at present we would like to point out the similarities that these last two vases share with several cups featuring the same decorative motif, viz. an ithyphallic satyr running to the right and looking back. This may be seen in particular with Cup type A, Fig. 9, which was formerly part of the Toledo Museum of Art collection (BAPD n.º 331800)<sup>4</sup>.

To substantiate our new identification, we can point to another example, Cup type A, Figs. 10, 1, 10, 2, 10, 3, at present in the Naples Archaeological Museum (no. 959, BAPD no. 331822, CVA, III.H.E.13, Pls. 29.2 and 33.7) and attributed to the Leafless Group by Beazley. This cup is externally decorated with a symposium scene, and features Dionysus reclining between dancing satyrs and a panther running to the right in the tondo.

All these motifs, especially the satyrs and the panther, bear close resemblance to the decorative motif of footed dishes number four and six.

To these seven footed dishes we can likely add another one from the Athenian Agora (Sparkes-Talcott, XII, 139 f., no. 965, Abb. 9, Taf. 35), Fig. 11, with only the tondo decorated with two circles and a dot.

### **FOOTED DISH ATTRIBUTED TO THE CAMPANA PAINTER**

In *ABV*, Beazley presents two other painters, the Campana Painter and the Painter of North Slope R. 159, who have strong affinities with the Leafless Group (1956: pp. 653-654). We believe that footed dish Fig. 12, 1, 12, 2, from the Campana Collection, currently in the Louvre (F85) (CVA, Paris, Musée du Louvre 8, III.H.E.62, PL. 79.5.10; BAPD no. 11276), should be ascribed to the Campana Painter and not to the Caylus Painter as it is currently classified in the Beazley Archive.

We encounter the same motifs, particularly the double dots surrounding the figures on the tondo on two cups: the first, Fig. 13, in the Museo Archeologico Nazionale in Adria (BAPD no. 46045), and

<sup>3</sup> For a similar motif attributed to the same painter see: CVA, Leiden, Rijksmuseum Van Oudheden 2: pp. 16-17, Fig.20, PLS. 66.1-4, 71.2; BAPD no. 764.

<sup>4</sup> The same decoration can be seen in many other cups, such as in Cups type A from Orvieto, Museo Civico, Coll. Faina of Art, 2608 (BAPD No. 10330) and Tübingen, Eberhard-Karls-Univ., Arch. Inst., S101486 (BAPD No. 6057), in Cups type B, from Paris (CVA, Bibl. Nat. 2, 41; Pl. 55, 8-10), and Boston Museum Fine Arts, 14.27 (BAPD No. 331991), and in many others in CVA (see, for example, Museo Nazionale di Napoli, 1, III. HE13, Pls. 33.3 and 33.5).

the second, Fig. 14, 1, 14, 2, 14, 3, sold by Sotheby's in the London Market (May 1982, lot 432) and nowadays in the San Antonio Museum of Art, Texas (BAPD no. 7159). The motif of the helmeted warrior carrying a spear and a Boeotian shield represented in the tondo and in the outer walls of this last cup has a clear parallel to another from the Louvre (BAPD no. 332029; CVA, Louvre 10, III.H.E.103, Pls. 118.8-9, 119.4), Fig. 15, attributed by Villard to the Campana Painter.

## FINAL REMARKS

All the footed dishes presented in the current paper can be generically attributed to the Caylus and Campana painters. These examples show us that these painters were responsible for the decoration of some footed dishes in a period in which black-figure technique was gradually being replaced by red-figure. As Martin Robertson pointed out (1992: p. 130), “the main interest, however, of the works in this technique at this time, is rather in the fact that it survived so long beside red-figure, and in the interrelations between practitioners of the two techniques”.

This study reinforces the opinion of Katerina Volioti (forthcoming) that “the style and technique of Leafless scenes are unrefined, and their content is generic, popular and repetitive”.

The affinities of some motifs, especially the representation of satyrs and the panther within the work of the Caylus Painter, suggest that these vases were most probably painted by the same hand. The high level of standardization could also suggest that he may have also been responsible for their manufacture as a potter. If we accept this idea, perhaps we should classify the vases attributed to this painter as belonging to Caylus Potter (instead of Caylus Painter), thus adopting a broader classification that includes the artist performing both tasks.

Of the eight footed dishes presented here attributed to the Caylus Painter, only half come from archaeological sites. With the exception of footed dish number 11 found in the Agora of Athens, the rest, numbers 2, 3 and 8, come from Etruscan necropolis in Bologna. The rest either belong to private collections or are in museums without knowing the archaeological context where they were once found. The small number of specimens gathered precludes us from saying that we are dealing with a targeted trade in this type of vase for Etruria, but the possibilities in this regard are strong. Even if we are not dealing with an “exclusive trade”, we can at present say that such objects were part of local material culture as manifested in funerary assemblages. The prevalence of Dionysian imagery on these footed dishes may reflect local veneration of the god and could have Etruscan eschatological associations. As pointed out by Sheramy D. Bundrick in the study *Athenian Eye Cups in Context* (2015: p. 119), “for the Etruscan viewer Dionysos became Fufluns and his evocative ship of the sea voyage to the afterworld”.

Some painters of this Group, especially the Caylus Painter and others within the group, such as the Campana Painter, may have specialized in this type of vessel in response to special demand no longer discernible through other means. It is, therefore, likely that most of these products may have been made for the Etruscan markets, more receptive to such kind of vases.

It is unclear whether this shape was intended for actual use. Measuring between 15,2 to 15,9 centimetres in diameter and with a short stem the cup can easily be held in one's hands. The fact that they have a high foot and are marked by an absence of handles limits their use beyond special presentation dishes, rather than durable drinking shapes. It is possible that, at least in Etruria, these footed dishes could attain a new meaning through new functions, and it could easily serve various roles, namely for libations, as a kind of *phialion* (Milette 2018a; 2018b), and function as a gift and offering to the dead, or *choai*.

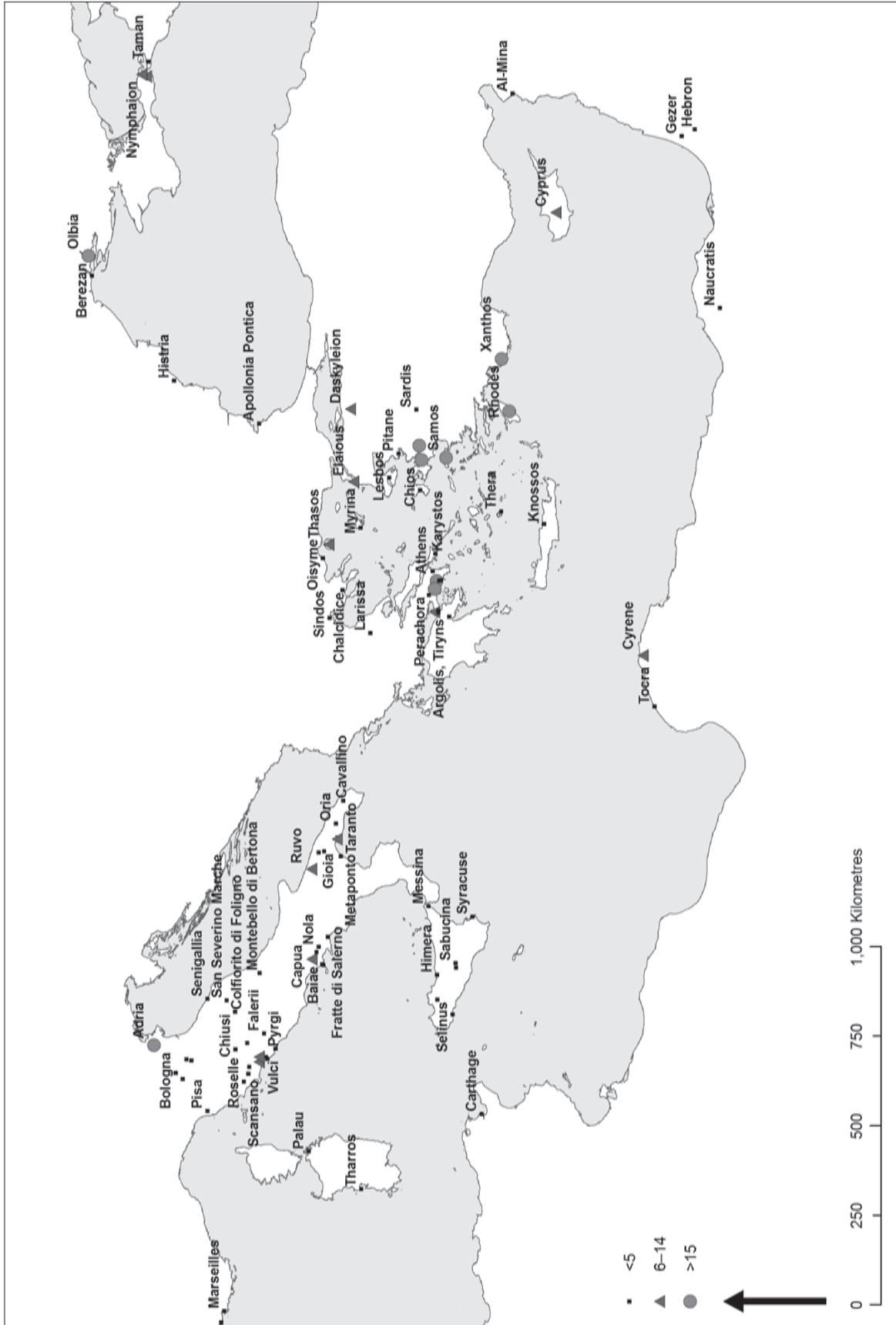
## LIST OF ABBREVIATIONS

- ABFV – Boardman, John. *Athenian Black-Figure Vases*. London, 1974 (Reimpr. 1988).
- ABV – Beazley, John. *Attic Black-Figure Vase-Painters*. Oxford 1955.
- AGORA XII – Sparkes, Brian and Tallcott, Lucy. *The Athenian Agora XII, Black and Plain Pottery*. Princeton, 1970, 139 f., no. 965, Abb. 9, Taf. 35 [“Agora:Object:P 7889”].
- BAPD – Accessed: <http://www.beazley.ox.ac.uk>
- CVA – *Corpus Vasorum Antiquorum*. Union Académique Internationale.
- PARALIPOMENA – Beazley, John. *Paralipomena: Additions to Attic Black-Figure Vase-Painters and to Attic Red-Figure Vase-Painters*. Oxford 1971.

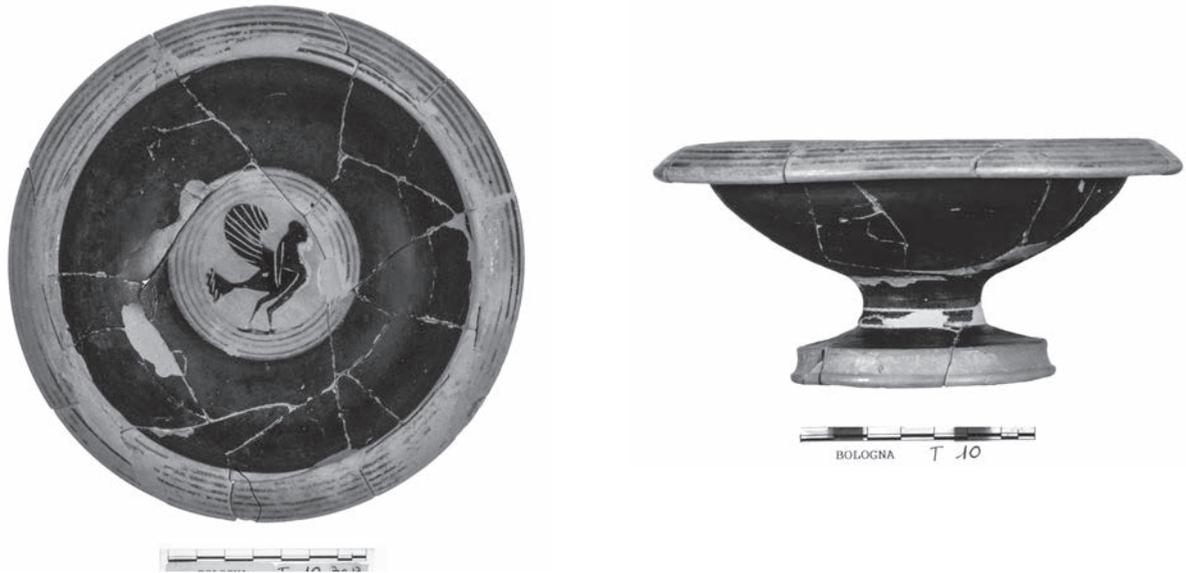
## BIBLIOGRAPHY

- BUNDRICK, Sheramy D. (2015), Athenian Eye Cups in Context – V, *American Journal of Archaeology*, vol. 119, No. 3 (July), pp. 295-341
- CAMPUS, Lucrezia (1981), Ceramica attica a figure nere. Piccoli vasi e vasi plastici. Materiali del Museo Archeologico Nazionale di Tarquinia II – V, *Archaeologica*, 16, Rome
- CATALOGUE (1999), *Royal-Athena Galleries*, vol. X, New York, no. 87
- GAIFMAN, Milette (2018a), The Greek Libation Bowl as Embodied Object – V, *Art History*, 41(3), June, pp. 444-465
- GAIFMAN, Milette (2018b), *The Art of Libation in Classical Athens*, Yale University Press/New Haven and London
- KUNISCH, Norbert (1972), *Antiken der Sammlung. Julius C. und Margot Funcke*. Bochum: Ruhr-Universität, pp. 82-83, no. 75
- MONTANARI, Giovanna Bermond (1987), *La Formazioni della Città in Emilia Romagna*, Bologna, pp. 59-60, fig. 34
- PELLEGRINI, Giuseppe (1912), *Catalogo dei vasi greci dipinti delle Necropoli Felsinee*, Bologna: Musei Civico di Bologna.
- ROBERTSON, Martin (1992), *The art of vase-painting in classical Athens*, Cambridge: Cambridge University Press
- VOLIOTI, Katerina (2014), Dimensional standardization and the use of Haimonian lekythoi, in KOTSONAS, Antonis (Ed.), *Understanding standardization and variation in Mediterranean ceramics. Mid 2nd to late 1st millennium BC*, Leuven – Paris – Walpole, MA: Peeters, pp. 149-168
- VOLIOTI, Katerina (2017), On Show and on the Go: The Advertising Language of Athenian Pottery, in CARLÀ-UHINK, F.; GARCÍA MORCILLO, M.; WALDE, C. (Eds.), *Advertising Antiquity*, Thersites, 6, pp. 3-42
- VOLIOTI, Katerina (forthcoming), Leafless cups: Towards a relational understanding, VAN DE PUT, Winfred; PALAIOTHODOROS, Dimitrios (Eds.), *Oikos, Taphos, Temenos*, Athens: Netherlands Institute in Athens

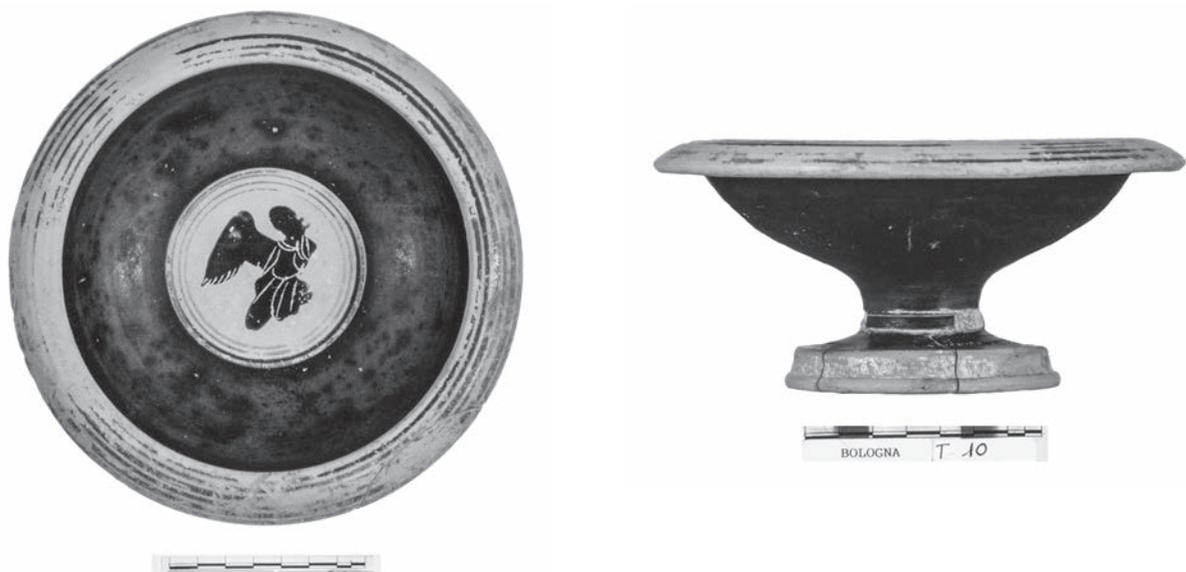




**Fig. 1:** Distribution of pottery attributed to the Leafless Group. Map: Michael Loy, first published in *Thersites, Journal for Transcultural Presences & Diachronic Identities from Antiquity to Date*, volume 6 (2017) 'Advertising Antiquity'. Re-published here with kind permission of Dr. Michael Loy.



**Fig. 2.1, 2.2:** Footed Dish. Courtesy of Museo della Storia di Bologna, Palazzo Pepoli Vecchio, Bologna. Height 7,5 cm; Diameter unknown.



**Fig. 3.1, 3.2:** Footed Dish. Courtesy of Museo della Storia di Bologna, Palazzo Pepoli Vecchio, Bologna. Height 7,5 cm; Diameter unknown.



**Fig. 4.1, 4.2, 4.3:** Footed Dish. Courtesy of Friedrich-Alexander Universität, I1260. Height 6,7 cm; Diameter 15,7 cm.



**Fig. 5.1, 5.2:** Footed Dish. Courtesy of Ruhr University at Bochum. Height 6,2 cm; Diameter 15,3 cm.



**Fig. 6.1, 6.2:** Footed Dish. Private collection, Portugal (Ex-Manhattan collection prior 1982). Height 7,9; Diameter 15,9 cm.



**Fig. 7:** Footed Dish. Private Collection (Ex-private collection, Geneva; Ex Royal-Athena Galleries). Height unknown; Diameter 15,2 cm.



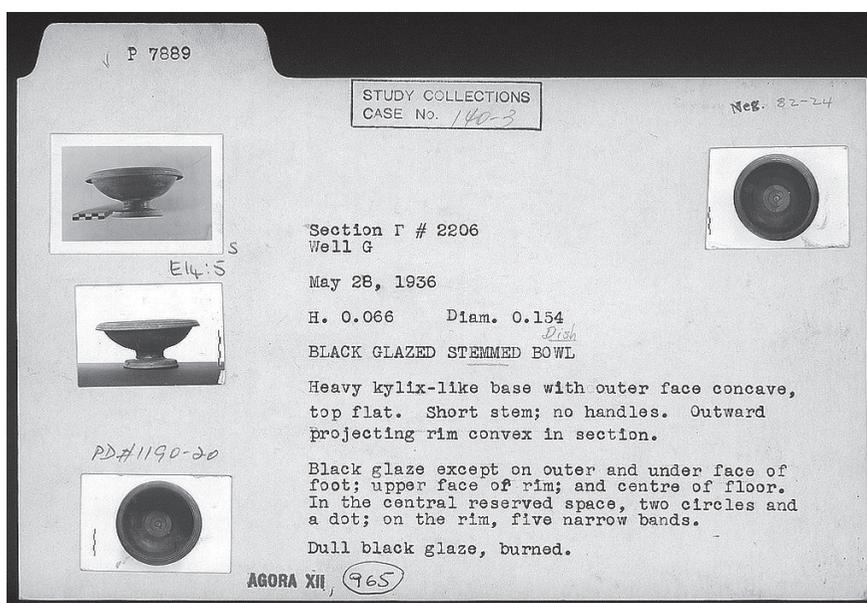
**Fig. 8.1, 8.2:** Footed Dish. Courtesy of Museo Civico Archeologico, Bologna (inv MCABo 29295). Height unknown; Diameter unknown.



**Fig. 9:** Cup type A. Courtesy of Toledo Museum of Art (no. 28.167). Height 8,3 cm; Diameter 20,5 cm.



**Fig. 10.1, 10.2, 10.3:** Cup type A. Courtesy of Museo Archeologico Nazionale, Naples (M950). Height 8,3 cm; Diameter 20,5 cm.



**Fig. 11:** References: "Agora:Object:P 7889". Height 6,6 cm; Diameter 15,4 cm.



**Fig. 12.1, 12.2:** Footed Dis. Courtesy of Musée du Louvre, Paris. Height 8,5 cm; Diameter 14 cm.



**Fig. 13:** Cup. Courtesy of Museo Archeologico Nazionale, Adria (A8). Height 5 cm.



**Fig. 14.1, 14.2, 14.3:** Cup type B. Courtesy of San Antonio Museum of Art, Texas. Height 11, 7 cm; Diameter of lip 29,3 cm; Diameter with handles 37, 2 cm.



**Fig. 15:** Cup type B. Courtesy of Musée du Louvre, Paris (F412). Height 12,5 cm; Diameter of lip 29 cm; Diameter with handles 38 cm.

# MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DA CIDADE DE BAGUNTE PRESENTES NO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (MHN)<sup>1</sup>

**Carlos A. Brochado de Almeida**

FLUP (Professor aposentado) / ISMAI – CETRAD  
cabalmeida@outlook.pt

**Pedro Brochado de Almeida**

Arqueólogo da CMVC  
pedro.brochado@cm-viladoconde.pt

**Rui Morais**

FLUP / CECH – UC  
rmorais@letras.up.pt

**Ana Rita Filipe**

Arqueóloga  
quintadatenda@gmail.com

## ABSTRACT:

The Cidade of Bagunte is a big fortified settlement from the Iron Age Period, which was widely transformed during the Romanization process of the Northwest of the Iberian Peninsula. The urban reorganization of the town happened in the 2nd half of the first century, with the Flavian dynasty. It had several archaeological campaigns during the 19th, 20th and 21st centuries. If the archaeological material dug in recent campaigns is in storage, the vast majority of the material collected in the 20<sup>th</sup> century isn't accounted for, exception made for the Torques made of silver. As for the archaeological artefacts gathered in the 19<sup>th</sup> century, all are stored at the University of Porto – Faculty of Sciences, being the subject of this article.

**Keywords:** City; Castro Culture; Flavian Dynasty; Romanization; Archaeological Material.

## RESUMO:

A Cidade de Bagunte é um grande povoado fortificado da Idade do Ferro, que, durante o processo de Romanização do Noroeste Peninsular, foi amplamente transformado. A reorganização urbana do povoado aconteceu na segunda metade do século I, com a dinastia Flávia. Teve várias campanhas de escavação nos séculos XIX, XX e XXI. Se o material arqueológico das intervenções mais recentes está devidamente guardado, a grande maioria do material recolhido no século XX encontra-se em parte incerta, à exceção dos 5 torques de prata. Quanto ao material reunido no século XIX, este encontra-se na Faculdade de Ciência da Universidade do Porto, sendo o objeto deste estudo.

**Palavras-chave:** Cidade; Cultura Castreja; Dinastia Flávia; Romanização; Espólio Arqueológico.

---

1 Este trabalho beneficiou da utilização da *Portuguese Infrastructure of Scientific Collections* (PRISC.pt). Após o fecho deste texto, na reserva do MHNC-UP foram encontrados mais 5 fragmentos de lucerna (provavelmente pertencentes à mesma peça), 1 fragmento em bronze e 7 fragmentos de vidro, 1 dos quais multicolorido (millefiori), que não puderam ser incluídos nesta publicação.

As pesquisas arqueológicas na Cidade de Bagunte (Bagunte – Vila do Conde (Fig. 1)) começaram pelo ano de 1883, pela mão da dupla de investigadores Ricardo Severo e Fonseca Cardoso. Decorridos dois anos, estes investigadores publicaram um artigo, seguido de um comentário de Martins Sarmiento, na Revista de Guimarães, também ela a dar os primeiros passos no panorama científico da arqueologia nacional (ALMEIDA & ALMEIDA, 2015b: pp. 49-62). Nesse artigo informavam os dois autores que na sondagem feita na parte mais alta do povoado tinham encontrado cerâmica, em certa medida, semelhante à que Martins Sarmiento havia recolhido no Castro de Sabroso, já que em muitos dos fragmentos ali encontrados havia marcas da roda de oleiro, a par de outros sinais como são os vestígios deixados pela utilização ao fogo. Como grande novidade para a arqueologia de então, noticiavam ainda a recolha de um cossoiro em cerâmica que havia feito parte de um fuso (SEVERO; CARDOSO, 1886: pp. 137-141), este provavelmente feito em madeira.

Outras sondagens se seguiram.

De acordo com o que deixou escrito, o Prof. Mendes Corrêa realizou ali, em 1915, algumas *sumárias sondagens*, mas as mais vastas, aquelas que puseram a descoberta uma boa parte da acrópole do povoado, só vieram a acontecer na década de 40 do século passado, por iniciativa de F. Russel Cortez que estabeleceu para o sítio um vasto programa de escavação e valorização das ruínas arqueológicas (Fig. 2) o qual, por vicissitudes várias, conheceu uma série de atropelos, interrupções e adiamentos que se prolongaram até aos primeiros anos da presente centúria (ALMEIDA & ALMEIDA, 2015b).

Em todas as sondagens aqui realizadas foi recolhido espólio arqueológico, mas, salvo algumas dezenas de fragmentos cerâmicos que deram entrada no Museu de Antropologia, desconhece-se o paradeiro dos restantes. Juntamente com a cerâmica entraram no dito museu também certas peças líticas, alguns metais, entre os quais está o cabo de uma pátera e contas fabricadas em pasta vítrea. A este espólio convirá juntar os cinco torques em prata, que até ao momento são considerados como os ex-libris mais emblemáticos desta estação arqueológica e que desde 1995 fazem parte do património da Câmara Municipal de Vila do Conde (ALMEIDA & ALMEIDA, 2015b). A este castro pertence ainda um machado de bronze de aletas, restos de fíbulas e talvez um bracelete que foi publicado por Armando Coelho na sua tese de doutoramento com a indicação de ser de Vila do Conde (SILVA, 2007: pp.192).

A cerâmica das antigas sondagens arqueológicas, embora não seja muita, despertou em tempo útil o interesse de alguns investigadores, nomeadamente um pequeno recipiente de corpo cilíndrico que remata em bico e dá indicações de ter tido uma asa. Carlos A. Ferreira de Almeida classificou-o como sendo um cadinho (ALMEIDA, 1974: pp.171-197), mas Armando Coelho tem uma opinião diferente. Para este investigador, esta peça será antes um recipiente destinado a guardar as limas saídas da atividade metalúrgica, para posteriormente poderem ser reutilizadas (SILVA, 2007: pp.200).

O espólio arqueológico proveniente desta estação que se encontra em depósito no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, sendo maioritariamente cerâmico, tem alguns, poucos, metais a acompanhar e ainda uma meia dúzia de fragmentos de barro amassado, endurecido e proveniente do pavimento de uma casa, certamente circular.

As cerâmicas aqui depositadas, que têm diversas origens, fabricos e cronologias, ascendem a um total de 180 fragmentos, sem contar com alguns líticos e metais.

No cômputo dos fragmentos registados a maioria pertence ao universo romano, pois representam 76,5% do total recenseado. Quer isto dizer que os 23,5% sobrantes são de cerâmica castreja, facto estranho num povoado que é basicamente da família dos castros do Noroeste Peninsular, onde

a Romanização só entrou, em força, a partir da segunda metade do século I. Se estes fossem os únicos elementos capazes de definir uma cronologia correta para este povoado, corríamos o risco de estabelecer uma diacronia deturpada, porque os fragmentos que estão no museu são uma escolha dos arqueólogos que realizaram aquelas intervenções arqueológicas, estando por isso muito longe de serem representativos da totalidade do espólio exumado.

Todo o espólio patente neste museu está marcado com a sigla **NR** seguida de um número onde se destaca, por ser repetitivo, o número **903**, o qual, à partida, poderia sugerir o ano de 1903. É provável que este número se refira ao ano em que o espólio foi depositado neste museu, porque não temos notícia de ter havido alguma intervenção arqueológica na Cidade de Bagunte nesta data.

Apesar da escassa representatividade da cerâmica de fabrico indígena, dita castreja, esta revela, apesar de tudo, que o povoado tem uma provável origem na 1ª Idade do Ferro, mas sem escamotear a forte possibilidade de poder recuar até ao Bronze Final, caso tenhamos em linha de conta a presença de um machado de bronze de aletas entre o espólio deste povoado (KALB, 1980: pp. 25-115; SILVA, 2007). Tal realidade está longe de ser estranha porque a norte do Rio Douro e ao longo da linha de costa atlântica, são vários os habitats castrejos cuja origem remete para os alvares do I milénio a.C.. Entre eles destacamos o Coto da Pena (Caminha) (SILVA, 2007: pp.37-38), o Monte Crasto em São Bartolomeu do Mar (Esposende), o Castro do Senhor dos Desamparados (Esposende) e o Castro de São Lourenço (Esposende) (ALMEIDA & ALMEIDA, 2015a; MARQUES, 2013), ou a Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim) (GOMES & CARNEIRO, 2005: pp. 108-109).

Os fragmentos cerâmicos mais antigos, com cronologias que medeiam entre os séculos VII e V a.C., têm paralelos na família “Alpiarça”, através formas 5 e 7 (MARQUES & ANDRADE, 1974: pp. 125-148) e em alguns dos tipos cerâmicos provenientes do Castro da Senhora da Guia (Baiões) (SILVA, 2007: Estampa XLI e XLII), não só nas tipologias das formas, mas também nas pastas e acabamentos, pois são espatulados e brunidos verticalmente na sua superfície externa (ALMEIDA, 1997: pp. 141-142).

A pouca informação sobre estes escassos fragmentos não permite retirar ilações quanto à tipologia das habitações e tão pouco da área onde elas se situariam. Podemos presumir que estas estariam instaladas na parte mais alta do monte, debaixo das estruturas que ali se vêem, mas que não foram ainda encontradas, porque as escavações feitas naquela altura não passaram dos pavimentos mais recentes. Presumivelmente tais habitações terão sido feitas com materiais perecíveis, à imagem do que aconteceu em outros povoados como, por exemplo, no castro Castelo de Faria (Barcelos) (ALMEIDA, 1997: pp. 139-141).

O espólio cerâmico relacionado com a 2ª Idade do Ferro ronda os trinta e cinco fragmentos, mas como todos eles já ostentam marcas de terem sido feitos com o auxílio da roda de oleiro, embora, por vezes, ainda se notem, em alguns, acabamentos manuais, deveremos atribuí-los à ponta final do período La Tène, mais especificamente, aos séculos II e I a.C. Aliás, são fragmentos muito análogos aos de outras estações com o mesmo tipo de ocupação e cronologia, fabricados com pastas micáceas, onde predominam as colorações acastanhadas, umas mais escuras que outras, sem esquecer que podem, mesmo, tender para o castanho avermelhado. Na generalidade são peças que têm as superfícies externas bem polidas ou alisadas, que fazem realçar as partículas de mica de uma forma apelativa e de tal modo que, por vezes, nem as grandes manchas de fuligem as conseguem esconder. As formas aqui mais representadas são as talhas, com os bordos esvasados para o exterior e a passagem do bordo para o colo internamente marcado por um ressalto bem vincado e as painéis de suspensão com asas interiores. As asas destas têm secção em D e ou circulares, sendo as características básicas destas painéis, os fundos reforçados e as paredes arqueadas, geralmente muito queimadas e cobertas de fuligem.

Deste período será ainda uma caçoila, com restos de asa exterior, também ela marcada pelo uso ao fogo e os bordos de potes e púcaros que prenunciam um tipo de vaso genericamente designado por perfil em S. Será de uma destas formas o fragmento de uma asa com secção pentagonal e delas, em geral, os fragmentos que não indicam, com clareza, a forma, mas têm a particularidade de terem decorações, metopadas umas, outras não, em forma de incisões oblíquas, caneluras e ornatos em espinha. Finalmente a presença de grampos de ferro (“gatos”) em algumas destas peças mostra, com toda a clareza, que o concerto da louça de cozinha era uma prática corrente nos povoados castrejos, presumivelmente porque seria mais económico repará-los que comprar novos.

A última peça que será de atribuir a este período é o recipiente, já mencionado, interpretado como cadinho ou depósito de limalhas. O seu fabrico é algo fruste mas, como deve estar relacionado com a metalurgia do ferro, é admissível que o seu fabrico e utilização seja desta altura.

Com o advento do principado de Augusto algo começou a mudar na estrutura tradicional da sociedade castreja. O conceito arquitetónico dos núcleos/unidades familiares ganhou consistência com os diversos componentes dispostos em torno de um pátio comum, por norma empedrado, para o qual convergem as portadas das casas, sejam elas de vivência quotidiana, ou simples unidades de apoio onde se guardam animais domésticos e os bens não perecíveis da família.

É um período de lentas, mas também de significativas, mudanças na sociedade tradicional. As casas, até aí de formato circular, por vezes já com acrescentos denominados vestíbulos ou caranguejos, vêm-se agora acompanhadas de outras com tendência para o oblongo, solução que na ponta final do século I abriu caminho às casas quadradas e retangulares, às paredes argamassadas e até caiadas em diversas tonalidades, às coberturas cuja matéria-prima são as telhas (*tegulae* e *imbrices*) e às primeiras formas de organização urbanística de tendência ortogonal. Estas novidades estão bem expressas em povoados como a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) e de um certo modo no Monte Mozinho (Penafiel) e Alvarelos (Trofa) e mais timidamente em habitats como a “Cidade Velha” de Santa Luzia (Viana do Castelo), a Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim) e, no caso vertente, na Cidade de Bagunte (SILVA, 2007; GOMES & CARNEIRO, 2005; ALMEIDA & ALMEIDA, 2015a; ALMEIDA, 2008; SOEIRO, 1984).

Mudanças significativas também ocorreram na forma de cozinhar – aparecem os primeiros fornos postados, quase sempre, num dos recantos do vestíbulo – e a substituição gradual das painéis de suspensão com asas interiores, por outras que têm a mesma função, mas as asas nascem diretamente do bordo, sendo por isso denominadas por painéis de asas em orelha.

Neste período de transição as formas da cerâmica doméstica pouco variaram, pois continuaram a existir *dolia*, potes e painéis, púcaros, taças, caçoilas e assadeiras. Mas também apareceram os primeiros pratos que não estavam incluídos na anterior panóplia indígena. A novidade maior está na qualidade das pastas, agora a tenderem mais para o avermelhado e para o castanho amarelado e sobretudo na graduação dos desengordurantes que as integram, micáceos ainda, mas com palhetas de mica muito mais finas, o que permitia uma cozedura bem mais consistente e equilibrada. Paralelamente diminuiu o gosto pelas superfícies polidas e até pelas composições decorativas mais extensas e complexas, passando para um alisado, quando não já incorporam uma espécie de engobe que vem da observação das cerâmicas romanas que então já estavam presentes nos povoados indígenas, mormente naqueles que se encontravam mais próximo do litoral e dos eixos viários que conduziam à capital da *Gallaecia* inferior.

As primeiras cerâmicas romanas da Cidade de Bagunte têm origem mediterrânica e chegaram até aqui via importação. Entre as mais antigas, que não são certamente anteriores à tomada do poder em Roma por Octávio César Augusto, estão dois fragmentos indeterminados de *terra sigillata*, um de fabrico oriental A (c. 10 a.C. a 20) e outro de fabrico itálico. A estes devem acrescentar-se

ânforas béticas do tipo *Haltern 70* e itálicas do tipo *Dressel 2-4*, com características morfológicas atribuíveis aos finais do século I a.C. e a 1.ª metade da centúria seguinte. Os restantes fragmentos importados datam a partir de meados do século I, entre 50/60 e 80, e correspondem a fragmentos de *terra sigillata* do sul da Gália do centro produtor de La Graufesenque, com cerca de duas dezenas e meia de fragmentos. As formas melhor representadas são os pratos *Drag. 18/31*, seguidos pelas tigelas *Drag. 24/25, 27, 33* e *Ritt. 8*. Destacam-se deste conjunto duas marcas, uma presente numa forma *Drag. 27* (provavelmente atribuível a *MOMO*) e a outra proveniente de um fragmento de tigela de forma indeterminável, onde apenas se lê *VI*. Foram ainda identificados dois fragmentos indeterminados de *terra sigillata* hispânica do vale do Ebro, datáveis entre 60/80 e 70/100, respetivamente (MORAIS & CARRERAS, 2000; MORAIS, 2013; ETLINGER, 1991; HAYES, 1972; MEZQUIRIZ, 1961; BES, 2015; OSWALD & PRYCE, 1920).

Ainda que em menor número devem ainda referir-se outras cerâmicas finas de mesa, nomeadamente paredes finas itálicas e emeritenses. A estas deve somar-se um fragmento com a parede decorada a barbotina, provavelmente produzido no âmbito da cidade de *Bracara Augusta* e com paralelos conhecidos na região (MAYET, 1975; MORAIS & FERNÁNDEZ, 2014).

Como é habitual neste tipo de contextos, para além das produções importadas foram identificadas outras cerâmicas finas de mesa de produção regional, nomeadamente as chamadas cinzentas finas polidas e cerâmicas comuns finas. De acordo com as formas e os fabricos, e à semelhança do fragmento de paredes finas acima referido, estas cerâmicas foram produzidas nas olarias de *Bracara Augusta* ao largo da 2ª metade do século I (DELGADO & MORAIS, 2009; MORAIS & FERNÁNDEZ, 2014; SOEIRO, 1981: pp. 97-108; CENTENO & MORAIS & SOEIRO, 2014: pp. 291-308).

Para além destas produções estão também presentes as cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável, aqui representadas por taças e copos, com uma pasta de cor castanha-avermelhada e que parecem imitar (ou pelo menos inspirar-se) nas sigillatas do Sul da Gália do tipo Ritterling 5 e 9 (DELGADO & MORAIS, 2009: pp. 47).

Cronologia bem mais dilatada tem a cerâmica comum grosseira pois, como não há registo estratigráfico, dificilmente poderemos restringir-lhe o período de fabrico. Podemos associá-las às construções de matriz romana que se encontram na parte alta do povoado, mas nada garante que os núcleos familiares que perduraram para lá do câmbio da Era as não tenham utilizado, juntamente com as cerâmicas de importação e as de produção indígena. Estamos mesmo em crer que na generalidade dos casos, estas produções, que são oriundas da zona de Prado/Ucha, cobrem o universo cronológico do Alto Império, à imagem das cinzentas finas polidas e das outras produções de *terra sigillata* e de paredes finas acima mencionadas. Estas possuem pastas avermelhadas e/ou amareladas, por vezes contendo bastantes desengordurantes arenosos. De entre um universo de cerca de três dezenas de fragmentos destacam-se os *dolia*, os jarros, os potes e as panelas.

Neste espólio proveniente da Cividade de Bagunte foram ainda identificados fragmentos de cerâmica datáveis dos finais do império, certamente associados à ocupação tardia do povoado (DELGADO & MORAIS, 2009: pp. 61). Convirá recordar que na parte mais alta do povoado há um conjunto de estruturas de formato retangular, que se distribuem ao longo de uma rua lajeada e com portas para ela orientadas, as quais eram cobertas a *tegulae*.

Para além das cerâmicas finas e de uso comum foram identificadas lucernas, com destaque para um fragmento de volutas de origem itálica, pertencente à forma *Loeschcke I*, provavelmente datável do reinado de Augusto.

Devem ainda assinalar-se a presença de inúmeros fragmentos de *tegulae* e de *imbrices*, usados em época romana para cobrir as casas quadradas e retangulares e eventualmente algumas das

oblongas. São materiais muito comuns nos castros romanizados e nas ocupações romanas erguidas nas encostas e planícies agrícolas (*villae* e casais isolados), sendo que, por norma, muitas delas têm a marca da oficina, ou do oleiro que as fabricou.

A listagem do material cerâmico desta estação completa-se com um grupo de patelas e um outro de cossoiros.

As patelas foram feitas com pastas análogas à da cerâmica indígena e embora não tenhamos estratigrafias, estamos em crer que são coevas dos produtos atribuídos à 2ª Idade do Ferro e também dos de transição, porque há uma que foi feita a partir de um fragmento de pasta de ânfora avermelhada. A sua funcionalidade é que não está ainda bem clarificada – podem, por exemplo, ter sido usadas como peças de jogo – ao contrário dos cossoiros (*verticilli*) que eram parte integrante do fuso de fiar (*fusus*), para garantir o movimento de rotação. Dos onze exemplares registados, um corresponde a um aproveitamento de um fragmento de ânfora com pasta avermelhada. Morfológica-mente são peças que se encaixam nas diversas formas e variantes elaboradas por Armando Coelho (SILVA, 2007: pp. 137) mas, no aspeto estético, só um deles está decorado, com círculos incisos na calota superior.

O lote de materiais recenseados atribuídos a esta estação completa-se, com alguns metais e líticos.

Os metais, que são escassos, comportam objetos fabricados em bronze e em ferro.

As peças fabricadas em bronze distribuem-se por três áreas distintas, no que toca à funcionalidade e também à cronologia.

O mais antigo é da Idade do Bronze e corresponde ao machado de aletas referido no prólogo deste estudo. Se a sua cronologia não oferece grandes dúvidas, o mesmo não se pode dizer quanto ao local de achamento, porque não há evidências confirmadas de ter sido realmente encontrado na área do castro<sup>2</sup>. O mais recente será o cabo de uma pátera, ou de um espelho, decorado com losangos que se interligam. Esta peça, que remata em cabeça de pantera, terá uma cronologia mais próxima da Antiguidade Tardia caso se trate, como certas vezes o pretendem, parte integrante de um objeto litúrgico, ou então o simples cabo de um objeto utilitário que pode ser uma faca (CORTEZ, 1950: pp. 52-92; PINTO, 2002: pp. 355-356). Pelo meio ficam partes muito danificadas de fíbulas (mola e fuzilhão) que não permitem uma identificação segura, à exceção de um aro, ao qual faltam as extremidades, que bem pode ser de uma fíbula em ómega (PONTE, 2006).

O rol dos metais remata com alguns pregos, uma cavilha e parte da lâmina de uma faca fabricados em ferro, tanto mais que ali também foram recolhidas algumas escórias de ferro e há mesmo um cadinho, ou recipiente para recolher limalhas, os quais explicam uma certa atividade metalúrgica, quando mais não seja, já na ponta final da Romanização. Tudo indica que o quarteirão de casas postadas na parte mais elevada do castro tenha estado ligado a atividades artesanais, pois tem certas analogias com casos conhecidos do Castro de São Lourenço (Esposende) e do Monte Mozinho (Penafiel).

Atribuídos à Cidade estão ainda alguns líticos, mas não todos. Parte de um machado de pedra polida veio do Castro de Santagões, um pequeno povoado indígena defendido por uma muralha em talude e que está sobranceiro ao curso do rio Ave. À Cidade é atribuído um outro machado de pedra polida, feito em anfíbolito, mas no caso vertente a dúvida que se levanta é a mesma que colocamos para o machado de bronze. Mais problemática ainda é a atribuição de um pedaço de tronco de árvore petrificada, pois não encontramos aqui condições geológicas que justifiquem a sua atribuição a este sítio.

---

<sup>2</sup> Na base meridional do monte da Cidade de Bagunte, na Quinta dos Cavaleiros, foram encontradas cerâmicas da Idade do Bronze. Recentemente foi escavado um terreno na base este do monte, cujos dados apontam para uma ocupação com a mesma cronologia.

## CATÁLOGO

### 1. Cerâmica indígena da 1.<sup>a</sup> Idade do Ferro

Categoria: Cerâmica indígena

Tipo: Taça carenada

Descrição formal e características de fabrico: Bordo boleado pelo exterior, com arranque em carena na passagem para o bojo. Pasta castanho-escura com finos grãos de mica. Superfície exterior polida e queimada e a interior com vestígios de aguada castanha avermelhada. Cronologia: Meados do I milénio a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01. 109 (Saco 03)

Fig. 3, n.º 1

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Taça (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo adelgado. Superfícies com polimento e marcas de fuligem. Pasta castanha, muito escura, com grãos de mica e de areia de pequeno calibre.

Cronologia: Séculos VII/V a.C.

N.º de inventário: NR: Sem marcação (Saco 18)

Fig. 3, n.º 2

Categoria: Cerâmica indígena de tipo Alpiarça

Forma: Taça (?)

Descrição formal e características de fabrico: Parede arqueada para o interior que remata em bordo adelgado. Decoração à base de linhas verticais, brunidas e paralelas. Superfícies polidas, com ligeiros sinais de fuligem na exterior. Pasta acastanhada, muito cuidada e com vestígios mínimos de mica muito fina.

Cronologia: Séculos VII/V a.C.

N.º de inventário: NR: Sem marcação (Saco 13)

Fig. 3, n.º 3

Categoria: Cerâmica indígena de tipo Alpiarça

Forma: Taça carenada

Descrição formal e características de fabrico: Bordo com remate adelgado, parede arqueada e carenada, com decoração à base de linhas espatuladas, verticais e paralelas. Superfícies polidas com ligeiros sinais de fuligem na exterior. Pasta acastanhada, muito cuidada e com vestígios mínimos de mica muito fina.

Cronologia: Séculos VII/V a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01. 97 (Saco 13)

Fig. 3, n.º 4

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Pote

Descrição formal e características de fabrico: Perfil em S. Bordo danificado. Superfícies com polimento e marcas de fuligem na face interior. Superfície exterior marcada com três caneluras paralelas horizontais. Pasta castanho, muito escura, com grãos de mica e de areia de pequeno calibre.

Cronologia: Séculos V/IV a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.102 (Saco 13)

Fig. 3, n.º 5

### 2. Cerâmica indígena da 2.<sup>a</sup> Idade do Ferro

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Cadinho/Recipiente para limalhas (?)

Descrição formal e características de fabrico: Forma cilíndrica, fundo raso, bico aberto no bordo. Possível asa. Pasta castanho-escura, com pouca areia e mica. Superfícies irregulares, lisas e enegrecidas

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: 903. 01. 33 (Saco 52)

Bibliografia: ALMEIDA, 1974, 195, Fig. XVIII, 4; SILVA, 2007, Fig. LXI, 3.

Fig. 3, n.º 6

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Cadinho/Recipiente para limalhas (?)

Descrição formal e características de fabrico: Forma subcilíndrica, fundo raso, bico aberto no bordo. Pasta castanho-escura, com pouca areia e mica. Superfícies irregulares, lisas e enegrecidas.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: 903. 01. 134 (Saco 12)

Bibliografia: SILVA, 2007, Fig. LXI, 3

Fig. 3, n.º 7

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Testo

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de testo com decoração em espinha que, em parte, se sobrepõe, chegando ao reticulado. Pasta acastanhada, com muitas partículas de mica e manchas de fuligem. Superfície alisada com dois orifícios circulares, não uniformes.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.129 (Saco 18)

Fig. 3, n.º 8

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com duas caneluras horizontais incisas, paralelas. Pasta castanho-escura, com muitas palhetas de mica. Superfícies levemente polidas.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.101 (Saco 22)

Fig. 3, n.º 9

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com caneluras paralelas. Pasta acastanhada, com finas partículas de mica e areia. Superfícies alisadas.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.168 (Saco 34)

Fig. 3, n.º 10

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com duas caneluras incisas. Pasta castanho-clara, com grandes palhetas de mica. Superfícies levemente polidas.

Cronologia: Séculos III/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.246 (Saco 22)

Fig. 3, n.º 11

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com linhas incisas e verticais e outras dispostas em espinha, dispostas em métopas separadas por larga canelura. Pasta castanho-alaranjada com finas partículas de mica.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.127 (Saco 22)

Fig. 3, n.º 12

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Fragmento de bojo

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com decoração em espinha separada por caneluras incisas. Pasta castanho-avermelhada, com finas partículas de mica e manchas de fuligem. Tem um grampo de ferro.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.128 (Saco 26)

Fig. 4, n.º 1

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo, com vestígios de decoração à base de incisões oblíquas, em bandas metopadas, separadas por caneluras incisas. Pasta castanho-avermelhada, com escasas partículas de mica.

Cronologia: Século II-I a.C.

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte MC (Saco 26)

Fig. 4, n.º 2

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com decoração em espinha separada por por caneluras. Pasta castanho-escura, escasas partículas de mica e com manchas de fuligem.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte/ Fundo de cabana n.º 1 (Saco 26)

Fig. 4, n.º 3

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com vestígios de decoração em espinha. Pasta castanho-avermelhada, com finas partículas de mica.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte MC (Saco 26)

Fig. 4, n.º 4

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com decoração em espinha. Pasta castanho-avermelhada, com finas partículas de mica.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte MC (Saco 26)

Fig. 4, n.º 5

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com caneluras incisas paralelas. Pasta castanho-escura com bastante palhetas de mica. Superfícies levemente polidas.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.256 (Saco 02)

Fig. 4, n.º 6

Categoria: Tradição indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com caneluras paralelas horizontais. Pasta acastanhada, com finas partículas de mica e areia. Superfícies alisadas.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.169 (Saco 02)

Fig. 4, n.º 7

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de asa de secção circular. Pasta acastanhada com muitas palhetas de mica.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.125 (Saco 22)

Fig. 4, n.º 8

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de asa de secção pentagonal. Pasta castanho-avermelhada com grãos de areia e pequena quantidade de mica. Superfícies levemente polidas.

Cronologia: Séculos I a.C./I.

N.º de inventário: NR: 903.01.126 (Saco 02)

Fig. 4, n.º 9

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo biselado, reentrante, com arranque de parede e asa de secção em D. Pasta acastanhada com palhetas de mica.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.190 (Saco 31)

Fig. 4, n.º 10

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo triangular. Pasta acastanhada e com palhetas de mica. Superfície exterior alisada, rugosa e queimada. Parte interna polida.

Cronologia: Séculos II/I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.178 (Saco 31)

Fig. 5, n.º 1

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo biselado com arranque de parede. Pasta acastanhada e com muitas palhetas de mica. Superfície exterior alisada, deteriorada e com marcas de fuligem.

Cronologia: Séculos II/I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.182 (Saco 02)

Fig. 5, n.º 2

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo biselado e parede arqueada. Pasta acastanhada, com muitos grãos finos de areia e de mica. Superfície exterior alisada e queimada e a interior com ligeiro polimento.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01. 184 (Saco 09)

Fig. 5, n.º 3

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Pote (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo inclinado para o exterior com recorte esvasado. Pasta acastanhada, com palhetas de mica e grãos de areia. Superfície exterior levemente polida e queimada.

Cronologia: Séculos II/I a.C./ I

N.º de inventário: NR: 903.01.180 (Saco 31)

Fig. 5, n.º 4

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Caçoila (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo com aba curta. Pasta acastanhada, com mica e grãos de areia. Superfície exterior alisada e a interior com um leve polimento.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.247 (Saco 22)

Fig. 5, n.º 5

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado, ligeiramente reentrante. Tem um furo no início da parede que não parece ser de asa. Pasta acastanhada, com bastantes palhetas de mica e grãos de areia. Superfícies alisadas, com marcas de fuligem.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.172 (Saco 02)

Fig. 5, n.º 6

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo com pequena aba. Pasta castanho-escura, com finas partículas de mica e de areia. Superfície exterior alisada e fuliginosa.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01. 243 (Saco 38)

Fig. 5, n.º 7

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: *Dolium* (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado e boleado, voltado para o exterior. Pasta castanho-avermelhada, com muita mica e grãos de areia. Superfícies alisadas, mas com a interior muito queimada.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.181 (Saco 14)

Fig. 5, n.º 8

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: *Dolium*

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado. Pasta castanho-escura, com muitos grãos de areia e de mica. Superfície exterior alisada e queimada e a interior escurecida e com ligeiro polimento.

Cronologia: Século II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01. 187 (Saco 09)

Fig. 5, n.º 9

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: *Dolium* (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado, ligeiramente reentrante, com arranque de parede. Pasta castanho-escura, com bastantes palhetas de mica e grãos de areia. Superfícies polidas, com restos de queima na face interna.

Cronologia: Séculos II/I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.242 (Saco 31)

Fig. 5, n.º 10

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: *Dolium*

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado. Superfície exterior alisada e a interior polida, com manchas escuras. Tem um grampo de ferro na parte superior da aba. Pasta castanho-escura, com bastante mica e grãos finos de areia.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.171 (Saco 11)

Fig. 6, n.º 1

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: *Dolium*

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado com arranque de parede marcado por uma carena. Pasta acastanhada, com bastantes palhetas de mica e grãos de areia. Superfícies polidas, tendo a interior sinais de espatulado na face interna do bordo. Tem marcas de fuligem.

Cronologia: Séculos II/I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.170 (Saco 31)

Fig. 6, n.º 2

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: *Dolium*

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado. Pasta acastanhada, com finas partículas de mica e grãos de areia. Superfícies polidas e internamente enegrecida.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.173 (Saco 09)

Fig. 6, n.º 3

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Bordo triangular, com orifício resultante da adaptação de um grampo de ferro. Pasta acastanhada, muito arenosa e com finas palhetas de mica. Superfícies alisadas com a exterior muito rugosa e queimada.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.175 (Saco 34)

Fig. 6, n.º 4

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Painela de asa interior

Descrição formal e características de fabrico: Fundo e arranque de parede. Superfícies alisadas. Pasta acastanhada, com muitas palhetas de mica e grãos de areia fina.

Cronologia: Séculos II-I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01.131 (Saco 38)

Fig. 6, n.º 5

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo. Pasta acastanhada, com finas palhetas de mica. Superfícies levemente alisadas.

Cronologia: Séculos II/I a.C.

N.º de inventário: NR: 903.01. 138 (Saco 02)

Não ilustrado

Categoria: Cerâmica indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado e com parede arqueada. Pasta acastanhada, com partículas de mica e grãos de areia. Superfícies alisadas que fazem realçar as palhetas de mica.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR:903.01.174 (Saco 14)

Não ilustrado

### 3. Cerâmica indígena de transição

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Potinho com asa

Descrição formal e características de fabrico: Bordo fraturado, com arranque de asa em fita. Pasta castanho-avermelhada, com finas partículas de mica. Superfícies escurecidas e alisadas.

Cronologia: Reinado de Augusto

N.º de inventário: NR:903.01. 120 (Saco 03)

Fig. 6, n.º 6

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Painela (?)

Descrição formal e características de fabrico: bordo fraturado e inclinado para o exterior. Pasta castanho-escura e com escassas e finas partículas de mica. Superfícies castanho-alaranjadas e alisadas. Tem um orifício resultante da colocação de grampo de ferro.

Cronologia: Século I

N.º de inventário: NR:903.01.121 (Saco 34)

Fig. 6, n.º 7

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo decorado com caneluras incisadas. Pasta avermelhada, com muitos grãos finos de areia.

Cronologia: Século I

N.º de inventário: NR:903.01.137 (Saco 22)

Fig. 6, n.º 8

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com decoração em espinha. Pasta acastanhada, com finas partículas de mica e de areia. Superfícies alisadas.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte (Saco 02)

Fig. 6, n.º 9

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Testa

Descrição formal e características de fabrico: Testa. Pasta castanho-avermelhada, com areia e partículas de mica.

Cronologia: Século I

N.º de inventário: NR:903.01.162 (Saco 22)

Fig. 7, n.º 1

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Púcaro (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado, com parede a sugerir um perfil em S. Pasta acastanhada, com finos grãos de mica. Superfícies alisadas.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR:903.01.130 (Saco 31)

Fig. 7, n.º 2

Categoria: Cerâmica de tradição indígena

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado de vaso de perfil em S. Pasta acinzentada, com grãos de areia e partículas de mica. Superfícies exterior alisada.

Cronologia: Séculos I a.C./I

N.º de inventário: NR: 903.01.135 (Saco 18)

Fig. 7, n.º 3

Categoria: Cerâmica de tradição indígena  
Forma: Alguidar  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo espessado, ligeiramente reentrante. Superfícies alisadas. Pasta castanho-acinzentada, com muitas palhetas de mica.  
Cronologia: Século I  
N.º de inventário: NR: 903.01.186 (Saco 31)  
Fig. 7, n.º 4

Categoria: Cerâmica de tradição indígena  
Forma: Panela de asa interior  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo biseado e reentrante. Pasta castanho-avermelhada, com areia e partículas de mica. Superfícies alisadas e escurcidas.  
Cronologia: Séculos I a.C./I  
N.º de inventário: NR: 903.01.183 (fundo de cabana n.º 1) (Saco 09)  
Fig. 7, n.º 5

Categoria: Cerâmica de tradição indígena  
Forma: Panela/pote  
Descrição formal e características de fabrico: Fundo de panela ou de pote. Pasta acastanhada, com grãos de areia e partículas de mica. Superfície exterior alisada e com vestígios de fuligem.  
Cronologia: Séculos I a.C./I  
N.º de inventário: NR: 903.01.163 (Saco 18)  
Fig. 7, n.º 6

Categoria: Cerâmica de tradição indígena  
Forma: Panela de asa interior (?)  
Descrição formal e características de fabrico: Fundo de panela. Pasta acastanhada, com grãos de areia e partículas de mica. Superfície exterior levemente polida e com vestígios de fuligem no fundo.  
Cronologia: Séculos I a.C./I  
N.º de inventário: NR: 903.01.250 (Saco18)  
Fig. 7, n.º 7

Categoria: Cerâmica de tradição indígena  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo adelgado e inclinado para o exterior. Pasta acastanhada, com finos grãos de mica. Superfícies alisadas  
Cronologia: Séculos I a.C./I  
N.º de inventário: NR: 903.01. 140 (Saco 31)  
Não ilustrado

Categoria: Cerâmica de tradição indígena  
Forma: *Dolium* (?)  
Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo. Pasta castanho-avermelhada, com grãos de areia e partículas de mica.  
Cronologia: Século I  
N.º de inventário: NR: 903.01. 157 (Saco 34)  
Não ilustrado

#### 4. Ânforas

Categoria: Contentor  
Forma: *Haltern 70*  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo.  
Cronologia: c. 30 a.C./70  
N.º de inventário: NR: 903.01.185 (Saco 31)  
Fig. 7, n.º 8

Categoria: Contentor  
Forma: Asa de forma púnica indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: Pasta avermelhada  
Cronologia: Indeterminada  
N.º de inventário: NR: 903.01.248 (Saco 22)  
Fig. 7, n.º 9

Categoria: Contentor  
Forma: *Dressel 2/4*  
Descrição formal e características de fabrico: Bojo com arranque de asa.  
Cronologia: 1.ª metade do século I?  
N.º de inventário: NR: 901.01. ? (Saco 31)  
Fig. 7, n.º 10

Categoria: Contentor  
Forma: Indeterminada.  
Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo.  
Cronologia: Indeterminada  
N.º de inventário: NR: 903.01.159 (Saco 25)  
Não ilustrado

#### 5. Cerâmica comum romana grosseira

Categoria: Cerâmica grosseira romana  
Forma: Pote (?)  
Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bordo com arranque de asa. Pasta castanho acinzentada escurcida na face interna, com grãos de areia e mica. Superfícies alisadas.  
Cronologia: Época romana tardia  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.110 (18)  
Fig. 8, n.º 1

Categoria: Cerâmica grosseira romana  
Forma: Pote (?)  
Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de fundo. Pasta castanho escura, escurcida na face interna, com grãos de areia e mica. Superfícies alisadas.  
Cronologia: Época romana tardia  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.118 (34)  
Fig. 8, n.º 2

Categoria: Cerâmica comum grosseira  
Forma: Jarro  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo com arranque de asa de secção irregular. Superfícies alisa-

das. Pasta castanho-alaranjada, levemente arenosa e com cerne cinzento.

Cronologia: Séculos II-IV

N.º de inventário: NR: 903.01.244 (Saco 11)

Fig. 8, n.º 3

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Pote

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado, ligeiramente esvasado. Pasta castanho-escuro, com finos grãos de areia e palhetas de mica. Superfície exterior alisada, com manchas de fuligem.

Cronologia: Século IV/V

N.º de inventário: NR: 903.01.239 (Saco 02)

Fig. 8, n.º 4

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Pote

Descrição formal e características de fabrico: Bordo soerguido, ligeiramente reentrante. Pasta castanho-alaranjada, com finos grãos de mica. Superfície exterior alisada.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.245 (Saco 34)

Fig. 8, n.º 5

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Jarro (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo esvasado. Pasta castanho-amarelada e levemente arenosa.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.261 (Saco 25)

Fig. 8, n.º 6

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Pote

Descrição formal e características de fabrico: Bordo simples, ligeiramente esvasado. Tem um furo circular na transição para o bordo, provavelmente para suspensão.

Cronologia: 1ª metade do século I

N.º de inventário: NR: 903.01.136 (Saco 07)

Fig. 8, n.º 7

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Pote (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo espessado, ligeiramente esvasado, com pequena aresta saliente na passagem para o colo. Pasta castanho-amarelada, com finas partículas de mica. Sinais de fuligem na parte interna do bordo.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.264 (Saco 25)

Fig. 8, n.º 8

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Pote?

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado e moldurado. Pasta amarelo-alaranjada, com finos grãos de areia e palhetas de mica. Superfície exterior alisada.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.177 (Saco 31)

Fig. 8, n.º 9

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Bordo triangular, ligeiramente esvasado. Superfícies alisadas. Pasta castanho-avermelhada, com grãos de areia e com finas partículas de mica.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.255 (Saco 38)

Fig. 8, n.º 10

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Bordo simples, na continuidade da parede. Pasta castanho-alaranjada, com grãos de areia, superfícies alisadas e com resto de engobe castanho-avermelhado.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.252 (Saco 34)

Fig. 8, n.º 11

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Tigela (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo espessado. Superfícies alisadas. Pasta castanho-alaranjada, com finos grãos de areia e palhetas de mica.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.176 (Saco 22)

Fig. 9, n.º 12

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Taça

Descrição formal e características de fabrico: Bordo com lábio triangular, ligeiramente reentrante. Pasta bege-alaranjada, com grãos de areia e palhetas de mica de médio calibre. Superfícies alisadas, tendo a exterior com restos de aguada acastanhada.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: (Saco 25)

Fig. 8, n.º 13

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Taça (?)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo simples na continuidade da parede hemisférica. Pasta castanho-alaranjada, com finas palhetas de mica. Superfície exterior alisada.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.256 (Saco 34)

Fig. 8, n.º 14

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: *Dolium?*

Descrição formal e características de fabrico: Bordo com lábio engrossado, ligeiramente reentrante. Pasta castanho-alaranjada, com grãos de areia de médio calibre. Superfícies alisadas, tendo a exterior restos de aguada castanho-avermelhada.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte fundo de cabana n.º 1 (Sacos 38, 49 e 50)

Fig. 9, n.º 1

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Tacho

Descrição formal e características de fabrico: Bordo biselado, ligeiramente reentrante. Pasta castanho-avermelhada, com grãos de areia. Superfícies alisadas e com manchas de fuligem.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.253 (Saco 31)

Fig. 9, n.º 2

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Taça

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado com lábio reentrante. Pasta castanho-alaranjada, com muitos grãos de areia e palhetas de mica. Superfícies alisadas.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: Bagunte 1903 (Saco 14)

Fig. 9, n.º 3

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Tacho

Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado, ligeiramente reentrante. Parede arqueada com restos de asa. Pasta castanho-alaranjada, escurecida exteriormente, com finos grãos de areia e palhetas de mica.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.188 (Saco 09), 254 e 259 (Saco 38)

Fig. 9, n.º 4

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Bojo de vaso de grande porte, exteriormente decorado com caneluras horizontais e paralelas. Pasta castanho-avermelhada, com superfícies alisadas. Desengordurante à base de grãos de areia.

Cronologia: Época romana

N.º de inventário: NR: 903.01.249 (Saco 23)

Fig. 9, n.º 5

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Alguidar

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com moldura de reforço. Pasta castanho alaranjada e superfícies alisadas com leves sinais de finas partículas de mica.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.149 (Saco 22)

Fig. 9, n.º 6

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fundo de pequeno vaso com parte da parede. Pasta cinza clara com finos grãos de areia. Superfícies escurecidas e restos de fuligem na exterior.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.100 (Saco 18)

Fig. 9, n.º 7

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fundo plano de pequena dimensão. Pasta castanho avermelhada escurecida exteriormente, com finos grãos de areia e mica. Superfície exterior alisada e queimada.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.160 (Saco 34)

Fig. 9, n.º 8

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fundo plano. Pasta acastanhada com finos grãos de areia e mica. Superfície exterior rugosa.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.153 (Saco 31)

Fig. 9, n.º 9

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fundo de copo reentrante. Pasta amarelada, levemente arenosa.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.257 (Saco 25)

Fig. 9, n.º 10

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: *Dolium*

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de fundo plano. Pasta castanho avermelhada com grãos de areia de grande calibre e finas partículas de mica.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.220 (Saco 31)

Fig. 9, n.º 11

Categoria: Cerâmica comum grosseira

Forma: Asa

Descrição formal e características de fabrico: Asa em fita canelada com remate de pega. Pasta vermelho acinzentada, superfícies alisadas de tonalidade cinzenta. Desengordurante à base de areia de pequeno e médio calibre.

Cronologia: Século V/VI

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.124 (Saco 22)

Fig. 10, n.º 1

Categoria: Cerâmica grosseira romana

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de bojo com grampo em ferro. Pasta castanho alaranjada escurecida na face interna, com finos grãos de areia e mica. Superfícies alisadas.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

Fig. 10, n.º 2

Categoria: Cerâmica grosseira romana  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: Fundo plano vaso. Pasta castanho alaranjada com finos grãos de areia. Superfícies alisadas.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.151 (Saco 18)  
Não ilustrado

Categoria: Cerâmica comum grosseira  
Forma: Pote/panela  
Descrição formal e características de fabrico: Fundo plano. Pasta amarelo acinzentado, levemente arenosa e queimada no exterior.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.154 (Saco 25)  
Não ilustrado

Categoria: Cerâmica comum grosseira  
Forma: Forma indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: Fundo. Pasta amarelada, levemente arenosa.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.155 (Saco 25)  
Não ilustrado

## 6. Cerâmica comum romana fina

Categoria: Cerâmica comum fina  
Forma: Copo  
Descrição formal e características de fabrico: Copo de perfil em S com bordo simples e fundo ligeiramente alteado. Pasta beije, depurada com finas partículas de mica. Superfície exterior com restos de engobe acastanhado, delida pelas condições de jazida.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Quinta de Cavaleiros?  
N.º de inventário: NR: 903.01.37 (Saco 56)  
Fig. 10, n.º 3

Categoria: Cerâmica comum fina  
Forma: Copo  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo ligeiramente engrossado e esvasado. Pasta castanho avermelhada com alguma s finas palhetas de mica. Superfície exterior coberta com engobe castanho alaranjado.  
Cronologia: 1.ª metade do século I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.55 (Saco 35)  
Fig. 10, n.º 4

Categoria: Cerâmica comum fina  
Forma: Jarro  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado com o interior côncavo. Pasta beije acinzentada com finas partículas de mica. Superfície exterior com restos de aguada castanho clara.

Cronologia: séc. I-II  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 901.01.134 (Saco 09)  
Fig. 10, n.º 5

Categoria: Cerâmica comum fina  
Forma: Pote  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo engrossado e esvasado. Pasta beije alaranjada, depurada e finos grãos de areia. Superfícies cobertas com engobe castanho avermelhado.  
Cronologia: Meados do século V  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: Sem marcação (Saco 07)  
Fig. 10, n.º 6

Categoria: Cerâmica comum fina  
Forma: Bilha?  
Descrição formal e características de fabrico: Bojo ovalado e fundo plano, ligeiramente alteado. Pasta castanho clara, depurada, com finas partículas de mica. Superfície exterior amarelada e interior bem marcado pelas estrias da roda de oleiro. Superfície exterior com restos de engobe acastanhado, delida pelas condições de jazida.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Quinta de Cavaleiros  
N.º de inventário: NR: 903.01.35 (Saco 58)  
Fig. 10, n.º 7

Categoria: Cerâmica comum fina  
Forma: Forma indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: Bojo assinalado com uma canelura. Pasta vermelho alaranjada com finas palhetas de mica. Restos de fuligem e de engobe acastanhado no exterior.  
Cronologia: 1.ª metade do século I a.C./ I metade do séc. I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01. 241 (Saco 05)  
Não ilustrado

## 7. Cerâmicas de engobe vermelho

Categoria: Engobe vermelho  
Forma: Taça (imitação de Ritterling 5)  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo vertical, simples, com carena na transição para a parede. Pasta castanho avermelhada com finas partículas de mica. Superfície exterior com engobe avermelhado.  
Cronologia: Meados do século I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.53 (Saco 35)  
Fig. 10, n.º 8

Categoria: Engobe vermelho  
Forma: Taça (imitação de Ritterling 9)  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo vertical com lábio esvasado, com carena na transição

para a parede. Pasta castanho avermelhada, cuidada e engobe castanho avermelhado no exterior.

Cronologia: Meados do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.54 e 55 (Saco 35)

Fig. 10, n.º 11

Categoria: Engobe vermelho (?)

Forma: Taça (imitação de Ritterling 5)

Características: Bordo vertical, simples, com carena na transição para a parede. Pasta castanho avermelhada com a superfície exterior muito queimada.

Cronologia: Meados do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.95 (Saco 35)

Fig. 10, n.º 9

Categoria: Engobe vermelho

Forma: Taça (imitação de Ritterling 5)

Descrição formal e características de fabrico: Bordo vertical, simples, com carena na transição para a parede. Pasta castanho avermelhada com finas partículas de mica. Superfície exterior com engobe avermelhado.

Cronologia: Meados do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.123 (Saco 35)

Fig. 10, n.º 12

Categoria: Engobe vermelho

Forma: Copo

Descrição formal e características de fabrico: Fundo reentrante com ligeiro pé. Pasta castanho escura, fina e cuidada com engobe castanho avermelhado no exterior.

Cronologia: Meados do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.72 (Saco 35)

Fig. 10, n.º 10

Categoria: Engobe vermelho

Forma: Copo

Descrição formal e características de fabrico: Fundo plano levemente reforçado no exterior. Pasta avermelhada, depurada, com finas partículas de mica.

Cronologia: 1.ª metade do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.75 (Saco 07)

Fig. 10, n.º 13

## 8. Cerâmica Cinzenta Fina Polida

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Púcaro?

Descrição formal e características de fabrico: Púcaro com parede carenada, com colo tendencialmente convexo e pequeno bordo esvasado. Pasta cinza clara e superfície cinzenta polida.

Cronologia: 2.ª metade do século I/II

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.89, 90 e 97 (Saco 33)

Fig. 10, n.º 14

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Púcaro

Descrição formal e características de fabrico: Púcaro com ligeira carena na transição para o colo e bordo simples, ligeiramente esvasado. Pasta cinza clara e superfície cinzenta polida decorada com linhas paralelas verticais distribuídas por dois patamares separados por uma banda horizontal.

Cronologia: 2.ª metade do século I/II.

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.93 e 94 (Saco 33)

Fig. 10, n.º 15

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Parede assinalada por uma pequena moldura na transição para o colo. Pasta beije acinzentada.

Cronologia: 2.ª metade do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.240 (Saco 18)

Fig. 10, n.º 16

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fundo com arranque de parede marcado exteriormente por grafito em forma de X. Pasta cinza clara e superfície cinzenta com ligeiro polimento.

Cronologia: 2.ª metade do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.92 (Saco 33)

Fig. 10, n.º 17

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de asa. Pasta cinza clara e superfície cinzenta com manchas de fuligem.

Cronologia: 2.ª metade do século I/II

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.107 (Saco 33)

Fig. 10, n.º 18

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de asa. Pasta cinza clara e superfície cinzenta

Cronologia: 2.ª metade do século I/II

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.108 (Saco 33)

Fig. 10, n.º 19

Categoria: Cinzenta Fina Polida

Forma: Forma indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de asa. Pasta cinza clara e superfície cinzenta.

Cronologia: 2.ª metade do século I/II

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.106 (Saco 33)

Fig. 10, n.º 20

## 9. Cerâmica de Paredes Finas

Categoria: Paredes finas de produção itálica

Forma: Copo. Mayet IIIB?

Descrição formal e características de fabrico: Fundo de copo com parte da parede do bojo. Pasta castanho avermelhada com muitas finas palhetas de mica. Superfície exterior com engobe castanho alaranjado, decorado com folhas de barbotina, mas muito queimada pela ação do fogo.

Cronologia: 2.ª metade do século I a.C. / 1.º quartel do século I a.C.

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.36 (Saco 08)

Fig. 11, n.º 1

Categoria: Paredes finas de produção emeritense

Forma: Indeterminada

Descrição formal e características de fabrico: Parede de forma indeterminada com decoração em guilhocé. Pasta avermelhada, muito fina e cuidada. Superfície exterior roletada.

Cronologia: 2.ª metade do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.70 (Saco 16)

Fig. 11, n.º 2

Categoria: Paredes finas de provável produção emeritense

Forma: Copo. Mayet LI?

Descrição formal e características de fabrico: Bojo com decoração puncionada. Pasta cinza acastanhada.

Cronologia: 2.ª metade do século I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.80, 81, 82, 83 e 84 (Saco 15)

Fig. 11, n.º 3

## 10. Terra Sigillata

### *Terra Sigillata* Sud-Gálica

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Tigela Drag. 24/25.

Descrição formal e características de fabrico: Bordo retilíneo com guilhocé com moldura na transição para a parede

Cronologia: c. 50-60/80

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.40 e 41 (Saco 06)

Fig. 11, n.º 4

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Tigela

Descrição formal e características de fabrico: Parede e pé de tigela.

Cronologia: c. 40-60

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.71 (Saco 04)

Fig. 11, n.º 5

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Prato Drag. 18/31.

Descrição formal e características de fabrico: Fragmento de base e fundo, com grafito na face externa

Cronologia: c. 50/60-80

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.49 e 64 (Saco 05)

Fig. 11, n.º 6

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Tigela Drag. 27.

Descrição formal e características de fabrico: Parede e fundo com marca OFM (MOMO?) e grafito X na face externa

Cronologia: c. 40-60

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.38 (Saco 05)

Fig. 11, n.º 7

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Tigela

Descrição formal e características de fabrico: Tigela de forma indeterminada com marca fraturada e indeterminável

Cronologia: c. 50/60-80

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.42 (Saco 05)

Fig. 11, n.º 8

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Prato Drag. 18/31

Descrição formal e características de fabrico: Bordo e parede

Cronologia: c. 40/60-80

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.78 (Saco 04)

Fig. 12, n.º 1

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Prato Drag. 18/31

Descrição formal e características de fabrico: Bordo e parede

Cronologia: c. 50/60-80

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.77 (Saco 05)

Fig. 12, n.º 2

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Prato Drag. 18/31

Descrição formal e características de fabrico: Bordo e parede

Cronologia: c. 40-60/80

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.39, 46 e 59 (Saco 10)

Fig. 12, n.º 3

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)

Forma: Prato Drag. 18/31

Descrição formal e características de fabrico: Bordo com parede com molduras externas e carena na transição para a base

Cronologia: c. 40-60/80

Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.45 (Saco 10)  
Fig. 12, n.º 4

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Tigela Drag. 33  
Descrição formal e características de fabrico: bordo  
Cronologia: c. 50/60-80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.63 (Saco 05)  
Fig. 12, n.º 5

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Tigela?  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo e parede  
Cronologia: c. 50/60-80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.76 (Saco 05)  
Fig. 12, n.º 6

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Tigela Drag. 27  
Descrição formal e características de fabrico: Parede com inícios de bordo  
Cronologia: c. 40/60  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.48 (Saco 04)  
Fig. 12, n.º 7

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato Drag. 18/31?  
Descrição formal e características de fabrico: Base com arranque de parede  
Cronologia: 2ª metade do século I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.43 (Saco 07)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato Drag. 18/31  
Descrição formal e características de fabrico: Base com arranque de parede  
Cronologia: c. 40/60-80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.47 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato Drag. 18/31  
Descrição formal e características de fabrico: Base com arranque de parede  
Cronologia: c. 40-60/80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.50 (Saco 07)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato  
Descrição formal e características de fabrico: Fundo  
Cronologia: c. 60/80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.57 (Saco 07)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: fragmento de parede  
Cronologia: c. 40/60 – 80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.58 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato  
Descrição formal e características de fabrico: fundo  
Cronologia: c. 40-60/80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.60 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: bordo  
Cronologia: c. 40/60-80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.61 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato Drag. 18/31  
Descrição formal e características de fabrico:  
Cronologia: c. 40-60/80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.62 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: parede  
Cronologia: c. 40/60  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.66 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato  
Descrição formal e características de fabrico: fundo  
Cronologia: c. 40/60 – 80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.67 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Prato  
Descrição formal e características de fabrico: fundo  
Cronologia: 1.ª metade do século I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.73 (Saco 07)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (La Graufesenque)  
Forma: Tigela Drag. 27  
Descrição formal e características de fabrico: Bordo  
Cronologia: c. 40/60  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.74 (Saco 04)  
Não ilustrado

### **Terra Sigillata Oriental**

Categoria: *Terra Sigillata A*  
Forma: Prato  
Descrição formal e características de fabrico: fundo com arranque de parede  
Cronologia: c. 40 a.C./10  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.51 (Saco 7)  
Fig. 12, n.º 8

### **Terra Sigillata Hispânica**

Categoria: *Terra Sigillata* (Tricio)  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: fundo  
Cronologia: c. 60 – 80  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.52 (Saco 04)  
Não ilustrado

Categoria: *Terra Sigillata* (Tricio)  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal e características de fabrico: fundo  
Cronologia: c. 70 – 100  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.68 (Saco 04)  
Não ilustrado

## **11. Fiação**

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Parte superior arredondada. Pasta castanho alaranjada, cuidada, finas partículas de mica e restos de queimado numa das faces.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.191 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 9

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Parte superior arredondada. Pasta acastanhada, arenosa com finas partículas de mica e superfície exterior escurecida.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.196 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 10

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Formato irregular próximo da meia esfera com a parte superior ligeiramente côncava. Pasta castanho alaranjada, arenosa com finas partículas de mica.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.197 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 11

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Face superior côncava na parte central. Pasta castanho alaranjada, arenosa com finas partículas de mica. Tem decoração à base de círculos incisos na face superior.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.195 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 12

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Metade com parte superior levemente côncava. Pasta castanho alaranjada, cuidada, finas partículas de mica.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.212 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 13

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Metade com parte superior côncava. Pasta castanho avermelhada, cuidada, finas partículas de mica e de areia.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.214 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 14

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Face superior côncava e a oposta plana. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.215 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 15

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Face superior plana. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica. Tem leves vestígios de queimado.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.199 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 16

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Face superior ligeiramente côncava e oposta plana. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.200 (Saco 21)  
Fig. 12, n.º 17

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Faces planas e deteriorada. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.192 (Saco 19)  
Fig. 12, n.º 18

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Faces planas feitas a partir de um fragmento já existente. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.198 (Saco 19)  
Fig. 12, 19

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro?  
Descrição formal e características de fabrico: Faces aplanadas feitas a partir de um fragmento já existente. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica. Furo inacabado.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.216 (Saco 19)  
Fig. 12, n.º 20

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Metade de cossoiro com faces planas feitas a partir de um fragmento já existente. Pasta beije alaranjada, arenosa.  
Cronologia: Época Romana.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.211 (Saco 19)  
Fig. 13, n.º 1

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Forma circular com faces planas. Material em pedra.  
Cronologia: Indeterminada  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.194 (Saco 21)  
Fig. 13, n.º 2

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro?  
Descrição formal e características de fabrico: Faces planas aplanadas feito a partir de um fragmento de *dolium*. Pasta castanho avermelhada, arenosa com finas partículas de mica. Orifício inacabado.  
Cronologia: Segunda Idade do Ferro.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.205 (Saco 19)  
Fig. 13, n.º 3

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Faces planas aplanadas feito a partir de um fragmento reaproveitado. Pasta castanho avermelhada, arenosa.  
Cronologia: Época Romana.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.193 (Saco 19)  
Fig. 13, n.º 4

Categoria: Vária  
Forma: Cossoiro  
Descrição formal e características de fabrico: Faces planas abauladas feito a partir de um fragmento de ânfora. Pasta castanho avermelhada.  
Cronologia: Época Romana.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.213 (Saco 19)  
Fig. 13, n.º 5

Categoria: Vária  
Forma: Peso de tear (?)  
Descrição formal e características de fabrico: Parte de um provável peso feito de um fundo de uma ânfora de pasta avermelhada.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.210 (Saco 30)  
Fig. 13, n.º 6

## 12. Patelas Cerâmica indígena da 2ª Idade do Ferro

Categoria: Vária  
Forma: Patela  
Descrição formal e características de fabrico: Pasta acastanhada com cerne cinzento e finas partículas de mica.  
Cronologia: Século II a.C./I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 9093.01.201 (Saco 20)  
Fig. 13, n.º 7

Categoria: Vária  
Forma: Patela  
Descrição formal e características de fabrico: Pasta avermelhada com a superfície exterior muito queimada. Mica e areia de médio calibre.  
Cronologia: Século II a.C./I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.203 (Saco 20)  
Fig. 13, n.º 8

Categoria: Vária  
Forma: Patela  
Descrição formal e características de fabrico: Pasta acastanhada com muita mica e grãos de areia. Tem início de uma perfuração central.  
Cronologia: Século II a.C./I  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 1903 (Saco 19)  
Fig. 13, n.º 9

Categoria: Vária

Forma: Patela

Descrição formal e características de fabrico: Pasta avermelhada reaproveitada de fragmento de ânfora

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.202

Fig. 13, n.º 10

Categoria: Vária

Forma: Patela

Descrição formal e características de fabrico: Pasta acastanhada com muita mica e grãos de areia. Sinais de queimado na face exterior.

Cronologia: Século II a.C./I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.209 (Saco 20)

Fig. 13, n.º 11

Categoria: Vária

Forma: Patela

Descrição formal e características de fabrico: Pasta acastanhada com muita mica e grãos de areia. Sinais de fuligem na face exterior.

Cronologia: Século II a.C./I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.207 (Saco 20)

Fig. 13, n.º 12

Categoria: Vária

Forma: Patela

Descrição formal e características de fabrico: Pasta castanho acinzentada e finas partículas de mica com finas partículas de mica

Cronologia: Século II a.C./I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.206 (Saco 20)

Fig. 13, n.º 13

Categoria: Vária

Forma: Patela

Descrição formal e características de fabrico: Pasta cinza clara e finas partículas de mica.

Cronologia: Século II a.C./I

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.204 (Saco 20)

Fig. 13, n.º 14

Categoria: Vária

Forma: Patela

Descrição formal e características de fabrico: Pasta castanho alaranjada com poucas e finas partículas de mica.

Cronologia: Século I (cerâmica indígena de transição)

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.208 (Saco 20)

Fig. 13, n.º 15

### 13. Material de construção

Categoria: Vária

Forma: *Tegulae*

Descrição formal: Marcas circulares impressas

Cronologia: Época romana indeterminada

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.217 (Saco 24)

Fig. 14, n.º 1

Categoria: Vária

Forma: *Tegulae*

Descrição formal: -

Cronologia: Época romana indeterminada

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.189 (Saco 45)

Não ilustrado

Categoria: Vária

Forma: *Imbrex*

Descrição formal: -

Cronologia: Época romana indeterminada

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.219 (Saco 47)

Não ilustrado

Categoria: Vária

Forma: *Tegulae*

Descrição formal: -

Cronologia: Época romana indeterminada

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.236 (saco 17)

Não ilustrado

Categoria: Vária

Forma: *Tegulae*

Descrição formal: Marca impressa T

Cronologia: Época romana indeterminada

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: Bagunte (Saco 48)

Não ilustrado

### 14. Metais

Categoria: Ferro

Forma: Faca

Descrição formal: Lâmina deteriorada com parte de encaixe no cabo de madeira e face oposta com tendência adelgaçante.

Cronologia: Indeterminada

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: Cidade de Bagunte (Saco 55)

Fig. 14, n.º 2

Categoria: Ferro

Forma: Cavilha

Descrição formal: Cabeça retangular.

Cronologia: Época romana

Proveniência: Cidade de Bagunte

N.º de inventário: NR: 903.01.... (Saco 55)

Fig. 14, n.º 3

Categoria: Ferro  
Forma: Prego  
Descrição formal: Sem ponta nem cabeça.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: Sem marcação (Saco 55)  
Não ilustrado

Categoria: Bronze  
Forma: Machado  
Descrição formal: machado plano com duplo espigão à moda de argolas  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
Cronologia: Idade do Bronze  
N.º de inventário: NR: Bagunte 1903; Legenda: Cidade de Bagunte, Póvoa de Varzim- R. Severo (Saco n.º 54)  
Fig. 14, n.º 4

Categoria: Bronze  
Forma: Pátera  
Descrição formal: Cabo de formato circular com remate em cabeça de felino (pantera). Decoração geométrica à base de losangos e meio losangos incisos que se interligam. Os vértices estão marcados por pontos puncionados.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.02 (Saco 53)  
Bibliografia: CORTEZ, Fernando Russel – *Objetos de liturgia visigóticos encontrados em Portugal – séc. V a VII (Alguns elementos para a sua cronologia)*, in O Instituto, Vol. 114, Coimbra, 1950, pág. 52-92; PINTO, António José Nunes – *Bronzes Figurativos Romanos de Portugal*, FCG/FCT, Lisboa, 2002, pág. 355-356.  
Fig. 14, n.º 5

Categoria: Bronze  
Forma: Fíbula  
Descrição formal: Parte de mola  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.05 (Saco 59)  
Não ilustrado

Categoria: Bronze  
Forma: Fíbula  
Descrição formal: Parte de fuzilhão  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.05 (Saco 59)  
Não ilustrado

Categoria: Bronze  
Forma: Fíbula em ómega?  
Descrição formal: Parte do aro ao qual faltam as extremidades.  
Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.05 (Saco 59)  
Não ilustrado

Categoria: Bronze  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal: oito fragmentos indeterminados

Cronologia: Época romana  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.05 (Saco 59)  
Não ilustrado

## 15. Líticos

Categoria: Vária  
Forma: Machado de pedra polida (metade)  
Descrição formal: Material em anfibolito integralmente polido, de secção oval com gume bem afiado e talão seccionado.  
Cronologia: Indeterminada  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.21 (Saco 44)  
Fig. 15, n.º 1

Categoria: Vária  
Forma: Machado de pedra polida  
Descrição formal: Material em anfibolito, integralmente polido. Tem uma face aplanada e a oposta em forma de percutor.  
Cronologia: Indeterminada  
Proveniência: Castro de Santagões  
N.º de inventário: NR: Castro de S. Tagões (Vila do Conde) Of. Eng. Ricardo Severo (Saco 61)  
Fig. 15, n.º 2

Categoria: Vária  
Forma: Percutor  
Descrição formal: Material em anfibolito, integralmente polido. Forma ovoide rematando em percutor. Face oposta fragmentada.  
Cronologia: Indeterminada  
Proveniência: Vila do Conde  
N.º de inventário: NR: 903.01.20 (Saco 43)  
Fig. 15, n.º 3

Categoria: Vária  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal: Objeto circular com duas faces. Uma tem a forma de uma calote esférica; a oposta é plana e possui três orifícios pouco profundos. As superfícies estão bem polidas à exceção da que os orifícios. Mostra manchas de fuligem e de uso.  
Cronologia: Indeterminada.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.26 (Saco 42)  
Fig. 16, n.º 1

Categoria: Vária  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal: Fragmento circular de granito afeiçoado  
Cronologia: Indeterminada  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.25 (Saco 40)  
Não ilustrado

Categoria: Vária  
Forma: Madeira fossilizada  
Descrição formal: Tronco de madeira (?) fossilizada que foi desbastada para finalidade desconhecida  
Cronologia: Indeterminada  
N.º de inventário: NR: Bagunte 1903 (Saco 01)  
Não ilustrado

Categoria: Vária  
Forma: Indeterminada  
Descrição formal: Três fragmentos de rocha xisto-grauvâquico  
Cronologia: Indeterminada.  
Proveniência: Cidade de Bagunte  
N.º de inventário: NR: 903.01.27; 28 e 29 (Saco 36)  
Não ilustrado

### 16. Escórias

Categoria: Vária  
Forma: Escória  
Descrição formal: ferro (vitrificada)

Cronologia: Indeterminada  
N.º de inventário: NR: 903.01.30 (Saco 28)  
Não ilustrado  
Categoria: Vária  
Forma: Escória de ferro  
Descrição formal: vitrificada assente sobre barro  
Cronologia: Indeterminada  
N.º de inventário: NR: 903.01.32 (Saco 29)  
Não ilustrado

### 17. Piso de habitação

Categoria: Vária  
Forma: Piso  
Descrição formal: Quatro fragmentos de piso de uma, ou mais habitações.  
Cronologia: Indeterminada  
N.º de inventário: NR: 903.01.253, 233, 235 (os restantes não estão numerados) (Saco 39)  
Não ilustrado

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1974), “Cerâmica Castreja”, in *Revista de Guimarães*, Vol. LXXXIV (1- 4), Guimarães, pp. 171-197
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1997), “Carta Arqueológica, Barcelos – Sul do Cávado”, in *Barcelos Revista*, Vol. 5, Barcelos
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de ALMEIDA (2008), *Sítios que Fazem História – Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Ana Paula (2015a), *Memórias Arqueológicas do Castro de São Lourenço*, Vol. 1, Esposende, Edição Município de Esposende
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de (2015b), “Alguns Apontamentos sobre a Cidade de Bagunte – Vila do Conde”, in *Portvgalia*, Nova Série, Vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, pp. 49-62
- BES, Philips (2015), *Once upon a time in the East. The chronological and geographical distribution of the terra sigillata and red slip ware, The Roman East Roman*, Roman and late Antique Mediterranean Pottery 6, Oxford, Archaeopress Publishing Ltd.
- CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa (2014), “A propósito da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz”, in R. Morais; A. Fernandez; M. J. Sousa (Ed. de), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispania*, t. 2, Monografias Ex Officina Hispania II, Porto, pp. 291- 308
- CORTEZ, Fernando Russel (1950), “Objetos de liturgia visigóticos encontrados em Portugal – séc. V a VII (Alguns elementos para a sua cronologia)”, in *O Instituto*, Vol. 114, Coimbra, pp. 52-92
- DELGADO, Manuela; MORAIS, Rui (2009), *Guia das Cerâmicas de Produção Local de Bracara Augusta*, CITCEM

- ETTLINGER, E. (1990-91), *Conspectus formarum terrae sigillatae Italico modo confectae*, in *Materialien zur römisch-germanischen Keramik*, Heft 10, Bonn, R. Habelt
- GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda (2005), *Subtus Montis Terroso*, Póvoa de Varzim, Edição Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
- HAYES, J. W. (1972), *Late Roman Pottery*, in Supplementary publication of the British School at Rome, London
- KALB, Ph. (1980), “Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal”, in *Germania*, Vol. 58
- MAYET, F. (1975), *Les céramiques parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion E. de Boccard
- MARQUES, Gustavo; ANDRADE, Miguéis (1974), “Aspectos da Proto-História do Território Português, 1 – Definição e Distribuição Geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)”, in *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, Porto, pp. 125- 148
- MARQUES, Marta Sofia Alves de Miranda (2013), *O povoamento litoral entre Cávado e o Lima: das origens às invasões árabes*, doutoramento em Arqueologia, FLUP
- MEZQUIRIZ, M<sup>a</sup>. A. (1961), *La terra sigillata hispânica*, Valencia
- MORAIS, R.; CARRERAS, C. (2000), “Geografia del consum de les Haltern 70”, ed. Carreras, C; Aguilera, A., *Culip VIII i les anfores Haltern 70*
- MORAIS, Rui (2013), “Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Espesinde, Norte de Portugal)”, in *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio Bético Augustano de Espesinde (Norte de Portugal)*, Braga
- MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo (2014), “La Producción de Vasillas Finas de Bracara Augusta”, in *Rei Cretariae Romanae Factorum Actas* 43, Bona, pp. 709-720
- OSWALD, F.; PRYCE, T. D. (1920), *An introduction to the study of terra sigillata*, London, Edição Literary Licensing, LLC
- PINTO, António José Nunes (2002), *Bronzes Figurativos Romanos de Portugal*, Lisboa, Edição FCG/FCT
- PONTE, Salete da (2006), *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*, Coimbra, Editora Caleidoscópio
- SEVERO, Ricardo; CARDOSO, Artur (1886), “Notícia Arqueológica sobre o Monte da Cidade”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III, Guimarães, pp. 137-141
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2<sup>a</sup> edição, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira
- SOEIRO, Teresa (1981), “Monte Mozinho: Cerâmica Cinzenta Fina”, in *Portvgalia*, Nova Série, Vol. II/III, Porto, DCTP-FLUP, pp. 97-108
- SOEIRO, Teresa (1984), “Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana”, in *Penafiel Boletim Municipal de Cultura*, 3<sup>a</sup> Série (n.º 1), Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel





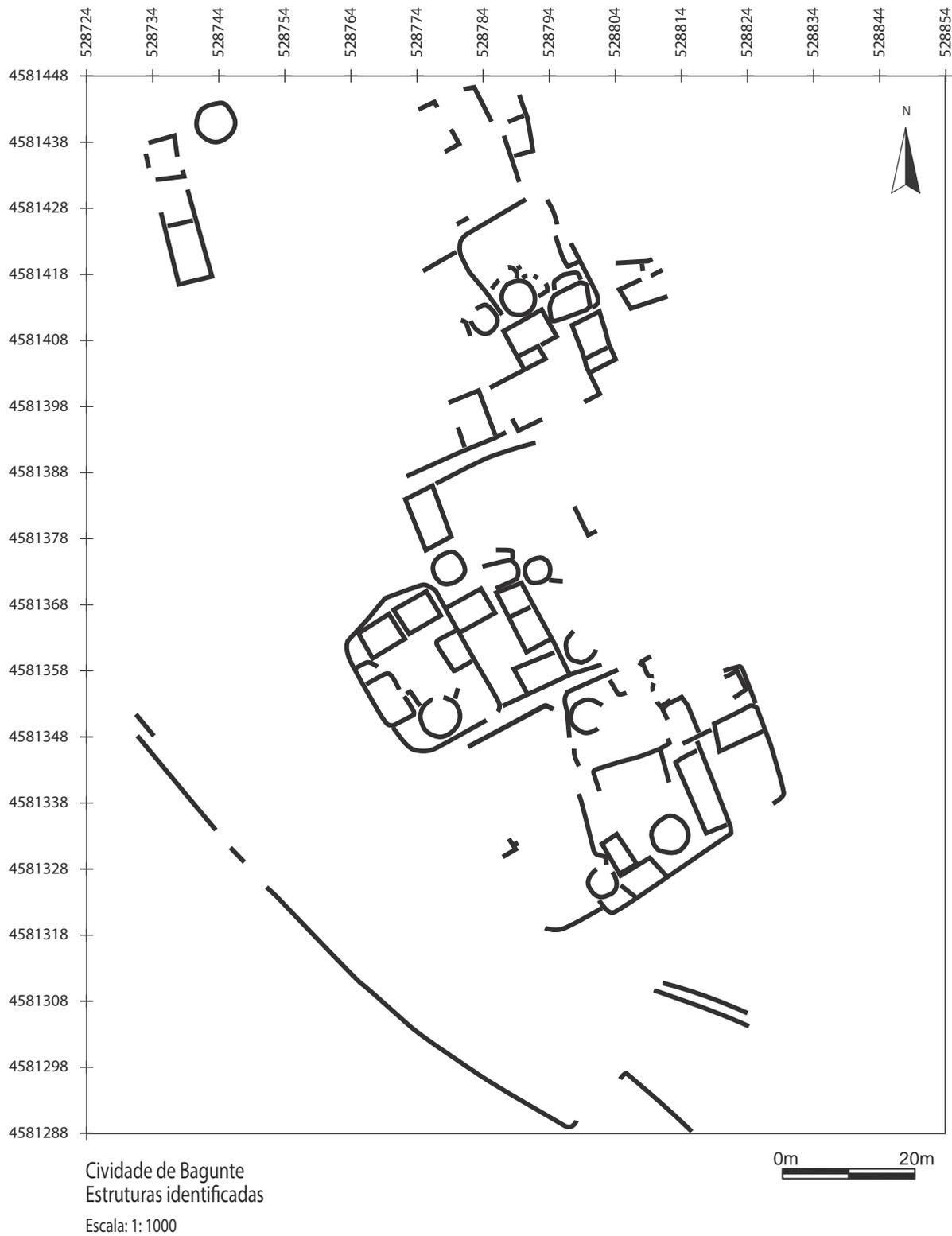
Localização na Carta Militar (nº 83; 97)

Escala: 1 : 25000

Legenda:

● Cidade de Bagunte

**Fig. 1:** Localização da Cidade de Bagunte na Carta Militar



**Fig. 2:** Mapa simplificado das estruturas escavadas da Cidade de Bagunte

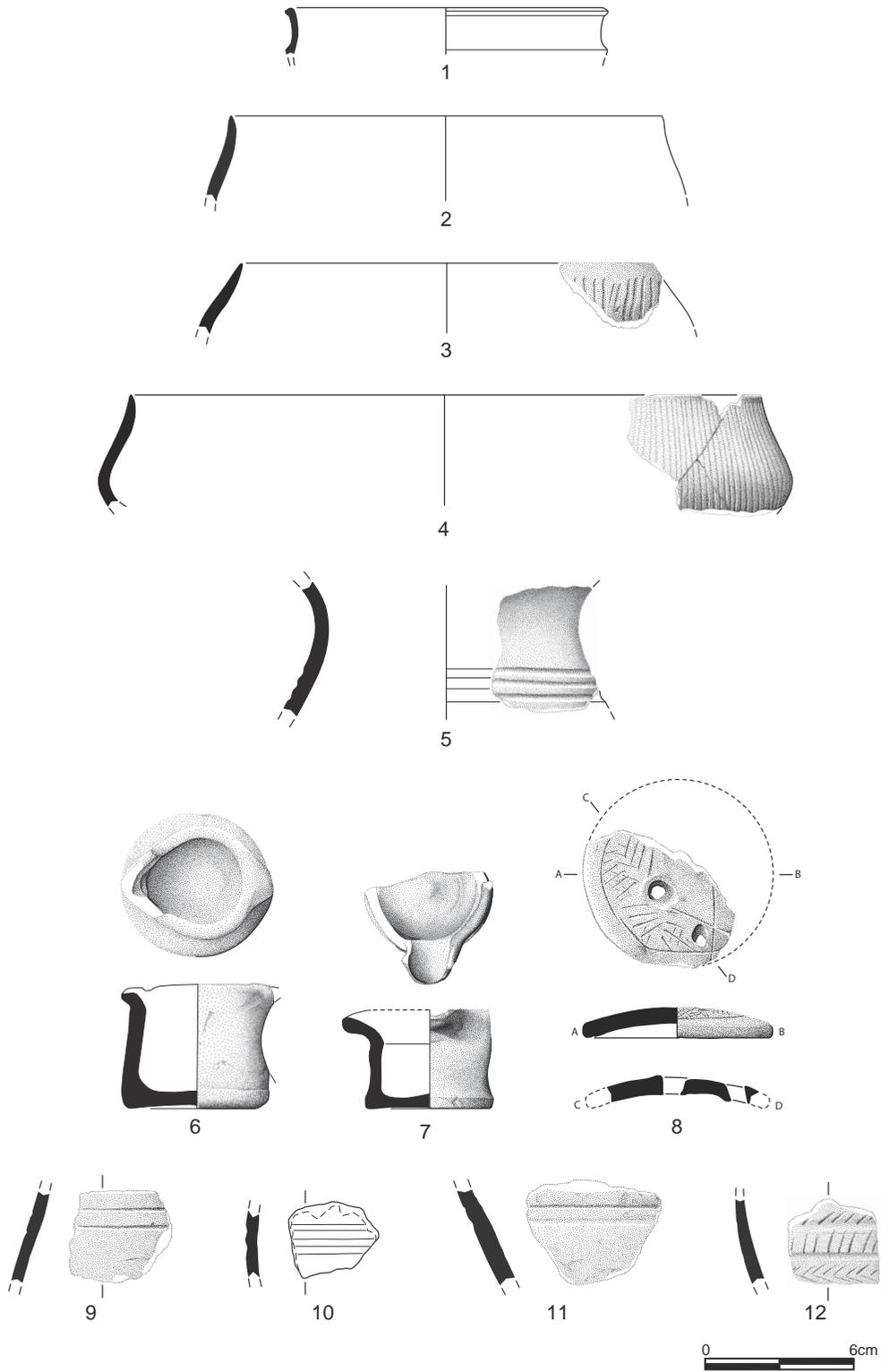


Fig. 3

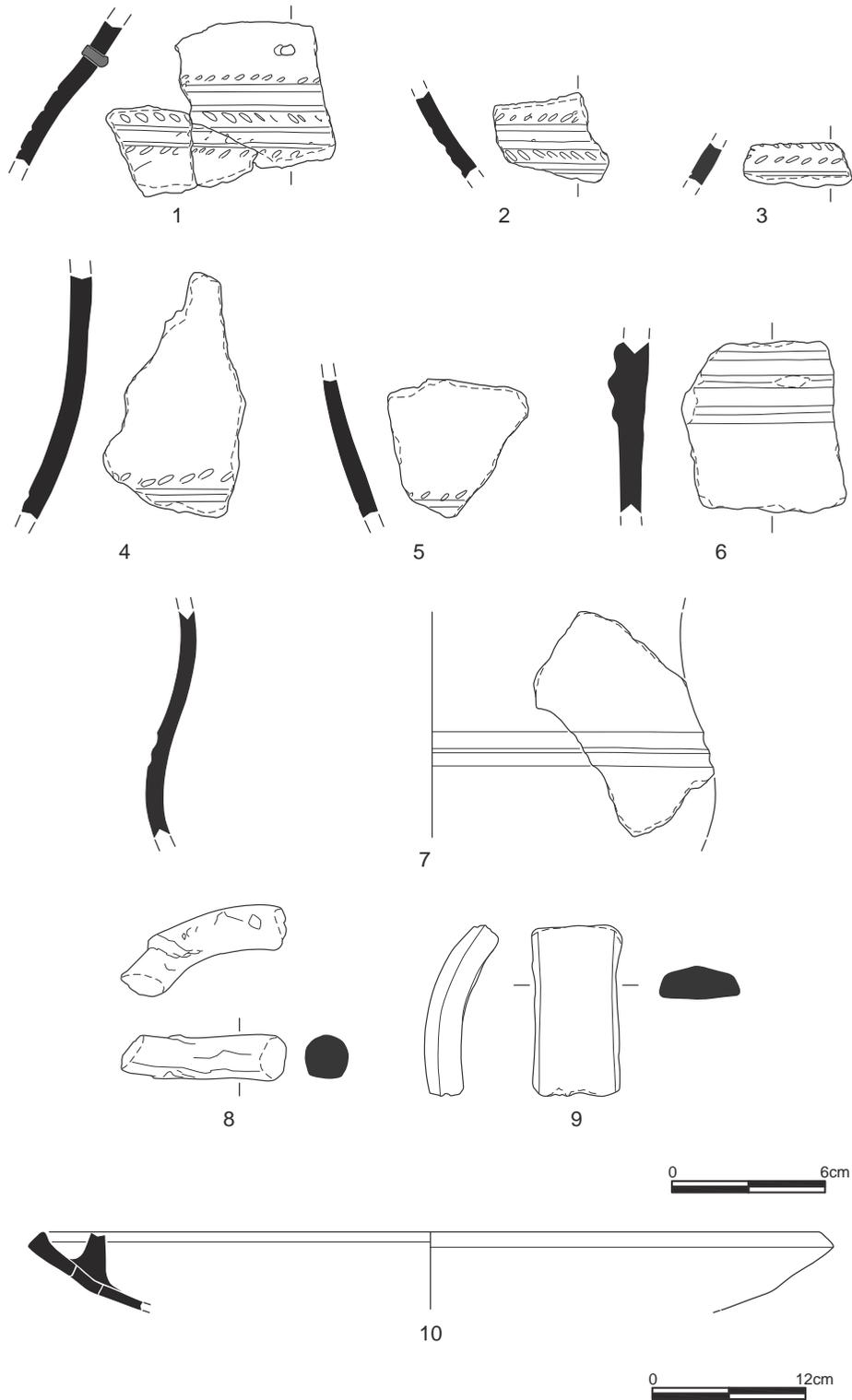


Fig. 4

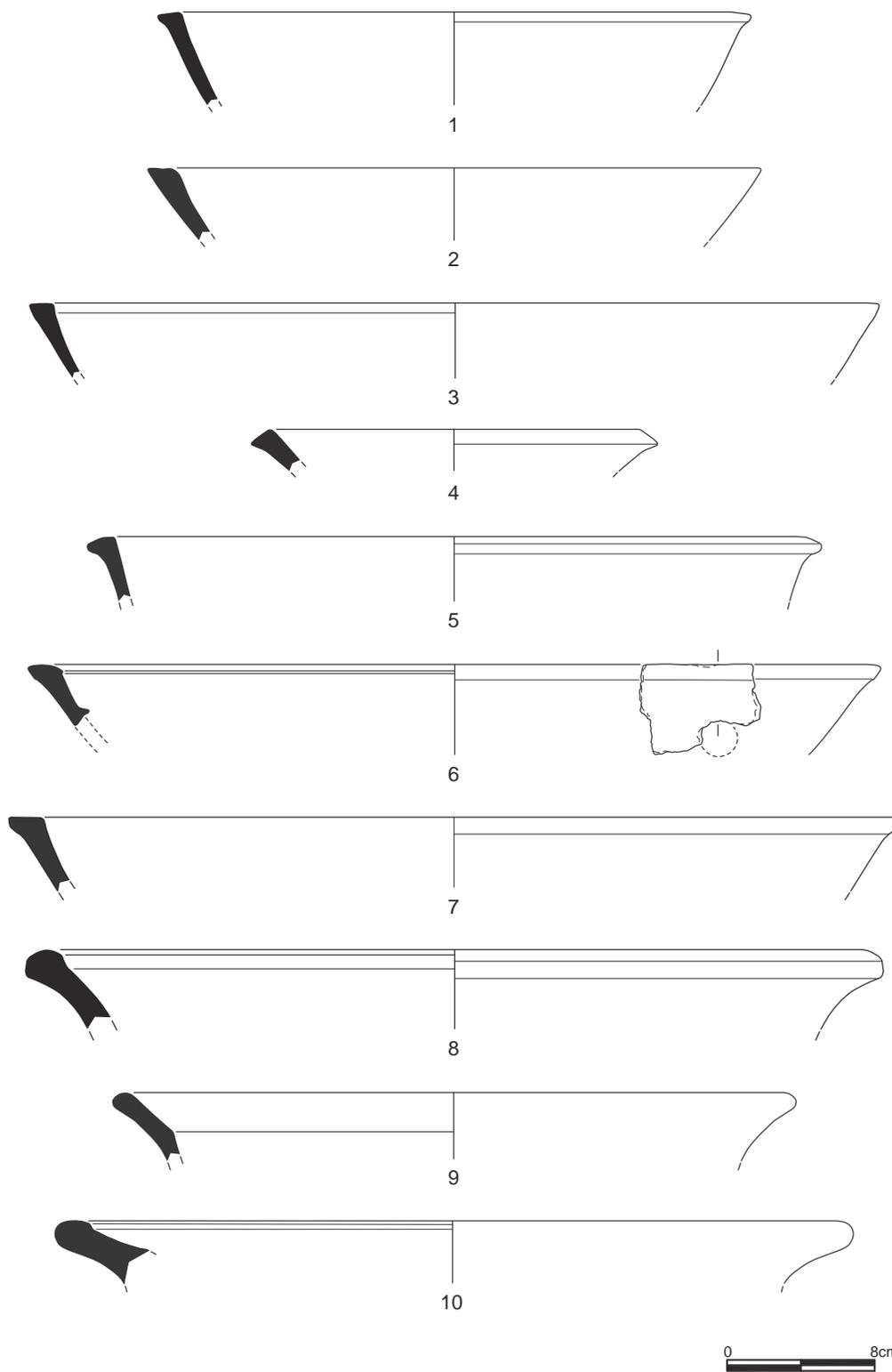


Fig. 5

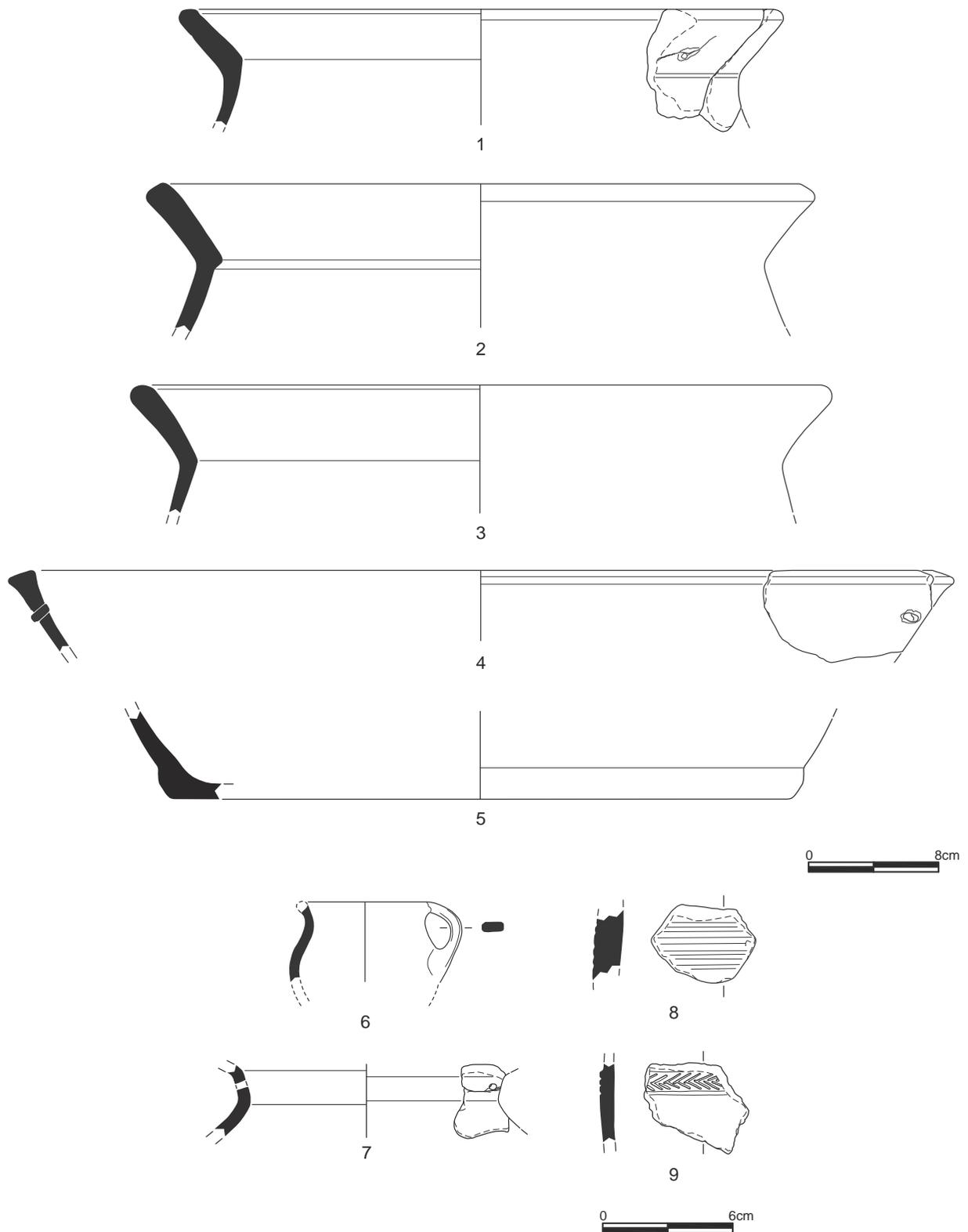


Fig. 6

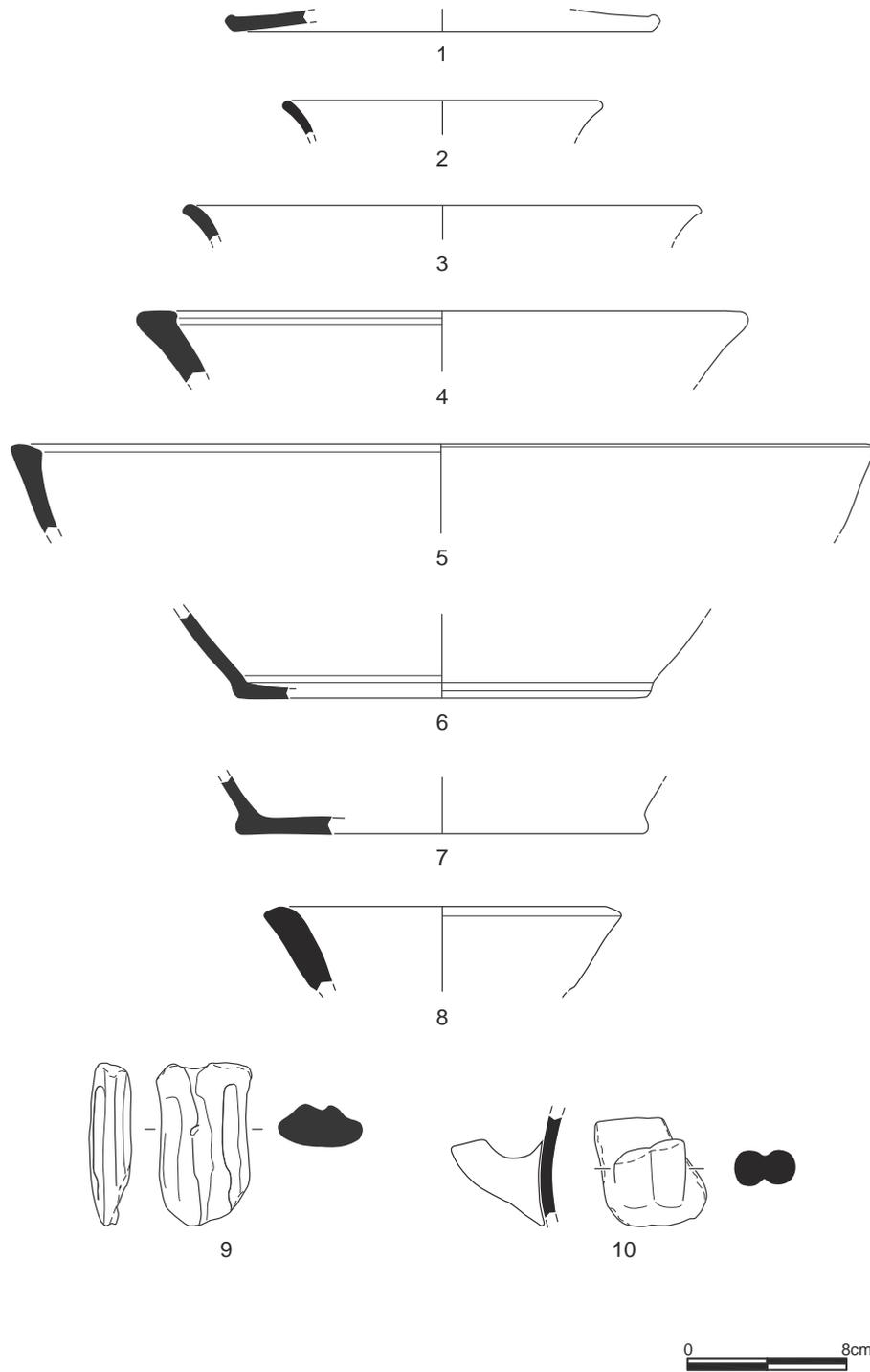


Fig. 7

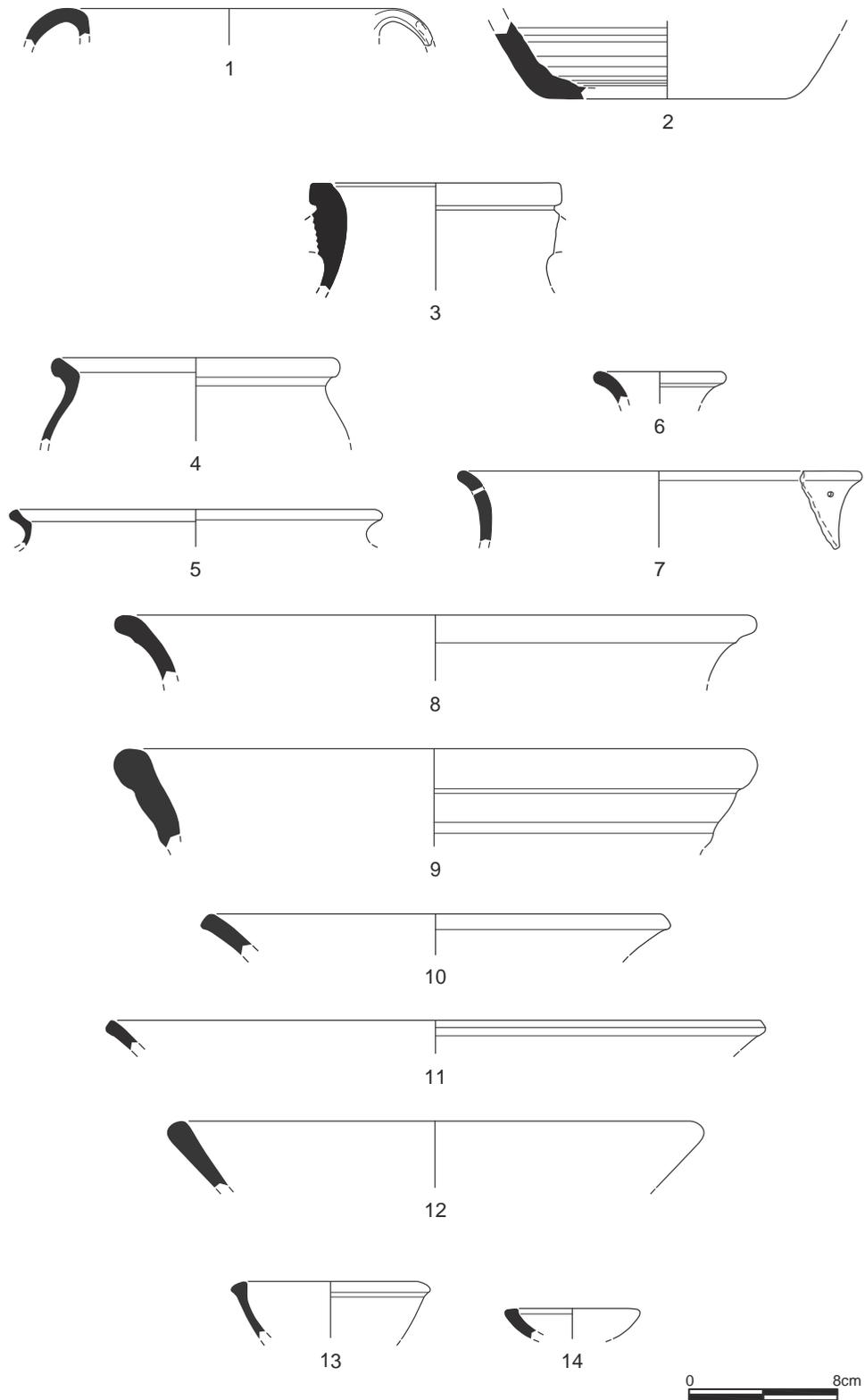


Fig. 8

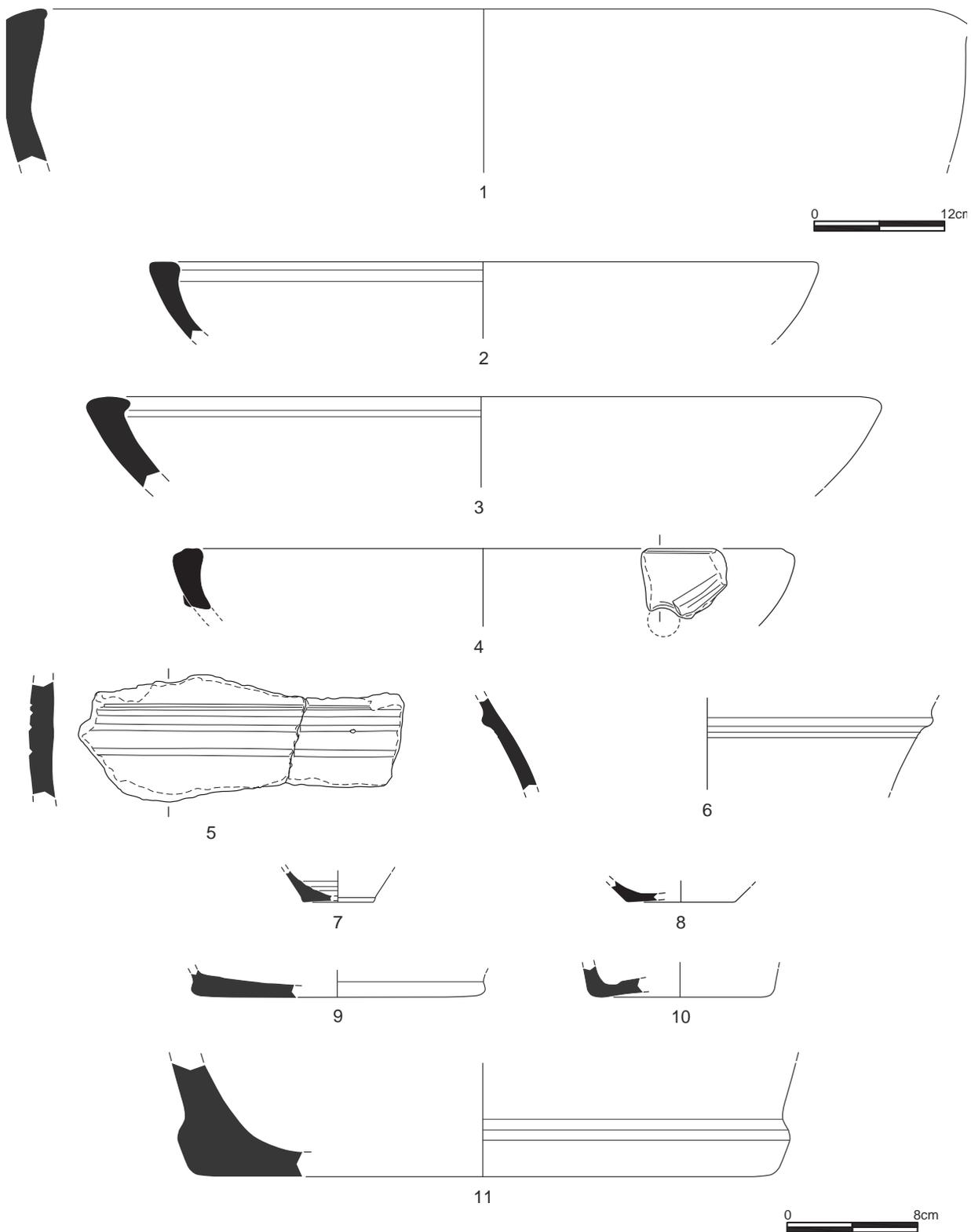


Fig. 9

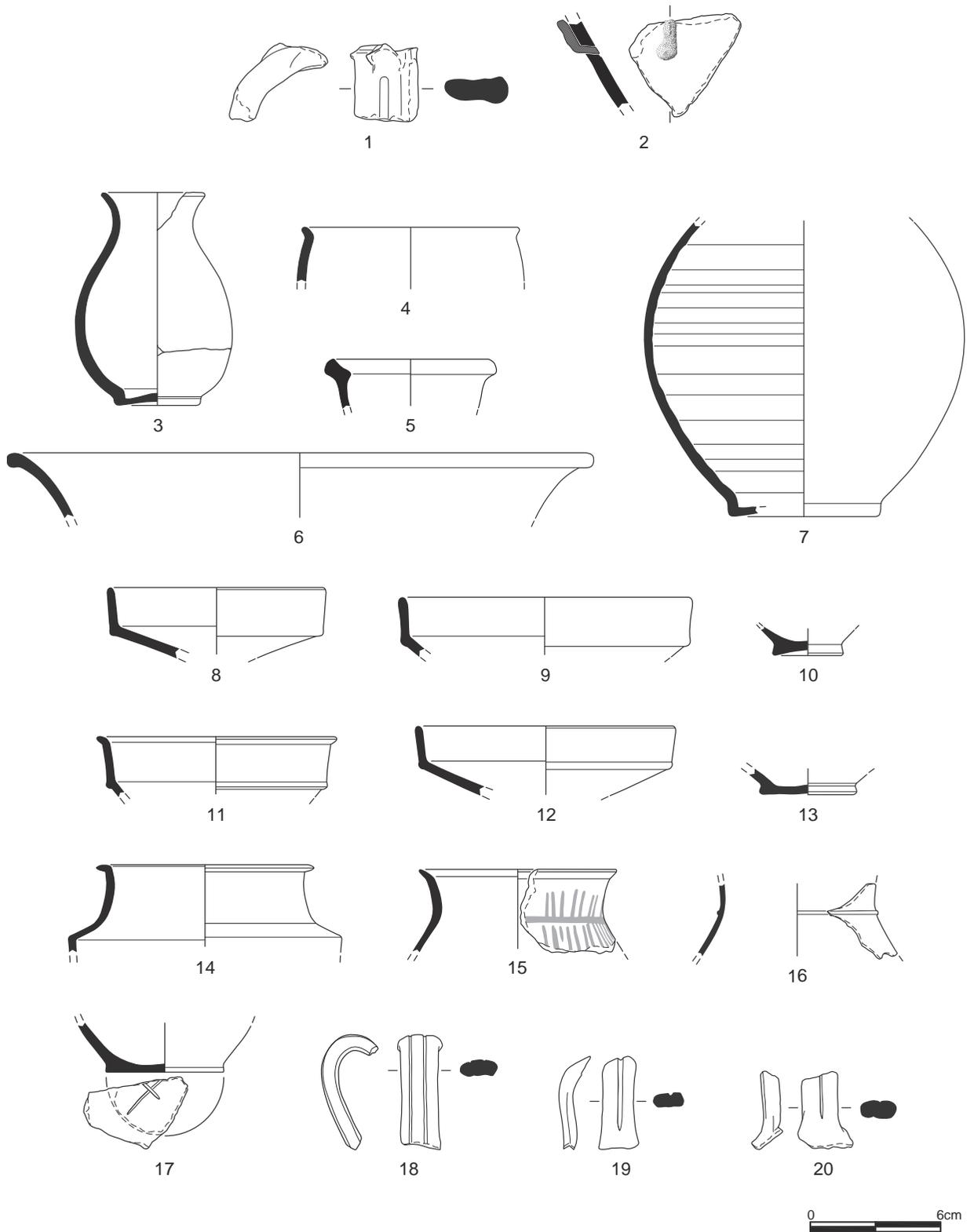


Fig. 10

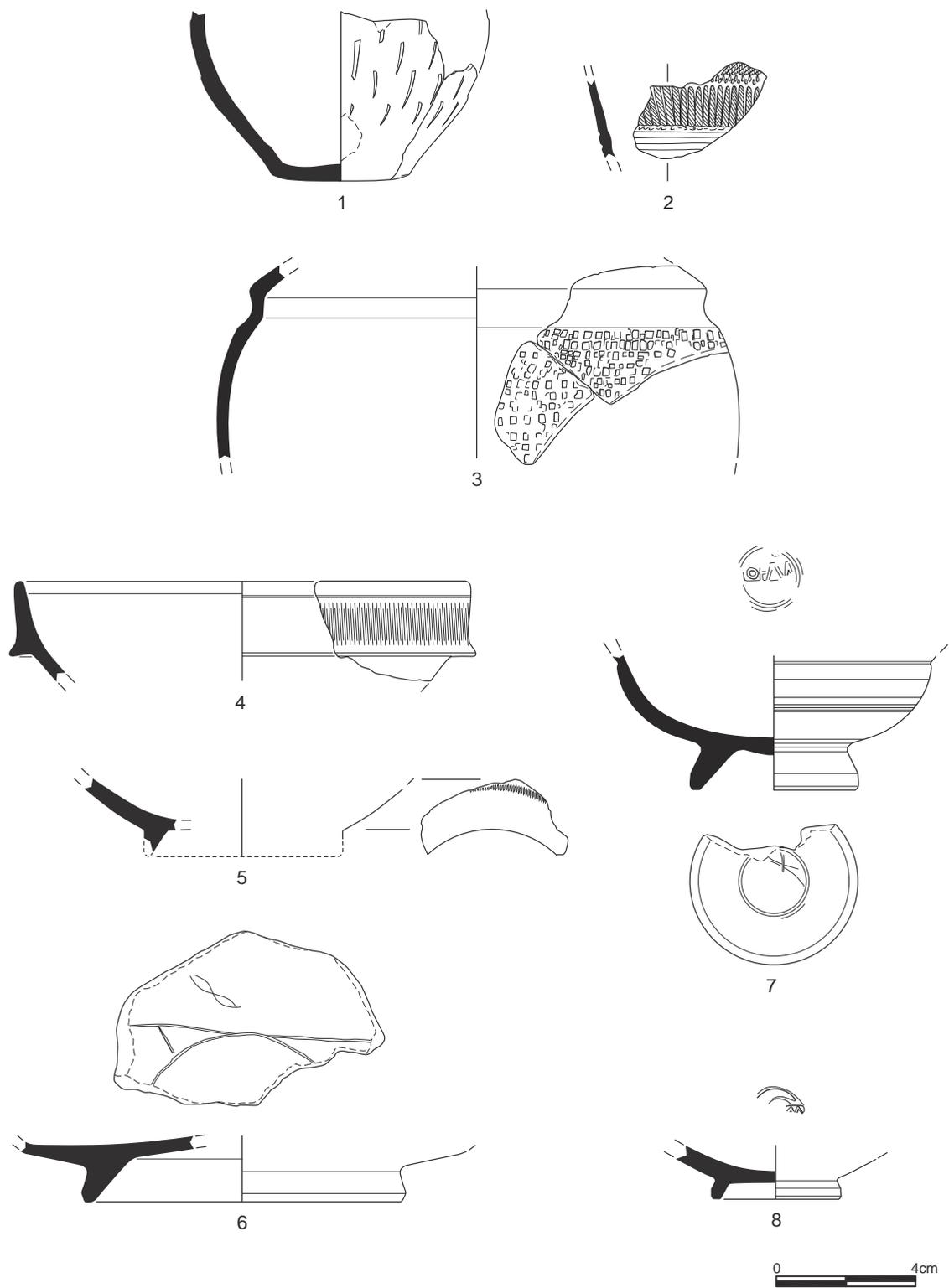
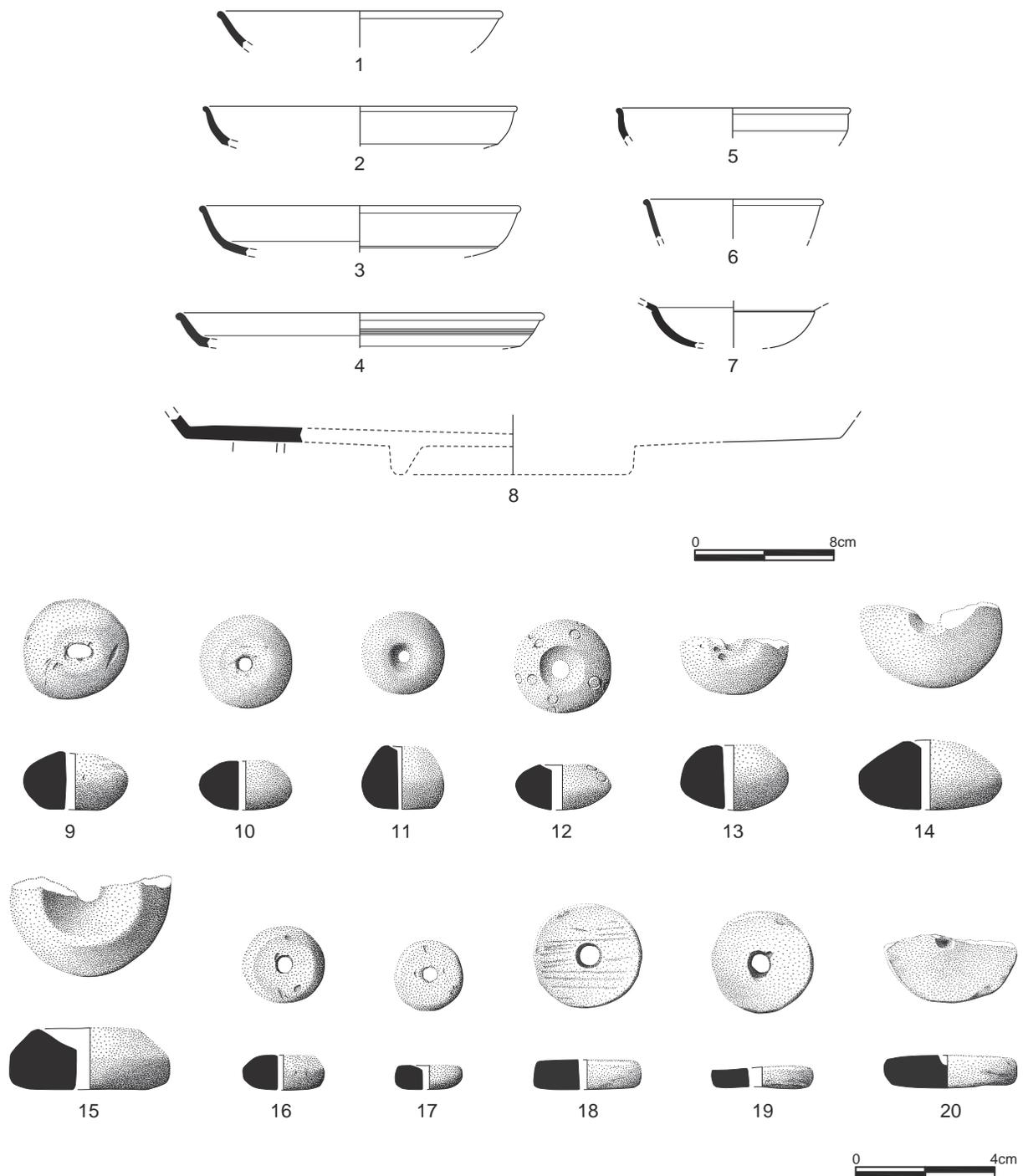


Fig. 11



**Fig. 12**

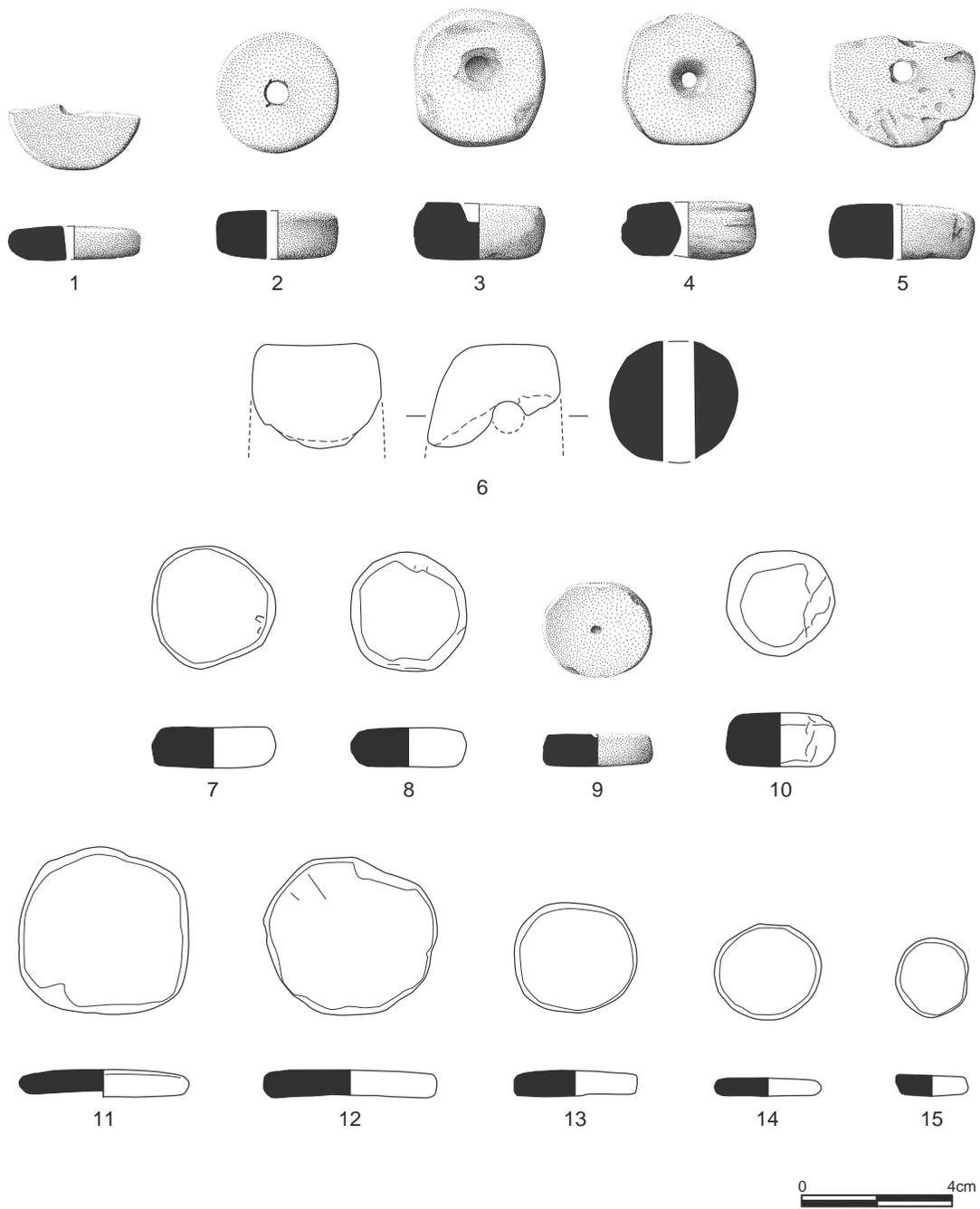
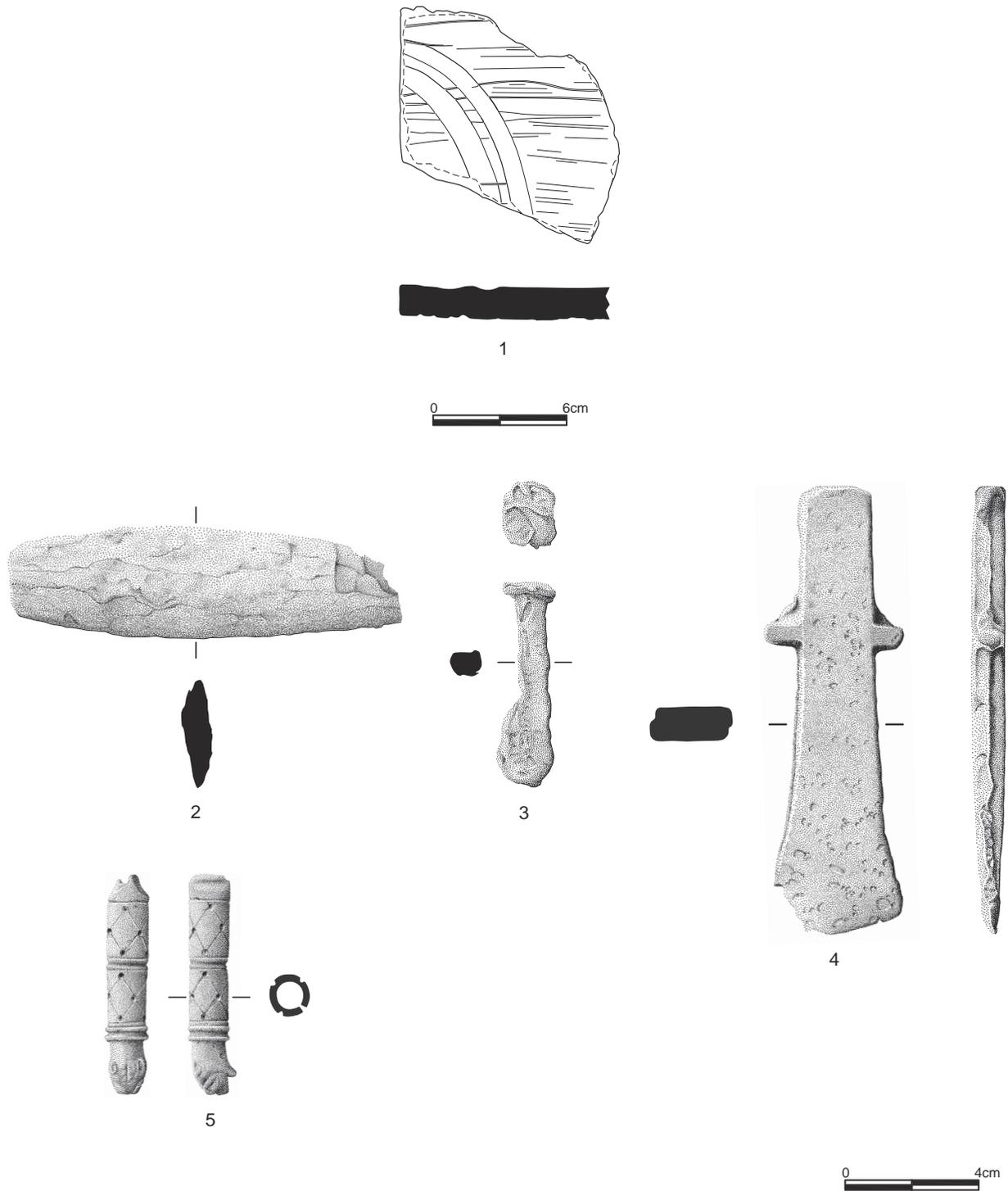
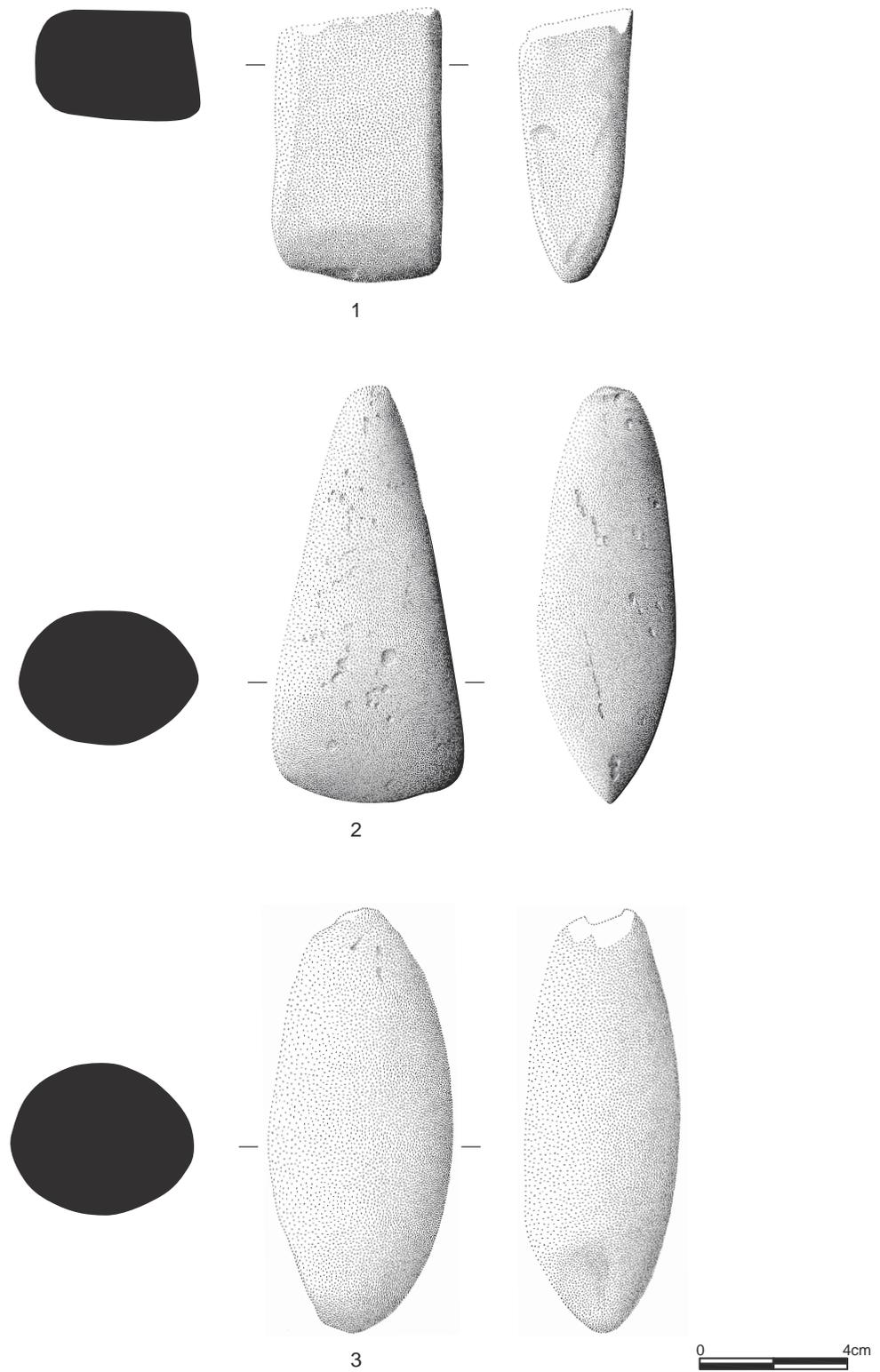


Fig. 13



**Fig. 14**



**Fig. 15**



**Fig. 16**

# **SOBRE AS ORIGENS DA DIOCESE DO PORTO NA ALTA IDADE MÉDIA. UMA REFLEXÃO SOBRE O *PAROCHIALE SUEVORUM* E A DIOCESE DE *MAGNETO/MEINEDO* (SÉCS. VI-VII)**

**Francesco Renzi**

CEHR – UCP

frenzi@porto.ucp.pt

**Andrea Mariani**

CITCEM – UP

andrea.mariani@museobiassono.it

## **ABSTRACT**

Traditionally, scholars considered *Magneto/Meinedo* as the originary See of Porto/*Portucale* in the 6<sup>th</sup> century. This conclusion grounds mainly on two sources: the *Parochiale Suevorum* and the acts of the II Council of Braga, where among the subscribers appears a «Viator Magnetensis ecclesiae episcopus». The analysis of the sources in their historical context and chronology show, however, a more complex and contradictory panorama. In this work, we will try to examine the different interpretations elaborated by scholars and to propose a reflection on both the *Parochiale Suevorum* and the relations between Meinedo and Porto between the Late Antiquity and the High Middle Ages. In order to achieve these objectives, we will first introduce the historiographical outcomes on this specific theme. Second, we will analyse and compare historiographical data to the information contained in both written sources and archaeological materials. Finally, we will advance some possible hypotheses to interpret the eventual connection between these two dioceses.

**Keywords:** *Magneto/Meinedo*; Porto/*Portucale*; Suevic Kingdom; *Parochiale Suevorum*; 6<sup>th</sup> century.

## **RESUMO**

A historiografia tradicionalmente considerou *Magneto/Meinedo* como a sede originária da diocese do Porto/*Portucale* no VI século. Esta conclusão é baseada principalmente em duas fontes: o *Parochiale Suevorum* e as atas do II Concílio de Braga, onde entre os *subscriptores* aparece um «Viator Magnetensis ecclesiae episcopus». A análise das fontes, do contexto histórico e das cronologias mostra, contudo, um panorama mais complexo e muito contraditório. Neste trabalho tentaremos examinar as várias interpretações avançadas pela historiografia e propor uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e as relações entre Meinedo e Porto entre a Tardo-Antiguidade e a Alta Idade Média. Para alcançar estes objetivos vamos primeiro apresentar os dados da historiografia sobre este tema, e num segundo momento analisaremos comparativamente as informações contidas nas fontes e nos materiais arqueológicos. Por último, avançaremos algumas possíveis hipóteses para interpretar a eventual ligação entre as duas dioceses.

**Palavras chave:** *Magneto/Meinedo*; Porto/*Portucale*; Reino Suevo; *Parochiale Suevorum*; século VI.

## 1. INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A historiografia tradicional considera *Magneto/Meinedo* (atual freguesia do concelho de Lou-sada) como sede originária da diocese do Porto no VI século. Esta conclusão é baseada principalmente em duas fontes: o *Parochiale Suevorum* (indicado também como *Parochiale Suevum* ou *Divisio Theodomiri*) e as atas do II Concílio de Braga (572), onde entre os *subscriptores* aparece um *Viator Magnetensis ecclesiae episcopus*. Esta convicção, ou seja, que *Magneto* era uma prefiguração ou antecipação da diocese de *Portucale* (*castrum<sup>2</sup> novum*, no lado setentrional do Douro, enquanto o lado sul, *castrum antiquum*, atual Gaia, fazia parte da diocese de Coimbra), está presente na erudição e na historiografia pelo menos desde o século XVII<sup>3</sup>. Ao longo dos séculos, esta proposta converteu-se num dado consolidado e utilizado como ponto de partida para as investigações sobre a Igreja do noroeste peninsular a partir do século VI. Neste estudo é impossível listar todos os trabalhos historiográficos e arqueológicos em que é possível apreciar estes aspetos; limitamo-nos a uma seleção em nota de alguns dos trabalhos principais ou mais conhecidos e citados pelos investigadores nos séculos XX e XXI para demonstrar esta continuidade na comunidade académica (com algumas importantes exceções que vamos comentar neste artigo), em considerar a diocese de *Magneto* seguramente como uma primeira etapa da história da diocese *portucalense* fundada, sem dúvida nenhuma, para a maioria dos autores, no tempo do reino suevo<sup>4</sup>. Contudo, a análise das fontes, do contexto histórico e da cronologia das dioceses do noroeste peninsular no século VI mostra um panorama mais complexo e muito contraditório. Neste trabalho tentaremos examinar as várias interpretações avançadas pela historiografia e propor uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e as relações entre Meinedo e Porto entre a Tardo-Antiguidade e a Alta Idade Média. Para alcançar estes objetivos, inicialmente comentaremos algumas das conclusões da historiografia sobre o tema e, num segundo momento, analisá-las-emos detalhadamente em comparação com as informações contidas nas fontes e as evidências arqueológicas disponíveis. Finalmente, avançaremos algumas possíveis hipóteses para interpretar a eventual ligação entre as duas dioceses no século VI.

## 2. O PAROCHIALE SUEVORUM: ALGUNS PROBLEMAS DE ANÁLISE

Como vimos, portanto, a historiografia tradicional identificou a diocese de *Magneto/Meinedo* como a primeira sede da diocese de *Portucale*. De facto, pela maioria dos trabalhos académicos publicados, o caso de *Magneto* refletiria apenas uma simples transferência do mesmo episcopado duma localidade para a outra, incluindo-se nesta visão o ensaio publicado por J. de Alarcão em 2001 sobre as paróquias suevas hoje em dia no território português e em 2017 sobre a *Lusitania* e a *Gallaecia* entre os séculos II a. C. e VI d. C.<sup>5</sup>. A questão da diocese de *Magneto* constituiu um grande problema para os historiadores, tanto que em época moderna até houve confusão entre a diocese ibérica de *Magneto* e a diocese de Maguelone (na homónima localidade situada no território de Villeneuve-lès-Maguelone, no atual departamento francês do Hérault, na região da Occitânia),

1 Neste artigo seguimos o Acordo Ortográfico de 1990.

2 Neste caso, o termo *castrum* indicaria a muralha romana e não um “castelo” no seu sentido medieval. Cf. MARIANI 2020: 247 e veja-se também as notas para a bibliografia relacionada.

3 Cunha 2013: 134. Veja-se também Real e Silva, 2018: 205-208 e Silva e Real 2020: no prelo. Agradecemos aos autores a disponibilização do texto antes da sua publicação e a A. Silva pela revisão do presente artigo.

4 Cardoso 1652: vol. I, 279; Cunha 1742: 135; Florez 1787: vol. XV, 243, Brandão 1803: 90; Luiz 1872: 44; Bruno 1907: vol. II, 181-182; Novais 1917: Parte 2, Vols. 3-4, 254; Ferreira 1923: vol. 1, 47; de Almeida 1967: vol. I, 67-68; David 1947: 65; Machado 1956: 63; Brandão 1971; Moreira 1971, 34-35; Guimarães, Afonso e Prata 1983: 44; Almeida 1986: 30; Mattoso 1995: 178; Neiva Soares 1998: 75; Alarcão 2005: 305 e Alarcão 2015: 36; Azevedo 2001: vol. IV (P-V), 5. Lopes 2001: em particular pp. 16-28; Marques 2002: 58; Araújo 2002: vol. II, 95-119; Ubriç 2015: 225, para o mapa das dioceses.

5 Alarcão 2001: 39 e Alarcão 2017: 332-333.

mas recentemente este equívoco foi definitivamente esclarecido<sup>6</sup>. A. de Almeida Fernandes na sua obra *Paróquias suevas e dioceses visigóticas* afirmou que «havia sido este o nome de uma paróquia bracarense (*Magneto*), a qual se escolheu para sede do bispo de *Portucale*, diocese acabada de criar, enquanto, em nosso entender, o arianismo se não extirpava à roda desta *civitas* e nela mesma, como veremos»<sup>7</sup>. O historiador parece sugerir uma interpretação diferente da relação entre *Magneto* e *Portucale*: o bispo *Viator*, que aparece no II Concílio de Braga de 572<sup>8</sup>, teria sido bispo da recém-constituída diocese de *Portucale*, mas residia temporariamente na localidade de *Magneto*, por causa dos conflitos entre os arianos e os católicos. Para o historiador o termo *pagus* que se encontra no *Parochiale Suevorum* (declinado no plural em «paga» em vez de «pagi», latim clássico, na fonte<sup>9</sup>) indicava as paróquias de suevos ainda arianos (enquanto hoje os investigadores tendem a ver nos *pagi* uma divisão territorial ou um núcleo povoado provavelmente distinto dos *vici* ou *castella*, sede de uma paróquia<sup>10</sup>), apesar da conversão dos suevos ao catolicismo ter acontecido provavelmente já antes de 561. Neste ano, de facto, foi celebrado o I Concílio de Braga, apoiado pelo rei Ariamiro e presidido pelo arcebispo de Braga Lucrécio (para T. Deswarte esta colaboração entre poder temporal e espiritual na Península Ibérica do século VI começou já no reino suevo<sup>11</sup>), no qual foram condenados o priscilianismo e outras heresias e em que participou São Martinho de Dume, juntamente com os outros seis bispos da *Gallaecia* que aparecem como *subscriptores* das atas do referido concílio<sup>12</sup>.

A interpretação de A. de Almeida Fernandes apresenta uma série de pontos críticos que permitem estender o campo da reflexão também sobre a fonte conhecida como *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri*. Como é notório trata-se de um documento que refere a organização eclesiástica do noroeste peninsular, hipoteticamente promovida no Concílio de Lugo de 569 (sobre cuja existência os historiadores debateram durante muito tempo<sup>13</sup>) na época do rei suevo Teodomiro (†570), um texto produzido, manipulado ou interpolado nos séculos XI e XII, mas cujo conteúdo era atendível na opinião de P. David, posição mais recentemente debatida e substancialmente partilhada também por J. de Alarcão e J. Marques<sup>14</sup>. No *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri* são indicadas as treze sedes episcopais do reino suevo (Braga, Porto/*Portucale*, Lamego, Coimbra, Viseu, Dume, Idanha-a-Velha, Lugo, Orense, Astorga, Iria, Tui, Bretonha) e as respetivas paróquias<sup>15</sup>. Esta fonte, como veremos imediatamente, apresenta numerosos problemas.

Em primeiro lugar não existe só uma versão do *Parochiale Suevorum*, mas pelo menos seis segundo F. López Alsina, e assim distribuídas<sup>16</sup>: uma versão do *Parochiale* vem de Lugo e encontra-se no *Tumbo Viejo* (esta versão foi publicada em 2011 por J. L. López Sangil e M. Vidán Torreira<sup>17</sup>),

6 Mateu y Llopis 1989: 362.

7 Fernandes 1997: 40.

8 *Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae*: col. 612.

9 Veja-se a Tabela 1 no Apêndice. Para a declinação do termo «pagus», veja-se <https://www.dizionario-latino.com/dizionario-latino-flessione.php?lemma=PAGUS100>, consultado on line em 23/03/2020.

10 Fernandes 1997: 49. Sobre os *pagi* veja-se López Quiroga 2018: 141.

11 Deswarte, 2019: 275-276.

12 Fernandes 1997: 39-40. Sobre estes temas veja-se também David 1947: 88-90. Fletcher, 1999: 99-100, Branco 1999: 87-90 e Ubric 2015: 231-232. Sobre o Priscilianismo e a Igreja ibérica entre Tardo-Antiguidade e Alta Idade Média veja-se também o trabalho de Jorge 2006.

13 Rivas Fernández 2003: 64-70 e Fernández Corte 1997-1998: 183-187.

14 David 1947: 67-68. Alarcão 2015: 36. Marques 2002: 30 e Marques 2009-2010: 459. Cf. também López Alsina 2013: 108. Para uma bibliografia sobre o *Parochiale Suevorum*, veja-se o trabalho de Gouveia, obra citada na bibliografia.

15 López Quiroga 2018: 140-141.

16 López Alsina 2013: 111.

17 López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7. Os dois editores sublinham que o *Parochiale Suevorum* para além do *Tumbo Viejo* está copiado também no *Tumbo Nuevo* de Lugo, obras respetivamente preservadas no Archivo Histórico Nacional de Madrid e no Archivo da Catedral de Lugo.

enquanto duas versões da fonte são transmitidas pelo *Liber Fidei* de Braga<sup>18</sup>. As outras três versões vêm respetivamente de Orense (editada por M. Risco na *España Sagrada*, o texto que para P. David provinha antes de Compostela<sup>19</sup>), Coimbra (Cabido da Sé)<sup>20</sup> e Santiago de Compostela (*Tumbillo de las Concordias*)<sup>21</sup>. A estas seis P. David acrescentava também as outras versões do *Parochiale Suevorum* transmitidas, por exemplo, no *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy (†1249), nos manuscritos do mosteiro cisterciense de Alcobaça, versão publicada por Frei Bernardo de Brito (†1617) na *Monarchia Lusitana*, e noutras obras provenientes de León e Oviedo. Um conjunto de textos que dava um número total de nove versões do *Parochiale Suevorum* segundo a opinião do historiador francês<sup>22</sup>. Na Tabela 1 do Apêndice, reproduzimos o esquema de classificação das fontes elaborado por F. López Alsina com a transcrição parcial das diferentes versões do *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri*. Como pode observar-se facilmente, estas versões são diferentes e, de facto, representam quadros de organização eclesiástica não coincidentes, como veremos em seguida. Apesar de todas estas versões, a historiografia em muitos casos utilizou o *Parochiale Suevorum* ou *Divisio Theodomiri* como se fosse uma fonte baseada num único e unívoco texto ou analisou-o através da geografia contemporânea, separando praticamente a atual Galiza (Espanha) dos territórios hoje em Portugal, quando no século VI ambas as áreas faziam parte do reino suevo que se estendia até ao rio Mondego. Por exemplo, a diocese de Tui tinha também sob a sua jurisdição paróquias localizadas em áreas a sul do rio Minho, além da moderna fronteira galega<sup>23</sup>. A própria *Gallaecia* romana, província instituída no século III pelo imperador Diocleciano (284-288/289 d. C.) com capital em *Bracara Augusta* (Braga), incluía os territórios desde o Oceano Atlântico até ao rio Douro e não até ao Minho, que só no século XII começou lentamente a tornar-se uma fronteira entre a Galiza e o condado/reino de Portugal<sup>24</sup>. Na *Historia Compostelana*, uma obra escrita por vários autores e em fases distintas no século XII, ainda a fronteira entre Galiza e *Portucale* mudava com base nos diferentes pontos de vista e interesses dos seus autores. Por exemplo, D. Hugo, arcebispo de Santiago, futuro primeiro bispo da Sé restaurada do Porto (1112-1136) e autor do capítulo XV do primeiro livro da *Historia Compostelana* (no qual relatou o “pio latrocínio” das relíquias dos santos Frutuoso, Silvestre, Susana e Cucufate perpetrado por Diogo Gelmires em Braga, em 1102) individualizava no Minho uma fronteira entre a Galiza e Portugal: «Fluvius enim [Minho, *scil.*] iste portugalense terram disternat a Gallitia»<sup>25</sup>. Pelo contrário, outro autor da obra, Giraldo, não assinalava o Minho como uma fronteira entre Galiza e Portugal; veja-se por exemplo o episódio em que o arcebispo Paio Mendes se recusou a cruzar o Minho para chegar a Tui (onde os bispos de Tui, Orense e Lugo tinham que julgar as questões patrimoniais entre Braga e Santiago de Compostela), mas sem que o rio seja conotado claramente como fronteira<sup>26</sup>. Sempre na parte escrita por Geraldo, num documento refe-

18 *Liber Fidei* 2017: docs. 10, 11 (vol. I) e 551 (vol. II).

19 Risco 1796: vol. XL, 341-342. Sobre as diferentes propostas de origem desta versão, veja-se López Alsina 2013: 111 e David 1947: 22.

20 ATT (Arquivo da Torre do Tombo), *Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 20, Maço 1, doc. 1. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4613487> consultado em 25/02/2020.

21 ACS (Archivo de la Catedral de Santiago), *Tumbillo de Concordias*, fol. 133v-134v. Para as fontes citadas nas notas 16-21 neste trabalho, veja-se López Alsina 2013: 111. O *Parochiale Suevorum* está parcialmente traduzido em português, cf. Parente 2013.

22 David 1947: 19-44.

23 Sánchez Pardo 2014: vol. LXVI/134, 444. Baliñas Pérez 2010: 33-34.

24 Marques 2011: 53-84 e Cruz 2014: 58. Para uma bibliografia atualizada veja-se Renzi e Gomes 2020: 86-91.

25 *Historia Compostellana*: 126.

26 *Historia Compostellana*: 230 «Ipse quidem episcopus eo tempore Tudem adierat habiturus iudicii examinationem cum Pelagio Bracharensi episcopo super media parte Corneliane et ceteri honoris, qui est sancti Iacobi in Portugallia circa Bracharam, presentibus ibi iudicibus episcopis Didaco Auriensi, P. Lucensi, A. Tudensi, ex iussu B. Toletani archiepiscopi et Romane Ecclesie legati. Illam namque medietatem, que sua erat, predictus episcopus sancti Iacobi Mauricio Bracharensi archiepiscopo, qui eodem tempore a predicto Teutonico tyranno erectus in idolum incestabat thorum matris sue Sancte Romane Ecclesie dederat in prestimonium. Quam medietatem successor eius Pelagius violentie fultus retinebat. Qui causa huius exminationis veniens noluit tamen inire iudicium nec etiam transmeare Mineum, sed

rente aos acordos entre Maurício “Burdino” e Diogo Gelmires, ainda no século XII (provavelmente porque ligadas também à questão do bispado de Tui<sup>27</sup>) as fronteiras do território de *Portucale* parecem estar localizadas entre o rio Lima, que passa pela cidade de Viana do Castelo em Portugal, e o rio Douro («in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium»<sup>28</sup>); o Lima é o mesmo rio que, como demonstrado por P. Merêa, na Alta Idade Média (séculos IX-X) constituía o limite setentrional do território *portucale*<sup>29</sup>.

Para além disso, quando analisamos o *Parochiale Suevorum* notamos uma série de substanciais diferenças; basta pensar nos diferentes nomes dados a algumas paróquias na versão do *Liber Fidei* de Braga e do *Tumbo Viejo* de Lugo, ao diferente número de paróquias incluídas nas várias versões do *Parochiale Suevorum*<sup>30</sup>, ou na questão da divisão em onze condados da terra de Lugo, inserida apenas nas cópias de Braga juntamente com o texto do *Parochiale Suevorum*<sup>31</sup>. Existe também o grande problema das sedes metropolitanas do reino suevo (Braga e Lugo) indicadas na fonte. Segundo P. David, por exemplo, a única sede metropolitana da *Gallaecia* no século VI era Braga. Para o historiador francês, a parte inicial do *Parochiale Suevorum* (conhecida como a “carta de Teodomiro”), em que se menciona a decisão de elevar Lugo à dignidade metropolitana de Braga («Dum hanc epistulam Episcopi legerunt, elegerunt in Synodo ut Sedis lucensis esset Metropolitana sicut et Brachara»<sup>32</sup>), seria uma falsificação posterior datável pelo menos do século VII, ou ainda mais tardia (séculos XI-XII), produzida por um clérigo de Lugo, evidentemente dotado de um bom conhecimento do latim, que em plena Idade Média tentou aumentar o prestígio da sua sede episcopal através da inserção no *Parochiale Suevorum* desta passagem<sup>33</sup>. Prova disso seria também, segundo P. David, o facto de que no II Concílio de Braga de 572 o único bispo definido como metropolitano ter sido o bracarense; de facto, nunca existiram duas sedes metropolitanas no reino suevo, uma opinião partilhada também por J. C. Rivas Fernández, na sua investigação sobre a sede de Orense, e M. J. Branco<sup>34</sup>. Efetivamente, num documento do *Liber Fidei*, Lugo é definida como sede “vigária” de Braga («Braccare metropoli et Luco quasi vicarie sede»<sup>35</sup>), um detalhe que parece introduzir uma hierarquia entre as duas Sés<sup>36</sup>.

Em 2016 M. Fernández Calo defendeu a tese de que o *Parochiale Suevorum* e as disposições do hipotético Concílio de Lugo de 569, promovido pelo rei suevo Teodemiro, refletiam os equilíbrios do noroeste peninsular já a partir do século V, fornecendo uma série de provas em favor da dignidade de sede metropolitana para Lugo na passagem entre a Tardo- Antiguidade e a Alta Idade Média<sup>37</sup>. Para este investigador a interpretação de P. David tem vários pontos críticos; efetivamente P. David

---

veniens usque ad ripam Minei ait: «Qui tenet nunc, teneat. Ego enim neque Tudem transmeabo neque eorum episcoporum iudicium inibo». Inde reuersus Bracharam violenta manu inuasit aliam predicti medietatem honoris, erat canonicorum sancti Iacobi».

27 Rodrigues 2015.

28 *Historia Compostellana*: 126-127 «Ego Mauritius Bracharensis ecclesie archiepiscopus de manu amici et confratris nostri domini Didaci secundi, venerabilis Compostellane ecclesie episcopi, suscipio in prestimonium sive feudum medietatem possessionum et hereditatum, quas habet ecclesia sancti Iacobi in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium».

29 Sobre estes temas veja-se: Merêa 1967: 9-21, Pallares Méndez e Portela Silva 1996: vol. II, 76-78, Falque Rey 1994: 12-14 e Barros 2019: 127-146. Sobre o “Pio Latrocinio”, veja-se Portela Silva 2016: 29-42 e sobretudo Amaral e Barroca 2012: 138-144 e 305-311. Sobre os bispos do Porto antes da restauração da Sé episcopal, veja-se Carriedo Tejedo 1998-1999.

30 Veja-se a Tabela n. 1 no Apêndice deste artigo.

31 David 1947: 21-22. *Liber Fidei* 2017: docs. 11 (vol. I) e 551 (vol. II). Pensamos voltar ao tema dos onze condados numa próxima publicação.

32 López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7. O mesmo texto encontra-se em todas as seis versões citadas na Tabela 1.

33 David 1947: 65-67.

34 Rivas Fernández 2003: 66-67 e Branco 1999: 87-88.

35 *Liber Fidei* 2017: vol. II, doc. 552.

36 David 1947: 65-66.

37 Fernández Calo 2016: 125-162.

não cita o texto do II Concílio de Braga quando afirma que «Le titre de métropole n'est pas donné à Lugo, ni celui de métropolitain à son évêque; dans les signatures du second concile de Braga, Martin est seul à prendre ce titre»<sup>38</sup>, o que não permite verificar as suas conclusões. Por exemplo, nas atas do II Concílio de Braga de 572, ao contrário do que refere P. David, há uma menção clara da divisão do reino suevo em duas províncias administrativo-eclesiásticas (os «Synodi»<sup>39</sup>) assinando o bispo de Lugo como *metropolitanus*<sup>40</sup>. Este dado foi evidenciado também por K. Schäferdiek e P. Ubric, os quais concordam com a possível existência de uma sede metropolitana em Lugo, e, por conseguinte, de duas províncias eclesiásticas suevas, no século VI<sup>41</sup>. A sede episcopal de Lugo teria perdido esta importância eclesiástica depois da conquista visigoda de 585, apesar de se ter tornado na nova sede do governo e lugar de residência do *dux* visigodo, em vez de Braga, na reorganização territorial visigoda<sup>42</sup>. Em 589, no III Concílio de Toledo, Lugo aparece, ao contrário de Braga, como diocese e não como sede metropolitana e o mesmo sucede noutra fonte, o *Provinciale Visigothicum* (incluída no *Codex Escorialensis* R.II.18, antigamente conhecido como *Codex Ovetensis*, no qual foi copiado em finais do século VIII<sup>43</sup>), onde Lugo surge apenas como uma diocese sufragânea da sede bracarense<sup>44</sup>.

Contudo, achamos que, de acordo com os estudos de F. López Alsina, estes documentos que se referem à época sueva devem ser lidos com muito cuidado e no contexto dos séculos XI e XII (quando foram produzidos e/ou manipulados/interpolados e não só em Lugo, mas também noutras sedes episcopais como Orense, onde foram realizadas falsificações importantes) e dentro da reconfiguração do espaço eclesiástico peninsular<sup>45</sup>. Um processo complexo iniciado pela ação régia de Fernando I de Leão e Castela (†1065) e os Concílios de Coiança (1055) e Compostela (1061 e 1063), marcado pela presença dos cluniacenses e caracterizado também pela crescente influência (e concorrência) do Papado Romano na Hispânia, a partir, em particular, dos pontificados de Alexandre II (1061-1073) e Gregório VII (1073-1085)<sup>46</sup>. Por esta razão é preciso ter muita prudência na análise dos documentos, os quais, mesmo se baseados em alguns elementos atendíveis (como a divisão em *parochiae* das dioceses na época sueva), não devem ser considerados como representações completamente fidedignas da realidade do século VI, porque, como foi sublinhado por F. López Alsina, «en realidad, ninguno de ellos reproduce con fidelidad su contenido genuino. Se trata de documentos interpolados, o totalmente falsificados, puestos en circulación por distintas sedes episcopales, en distintos momentos posteriores al año 1055»<sup>47</sup>. A reivindicação metropolitana lucense podia ser devida sobretudo ao grande desenvolvimento de Compostela como centro de culto e peregrinação (o bispo de Iria já em 1049 no Concílio de Reims reivindicou, sem sucesso, o título de *Apostolicus*), e a restauração de Tui e Braga em 1070-1071, durante o reino de García II da Galiza (1065-1071)<sup>48</sup>. Estes dois fatores deviam constituir sérios problemas para os bispos

38 David 1947: 65-66

39 Fernández Calo 2016: 128-134.

40 Fernández Calo 2016: 128-134. *Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae*: 612. Veja-se também a edição de Migne 1850: vol. VIII, col. 573. Veja-se Hinschius 1863: vol. II, 426 e Vives Gatell 1963: 84-85.

41 Schäferdiek 1967: 129 e Ubric 2015: 226-227.

42 Díaz Díaz e Pardo Gómez 2002: 11. Baliñas Pérez 2010: 34-35, Sánchez Chouza 2017: 119. *Provinciale Visigothum seu nomina Hispanarum Sedium*: 425-427. De opinião diferente é RIPOLL 2000: 327, nota 9, que considera Braga como capital da *Gallaecia* entre os séculos VI e VIII.

43 David 1947: 1-3. Montenegro e Castillo 2010: 416-417.

44 Simonet e Zugasti 1891: 38 e 40. Voltaremos a este documento.

45 López Alsina 2013: 125.

46 López Alsina 2013: 125, Deswarte 2010: 356-401 e De Ayala Martínez 2016: 127-153. Veja-se também a ótima reconstrução da situação política da área do primeiro condado de *Portucale* e de Coimbra (sécs. IX-XI) feita por Alarcão 2019: 19-22.

47 Recuero Astray 2000: 171-175, López Alsina 2013: 110-111.

48 Cantarella 2005: 54-59. Sottomayor-Pizarro 2017: 312. Pastor 2019: 82-85.

de Lugo, onde se tinham refugiado os arcebispos bracarenses muito provavelmente já na primeira metade no século IX, procurando os titulares de Lugo desde a Alta Idade Média – como afirmado por L. C. Amaral – apropriar-se dos direitos e da dignidade da sede bracarense<sup>49</sup>.

### **3. MAGNETO/MEINEDO: SEDE EPISCOPAL OU LUGAR DE RESIDÊNCIA DOS BISPOS DE PORTUCALE?**

Este quadro complica-se ainda mais quando tratamos da questão das dioceses de *Magneto* e *Portucale*. Em primeiro lugar porque não existe fonte nenhuma sobre bispos do Porto (*Portucale*) antes de 589 no III Concílio de Toledo<sup>50</sup>. O *Parochiale Suevorum* refere uma diocese do Porto/*Portucale* na época do rei Teodomiro, mas como vimos, não há qualquer traço desta sede episcopal, enquanto em 572, no II Concílio de Braga, aparece o bispo «Viator Magnetensis» juntamente com os *episcopi* das outras doze sedes mencionadas na hipotética divisão eclesiástica de 569<sup>51</sup>. Mesmo considerando como certa a já referida proposta de A. de Almeida Fernandes, ou seja, Viator seria o bispo de *Portucale* residente temporariamente em *Magneto*, porque assinou ele como *Magnetensis* em vez de *Portucalensis*? Achamos que neste caso específico há um equívoco em parte da historiografia entre o título episcopal (e a respetiva sede de referência) e o lugar onde o bispo podia efetivamente residir regular ou temporariamente. Trata-se de dois conceitos bem distintos. Os exemplos de bispos que, por várias razões, podiam residir fora da própria sede episcopal são numerosos dentro e fora da Península Ibérica. No século VI, por causa da invasão e da conquista dos lombardos da Itália do Norte, os bispos de Milão refugiaram-se em Génova (568-569), onde permaneceram durante cerca de oitenta anos, mas apesar disso, nas cartas papais de Gregório I *Magno* (590-603) os bispos continuam a ser definidos como *mediolanenses*<sup>52</sup>.

Outro caso semelhante, dos séculos VI-VII, é o dos patriarcas de Aquileia que, para fugir aos lombardos, se transferiram temporariamente para Grado, ainda antes desta localidade se tornar, progressivamente, em sede de outro patriarcado, em concorrência com a mesma Aquileia<sup>53</sup>. Sabemos também que os bispos de Porto (em latim *Portuensis episcopus*, enquanto o bispo do Porto, Portugal, era *Portucalensis* ou *Portugallensis episcopus*), diocese suburbicária de Roma (hoje diocese de Porto-Santa Rufina) na Alta Idade Média não residiam estavelmente em *Portus* (localidade costeira e antigo porto de Roma, que hoje faz parte do município de Fiumicino, parte da cidade metropolitana de Roma), mas na Ilha Tiberina (ilha no rio Tibre, no centro de Roma), a trinta quilómetros de distância da costa do Lazio, cerca de oito quilómetros menos que a distância que há entre o Porto e a localidade de Lousada, em cujo município estaria hoje incluída a sede episcopal de *Magneto/Meinedo*<sup>54</sup>. Apesar de residir noutra sítio (sempre no âmbito da jurisdição da diocese, juntamente com a área de Trastevere e as águas do rio Tibre<sup>55</sup>), os bispos de Porto não mudaram de título, que tinha também um forte valor simbólico<sup>56</sup>, assim como o Papa Inocêncio III (1198-1216)

49 Amaral 2007: 228.

50 Antes dessa data não aparece nenhum bispo do Porto, cf. David 1947: 68 e LOPES 2001: 27-28.

51 *Liber Fidei* 2017: docs. 10, 11 (vol. I) e 551 (vol. II) e *Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae*: col. 612.

52 Elli 2013-2014: 119-121. Para as cartas de Papa Gregório I *Magno* veja-se Ewald e Hartmann 1891: vol. I, Liber 4/1-3, pp. 232-235. Para uma síntese geral sobre este tema veja-se Wickham 2019: 53-81.

53 Cuscito 2012.

54 Carpegna Falconieri 2008: 82-83 e Mezzadri, Tagliaferri e Guerriero 2008: vol. III, 993.

55 Carpegna Falconieri 2008: 83-84. O investigador evidencia como apesar da colocação geográfica e urbanística da Ilha Tiberina e do atual bairro de Trastevere, estas zonas e os seus habitantes na Idade Média nem sempre eram considerados cidadãos romanos.

56 Carpegna Falconieri 2008: 84. T. di Carpegna Falconieri observa como, de facto, o título de um bispado tinha também um valor simbólico e, em alguns casos, não mudava nem na presença de grandes mudanças das estruturas demográficas e da distribuição da população de um território.

continuava a ser bispo de Roma mesmo residindo em muitas ocasiões em Viterbo, fora da província eclesiástica de Roma, cidade que o papa tinha configurado como um dos seus centros operativos e, de facto, segunda sede papal no início do século XIII<sup>57</sup>. Para assinar como *Magnetensis*, Viator ou era efetivamente o bispo de *Magneto* ou teria havido uma primeira transferência da sede de *Portucale* para *Magneto*, do que não existe, contudo, traço algum nas fontes ou na memória dos séculos XI e XII. Por exemplo, na Galiza do século XII, os bispos começaram paulatinamente a utilizar o título de *compostellanus* porque, em 1095, o Papa Urbano II (1088-1099) transferiu definitivamente a sede episcopal galega de Iria Flavia para Compostela, localidade que aparece associada ao lugar de Santiago só a partir do século XI<sup>58</sup>. Até àquele momento, nas fontes, os bispos dos séculos IX, X e XI definiam-se *irienses* ou bispos da *beati Iacobi ecclesiae/beati Iacobi apostoli* (da Igreja de S. Tiago Apóstolo), como demonstram claramente os casos de Sisnando (877-920), Vistruário (1014-1036) e Crescónio II (1037-1066)<sup>59</sup>.

Outro caso muito interessante para perceber as dinâmicas eclesiásticas do noroeste peninsular é o caso de Dume/*Minduniето*. A sede de Dume (Braga) foi abandonada provavelmente no terceiro quartel do século IX, no tempo do bispo Sabarico<sup>60</sup> e mais tarde (no século IX, segundo E. Cal Pardo e F. López Alsina) transferida para a localidade de San Martín de *Minduniето* (hoje localidade de Foz, Lugo, Galiza) por iniciativa do rei das Astúrias Afonso III (†910)<sup>61</sup>. São Martinho de *Minduniето* foi desde então sede episcopal até ao biénio de 1113-1114, altura em que foi transferida novamente, desta vez para a localidade de «Villamayor del valle del Bría (Brea, atual ciudad de Mondoñedo)»<sup>62</sup>. Na documentação da catedral de Mondonhedeo referente ao século X temos vários testemunhos desta transformação e reorganização eclesiástica. Por exemplo, já na documentação de 916 se fala na «sancti Martini menduniensis sedis»<sup>63</sup>, enquanto num documento de 974 há notícia até da transferência das relíquias de São Martinho de Dume para a localidade de *Minduniето* «Sancti Martini episcopi quorum venerande et desiderabiles reliquie dinoscuntur manere in Menduniето dumienses sedis provincie Gallecie»<sup>64</sup>. Os bispos de *Minduniето* continuaram, pelo menos no século X e até ao início do século XI, a definir-se alternativamente e indistintamente como *dumienses*, *mindunienses* ou *britonienses*, porque na sede de *Minduniето* tinham confluído progressivamente também as autoridades das antigas dioceses de Dume e Bretonha, das quais *Minduniето* centralizava as funções episcopais. Portanto, não se tratava de um simples lugar de residência dos bispos de Dume, mas duma nova sede episcopal oficial<sup>65</sup>. Até nos casos em que a transferência da sede episcopal de Dume para *Minduniето* não foi (re)conhecida, as fontes alto e pleno-medievais parecem distinguir muito claramente entre o título episcopal e o lugar (provisório ou não) de residência dum bispo. Por exemplo, na *Chronica Albendensia* (obra provavelmente datável de finais do século IX<sup>66</sup>), especifica-se que no ano 881 o bispo Rosendo (a não confundir com São Rosendo de Celanova, †977) era bispo de Dume (título) em «Minduniето degens», residente em *Minduniето*. Para além disso, na mesma fonte, o arcebispo Flaviano de Braga, apesar de residir na *arx* (fortificação, cidadela, cidade

57 Maccarrone 1972: 49-61.

58 Anguita Jáen 2000: 206-217. López Alsina 2015 (IIª ed.): 113-126.

59 Lucas Álvarez 1997: docs. 280 e 316. González Balasch 2004: docs. 18, 61, 68, 69, 92, 94 e 101.

60 Fontes 2018: 403.

61 Cal Pardo 2003: 23-29 e López Alsina 2013: 106.

62 Cal Pardo 2003: 96.

63 Cal Pardo 1999: doc. 2.

64 Cal Pardo 1999: doc. 7. Veja-se também Carriedo Tejedo 2000: 235-253.

65 Cal Pardo 2003: 9-29 e López Alsina 2013: 106.

66 Powell 2003: 394.

fortificada ou principal em latim<sup>67</sup>) do bispo de Lugo («Luco episcopus arce»<sup>68</sup>), na consequência da situação de perigo seguida à invasão islâmica do século VIII<sup>69</sup>, continuava a ser definido na Crónica *Albendensia* como «Flaianus Bracare»<sup>70</sup>.

#### 4. AS DIOCESES DE MAGNETO E PORTUCALE: DUAS PROPOSTAS DE INTERPRETAÇÃO.

Vistos estes exemplos, as nossas conclusões são essencialmente duas. A primeira é que *Magneto/Meinedo* era sede episcopal e não podia ser em 569 uma paróquia do bispado de Porto/*Portucale*, que em 572 é ainda inexistente no II Concílio de Braga. Viator era, portanto, bispo de *Magneto/Meinedo* e não bispo do Porto, como foi afirmado ainda há poucos anos<sup>71</sup>. Também temos algumas dúvidas sobre a interpretação do *Parochiale Suevorum* recentemente oferecida por J. de Alarcão. Na opinião do arqueólogo, a fonte poderia realmente representar as decisões de 569, disposições que incluíam a transferência de *Magneto* para Porto/*Portucale* (isso explicaria a presença desta diocese no *Parochiale Suevorum* em lugar de *Magneto/Meinedo*, localidade que por lapso J. de Alarcão localiza em Marco de Canaveses, em vez de Lousada<sup>72</sup>) e a instituição da diocese de Lamego, cujo bispo não apareceria no *Liber Fidei* entre os *subscriptores* do Concílio Lugo de 569 e que, por sua vez, aparece no II Concílio de Braga de 572<sup>73</sup>. Portanto, na opinião daquele investigador, não poderá «excluir-se inteiramente a hipótese de Viator, residindo já em *Portucale*, ter mantido o título de *episcopus Magnetensis*»<sup>74</sup>. Contudo, se analisarmos os documentos do *Liber Fidei*, podemos ver como as subscrições dos bispos não se referem ao Concílio de Lugo de 569 (o *Parochiale Suevorum* não tem *subscriptores* como é possível verificar por exemplo nas versões de Braga e Lugo<sup>75</sup>), mas confirmam a divisão do território de Lugo em onze condados (outra falsificação da Igreja *lucense* produzida no século XI na opinião de F. López Alsina<sup>76</sup>) operada pelo rei suevo Miro, sucessor de Teodomiro, em 572. Veja-se o texto em seguida:

**«Has itaque determinationes comitatum seu diffinitiones a me Nitigio nutu Dei Lucense sedis episcopo diligentissime exquisitas per antiquorum virorum scientia seu per scripturam seriem vetustarum repertas studiosissime post peracto Bracarensi sinodo II.º ibidem in diebus gloriosissimi domni Mironis regis sub Era DC.ª X.ª [Ano de 572, scil.] in presentia ipsius regis et omnium catholicorum magnatum tocius provintie Gallecie ipsius provincie [...] Martinus Bracarensis sedis metropolitanus [...] Renisol Bissensis [...] Lucretius Colimbriensis [...] Adoric Egestane [...] Viator Magnatensis [...] Nitigius Lucensis ecclesie metropolitanus [...] Vitimer Auriensis [...] Andreas Iriensis [...] Anila Tudensis [...] Polimius Asturiensis [...] Mailloc Britonio»<sup>77</sup>.**

67 Lomax 1976: vol. I, t. 1, p. 324. Para o significado do termo «arx» veja-se <https://www.dicionario-latino.com/dicionario-latino-italiano.php?lemma=ARX100>, consultado on-line em 23/03/2020.

68 Lomax 1976: vol. I, t. 1, p. 324.

69 Linehan 1993: 111-112

70 Lomax 1976: vol. I, t. 1, p. 324. Veja-se sobre esta fonte David 1947: 62-63 e 125-184.

71 Marques 2002: 30.

72 Alarcão 2012: 119. A mesma informação encontra-se em Alarcão 2017: 332.

73 Alarcão 2012: 119. Sobre a instituição da diocese de Lamego veja-se Morujão 2018: 259.

74 Alarcão 2012: 119. Alarcão 2019: 11. Neste segundo artigo, o autor propõe que a transferência da diocese de Meinedo para o Porto teve lugar no II Concílio de Braga de 572.

75 *Liber Fidei*: docs. 10 e 11 e López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7

76 López Alsina 2013: 113-119.

77 *Liber Fidei*: doc. 11.

A ausência do bispo de Lamego desta lista poderia ter várias explicações, mas não podemos esquecer que as subscrições dos bispos não representavam necessariamente a totalidade das dioceses do território<sup>78</sup>. Prova disto é fornecida claramente pela outra versão da divisão do território lucense em onze condados contida no documento nº 551 do *Liber Fidei* de Braga:

«Has itaque diffinitiones in concilio predicto exquisitas et per seriem vetustatum scripturarum repertas in presentia **domini et gloriosissimi Mironis regis sub era DC.<sup>a</sup> X.<sup>a</sup> [Ano de 572, scil.]** et omnium ipsius provincie episcoporum tam ex Bracarensem concilio quam ex Lucensi ecclesia diffinite et subscripte existunt. **Martinus Bracarenis** episcopus subscripsi. **Remisol Visensis** episcopus ecclesie subscripsi. **Lecencius Colinbriensis** episcopus ecclesie his gestis subscripsi. **Adoric Egitane** ecclesie episcopus subscripsi. **Viator Magnetensis** ecclesie episcopus subscripsi. **Victimer Auriensis** episcopus subscripsi. **Andreas Iriensis** episcopus subscripsi. **Anila Tudensis** episcopus subscripsi. **Polimius Asturicensis** episcopus subscripsi. **Mailloc Britoniensis** episcopus subscripsi»<sup>79</sup>.

Como foi evidenciado por A. J. da Costa, no documento fala-se claramente da divisão territorial de Lugo em condados e não do *Parochiale Suevorum*<sup>80</sup>; para além disso esta fonte refere-se a vinte bispos a coadjuvar o rei Miro no seu inquérito e reorganização territorial (um número que não parece compatível com a hipotética divisão eclesiástica do Concílio de Lugo de 569<sup>81</sup>), apesar de aparecerem só dez bispos como *subscriptores*, em lugar dos onze da primeira versão (os documentos 10 e 11 do *Liber Fidei* de Braga)<sup>82</sup>. Nesta lista dos *subscriptores* de 572 falta também o bispo de Lugo Nitígio<sup>83</sup>; se seguíssemos a mesma lógica, deveríamos concluir que, na base exclusiva destas subscrições, não existia uma diocese ou bispos de Lugo antes de 572, mas sabemos que a sede de Lugo está mencionada nas fontes já no século V e teve pelo menos um bispo de nome Agrestio<sup>84</sup>. Neste trabalho não queremos excluir a interessante possibilidade sugerida por J. de Alarcão da instituição da diocese de Lamego em 569, mas a aceitarmos os documentos do *Liber Fidei* como fiáveis, a presença de Viator como *Magnetensis* implica logicamente que não houve transferência do título até 572, mesmo que tivesse sido decidida em 569 e que o bispo já residisse no Porto/*Portucale* (ao contrário do que afirmou A. Almeida Fernandes<sup>85</sup>) porque, recordamos mais uma vez, título episcopal e lugar de residência são já dois conceitos claramente diferentes na Europa ocidental do século VI<sup>86</sup>.

Como é possível observar-se, estas hipóteses, em muitos casos contraditórias entre elas, tentam preencher um vazio da documentação que torna quase impossível estabelecer se uma diocese foi efetivamente instituída nos séculos V-VI; ainda que, como foi observado por J. C. Rivas Fernández a instituição de *Magneto/Meinedo* pudesse ser mais antiga e bem anterior aos primeiros dois Concílios de Braga em 561 e 572<sup>87</sup>. A localidade de Meinedo foi ocupada pelo menos desde a Idade do Ferro e sabemos que o sítio continuou a ser povoado em época romana, pelo menos a

78 Rivas Fernández 2003: 54-61.

79 *Liber Fidei*: doc. 551.

80 Costa 1965: vol. I, 298 (nas notas de rodapé).

81 *Liber Fidei*: doc. 551 e López Quiroga, 2018: 140.

82 *Liber Fidei*: doc. 551.

83 *Liber Fidei*: doc. 551. Nitígio é mencionado, contudo, na primeira parte do doc. 551.

84 Díaz Díaz e Pardo Gómez 2002: 9-11. Codoñer 2010: 15. Sobre os bispos galegos entre os séculos VI e VIII, veja-se Carriedo Tejedó 2004: 773 e sgs.

85 Fernandes 1997: 39-40.

86 Alarcão 2012: 119-120. Alarcão 2019: 11.

87 Rivas Fernández 2003: 91. Na opinião de J. Marques, o bispo Coto, que aparece no primeiro Concílio de Braga de 561, era muito provavelmente o bispo de Porto/*Magneto* (para o historiador há absoluta continuidade entre as duas dioceses), cf. Marques, 2002, p. 30. Veja-se também Alarcão 2015: 37.

partir do século IV, como foi demonstrado pela presença de vestígios cerâmicos e pétreos e pelos sarcófagos paleocristãos do século V encontrados nesta área<sup>88</sup>. Na opinião de A. Sousa Oliveira, em Meinedo deveria existir uma albergaria ou local de descanso para os peregrinos que se dirigiam para Santiago de Compostela, devido à presença de uma bifurcação de um caminho romano secundário que passava na direção *Tongobriga-Bracara Augusta*<sup>89</sup>, uma posição que poderia justificar a decisão de instituir uma diocese nesta localidade<sup>90</sup>. As evidências arqueológicas mostram também que este lugar continuou a ser ocupado entre os séculos V-VII, segundo os autores da *Carta Arqueológica* de Lousada e atendendo à recolha de «abundante cerâmica de cobertura (*tegulae*) realçando-se o aparecimento de fragmentos de vidros»<sup>91</sup>. São também de particular interesse os materiais encontrados na Quinta dos Padrões e na Quinta do Vilar, nomeadamente um provável sarcófago e um capitel visigótico<sup>92</sup>. Para além disso, a investigação arqueológica mostrou que sob a atual capela de Santo Tirso (igreja de Santa Maria de Meinedo, Lousada) há vestígios de um edifício suevo-visigótico datado, segundo M. Areosa Rodrigues, do século VI-VII compatível com a presença de uma sede episcopal em Meinedo, no século VI<sup>93</sup>. Todavia, apesar das evidências arqueológicas e documentais do século VI, a localidade parece perder importância; Meinedo só reaparece nas fontes escritas num documento datado de 11 de Dezembro de 1131, quando Afonso Henriques doa o mosteiro de Santo Tirso de Meinedo (veja-se o Apêndice sobre os mosteiros da diocese do Porto, Tabela 2 e Mapa 1) ao bispo D. Hugo e à Sé episcopal portuense («Vobis domno Hugonj episcopo Portugalensi et ecclesi(a) e Portugalensis sedis»)<sup>94</sup>.

A nossa segunda conclusão é que a análise cronológica e do contexto histórico implica logicamente que o *Parochiale Suevorum* não pode representar a situação eclesiástico-administrativa do ano de 569, sob o reino de Teodomiro; esta divisão reflete uma organização necessariamente posterior a essa data. Já outros investigadores evidenciaram esta incongruência, como por exemplo P. David, A. J. Costa, J. Marques e J. de Alarcão<sup>95</sup>. P. David, no seu estudo sobre o *Parochiale Suevorum*, indicava como data *post-quem* do documento o ano 572, porque, como vimos, naquele ano aparece o bispo de *Magneto Viator* – um elemento que torna muito difícil aceitar a proposta de J. Quiroga e M. Lovelle de uma transferência de *Magneto* para Porto já no ano de 572<sup>96</sup> – e como data *ante-quem* o ano 589 (ano do III Concílio de Toledo) em que pela primeira vez aparecem os dois bispos de Porto/*Portucale*, Constâncio, católico, e Argiovitto, ariano<sup>97</sup>. Temos aqui já um primeiro problema, porque entre 572 e 589 o cenário político da Península Ibérica muda completamente, com a definitiva conquista visigótica do reino suevo, em 585, por parte do rei Leovigildo<sup>98</sup>. P. David, na nossa opinião consciente deste problema, tentou restringir ulteriormente a cronologia do *Parochiale Suevorum* (para que a divisão eclesiástica e a instituição da diocese de Porto/*Portucale* fossem atribuídas sem dúvida nenhuma aos suevos) ao intervalo entre os anos 572 e 582, durante o reinado de Miro, mas o historiador não justificou a sua proposta o que torna muito complicado avaliar ou

88 Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 139 e a bibliografia relacionada. Alarcão 2017: 332-333.

89 Mendes-Pinto 2008: 49. Sobre as vias romanas veja-se o excelente mapa de Alarcão 2017: 230.

90 Oliveira, 1969: vol. IV, Tomo II e III, 35-51. Cf. Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 141 e a bibliografia relacionada.

91 Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 140 e a bibliografia relacionada.

92 Nunes, Sousa e Gonçalves 2008: 141 e a bibliografia relacionada.

93 Rodrigues 2012-2013: 100-101. Na opinião de J. de Alarcão «Esta atribuição cronológica não pode considerar-se indiscutível. Talvez o templo possa datar-se do século IX ou X». Alarcão 2019: 11.

94 *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*: doc. 121.

95 David 1947: 68, Costa 1965: vol. I, 17-18 Marques: 28-30 e Alarcão 2015: 36.

96 López Quiroga e Lovelle 1997: 53-55.

97 David 1947: 68.

98 Díaz 2011: 126 e 246-248

utilizar a sua cronologia<sup>99</sup>. P. David, de facto, referiu só genericamente que a transferência episcopal teve lugar «avant de la crise qui mit fin au royaume suève»<sup>100</sup> e antes do falecimento do rei Miro que o historiador coloca em 582, em lugar de 583<sup>101</sup>.

Portanto, temos que analisar a questão da relação entre *Magneto* e *Portucale* também à luz do problema da conquista visigótica de 585, e é fundamental lembrar que só entre 587 e 589, com a conversão do rei Recaredo e o III Concílio de Toledo, é que os visigodos se converteram definitivamente ao catolicismo<sup>102</sup>. Este elemento é útil para compreender a presença simultânea em *Portucale* de dois bispos, um ariano (Argiovitio que abjurou a fé ariana no III Concílio de Toledo, tal como o bispo ariano de Lugo, Bécila<sup>103</sup>) e outro católico<sup>104</sup>. Na opinião de P. Diáz estes dois bispos não estavam em competição entre si, mas tinham uma autoridade paralela: o bispo ariano estaria ligado à expansão militar visigótica e ao enquadramento no reino dos territórios recém-conquistados, do que podemos deduzir (é só uma hipótese) que o bispo católico mantivesse as relações com a população local sueva, convertida ao catolicismo pelo menos desde 561<sup>105</sup>. Outro ponto interessante é que a maior parte dos trabalhos de investigação sobre os dois bispos de *Portucale*, indicam como data de início do pontificado de ambos o ano 585, o ano, como vimos, da conquista visigótica do reino suevo<sup>106</sup>. Quem teria instituído os dois bispos? Se, por um lado, é razoável pensar que Argiovitio tivesse sido nomeado pelo rei Leovigildo, considerado também o papel militar que atribui ao bispo ariano P. Diáz<sup>107</sup>, por outro, quem instituiu Constâncio? Teria sido o último bispo suevo de *Portucale* nomeado pelo rei suevo Andeca (†584-585) ou por Malarico, que tentou uma última restauração do reino suevo em 585<sup>108</sup>? Seria uma figura local promovida pelos visigodos para “controlar” os católicos locais e evitar revoltas imediatamente depois da conquista? Estas considerações levam-nos a uma questão decorrente: Porto/*Portucale* foi uma diocese de instituição sueva ou visigoda? Consideremos a primeira hipótese. Para P. David, as dioceses de Tui e *Magneto*, por exemplo, tinham nascido para dividir o território demasiadamente extenso de Braga, tanto a norte como a sul, em época sueva<sup>109</sup>. Esta interpretação levanta outro problema, na medida em que não temos à disposição elementos claros para saber qual era efetivamente a extensão da jurisdição dos bispos no século VI. Por exemplo, no *Parochiale Suevorum*, Dume não tem sob sua dependência paróquias ou igrejas, contrariamente ao que se encontra noutra fonte semelhante ao *Parochiale Suevorum*, a *Divisio Wambae*, um texto fortemente relacionado com o *Provinciale Visigothicum* na opinião de P. David<sup>110</sup>. Dume parece ser uma sede episcopal “nominal”, ligada essencialmente ao

99 David 1947: 68.

100 David 1947: 68.

101 David 1947: 68. Sobre a data do falecimento do rei suevo Miro, cf. Diáz 2011: 293 e González Salinero 2017: 43.

102 Simonet e Zugasti 1891: 14. Vallejo Girvés 2012: 267.

103 «*Beccila, in Christi nomine civitatis Lucensis episcopus, anathematizans haeresis Arrianae dogmata superius damnata, fidem hanc sanctam catholicam, quam in Ecclesiam Catholicam veniens credidi, manu mea de toto corde subscripsi. Argiovitus, in Christi nomine civitatis Portucalensis episcopus, anathematizans haeresis Arrianae dogmata superius damnata, fidem hanc sanctam catholicam, quam in Ecclesiam Catholicam veniens credidi, manu mea de toto corde subscripsi*». Simonet e Zugasti 1891: 20; Gams 1874: vol. 2, 10.

104 Diáz 2011: 247.

105 Diáz 2011: 247.

106 Veja-se por exemplo Ferreira 1923: 439; Basto 1962: vol. I, 63 e Santos 1993: 225.

107 Diáz 2011: 247.

108 Diáz 2011: 247 e 293.

109 David 1947: 69.

110 «*Dumio teneat de Duria usque ad Avia, de Rameca usque ad Aram*». *Liber Fidei* 2017: vol. I, doc. 9. Sobre a relação entre o *Provinciale Visigothicum* e a *Divisio Wambae* veja-se David 1947: 1-3 e Riess 2013: 191 e as notas relativas. A *Divisio Wambae* foi uma divisão eclesiástico-administrativa do reino visigodo do século VII «dans laquelle le roi wisigothique Wamba lors d'un concile à Tolède est supposé avoir fait mettre par écrit la répartition de son royaume en provinces ecclésiastiques et les limites des évêchés suffragants respectifs», cf. Vones 2019. Para muitos historiadores, esta divisão seria uma falsificação do século XI, cf. Riess 2013: 191. Sobre a *Divisio Wambae* a obra de referência é Vázquez de Parga 1943.

mosteiro, como escreveu A. J. da Costa («Este bispado abrangia o mosteiro com o seu domínio e respectivos servos»<sup>111</sup>), mas é muito difícil perceber quais eram a extensão e a jurisdição plausíveis da «família monástica» dumiense<sup>112</sup>. Para além disso, se observamos bem a posição geográfica de Dume, pode observar-se como esta sede episcopal não tinha grande espaço para se desenvolver, dado encontrar-se a pouco mais de dois quilómetros da cidade de Braga. Pelo que sabemos, também *Magneto* podia estar numa condição semelhante e não ter um território definido, apesar de ter, deve notar-se, um espaço importante para o seu desenvolvimento a sul de Braga e até ao rio Douro. É importante também não projetar na realidade do século VI a organização e a progressiva concretização jurídica, eclesiológica e cultural da territorialização do poder episcopal dos séculos XI e XII, quando a questão da definição do espaço em que o bispo exercia a jurisdição e os direitos próprios se tornou central. Até àquele momento, a organização diocesana não era tão estruturada (ou pelo menos seria muito diferente) quanto poderíamos pensar hoje em dia<sup>113</sup>. A propósito do *Parochiale Suevorum*, J. Mattoso utilizou a imagem da “constelação” para descrever a organização eclesial do século VI e a relação entre a sede episcopal e as várias paróquias sujeitas à sua jurisdição, imagem sugestiva, porquanto não é seguro que entre estes pólos existisse um território contínuo e definido<sup>114</sup>. Por esta razão, é necessário ter muito cuidado em falar, aludindo ao século VI, de um território ou de uma transferência direta entre as sedes episcopais de *Magneto* e *Portucale*<sup>115</sup>. Para além disso, há outro ponto crítico: porque teria o rei Miro transferido a sede de *Magneto* depois de 572? O que podemos supor, com base nos resultados da investigação histórico-arqueológica, é que a mudança da sede poderia ter ocorrido por razões militares depois das derrotas de Miro contra o rei visigodo Leovigildo que invadiu a *Gallaecia* em 575, adiantando assim a cronologia de P. David pelo menos em sete anos<sup>116</sup>. *Portucale* podia eventualmente oferecer um ponto mais facilmente defensável, aproveitando a presença das muralhas imperiais romanas<sup>117</sup> mas, temos que admitir, estamos no campo das puras hipóteses. A segunda possibilidade é a da instituição da diocese de *Portucale* pelos visigodos. Esta hipótese poderá parecer provocatória, mas não podemos excluí-la completamente, como foi sugerido por C. Moreira de Azevedo<sup>118</sup>. A admitir-se, esta proposta abriria um cenário em que os visigodos, na fase posterior à conquista do reino suevo, teriam reorganizado o território e decidido mudar a sede episcopal de *Magneto* ou instituir uma diocese *ex novo* em *Portucale*. Este centro urbano, que já tinha uma assinalável importância desde o século V<sup>119</sup>, apesar de não ter sido capital do reino suevo, segundo os estudos mais recentes<sup>120</sup>, podia tornar-se ainda mais importante após 585 porque, como foi evidenciado por C. Baliñas Pérez, os visigodos reorganizaram o reino baseando-se na geografia tardo-imperial romana, dividindo as províncias da *Gallaecia* e *Lusitânia* e fixando novamente a fronteira entre as duas no rio Douro, o que inevitavelmente fazia de

111 Costa 1959: 91.

112 Díaz 2001: 336.

113 Sobre a questão da territorialidade das dioceses a partir dos séculos XI e XII, veja-se o trabalho dirigido por Mazel 2008. Veja-se também a análise linguística de David 1947: 14-15.

114 Sobre este tema veja-se Moreira 1963: 93, Mattoso, 1995: vol. 2, 177 e Amaral, 1999: 320.

115 Veja-se por exemplo Marques 2002: 30 e Araújo 2002: 96-103.

116 López Quiroga, 2018: 140. Díaz, 1998: 35-37. Díaz, 2011: 126-149. DAVID 1947: 68.

117 Sobre as muralhas romanas do Porto veja-se Silva 2010-2011: 43-64. Para um enquadramento geral da história da cidade, veja-se também Sequeira 2010.

118 Azevedo 2001: vol. IV (P-V), 5. Também Sousa afirmou que Porto «Foi sede diocesana, em substituição ou não de Meinedo», cf. Sousa 2000: 120.

119 Díaz 2011: 131. Veja-se também Almeida 1972.

120 Veja-se Díaz, 2000: 403-420. Díaz 2011: 131; para o historiador a capital foi sempre Braga/*Bracara Augusta*, apesar de uma certa importância estratégica de Porto/*Portucale* no século V, contrariamente à proposta de López Quiroga e Lovelle: López Quiroga e Lovelle 1997: 206, nota 11.

*Portucale* um centro estratégico<sup>121</sup>. A relevância de *Portucale* entre os séculos VI e VII é evidenciada também pelo registo de «onze exemplares de trientes visigóticos, correspondentes aos reinados de Leovigildo (576-586), Recaredo I, Liuva II, Sisebuto e Suintila (621-631) [...]» cunhados na mesma *Portucale*<sup>122</sup>. Na opinião de P. Díaz, a implantação duma casa da moeda em *Portucale* era devida à sua importância já na época sueva, dado que os visigodos, para este historiador, mantiveram, pelo menos em parte, alguns elementos da organização precedente à conquista de 585<sup>123</sup>. Neste contexto, *Magneto* não teria necessariamente de ser transferida para *Portucale*; a diocese (analogamente ao caso da diocese de *Aquae Flaviae*/Chaves no século V<sup>124</sup>) poderia ter desaparecido institucionalmente já em época sueva (aparentemente não terá sido destruída com violência, pois as escavações feitas em Meinedo não mostram sinais de incêndios ou de outras destruições, como sucede por exemplo em duas estruturas, provavelmente religiosas, objeto de destruição violenta, entre a Tardo Antiguidade e a Alta Idade Média, em Gaia<sup>125</sup>), ou durante as campanhas de Leovigildo, ou imediatamente depois da conquista em 585, dado que em 589, no III Concílio de Toledo, não aparece já nenhum bispo *magnetensis*<sup>126</sup>. Para além disso, A. Silva observou que *Portucale* é a única sede citada no *Parochiale* de que se especifica a colocação geográfica («Ad Sedem Portugalensem: In Castro Nouo»<sup>127</sup>), o que poderia indicar a fundação recente desta diocese, ao ponto de ter que precisar onde esta se encontrava<sup>128</sup>. Se o *Parochiale Suevorum* não representa a situação eclesiástica de 569 e 572, poderia ser este um ulterior indício da transferência da sede episcopal de *Magneto* para o Porto após 585 no período visigodo? Nesse caso, seria possível restringir ulteriormente a cronologia representada no *Parochiale* ao período 585-589. A questão fica em aberto.

Na documentação do século XII, incluída a papal, encontramos referências às divisões da época sueva que invocam alternativamente os reis Teodomiro e Miro<sup>129</sup>. Por exemplo, Maurício “Burdino”, bispo de Coimbra (1099-1108) e mais tarde enquanto arcebispo de Braga (1109-1118) pediu ao Papa Pascoal II (1099-1118) a confirmação das fronteiras diocesanas, nos mesmos termos em que Teodomiro e Miro as tinham estabelecido: «sicut Teodimiri regis temporibus ab episcopis diuisio facta est» (ano de 1101)<sup>130</sup> e «sicut temporibus Mironis regis» (1114)<sup>131</sup>. É muito difícil determinar qual terá sido a divisão do rei Miro, e se Maurício fazia referência efetivamente ao sucessor de Teodomiro ou a outro rei, já que na «documentación gallega medieval se difundió la idea de que Miro y Teodomiro era la misma persona»<sup>132</sup>, mas podemos dizer que claramente a documentação que o prelado apresentou foi considerada credível pelo pontífice romano, coisa que não seria necessariamente nada óbvia<sup>133</sup>. Em 1108, por exemplo, quando o bispo de Osma tentou utilizar a *Divisio Wambae* para legitimar as suas pretensões territoriais contra o bispo de Burgos, o Papa Pascoal II denunciou a completa falsidade do “documento antigo” apresentado pelo bispo ibérico<sup>134</sup>. Mais uma

121 Baliñas Pérez 2010: 35.

122 Silva e Real 2020: no prelo.

123 Díaz 2004: 367-75.

124 Rivas Fernández 2003: 87-88.

125 Guimarães 1995: 429-41; Guimarães 2018: 409-411.

126 Azevedo 2001: vol. IV (P-V), 5.

127 López Sangil e Vidán Torreira 2011: doc. 7.

128 Correspondência de maio 2020. O arqueólogo não descarta também que a especificação de ser um *castrum novum* possa estar ligada à renovação da antiga muralha romana. Agradecemos a A. Silva pela sugestão.

129 Sobre este tema veja-se López Alsina 2013.

130 Erdmann 1927: doc. 2.

131 *Liber Fidei* 2017: vol. II, doc. 554.

132 Díaz 2011: 145.

133 Vones 2019.

134 Vones 2019.

vez estes episódios mostram como o passado suevo e visigodo e a sua reconstrução na memória episcopal medieval, eram nos séculos XI e XII fontes de legitimação política e territorial para os bispos ibéricos, como notou L. Vones<sup>135</sup>. Não sabemos quão claras eram em Braga as notícias sobre a época sueva e se havia uma memória exata da organização eclesiástica do século VI (que se apoiava, sem dúvida, em alguns elementos concretos e verificáveis<sup>136</sup>), mas o que parece seguro é que os bispos bracarenses, em particular, utilizavam este passado “glorioso” do reino suevo e atribuíam-lhe em *toto* a organização eclesiástica peninsular tardo antiga-altomedieval, a fim de justificar um espaço próprio na nova configuração eclesiástica pleno-medieval. Em primeiro lugar, para obter o estatuto de arquidiocese, pois Braga, em 1070-1071, tinha sido restaurada apenas como diocese, condição mantida até 1100<sup>137</sup>; e em segundo, para marcar uma posição e opor-se à primazia toledana outorgada pelo Papa Urbano II em 1088, suscitando uma situação de conflito entre Braga e Toledo que continuou pelo menos até ao século XIV<sup>138</sup>. Partindo das questões do século VI, estamos já a tratar de problemas plenamente medievais.

## 5. CONCLUSÃO

Em conclusão, tentamos sublinhar, neste breve trabalho, como importa usar extrema prudência ao enfrentar documentos como o *Parochiale Suevorum* e, bem assim, a importância de verificar as fontes e de ter consciência se estamos a propor uma teoria ou uma hipótese com base em documentos interpolados ou falsos (em alguns casos, as falsificações posteriores, pleno medievais, não permitem conhecer a realidade dos séculos mais recuados<sup>139</sup>) –, ou iludindo a ausência de documentos escritos ou materiais de suporte. O nosso objetivo não era dar uma resposta definitiva sobre a questão da relação entre *Magneto* e *Portucale*, mas sublinhar três pontos essenciais. Em primeiro lugar que *Magneto/Meinedo* foi uma diocese no século VI e não podemos estabelecer com certeza se depois a diocese desapareceu ou foi transferida para o Porto e se o seu território passou inteiramente à diocese *portucalense*. Em segundo lugar tentamos refletir sobre a hipótese de que o *Parochiale* tenha sido atribuído aos suevos apenas no século XI, representaria na realidade, e mais verosimilmente, uma organização posterior de época visigoda (o que poderia explicar também a utilização do termo «metropolis» só para Braga e não para Lugo, elemento de acordo com fontes como o *Provinciale Visigothicum*<sup>140</sup>). Por fim, queríamos mostrar como algumas das conclusões da historiografia tradicional, constantemente repetidas nos trabalhos mais recentes a partir de estudos clássicos como o de P. David (referência fundamental, mas que deve ser lida criticamente à distância de mais de setenta anos da sua publicação), em muitos casos, podem ser objeto de críticas tanto de um ponto de vista lógico-formal e metodológico, como da perspetiva da análise estritamente documental. Esperamos que as nossas propostas (ou porventura provocações) possam contribuir para renovar o debate sobre estas problemáticas.

---

135 Vones 2019.

136 Alarcão 2012: 118-119 e VONES 2019. Sobre a produção de falsos na Península Ibérica nos séculos XI e XII veja-se os estudos de Deswarte 2004: em particular 94-106 e López Alsina 2013: 118-119.

137 Amaral 2011: 157-192.

138 Feige 1992: 61-132.

139 López Alsina 2013: 112.

140 *Provinciale Visigothum seu nomina Hispanarum Sedium*: 427.

## APÊNDICES

**Tabela 1.** As paróquias das treze dioceses suevas segundo as versões do *Parochiale Suevorum* de Lugo, Braga, Orense, Coimbra e Compostela<sup>141</sup>

Dioceses <i>Parochiale Suevorum</i>	Versão Lugo	Versão Braga 1 ( <i>Liber Fidei</i> docs. 10-11)	Versão Braga 2 ( <i>Liber Fidei</i> , doc. 551)	Versão Orense	Versão Coimbra	Versão Compostela
<b>Braga</b>	Centum Cellas, Cottos, Lemetos, Aquaste, Milia, Ciliolis Ad Portum: Ailio, Carandonis, Taus, Ciliotao, Getanio, Oculus, Cerecis, Petroneto, Equiris, Ad Saltu. Item paga: Luetera, Vergancia, Pannonias, Letera, Vergancia, Astiatico, Tureco, Auneco, Merobrio, Berese, Palanticio, Celo, Supelegio, Senesquio	Centumcellas, Cottis, Lemeto, Anoaste, Milia, Cirilis, A portu, Ailio, Carandolis, Tauvis, Cilutuo, Getanio, Oculus, Cercis, Petroneto, Egris, Ad Saltu. Item paga: Luetera, Vergancia, Alisti, Astiatico, Turego, Vallarizza, Aunego, Merobrio, Berese, Plantacio, Celo, Suppelegio et Senequio	Centucellas, Cotis, Milia, Lenicto, Cilliolis, Annosce, Ad Portum, Agilio, Perandonis, Taubis, Ciliotuo, Setanio, Oculus, Cereis, Petroneto, Equisis, Ad Saltum. Item paga: Pannonias, Letera, Vergancia, Astiatico, Tureco, Aunegro, Merobrio, Berese, Palantatiocalo, Suppelegio et Senerino	Centumcellas Milia. Carandonis. Cortis Cyliolis. Taubis. Lemeto. Ad Portu. Ciliotao. Avoaste Ailio. Jetarvo. Oculus. Certis. Petroneto. Equi- sis. Ad Saltu. Item paga. Panno- sias. Laetra. Vergancia. Astiatico. Tureco. Auneco. Merobrio. Berese. Palantutio. Ceio. Subpelagio	Centumcellas, Cottis, Lemeto, Anoaste, Milia, Cirilis, ad portum, Aylio, Carandolis, Tauvis, Ciliatao, Cetanio, Oculus, Cercis, Petroneto, Equiris, Ad saltu, Item Paga, Pannonias, Laetera, Vergantia, Astiatico, Tureco, Auneco, Merobrio, Berese, Plantatio, Celo, Supellegio et Senequio	Centumcellas, Milia, Carandonis, Cor- tis Cyliolis, Taubis, Lemeto, adportu Ciliotao, Anoaste, Aylio, letanio, Oculus, Certis, Petroneto, Equis, ad Saltu item paga Pannonias, Laetra, Vergancia, Astiatico, Tureto, Auneco Merobrio, Berese, Palantutio, Ceio, sub Pelagio et Senequio
<b>Porto</b>	Villanoua. Betaouia, Visea, Menturio, Torebria, Bauuaste, Benzoaste, Lumbonescis, Napolet, Curmiano, Cagnesto, Leporeto, Melga, Tangobria, Villa Gomedei, Tauuasse;	Villa Nova, Betaoia, Viseu, Menturio, Torebria, Bauuaste, Bonzoaste, Lumbo, Necis, Napoli, Magneto, Leboreto, Melga, Tongobria, Villa Comedo, Tauuasse. Item paga: Laprencio,	Villa Nova, Betaonia, Visea, Menturio, Torebria, Bauuaster, Bonuszouster, Lumbo, Necis, Napoli, Curmiano, Magneto, Leporeto, Melga, Tongobria, Villa Gomedei, Tavuase.	Villanova. Betaonia. Visea. Menturio. Torebria. Raiviaste. Bonzoaste. Lumbo. Netis. Napoli. Curmiano. Magneto. Leporeto. Melga. Tongobria. Villagomedei. Tauvasse.	Villa Nova, Betaonia, Visea, Menturio, Torebria, Tauuarete, Bouzam, Bozoaste, [...] Necis, Napoli, Curimiano, Magneto, Leporeto, Melga, Tongobria, Villa Gomed[...]	Villa nova, Betaonia, Visea, Menturio, Torebria, Bauuaste, Bonzoaste, Lunbo, Hecis, Napoli, Curiniano, Magneto, Leporeto, Melga, Tongobria, Villa Gomedei Tauuasse,

141 A transcrição das versões de Coimbra e Santiago de Compostela é da nossa responsabilidade. Para as edições das outras versões indicadas na Tabela 1, vejam-se as notas ns. 16-21 neste trabalho.

<b>Dioceses Parochiale Suevorum</b>	<b>Versão Lugo</b>	<b>Versão Braga 1 (Liber Fidei docs. 10-11)</b>	<b>Versão Braga 2 (Liber Fidei, doc. 551)</b>	<b>Versão Orense</b>	<b>Versão Coimbra</b>	<b>Versão Compostela</b>
<b>Porto</b> (cont.)	item paga: Labrencio, Aliobrio, Vallacia, Truluco, Cepis, Namdolas et Palentiaca.	Aliobrio, Valla[r]itia, Trulugo, Cepis, Nandolas et Palentiaga.	Item paga: Labren- cio, Aliobrio, Vallacia, Truculo, Cepis, Mandolas et Palencia	Item paga. Laborencio. Aliobrio. Vallacia. Tranluco. Cepis. Nandolas. & Planciaca	[...]Item Paga, Labrentio, Aliobrio, Vallacia, Truiugo, Cepis, Nandolas et, Pallen[...]	item paga Labrencio, Aliobrio, Vallacia, Traluco, Cepis Nandolas, Palentiaca.
<b>Lamego</b>	Lamecum, Tuentica, Arauoca, Cantabriano, Orniam et Camianos	Lamecum, Tuetinca, Arauoca, Cantabriano, Omia et Camianos	Lamecum, Tuentica, Arouca, Cantabriano, Omnia et Comianus	Lamecum. Tuentica. Auracca. Cantabiano. Orannia. & Camia- nos	Lamecum, Tuentica, Arauca, Cantabriano, Omia et, Camianos	Lamecum, Tuentica, Auracca, Cantabriano, Mamia, per Camianos.
<b>Coimbra</b>	Conenbreci, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Anturiane et Portucale Castrum Antiquum	Conembreca, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Antusiane et Portugale, castrum antiquum	Conebreca, Emminio, Selio, Lurbine, Insula, Astussiane et Portugale castrum antiquum	Conembreca, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Asturiane. & Portucale castrum anticum	Canembreca, Emino, Selio, Lurbine, Insula, Asturiane et, Portucale castrum anticuum	Conembreca, Eminio, Selio, Lurbine, Insula, Asturiane et Portucale Castrum Anticum
<b>Viseu</b>	Veseo, Rodomiro, Submontio, Subuerbeno, Osonia, Ouellione, Totela, Coleda et Caliabrica	Viseo, Rodomiro, Submontio, Suberbeno, Osonia, Ovellione, Totela, Coleia et Caliabria	Veseo, Ropromiro, Submunecio, Suberbeno, Osania, Ovellione, Totela, Coleta et Caliabrica	Veseo. Rodomiro. Submoncio. Suberbeno. Osma. Onelbone. Totela. Coleia. & Caliabrica	Veseo, Rodomiro, Submontio, Suberbeno, Osoma, Ouellione, Toleta, Coleia, Caliabria	Veseo, Rodomiro, Submontio, Suberbeno, Osma, Ouellione, Totela Coleia et Caliabrica.
<b>Dume</b>	familia seruorum	familia seruorum	f[am]ilia regia	familia servorum	familia servorum	familia servorum
<b>Idanha</b>	tota Egitania, Menecipio et Francos	tota Egitania, Menecipio et Francos	tota Egitania, Menecipio et Francos	tota Egitania, Menecipio. & Francos	Tota Egitania, Menecipio et, Francos	tota Egitania, Menecipio et Francos
<b>Lugo</b>	Luco Ciuitas cum adiacentia sua que tenent Comi- tes XI una cum Cairoga, Seuios et Cauarcos	Luco civitas cum adiacentia sua, quod tenent comi- tes XI, una cum Carioca, Sevios et Cavarcos	Lucum civitas cum aiacenciis suis quas tenente comites undecim una cum Carioca, Sevios et Cabarcos	Luco civitas cum adjacentiis suis, quod tenente Comi- tes XI. Una cum Carioca. Sevios. & Cabarcos	Luco Civitas cum adiacencia sua que tenet comites undecim, Una cum Carioca, Sevios, [...]	Luco civitas cum adiacenciis suis quod tenent comi- tes XI una cum Carioca Sevios et Cabarcos
<b>Orense</b>	Palla Auria, Verugios, Bebalos, Teporos, Geurres, Pinça, Sassauio, Verecanos, Senabria et Calapages Maiores	Letaos, Bival, Palla Auria, Verugio, Bevalos, Teporos, Iutres, Pingia, Cassavia, Vereganos, Senabria et Caba- zas Maiores	Palla Auria, Vesugio, Bevalis, Teporos, Guereus, Pincia, Passavit, Verecanos, Senabria, Galabacias Maiores	Palla Auria. Vesugio. Bebalos, Teporos. Geviros. Pincia. Cassavio. Verecanos. Senabria. & Calabacias Maiores	Palla Auria, Verugio, Buevalos, Teporos, Juries, Pincia, Cassa [...], [...] anos, [...] zas maiores	Palla Auria, Vesugio, Bevalos, Teporos, Geviros, Pintia, Cassavio, Verecanos, Senabria et Calabacias Maio- res.

<b>Dioceses Parochiale Suevorum</b>	<b>Versão Lugo</b>	<b>Versão Braga 1 (Liber Fidei docs. 10-11)</b>	<b>Versão Braga 2 (Liber Fidei, doc. 551)</b>	<b>Versão Orense</b>	<b>Versão Coimbra</b>	<b>Versão Compostela</b>
<b>Astorga</b>	Astorica, Legio, Bergido, Petra Sperantis, Couianca, Uentosa, Mirellos Superiori et Inferiori, Semure, Francellos et Pesicos.	Astorica, Legio, Bergido, Petra Speranti, Colanca, Ventoso, Murelle Superior et Inferiore, Senure, Fraugellos	Astorica, Legio, Bergido, Petra Speranti, Conianca, Ventosa, Maurelio Superior et Inferior, Semmure, Frogelos et Pesicos	Asturica Legio, Bergido, Petra Seperanti. Convianca. Ventosa. Murello Superiore, & Inferiore. Senimure. Frogellos. & Pesicos	Asturica, Legio, Berguida, [...] nca, [...] Murello superiore et inferiore, Semure, Frangellos	Asturica, Legio, Bergido, Petra Seperanti, Conuianca, Ventosa, Murello superiore et inferiore, Senimure, Frogellos, et Pesicos
<b>Iria</b>	Morracio, Saliniense, Centenos, Celenos, Meridiensis, Prestamarcos.	Morracio, Saliense, Contenos, Celenos, Metacios, Mercia, Prestemarcos, Coporos, Celticos, Brecanticos, Prutencos, Plucios, Besaucos, Trafancos, Lapatiencos et Arros	Morracio, Saliniense, Contens, Celenos, Metacios, Merciensis, Pestemarcos, Lapiciencos et Arcos	Morracio. Salinense. Cortinos. Celenos. Metazios. Merciensis. Pestomarcos. Coporos. Celticos. Brecantinos. Prutentos. Pluzios. Bisaucos. Transacos. Lapaciencos, & Arros	Morracio, Salinense, Cortinos, Celenos, Metacios, Mercia, Postamarcos, Coporos, Celticos, Brecanticos, Prutencos, Piucios, Besaucos, Trasancos, Lapaciencos et, Arros	Morracio, Saliniense, Continas, Celenos, Metazios, Merziensis, Pestomarcos, Coporos, Celticos, Brecantinos, Prutentos, Pluctios, Bisaucos, Trasancos, Lapaciencos et Arros.
<b>Tui</b>	Turedo, Tabolela, Loco Parre, Aureas, Tabulela, Longetude, Carisiano, Matiliana, Turonio, Celesantes, Turuea. Item paga: Aunone, Sacria, Erbilone, Gauda, Obinia et Cortese	Toredo, Tabolela, Locoparre, Areas, Langetudine, Carisiano, Marciliana, Turonio, Celesantes, Toruca. Item papa: Dunone, Sacria, Erbilione	Torelo, Toboleia, Lonco, Parre, Aureas, Langemie, Carasiano, Toraca. Item paga: Aunove, Ságia, Erbilunge, Gauda, Ovinia et Quartese	Toreio. Taboleia. Lucoparre. Aureas. Laugetude. Carasiano. Marcialiana. Turinio. Celesantes. Tortuca. Item paga. Aunone. Sacria Erbilione. Girada, Ouvia. & Quartese	Toredo, Taboleia, Locoparte, Aureas, Langetudis, Carisiano, Marciliana, Turonio, Ceisantes, Toroca, Item Paga, Aurione, Sacria, Erbilone, Gauda, Obinia et, Quartese	Toreio, Taboleia, Lucoparre, Aureas, Langetude, Carasiano, Marcialiana, Turonio, Celesantes, Toruca, Item paga Aunone, Sacria Erbilone, Gunda, Ouvia et Quartese.
<b>Bretonha</b>	Ecclesias que sunt intro Britonnis una cum Monasterio Maxime et Asturias sunt.	Ecclesias que sunt intro Britonos una cum monasterus Maximi et Asturias	Ecclesias que in vicino sunt intro Britoniis, una cum monasterio Maximo et Asturiis	Ecclesias que sunt introbritones una cum Monasterio Maximi, & Asturias	Ecclesia quae sunt intro Britonis una cum monasterio Maximi et Asturias	Ecclesias que sunt intro britones una cum monasterio maximi et Asturias

**Tabela 2.** Os mosteiros da Diocese do Porto entre os séculos IX e XII<sup>142</sup>

N.	Mosteiros	Localização	Concelho	Fundação / Primeira referência	Fonte
1	São Martinho de Soalhães	certa	Marco de Canaveses	875	DC 8
2	São Pedro de Lordosa	proposta	Penafiel	882	DC 9
3	São Salvador de Grijó	certa	Vila Nova de Gaia	922	DC 26
4	São Pedro e São Paulo de Arouca	certa	Arouca	925	DC 746
5	São Martinho de Aldoar	proposta	Porto	944	DC 54
6	São Salvador de Bouças	certa	Matosinhos	antes de 944	DC 54
7	São Miguel de Azevedo	proposta	Ovar	antes de 947 (?)	DC 12
8	São Salvador de Lavra	proposta	Matosinhos	antes de 947 (?)	DC 12
9	Santa Eulália de Sanguedo	proposta	Santa Maria da Feira	antes de 947 (?)	DC 12
10	Santa Marinha	proposta	Vila Nova de Gaia	antes de 947 (?)	DC 12
11	Santa Maria de Sá	proposta	Santa Maria da Feira	metade séc. X	Mattoso 2002, p. 42
12	São Julião de São Gião	proposta	Santa Maria da Feira	metade séc. X	Mattoso 2002, p. 47
13	São Salvador de Paço de Sousa	Certa	Penafiel	956 (?)	Mattoso 2002, p. 25
14	São Salvador de Vairão	Certa	Vila do Conde	antes de 974	DC 112
15	São João de Ver	proposta	Santa Maria da Feira	antes de 977	Mattoso 2002, p. 47
16	Santo Tirso	Certa	Santo Tirso	978	Mattoso 2002, p. 44
17	São Pedro de Cete	Certa	Paredes	antes de 985 (ou de 924)	Mattoso 2002, p. 18
18	São Romão de Vermoim	proposta	Maia	final X séc.	Mattoso 2002, p. 52
19	São Salvador de Leça	Certa	Matosinhos	final X séc.	Mattoso 2002, p. 22
20	São Pedro de Pedroso	Certa	Vila Nova de Gaia	1017-1026	Mattoso 2002, p. 31
21	São Pedro de Sermonde	proposta	Vila Nova de Gaia	1017-1026 (?)	Mattoso 2002, p. 48
22	São Martinho de Anta	Indeterminada	Espinho	1018-1026	Mattoso 2002, p. 15
23	São Salvador de Moreira	certa	Maia	antes de 1027	DC 262
24	Santo Estêvão de Vilela	certa	Paredes	antes de 1030	Mattoso 2002, p. 54
25	São Salvador de Fânzeres	indeterminada	Gondomar	antes de 1023	DC 273
26	São Cristóvão de Refojos de Riba de Ave	proposta	Santo Tirso	antes de 1036	Mattoso 2002, p. 40
27	São Pedro de Canedo	certa	Santa Maria da Feira	antes de 1055	Mattoso 2002, p. 17
28	São Cristóvão de Rio Tinto = Santa Maria de Campanhã	certa	Gondomar	antes de 1058	DC 409
29	São João Baptista de Pendorada	certa	Marco de Canaveses	1059 (?)	Mattoso 2002, p. 34; Cf. DC 419
30	Cernadelo	proposta	Lousada	1059	DC 420
31	Mosteiró	proposta	Vila do Conde	1059	Moreira 1985/86, p. 139; Cf. DC 415
32	São Miguel de Bustelo	certa	Penafiel	antes de 1065	Mattoso 2002, p. 16
33	São Tiago de Valpedre <sup>143</sup>	certa	Penafiel	antes de 1066	DC 451
34	São Pedro de Cesar	proposta	Oliveira de Azeméis	antes de 1068	DC 470, DC 471
35	São Salvador de Vilar de Andorinho	proposta	Vila Nova de Gaia	antes de 1072	DC 504
36	Santa Maria de Pombeiro	certa	Felgueiras	antes de 1072 (metade séc. XI)	Mattoso 1985, pp. 46-47

<sup>142</sup> Esta tabela é uma versão atualizada daquelas de Mariani e Renzi 2018. Para uma panorâmica sobre os mosteiros da diocese do Porto veja-se também Moreira 2000: 160-171. Não se contabilizam nesta tabela os pequenos eremitérios, com documentação escassa e que não tiveram o peso institucional das outras fundações.

<sup>143</sup> Este mosteiro, de acordo com M. J. Santos, corresponderia ao de São Pedro de Lordosa na documentação do século XI: Santos 2004: 64-65.

37	Santa Maria de Silva Escura	indeterminada	Maia (?)	antes de 1077	DC 542
38	Santa Maria de Vila Boa do Bispo	certa	Marco de Canaveses	antes de 1079 (?)	DC 573
39	Salvador de Vila Cova de Sandim	certa	Vila Nova de Gaia	antes de 1081	DC 599
40	São Martinho de Caramos	certa	Felgueiras	1090	IPA.00024158
41	Santa Maria de Airães	certa	Felgueiras	1090	Amaral 2007, p. 718
42	Salvador de Freixo de Baixo	certa	Amarante	1090	Amaral 2007, p. 731
43	Santa Marinha de Crestuma	proposta	Vila Nova de Gaia	[922 (?)] 1092-1098	[DC 25] Mattoso 2002, p. 19
44	São Pedro de Roriz	certa	Santo Tirso	1096	DC 833
45	Do Salvador de Travanca	certa	Amarante	XI-XII séc. Metade séc. XII	Travanca, p. 274 Almeida 2001, p. 122
46	São Salvador de Várzea	certa	Arouca	1101	CMM 112/DMP III 13
47	Santo Isidoro de Vilar (o Ribatã-mega)	certa	Marco de Canaveses	antes de 1115	DMP III 504
48	Santo André de Vila Boa de Quires	certa	Marco de Canaveses	antes de 1118	Mattoso 2002, p. 53
49	Santa Maria de Águas Santas	certa	Maia	antes de 1120	CCSP 4
50	Santo André de Ancede	certa	Baião	antes de 1120	CCSP 4
51	Santo André de Telões	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
52	São Martinho de Cedofeita	certa	Porto	antes de 1120	CCSP 4
53	São Salvador de Entre-os-Rios	proposta	Marco de Canaveses	antes de 1120; [final X séc. (?)]	CCSP 4; [Mattoso 2002, p. 22]
54	São Isidoro de Sanche	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
55	São Miguel de Vilarinho	certa	Santo Tirso	antes de 1120	CCSP 4
56	São Martinho de Mancelos	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
57	São Salvador de Real	certa	Amarante	antes de 1120	CCSP 4
58	São Salvador de Vila Cova	certa	Felgueiras	antes de 1120	CCSP 4
59	São Tiago de Burgães	certa	Santo Tirso	antes de 1120	CCSP 4
60	São Salvador de Macieira	proposta	Vila do Conde	antes de 1120	CCSP 4
61	Santa Maria de Várzea de Ovelha	certa	Marco de Canaveses	antes de 1120	CCSP 4
62	São Tiago de Fonte Arcada <sup>144</sup>	certa	Penafiel	1128	DR 77
63	Santo Tirso de Meinedo	certa	Lousada	1131	DR 121
64	São Martinho de Cucujães	certa	Oliveira de Azeméis	antes de 1139	DR 174
65	São Salvador de Tuíás	proposta	Marco de Canaveses	antes de 1140	Papsturkunden 69
66	São Pedro de Ferreira	certa	Paços de Ferreira	1182	CCSP 249

## ABREVIATURAS DA TABELA 2

**Almeida 2001** = ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001), *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença

**Amaral 2007** = AMARAL, Luís Carlos (2007), *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento).

**CCSP** = *Censual do Cabido da Sé do Porto: código membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (1924) Porto, Imprensa Portuguesa.

**CMM** = SILVA, Filomeno Amaro Soares da (Ed.) (2001), *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense.

<sup>144</sup> Segundo M. J. Santos, o mosteiro de São Tiago de Fonte Arcada nunca teria existido, sendo o resultado de um erro de interpretação de Miguel de Oliveira: Santos 2004: vol. I, 64-65, nota 140.

**DC** = HERCULANO, Alexandre (Ed.) (1867-1873), *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, 4 fasc., Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis.

**DMP III** = AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1940) *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. III, A.D. 1101-1115*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.

**DR** = AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1958), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.

**IPA.00024158** = Ficha sobre o Mosteiro de São Martinho de Caramos [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=24158](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24158) (consultado em 28/02/2020).

**Mattoso 1985** = MATTOSO, José (1985), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores.

**Mattoso 2002** = MATTOSO, José (2002 [1968]), *O monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores

**Moreira 1985/86** = MOREIRA, Domingos Azevedo (1985/86), Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. II parte – Inventariação Onomástica (Fascículo G-O), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.a Série, vol. 3/4, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 61-157.

**Papsturkunden** = ERDMANN, Carl (1927), *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen.

**Travanca** = *Mosteiro do Salvador de Travanca. Amarante*, Monografia da Rota do Românico: [https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Mosteiro\\_Travanca.pdf](https://www.rotadoromanico.com/media/documents/Mosteiro_Travanca.pdf) (consultado em 28/02/2020).

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Fontes inéditas:**

ATT (Arquivo da Torre do Tombo), *Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 20, Maço 1, doc. 1. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4613487> consultado em 25/02/2020

ACS (Archivo de la Catedral de Santiago), *Tumbillo de Concordias*, fol. 133v.-134v.

### **Fontes publicadas e Estudos:**

ALARCÃO, Jorge de (2001), “As paróquias suélicas do território actualmente português”, in VILLAR, Francisco; Fernández Álvarez, María Pilar (Ed.), *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, pp. 29-60

ALARCÃO, Jorge de (2005), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8/2, Lisboa, DGPC, pp. 293-311

ALARCÃO, Jorge de (2012), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 15, Lisboa, DGPC, pp. 113-137

ALARCÃO, Jorge de (2015), “Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, pp. 35-48

- ALARCÃO, Jorge de (2017), *A Lusitânia e a Galécia do séc. II A. C. ao séc. VI D. C.*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra
- ALARCÃO, Jorge de (2019), *Do Douro ao Mondego. De Afonso Magno a Almançor*, Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes Ciências do Património
- ALARCÃO, Jorge de (2019), “O nome e os lugares de Portucale”, *Revista de Portugal*, Vol. 16, pp. 8-15
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras (Universidade do Porto)*, Vol. 3, pp. 113-136
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média*. Lisboa, Publicações Alfa
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001), *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença
- ALMEIDA, Fortunato de (1967), *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora
- ÁLVAREZ, Manuel Lucas (Ed.) (1997), *La documentación del Tumbo A de la Catedral de Santiago de Compostela. Estudio y edición*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”
- AMARAL, Luís Carlos (1999), “Organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII)”, in García de Cortázar, José Angel (Ed.), *Del Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII al XIII*, Santander, Universidad de Cantabria, pp. 313-349
- AMARAL, Luís Carlos (2007), *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento)
- AMARAL, Luís Carlos (2011), “A vinda de S. Geraldo para Braga e a nova restauração da diocese”, in *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008)*, Braga, Faculdade de Teologia-UCP-Braga, pp. 157-192
- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012), *A Condessa-Rainha Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores
- ANGUITA JÁEN, José Maria (2000), *Estudios sobre el Liber Sancti Iacobi. La Toponimia Mayor hispana*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia
- ARAÚJO, Ilídio Alves de (2002), “A antiga Diocese de Meinedo”, in *Tempos e Lugares de Memória*, vol. II, Porto, UCP (Porto)-FLUP, pp. 95-119
- AZEVEDO, Carlos Moreira (Ed.) (2001), “Porto, diocese de”, in *Dicionário de História Eclesiástica Portuguesa*, vol. IV (P-V), Lisboa, Círculo de Leitores
- AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1958), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História
- AZEVEDO, Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1940) *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. III, A.D. 1101-1115*, Lisboa, Academia Portuguesa da História
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos (2010), “De “Gallaecia” a Galicia: a redefinición altomedieval dun concepto romano”, in Montes López, María; Varela Zapata, Jesús (Ed.), *De Roma a Santiago caminos de la historia, legado cultural*, Lugo, Editorial Axac, pp. 31-51
- BARROS, Mariana Fonseca (2019), “Reflexões sobre a representação do espaço “português” na Historia Compostellana”, *História. Revista da FLUP*, IV Série, vol. 9/1, Porto, Flup, pp. 127-146
- BASTO, Artur de Magalhães (1962), *História da cidade do Porto*, vol. I, Porto, Portucalense Editora

- BRANCO, Maria João (1999), “St. Martin, the Sueves and Gallaecia”, in FERREIRO, Alberto (Ed.), *The Visigoths: Studies in Culture and Society*, Leiden, Brill, pp. 63-98
- BRANDÃO, Caetano (1803), *Vida e opusculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa, Academia Real das Sciencias
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1971), “O bispado de Meinedo. Contributo da Arqueologia para o seu conhecimento”, em *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 627-644
- BRUNO, Sampaio (1907), *Portuenses ilustres*, vol. II, Porto, Magalhães & Moniz
- CAL PARDO, Enrique (1999), *Colección diplomática medieval do Arquivo da Catedral de Mondoñedo, transcripción íntegra dos documentos*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega
- CAL PARDO, Enrique (2003), *Episcopologio Mindoniense*, Santiago de Compostela (*Cuadernos de Estudios Gallegos*, Anexo XXVIII)
- CANTARELLA, Glauco Maria (2005), *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII 1073-1085*, Roma-Bari, Laterza
- CARDOSO, Jorge (1652), *Agiologio Lusitano*, vol. I, Lisboa, Officina Craesbeekiana
- CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di (2008), “Circoscrizioni ecclesiastiche nel medioevo alto e centrale: Il territorio tra organizzazione e rappresentazione”, in ROYO, Manuel; HUBERT, Étienne, BÉRENGER, Agnès (Ed.), “*Rome des quartiers*”: *des vici aux rioni. Cadres institutionnels, pratiques sociales, et requalifications entre antiquité et époque moderne. (Actes du colloque international de la Sorbonne, 20-21 mai 2005)*, Paris, De Boccard, pp. 77-88
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999), “Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X a través de los obispos de Oporto Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI”, *Bracara Augusta*, vol. XLVIII n. 101-102, Braga, pp. 311-401
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (2000), “Cronología de los obispos mindonienses del siglo X”, en Recuerdo Astray, Manuel; Díez Platas, Fátima; Monterroso Montero, Juan (Ed.), *El legado cultural de la Iglesia mindoniense*, A Coruña, Universidade da Coruña, pp. 235-253
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (2003), “Cuarenta obispos de Galicia, entre 561 a 711 (anterior a la invasión musulmana)”, *Estudios Mindonienses*, vol. 20, Mondoñedo, Diocese de Mondoñedo-Ferrol, pp. 733-847
- Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (1924) Porto, Imprensa Portuguesa
- Collectio Canonum Ecclesiae Hispanae* (1808), Madrid, Biblioteca Nacional
- CONDOÑER, Carmen (Ed.) (2010), *La Hispania visigótica y mozárabe: dos épocas en su literatura*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959), *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, Universidade de Coimbra (Tese de doutoramento), 2 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1965), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, vol. I, Braga, Junta Distrital de Braga
- COSTA, Avelino de Jesus da et alii (Ed.) (2017), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Braga, Arquidiocese de Braga
- CRUZ, Mário da (2014), “Campanulate bowls from Gallaecia: evidence for regional glass production in late antiquity”, in KELLER, Daniel; PRICE, Jennifer; JACKSON, Caroline (Ed.), *Neighbours and Successors of Rome: Traditions of Glass Production and use in Europe and Middle-East in the later first Millenium AD*, Oxford-Philadelphia, Oxbow Books, pp. 58-67

- CUNHA, Maria Cristina (2013), “Coimbra and Porto: Episcopacy and National Identity in Diocesan Border Quarrels”, in HERBERS, Klaus; López Alsina, Fernando; ENGEL, Frank (Ed.), *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten – delegierte Richter – Grenzen*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 133-145
- CUNHA, Rodrigo da (1742), *Catálogo e história dos bispos do Porto*, Porto, Officina Prototypa Episcopalis
- CUSCITO, Giuseppe (2012), “La Chiesa aquileiese”, in *Storia di Venezia*, Roma, Treccani, 2012, [http://www.treccani.it/enciclopedia/origini-aquileia-grado-malamocco-la-chiesa-aquileiese\\_\(Storia-di-Venezia\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/origini-aquileia-grado-malamocco-la-chiesa-aquileiese_(Storia-di-Venezia)/), consultado em 21/02/2020
- DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal: du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, Livraria Portugália
- DE AYALA MARTÍNEZ, Carlos (2016), *El pontificado en la Edad Media*, Madrid, Editorial Síntesis
- DESWARTE, Thomas (2004), “Restaurer les évêchés et falsifier la documentation en Espagne. La suppression du diocèse de Simancas (974) et l’église cathédrale d’Astorga”, *Revue Mabillon*, 15/76, Paris, Société Mabillon, pp. 81-106
- DESWARTE, Thomas (2019), “Tolède III (589) et Tolède IV (633): deux conciles, deux conceptions du pouvoir”, en CUCHET, Guillaume ; Mériaux, Charles (Ed.), *La dramatique conciliaire de l’Antiquité à Vatican II*, Villeneuve d’Ascq, Presses universitaires du Septentrion, pp. 275-294
- DÍAZ, Pablo C. (1998), “El Parochiale Sueuum: organización eclesiástica, poder político y poblamiento en la Gallaecia tardoantigua”, in Mangas Manjarrés, Julio; Alvar, Jaime (Ed.), *Homenaje a José M. Blázquez*, vol. VI, Madrid, Ediciones Clásicas, pp. 35-47
- DÍAZ, Pablo C. (2000), “El reino suevo de Hispania y su sede en Bracara”, *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, vol. 25, p. 403-423
- DÍAZ, Pablo C. (2001), “Monasteries in a peripheral area: seventh-century Gallaecia”, in Theuws, Frans; DE JONG, Mayke B.; Van Rhijn, Carine (Ed.), *Topographies of Power in the Early Middle Ages*, Leiden, Brill, pp. 329-359
- DÍAZ, Pablo C. (2004), “Acuñaación monetaria y organización administrativa en la Gallaecia tardoantigua”, *Zephyrus*, vol. 57, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 367-75
- DÍAZ, Pablo C. (2011), *El reino suevo (411-585)*, Madrid, Akal
- DÍAZ y DÍAZ, Cecilio; PARDO Gómez M<sup>a</sup> Virtudes (2002), “La diócesis de Lugo hasta 1100”, en García Oro, José (Ed.), *Historia de las diócesis españolas*, vol. 15, Madrid, Biblioteca Autores Cristianos
- ELLI, Alberto (2013-2014), “San Marco ponte tra oriente e occidente”, *Studia Orientalia Christiana Collectanea*, Cairo, vol. 46-47, pp. 85-184
- ERDMANN, Carl (1927), *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen
- EWALD, Paulus; HARTMANN Ludovicus M. (Ed.) (1891), *Gregori I Papae registrum epistolarum*, MGH, *Epistolae*, vol. I, Berlin, Weidmann
- FALQUE REY, Emma (1988), *Historia Compostellana*, Turnhout, Brepols
- FALQUE REY, Emma (Ed.) (1994), *Historia compostelana*, Madrid, Ediciones Akal
- FEIGE, Peter (1991), “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España: el ejemplo de Braga”, in Aa. Vv. (Ed.), *La introducción del Cister en España y Portugal*, Burgos, La Olmeda, 1991, pp. 61-132

- FERNANDES, Armando de Almeida (1997), *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense
- FERNÁNDEZ CALO, Martín (2016), “Os Synodi suevo-católicos: implicacións político-administrativas dunha bipartición metropolitana”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. LXIII/129, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, pp. 125-162
- FERNÁNDEZ CORTE, José Carlos (1997-1998), “Lugo en los tiempos oscuros. Las menciones literarias de la ciudad entre los siglos V y X (III)”, *Boletín del Museo provincial de Lugo*, vol. 8/2, Lugo, Diputación Provincial de Lugo, pp. 177-194
- FERREIRA, José Augusto (1923), *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto: fastos Episcopales e políticos; sec. VI-sec. XX*, vol. 1, Porto, Cruz
- FLETCHER, Richard (1999), *The Barbarian Conversion: from Paganism to Christianity*, Berkeley-Los Angeles, University of California Press
- FLOREZ, Enrique (1787), *España Sagrada*, vol. XV, Madrid, Oficina Pedro Marín
- FONTES, Luís O. (2018), “O Sítio arqueológico de Dume (São Martinho)”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 403-404
- GONZÁLEZ BALASCH, María Teresa (Ed.) (2004), *Tumbo B de la Catedral de Santiago*, Santiago de Compostela, Seminario de Estudios Gallegos
- GONZÁLEZ SALINERO, Raúl (2017), *Introducción a la Hispania visigoda*, Madrid, UNED
- GOUVEIA, Mário de, *Do Parochiale sueuum ao Prouinciale uisigothicum: ficheiro analítico. I – Dioceses visigóticas*, <https://pt.scribd.com/document/203535940/PDF-Estudo-Dioceses>, consultado em 04/03/2020
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves; PRATA, Raúl Solla (1983), *O Foral de Gaia de 1255*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Gaia
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (1995), “Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia”, in *IV Reunião de arqueologia cristã hispânica (Lisboa, 1992)*, Barcelona-Lisboa, Institut d’Estudis Catalans-Universitat de Barcelona, pp. 429-442
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves (2018), “O edifício de tradição romana sob a igreja do Bom Jesus de Gaia (Vila Nova de Gaia – Portugal) destruído nos últimos dias do reino dos Suevos”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 409-411
- HERCULANO, Alexandre (Ed.) (1867-1873), *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, 4 fasc., Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis
- HINSCHIUS, Paul (1863), *Decretales pseudo-Isidorianae et Capitula Angilramni*, vol. II, Leipzig, Tauchnitz
- JORGE, Ana Maria (2006), “The Lusitanian Episcopate in the 4<sup>th</sup> Century: Priscilian of Ávila and the Tensions between Bishops”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 4/2, Providence-Porto, University of Porto and Brown University, [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue8/html/ajorge\\_main.html](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue8/html/ajorge_main.html) consultado on-line em 20/02/2020
- LINEHAN, Peter (1993), *History and the Historians of Medieval Spain*, Oxford, Clarendon Press

- LOMAX, Derek W. (1976), “Una crónica inédita de Silos”, in *Homenaje a Pérez de Úrbel*, vol. I, Silos, Abadía de Silos, pp. 323-337
- LOPES, Eduardo Teixeira (2001), *Meinedo: subsídios para uma possível história desta freguesia*, Lousada, Camara Municipal de Lousada
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2013), “El Parochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias del siglo XII”, in HERBERS, Klaus; López Alsina, Fernando; ENGEL, Frank (Ed.), *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten – delegierte Richter – Grenzen*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 105-132
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2015), *La ciudad de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago-Universidade de Santiago de Compostela (2ª ed.)
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2018), “El I y II Concilios de Braga y el «parroquial suevo»” in LÓPEZ QUIROGA, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 139-142
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOVELLE, Mónica R. (1997), “Algunas notas sobre el monetário suevo-visigodo y su importancia para el estudio de las civitas y la red viaria en el noroeste”, *Revista de Guimarães*, 107 (Jan-Dez 1997), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 203-218
- LÓPEZ SANGIL, José Luis; VIDÁN TORREIRA, Manuel (2011), “Tumbo Viejo de Lugo: (transcripción completa)”, *Estudios Mindonienses*, vol. 27, Mondoñedo, Centro de Estudios de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol, pp. 11-373
- SÃO LUIZ, D. Francisco de S. (1872), *Obras completas do cardeal Saraiva patriarcha de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional
- MACCARRONE Michele (1972), *Studi su Innocenzo III*, Padova, Antenore
- MACHADO, António de Sousa (1956), *As origens da cidade do Porto: o problema de Portucale*, Porto, Livraria Tavares Martins
- MARIANI, Andrea (2020), *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*, Porto, Universidade do Porto (Tese de doutoramento)
- MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco (2018), “The Territorialization of the episcopal Power in medieval Portugal: a study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between Oporto, Braga and Coimbra (12<sup>th</sup> century)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. 27, Lisboa, UCP-CEHR, pp. 161-187
- MARQUES, José (2002), “As dioceses portuguesas até 1150”, *Biblos*, vol. LXXVII, Coimbra, FLUC, pp. 7-60
- MARQUES, José (2011), “Braga e Coimbra no tempo do reino de Leão”, in ALBERTO, Paulo Farhouse Alberto; FURTADO, Rodrigo, *Quando Portugal era reino de León: estudos sobre cultura e identidade antes de Alfonso Enríquez*, León, Universidad de León, pp. 53-84
- MARQUES, José (2009-2010), “O Liber Fidei da catedral de Braga e o norte de Portugal”, *Bracara Augusta*, vol. 57, Braga, Camara Municipal de Braga, pp. 453-500
- MATEU y LLOPIS, Felipe (1989), “Sedes portuguesas en la “Cronica” de Ambrosio de Morales en XIV Centenario del III Concilio Toledano”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 35, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 361-365
- MATTOSO, José (1985), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores

- MATTOSO, José (1995), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores
- MATTOSO José (2002 [1968]), *O monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores
- MAZEL, Florian (Ed.) (2008), *L'espace du diocèse: Genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (Ve-XIIIe siècle)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes
- MENDES-PINTO José Marcelo (2008), “Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa”, *Oppidum*, número especial, Lousada, Município de Lousada, pp. 45-63
- MERÊA, Paulo (1967), *De Portucale (Civitas) ao Portugal de d. Henrique*, Porto, Portucalense Editora
- MEZZADRI, Luigi; TAGLIAFERRI, Maurizio; GUERRIERO, Elio (2008), *Le diocesi d'Italia*, Vol. III, Ciniello Balsamo, San Paolo
- MIGNE, Jacques-Paul (1850), *Patrologia Latina*, vol. VIII, Paris, Vrayet
- MONTENEGRO Julia; DEL CASTILLO, Arcadio (2010), “Tingi in Baetica. An Analysis of the Sources”, *Athenaeum*, vol. 98/II, Padova, pp. 413-427
- MOREIRA, Álvaro Brito (2000), “La ocupación medieval del castro de Padrão. La iglesia y el monasterio del Monte Córdova”, in SINGUL, Francisco (Ed.), *Rudesindus: “San Rosendo, o seu tempo e o seu legado”*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 160-175
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1971), “Freguesias da Diocese do Porto (Elementos Onomásticos Alti-Medievais)”, *Boletim Municipal da Câmara do Porto*, vol. 34/1-2, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 19-149
- MOREIRA, Domingos Azevedo (1985/86), “Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. II parte – Inventariação Onomástica (Fascículo G-O)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol. 3/4, Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 61-157
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2018), “Lamego no tempo dos Suevo”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Ocidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 259-261
- NOVAIS, Manuel Pereira de (1917), *Anacrisis historial*, Parte 2, Vols. 3-4, Porto, D. A. da Silva
- NUNES, Manuel; SOUSA, Luís; GONÇALVES, Carlos (2008), *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*, Lousada, Camara Municipal de Lousada
- OLIVEIRA, António Sousa (1969), “A igreja românica de Santa Maria de Meinedo e a sua raiz na Alta Idade Média”, *Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto*, vol. IV, Tomo II e III, Porto, Associação Cultural Amigos do Porto, pp. 35-51
- PALLARES MÉNDEZ, María; PORTELA SILVA, Ermelindo (1996), “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, em *Actas do II Congreso Histórico de Guimarães*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal, pp. 61-80
- PARENTE, João (2013), *Idade Média no Distrito de Vila Real Documentos desde o ano 569 ao ano 1278*, Lisboa, Âncora Editora
- PASTOR, Ernesto (2019), “El uso de la «presura» en el scriptorium de la sede de Lugo-Braga durante el siglo XI: el ejemplo de Odoario, el obispo «presor» de la octava centuria”, *Studia Historica. Historia Medieval*, vol. 37/1, Salamanca, pp. 79-103
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (2017), “Entre o condado e o reino. Reflexões em torno do poder aristocrático (séculos XI-XII)”, in AMARAL, Luís Carlos Amaral (Ed.), *Um poder entre*

- poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*, Porto, UCP-FT-CEHR, pp. 305-324
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2017), *El báculo y la ballesta. Diego Gelmírez (c. 1065 1140)*, Madrid, Marcial Pons
- POWELL, Brian (2003), “Historiography: Annals and Latin Chronicles up to the Rebus Hispaniae”, in GERLI, Michael (Ed.), *Medieval Iberia: An Encyclopedia*, London & New York, Routledge, pp. 393-395
- Provinciale Visigothum seu nomina Hispanarum Sedium* (1965), in *Itineraria et alia geographica*, vol. CLXXV (Corpus Christianorum series latina), Turnhout, Brepols, pp. 425-427
- RIESS, Frank (2013), *Narbonne and its Territory in Late Antiquity: From the Visigoths to the Arabs*, London & New York, Routledge
- REAL, Manuel Luís; SILVA, António Manuel S. P. (2018), “Portumcalem Castrum Novum na época sueva”, in López Quiroga, Jorge (Ed.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primeiro reino medieval de Occidente. Volumen de estudos*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 205-208
- RECUERO ASTRAY, Manuel (2000), “Relaciones entre la monarquía y la iglesia de León siglos XI y XII”, in RECUERO ASTRAY, Manuel; Díez Platas, Fátima; Monterroso Montero, Juan (Ed.), *El legado cultural de la Iglesia mindoniense*, A Coruña, Universidade da Coruña, pp. 165-183
- RENZI, Francesco; GOMES, Joana (2020), “La frontiera occidentale dell’*Hispania*. Alla ricerca della Galizia e del Portogallo medievali (secoli VI-XII)”, in CALZONA, Arturo; Cantarella, Glauco Maria (Ed.), *Autocoscienza del territorio, Storie e Miti: dal mondo antico all’età moderna*, Verona, Scripta Edizioni, pp. 86-91
- RIPOLL Gisela (2000), “Sedes regiae en la Hispania de la Antigüedad Tardía”, in Ripoll, Gisela; Gurt Esparraguera, Josep María; Chavarría ARNAU, Alexandra (Ed.), *Sedes regiae (ann. 400-800)*, Barcelona, Reial Acadèmia de Bones Lletres, pp. 371-401
- RISCO, Manuel (1796), *España Sagrada*, vol. XL, Madrid, Marín
- RIVAS FERNÁNDEZ, Juan Carlos (2003), *Consideraciones sobre la Antigüedad del episcopado Auriense y la génesis de su diócesis. El rol del Parochiale Suevum y otras cuestiones*, Ourense, Duen de Bux
- RODRIGUES, Ana Paula Leite (2015), “Senhores e Camponeses num espaço de fronteira. Estudo da projecção portuguesa do domínio monástico de Santa Maria de Oia nos séculos XII a XV”, *Medievalista*, vol. XVIII Lisboa, IEM, <https://journals.openedition.org/medievalista/1151> consultado on-line em 20-02-2020
- RODRIGUES, Miguel Areosa (2012-2013), “Igreja de Santa Maria de Meinedo (Lousada): Intervenção arqueológica (1991-1993)”, *Oppidum*, 7/6, Lousada, Camara Municipal de Lousada, pp. 89-104
- SÁNCHEZ CHOUZA, José Manuel (2017), “A Gallaecia sueva”, *Compostellanum*, vol. 62/1-2, Santiago de Compostela, Archidiócesis de Santiago de Compostela, pp. 85-137
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos (2014), “Organización eclesiástica y social en la Galicia tardoantigua. Una perspectiva geográfico-arqueológica del Parroquial Suevo”, *Hispania Sacra*, vol. LXVI/134, Madrid, CSIC, pp. 439-480
- SANTOS, José de Almeida (1993), “Horas de gloria e horas de tragédia ao tempo da restauração de Portugal”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 34, Lisboa, A. P. H., pp. 191-244

- SANTOS, Maria José (2004), *A terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)*, Vol. I, Porto, Universidade do Porto (Tese de Mestrado)
- SCHÄFERDIEK, Knut (1967), *Die Kirche in den Reichen der Westgoten und Suewen bis zur Errichtung der westgotischen katholischen Staatskirche*, Berlin, De Gruyter
- SEQUEIRA, Joana (2010), *História do Porto. Vol 1: Como nasce uma cidade: das origens ao Condado Portucalense*, Matosinhos, Quidnovi
- SILVA, António Manuel S. P. (2010-2011), “As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 31/32, Porto, DCTP-FLUP, pp. 43-64
- SILVA, António Manuel S. P.; REAL Manuel Luís (2020), “Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval”, in João Marques et alii (Ed.), *A Península Ibérica entre os séculos V e X. Continuidade, transição e mudança*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, NO PRELO
- SILVA, Filomeno Amaro Soares da (Ed.) (2001), *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense
- SIMONET, Francisco Javier; ZUGASTI, Juan Antonio (1891), *El Concilio III de Toledo*, Madrid, Imprenta de Fortanet
- SOARES, Franquelim Neiva (1998), “Os concílios suevos de Braga (561 e 572)”, in KOLLER, Erwin Koller; LAITENBERGER, Hugo (Ed.), *Schwaben. Das königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, pp. 63-79
- SOUSA, Armindo de (2000), Tempos Medievais, in RAMOS, Luís Oliveira (Ed.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 119-253
- VALLEJO GIRVÉS, Margarita (2012), *Hispania y Bizancio: Una relación desconocida*, Madrid, Akal
- VÁZQUEZ DE PARGA, Luis (1943), *La división de Wamba*, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita
- VIVES GATELL, José (1963), *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona, CSIC-Instituto Enrique Florez
- VONES, Ludwig (2019), “Restauration ou bouleversement?”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, vol. 49/2, Madrid, CdV, <http://journals.openedition.org/mcv/11225>, consultado em 05/03/2020
- UBRIC, Purificación (2015), “The Church in the Suevic Kingdom (411-585 AD)”, in D’EMILIO, James (Ed.), *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*, Leiden, Brill, pp. 210-243
- WICKHAM, Chris (2019), *Europa Medieval*, (TOLDY, Marian; TOLDY, Teresa, trad.; MOURA, Sofia, rev.), Lisboa, Edições 70





**Mapa 1.** Os mosteiros da Diocese do Porto entre os séculos IX e XII<sup>145</sup>

145 Os números dos mosteiros correspondem aos números de identificação inseridos na Tabela 2 deste Apêndice.



# A CONSTRUÇÃO E AS ARTES AO TEMPO DE D. SESNANDO (PARTE 1)

**Paulo Almeida Fernandes**

CEAAC – UC / IEM – UNL  
pauloalmeidafernandes@gmail.com

**Manuel Luís Real**

CITCEM – UP / IEM – UNL  
manuelluisreal@gmail.com

## ABSTRACT

D. Sesnando's rule over a vast territory, between the rivers Mondego and Douro (1064-1091), entailed a rupture with the previous framework of territorial management, in which a considerable part of this land was nominally bound to Muslim authorities. After the definitive conquest of Coimbra, there was a period of intense change in the landscape and of enhancement of humanized geography, in which the *alvazil* Sesnando moved more intensely.

This article seeks to address the reality of construction and the arts during D. Sesnando's time, but it goes back to the beginning of the 11<sup>th</sup> century to highlight the great transformations that took place after 1064. Based on documental sources that mention various types of heritage, the first part of the paper offers an analysis of the territory. It also includes an introduction to the city of Coimbra, between the Muslim invasion of 711 and the eve of the 1064 conquest.

**Keywords:** Medieval territory; High Middle Ages; Mozarab; Coimbra; Sesnando.

## RESUMO

O governo de D. Sesnando sobre um vasto território, entre os rios Mondego e Douro (1064-1091), significou uma rutura em relação ao quadro de gestão territorial anterior, em que parte considerável desta imensa área esteve nominalmente vinculada a autoridades muçulmanas. Após a conquista definitiva de Coimbra, registou-se um período de intensa alteração da paisagem e de reforço da geografia humanizada na qual o *alvazil* Sesnando mais intensamente se moveu.

O presente artigo procura abordar a realidade construtiva e artística ao tempo deste governante, mas recua até aos inícios do século XI, para evidenciar as grandes transformações operadas a partir de 1064. Com base na documentação que menciona várias tipologias patrimoniais, a primeira parte do artigo é dedicada a uma análise ao território. Inclui-se, ainda, uma introdução à cidade de Coimbra, entre a invasão muçulmana de 711 e as vésperas da conquista de 1064.

**Palavras chave:** Território medieval; Alta Idade Média; Moçárabe; Coimbra; Sesnando.

A figura de D. Sesnando, senhor de Coimbra entre 1064 e 1091, continua a motivar renovadas abordagens, apesar de tanto já se ter escrito sobre a sua acção e o tempo em que viveu<sup>1</sup>. São várias as perguntas que continuam sem resposta aparentemente satisfatória: qual o seu percurso de formação entre a região de Coimbra, provável terra de origem, a corte de Sevilha, para onde terá sido levado ainda jovem em circunstâncias desconhecidas, e o seu aparecimento ao lado de Fernando Magno nas vésperas da conquista de 1064? Por que razão e por que meios se terá colocado ao serviço do rei leonês depois de uma estadia na corte sevilhana? Quais os méritos de percurso e de acção que terão convencido o rei a depositar nas suas mãos o poder alargado sobre um território imenso, em dimensão (autoridade e geografia) muito superior à que o monarca reservou para membros da sua nobreza de corte?

As incertezas são, porém, ainda mais numerosas que estas relativas à formação da personalidade e estatuto de D. Sesnando. Tem-se assumido, por exemplo, que o seu governo fomentou a afirmação da comunidade moçárabe reunida em Coimbra. Na verdade, discute-se se Sesnando terá sido um *produto* ou o promotor do mais poderoso foco de moçarabismo do Ocidente peninsular, ainda que, em boa verdade, os dados de que dispomos sejam escassos para responder a questão com tal abrangência interrogativa.

A provável origem moçárabe de Sesnando é um dado sistematicamente invocado para evidenciar a sua ligação à comunidade local: poderá ter nascido em Tentúgal, onde seus pais tinham propriedades, e era filho de Susana e de David, nomes que remetem mais facilmente para um contexto judaico (cfr. síntese de dados biográficos em Coelho, 2005: 24-25). A sua trajectória, todavia, foi a de um homem que, tendo nascido numa área teoricamente controlada pelo Islão – mas ainda fortemente cristã, como se verá – passou ao bloco islâmico meridional e, mais tarde, veio a transferir-se para território leonês, precisamente numa época em que o reino de Leão e Castela dava novos sinais de abertura à Europa continental.

Por outro lado, uma tendência historiográfica particularmente seguida assume que, após a conquista de Coimbra por al-Mansur, em 987, os poderes muçulmanos instalados na região teriam promovido uma intensa política colonizadora, atraindo contingentes populacionais do al-Andaluz. Todavia, esta opinião carece de revisão, uma vez que, do nosso ponto de vista, não se conhecem indicadores fiáveis para considerar um intenso povoamento islâmico durante a primeira metade do século XI. Jorge Alarcão (2004: 139) admitiu apenas a criação de duas aldeias na zona de Coimbra durante este período – Ourentã e Penacova – e esta última deve mesmo ter sido gerada em época anterior, de acordo com a opinião de A. de Almeida Fernandes a respeito da doação de uma aldeia com o mesmo nome em 928 (também Real, 2013-a: 220 a propósito da possibilidade de a fortificação de Penacova datar do século X). Para além disso, como se verá adiante, os dados da documentação relativos à primeira metade do século XI demonstram a existência de um território ainda profundamente cristão, dotado de mosteiros e igrejas em grande quantidade e um cenóbio particularmente activo no povoamento da zona imediatamente a Norte de Coimbra: Vacariça.

Finalmente, que factos existem para demonstrar que, uma vez no poder, Sesnando terá promovido um povoamento estritamente moçárabe? É um lugar comum historiográfico dizer-se que, à Coimbra reconquistada, teriam acorrido homens vindos do Norte e que, para contrabalançar essa progressão, Sesnando teria respondido com a instalação de cristãos mobilizados do Sul peninsular. No entanto, à excepção do abade Pedro, estabelecido em São Martinho do Bispo por volta de 1080, nenhum outro elemento nos fala de eventuais contingentes meridionais atraídos pelo alvazil para a

---

1 O presente artigo, que vai ser desdobrado em duas partes, é uma versão alargada da comunicação que os autores apresentaram ao “Congresso Internacional Coimbra Cidade Aberta”, para celebrar os 950 anos do tempo de D. Sesnando. Este encontro científico teve lugar a 23 e 24 de Outubro de 2014, sem que as respectivas actas viessem a ser publicadas.

zona de Coimbra, nem mesmo para o território por si comandado entre os rios Mondego e Douro. Uma e outra posição são, portanto, de duvidar: não se detecta nem a imigração concertada de grupos moçárabes do Sul, nem um avanço de contingentes populacionais setentrionais (sendo flagrante, por exemplo, a ausência de interesses da nobreza leonesa sobre o território comandado por D. Sesnando, para já não falar na antiga nobreza de origem condal, contra a qual Fernando Magno lutou e se encarregou de lhe esvaziar o poder).

No momento presente, pensamos que Sesnando terá comandado um território com múltipla diferenciação populacional, constituído por grupos heterogêneos em natureza e origem. A população de Coimbra, no entanto, formaria o núcleo urbano quantitativamente mais importante – com especial expressão nos arrabaldes durante o período imediatamente anterior à reconquista de Fernando Magno –, nela se identificando uma longa presença hispânica, apelidada de *moçárabe* quando se começou a fazer sentir a pressão dos agentes da revolução romano-cluniacense (profundamente contrária à liturgia hispânica e, por isso, anti-moçárabe). Nesse sentido, Sesnando foi um dos derradeiros líderes de um mundo peninsular que, em pouco tempo, haveria de esvaír-se, como a conturbada história de Coimbra tão bem o demonstra, nas décadas seguintes ao falecimento do alvazil (cfr. síntese em Rosa, 2000: 438-440).

Menos dúvidas subsistem a respeito de um efectivo programa de organização e consolidação territorial, definido por Sesnando e seus mais directos colaboradores, e que acentuou a fragmentação e complexificação da paisagem. Esse processo ocorreu a vários níveis, sendo particularmente sintomáticas as muitas menções documentais a construções e melhoramentos. A organização militar é um dos campos onde se identificam maiores indicadores de mudança, a par das inovações na arquitectura e na escultura de finais do século XI. Por um lado, assiste-se à continuada fragmentação dos territórios em *terras*, unidades de alcance geográfico mais limitado, mas dotadas de melhor organização, à frente das quais se estabeleceu uma nobreza geralmente de condição inferior, que assim se viu catapultada para cenários de maior protagonismo. Em rigor, o processo de constituição de *terras* iniciou-se ainda na primeira metade do século XI, mas acelerou extraordinariamente no reinado de Fernando Magno. Por exemplo, só para o território de Viseu, essa fragmentação deu-se em menos de 30 anos. Por outro lado, data precisamente do tempo de D. Sesnando a constituição de uma linha defensiva em Coimbra e em torno da cidade, cujas características, exemplarmente estudadas por Mário Barroca, asseguram ao tempo do alvazil um momento de grande inovação arquitectónica e de progressiva adesão às tipologias que ficarão conhecidas por românicas.

Com efeito, os castelos do curso final do Mondego que foram objecto de intervenção, ao tempo de D. Sesnando, apresentam soluções de certa continuidade em relação às fortificações pré-românicas, mas também outras características anunciam já novos tempos e uma preocupação pelos aspectos defensivos em cenários de cerco prolongado. No primeiro caso, estão as plantas ainda orgânicas, tendencialmente adaptadas às condicionantes do terreno, os pequenos pátios interiores, onde as tropas se moviam com indifereçável dificuldade e, principalmente, o carácter rudimentar de alguns aparelhos construtivos, não-isódomos, com integração de silhares irregulares, fiadas de regularização forçadas e pedra miúda que enfraquece os alçados. No segundo caso estão algumas soluções surpreendentes. Por exemplo, em Penela (localidade que D. Sesnando terá mesmo povoado, a fazer fé no seu testamento de 1087) criou-se um castelejo, cujas superfícies exteriores foram escavadas para formar ângulos verticais que impediam o acesso de tropas invasoras (Barroca, 1990-91: 108) (fig. 3). O caso mais estranho, contudo, ocorreu em Soure, cujo castelo estava em posição vulnerável, nas margens do rio e não no topo de uma elevação, como seria mais natural (Barroca, 2003: 104). Tal circunstância é ainda mais surpreendente pela estratégica localização de Soure, a sul do Mondego, numa das mais importantes vias de acesso a Coimbra e particularmente

susceptível a ataques muçulmanos. É possível que a localização da fortaleza se tenha ficado a dever à vizinhança do mosteiro de Soure, documentado desde a primeira metade do século XI<sup>2</sup>, a fazer fé no relato da 'Vida de São Martinho de Soure', escrita por volta de 1150 e onde se refere expressamente a relação física entre mosteiro e fortaleza: "das antigas ruínas (de Soure) nada mais (há) aqui a salientar que as paredes de uma construção de fortaleza de há muitos anos que documentos dos antigos afirmam ter sido um mosteiro de regulares" (Nascimento, 1998: 226-227). Outras características inovadoras situam-se ao nível do reforço das muralhas, através de torres semicirculares de grande relevância, como em Arouce/Lousã (as mais monumentais torres deste tempo, alicerçadas em embasamentos quadrangulares também de grande relevância, que Barroca (2003: 104-105) admitiu serem obra de pedreiros de tradição muçulmana) e, possivelmente, em Montemor-o-Velho, neste caso utilizadas para seccionar panos de muro de grande prolongamento e, por isso, segmentados para melhor defesa (Barroca, 2005: 116-117, ainda que colocando a hipótese de serem obra islâmica, da primeira metade do século XI) (fig. 4). Um outro elemento de enorme importância relaciona-se com a necessidade de resistir a guerras de cerco prolongado, razão pela qual muitos destes castelos dispõem de cisternas e, no caso de Penela, de um *habitat* rupestre certamente destinado a albergar uma guarnição militar durante algum tempo, caso único neste conjunto de fortalezas, mas sintomático da preocupação de defesa em caso de assédio.

### **EM BUSCA DAS MARCAS CONSTRUTIVAS DO TEMPO DE D. SESNANDO. UM CASO DE (EM) ESTUDO**

Este é o panorama dos castelos que foram intervencionados ao tempo de D. Sesnando, que mais directamente se relacionam com a defesa de Coimbra. Fora desta lista, há notícia de intervenções sesnandinas em outras fortalezas, mas cujos estudos arqueológicos estão mais atrasados ou só se conhecem de forma parcelar, como São Martinho de Mouros<sup>3</sup> ou Lamego<sup>4</sup>, construções problemáticas pelas mais numerosas fases de ocupação e pela inexistência de dados de caracterização seguros. Não obstante essas circunstâncias, as intervenções nestas duas fortalezas, cuja localização estratégica na fronteira setentrional do território delegado por Fernando Magno ao alvazil de Coimbra é uma evidência, prova como o governante se interessou também por reforçar tal sector dos seus domínios. É ainda possível que agentes próximos de D. Sesnando – e em nome do rei Afonso VI – tenham actuado no castelo de Numão, possivelmente situado já fora da sua área de jurisdição e onde

---

2 A primeira referência a Soure data de 1043, ano em que o "presbítero João e seus irmãos doam em testamento ao mosteiro da Vacariça, com todos os seus bens e direitos, o mosteiro de Soure, que por eles havia sido edificado" (LP 84). Este facto admite que o mosteiro tenha mesmo sido constituído anos antes, embora posterior à conquista de al-Mansur e, por isso, durante o suposto domínio islâmico do território. Não se identificam referências documentais ao castelo antes do século XII, embora os vestígios materiais ali conservados incluam elementos do tempo de D. Sesnando.

3 É possível que a construção do castelo tenha ocorrido no século X, na medida em que ele terá sido conquistado por al-Mansur (Lima, 2010-2011: 86). Ainda subsistem vestígios do castelo de São Martinho dos Mouros, valorizados por Barroca, 1990/91: 102 e 2000: 220, em concreto algumas fiadas de pedras bem aparelhadas, com recurso aos característicos cotovelos do aparelho construtivo pré-românico, e uma lógica construtiva que terá evitado a definição de panos de muralha demasiado extensos e vulneráveis. A posição estratégica deste castelo era ainda importante como ponto de controlo da passagem do Douro por Porto de Rei, em direcção a Frende (Lima, 2010-2011: 86).

4 Lamego controlava também uma das passagens do Douro, sendo aliás utilizada desde a época romana, num eixo que colocava em comunicação natural os vales dos rios Corgo e Varosa (Lima, 2010-2011: 87). O vínculo da cidade ao reino asturiano está documentado desde os finais do século IX e não restam dúvidas sobre o seu protagonismo regional durante a Idade Média. Os vestígios da época pré-românica são, porém, muito escassos, costumando invocar-se o aparelho de um embasamento na vertente Norte da fortaleza (Torres e Macias, 1998: 60), mas que importa confirmar em âmbito arqueológico, e algum material reaproveitado na fase românica (Barroca, 1990/91: 101). O castelo terá também sido conquistado por al-Mansur, que pode ter eventualmente deixado no seu comando o anterior governador cristão (Duarte, 1996: 64). As escavações realizadas no interior da fortaleza revelaram um cemitério alto-medieval (associado ao templo de São Salvador), além de várias estruturas e espólio de épocas romana e medieval. Embora esteja ainda em fase preparação, o *Relatório Final* apresenta elementos muito desenvolvidos sobre o conjunto da intervenção. Segundo Ricardo Teixeira – a quem agradecemos por nos ter facultado a consulta do respectivo *draft* – haverá vestígios de aparelho do castelo alto-medieval, na face interior do pano oeste da muralha (Arqueologia e Património, coord. de Ricardo Teixeira – *Relatório final: Intervenção arqueológica. Castelo de Lamego, 2011-2016*. Santa Cruz do Bispo: Arqueologia e Património, s.D. – em preparação).

existem vestígios de muralha que podem corresponder à segunda metade do século XI, senão até também a um período anterior (Real, 2013-b: 91). O mesmo se poderá dizer a respeito de Penedono ou Trancoso, onde também existem vestígios de reformas do período em questão (Fonseca, 2014: 84-95; Ferreira-Lobão, 2013: 763-771). A sedimentação deste território, aliás, tinha já antecedentes directos muito próximos, em concreto na série de forais passados por Fernando I – em datas desconhecidas, mas que devem situar-se pelos finais da década de 50 – a Linhares, Ansiães, São João da Pesqueira, Penela da Beira e Paredes da Beira, localidades que, como concluiu Mário Barroca, se implantavam entre dois territórios relativamente individualizados e, por isso, organizados: a *civitas* de Lamego e a série de castelos de D. Flâmula (Barroca, 2003: 33), distrito militar concebido mais de um século antes, aquando da primeira instalação de colonizadores asturianos na zona. É ainda de presumir que outras localidades próximas tenham sido objecto de outorga de foral por Fernando Magno, como se depreende de um documento de 1121, de D. Teresa, onde se refere que “deu elRey dom Fernando [foro] quando sayrão os Mouros de Sam Martinho” (DR. 57, cit. Barroca, 2003: 33).

Mas o que aconteceu com as restantes edificações que caracterizaram a paisagem do tempo de D. Sesnando? Há possibilidade de saber-se como eram as igrejas, os paços, as pontes, os moinhos daquela época, no vasto território entre os rios Douro e Mondego? Neste campo, é desolador o panorama acerca do conhecimento de vestígios deixados pelos centros de poder que agiram no interior da *pax* sesnandina, sensação agravada pelo facto de a documentação do século XI revelar um território bastante activo em termos construtivos e uma paisagem que se intui “monumentalizada” por numerosas edificações. O confronto entre os dados da documentação e a realidade remanescente, aliás, não podia ser mais oposto. À excepção dos elementos relativos à cidade de Coimbra e aos castelos que a defendiam (elencados anteriormente), apenas temos conhecimento de uma base de coluna proto-românica procedente do Mosteiro da Vacariça, resgatada por um dos signatários deste trabalho (MLR), por volta de 1980, e do qual se dá aqui primeira notícia (encontra-se hoje no Museu Nacional de Machado de Castro – fig. 7).

Não é fácil de explicar esta ausência de vestígios materiais datáveis da segunda metade do século XI, especialmente se se confrontar essa realidade com a que, durante cerca de 300 anos, foi protagonizada em idêntico território pela população moçárabe e, pouco depois, pelos colonizadores asturiano-leoneses. Para esse período mais recuado, com recurso a muito menos documentação, os vestígios materiais são, não só mais numerosos, como esclarecedores dos vínculos dessa colonização relativamente às opções construtivas e estéticas da própria monarquia. Nada disso parece verificar-se no tempo de governação de D. Sesnando, à excepção da dimensão militar da sua acção, campo onde a modernidade das soluções levou a que muitas características construtivas e planimétricas tivessem sido preservadas nas reformas românicas dos respectivos castelos. Em relação às igrejas, aos mosteiros, às moradas dos poderosos, às pontes e aos moinhos, todavia, tudo parece ter-se perdido ou a arqueologia não conseguiu ainda revelar materiais inequívocos e referenciais para este período.

Neste cenário, quais os mecanismos ao nosso alcance para tentar uma aproximação à paisagem do actual centro de Portugal naquele recuado século XI? A análise à documentação surgiu como uma estratégia óbvia, não apenas porque ela é esclarecedora acerca da dinâmica construtiva do momento, como, ao que temos conhecimento, os exames desta natureza sobre o território entre os rios Douro e Mondego têm sido parcelares ou incidido sobre realidades cronológicas mais vastas<sup>5</sup>.

---

5 Em rigor, existem já vários estudos que, de alguma forma, combinam os vários aspectos da presença humana no território entre os rios Mondego e Douro. A lista é já extensa, desde o trabalho pioneiro de Paulo Merêa e A. Amorim Girão, 1943, até recentes abordagens em dissertações de mestrado e doutoramento, bem como alguns trabalhos dos signatários para a zona de Viseu. É justo destacar, todavia, o estudo de Jorge Alarcão sobre o território de Coimbra (Alarcão, 2004), que forneceu abundante matéria para discussão e usa de uma metodologia que cruza aspectos documentais com outros arqueológicos e artísticos.

Importa dizer que os próximos parágrafos resultam de uma análise incompleta do fundo documental produzido no século XI, à nossa disposição. Não tendo sido possível, até à data, escrutinar toda a documentação publicada, as conclusões a que a seguir enunciámos devem ser consideradas provisórias, pois decorrem da análise do ‘Livro Preto’, o célebre cartulário da Sé de Coimbra, e do ‘Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis’, uma colectânea de documentos realizada na primeira metade do século XII pelos monges de Lorvão (Branco, 2008: 27-30). Nos mapas e quadros a seguir apresentados, elencam-se as unidades patrimoniais referidas na documentação do século XI. No entanto, é de presumir que parte considerável da paisagem humanizada detectável nas duas centúrias anteriores, no âmbito da expansão asturleonense entre os rios Douro e Mondego, integrasse também a geografia do tempo de D. Sesnando. A esse respeito remetemos para a dissertação de doutoramento de um dos signatários (PAF), na qual se elencam as referências documentais dos séculos IX e X (nos PMH e LP) que aludem a construções, para além dos vestígios materiais que foi ainda possível recensear, num total de 128 unidades (Fernandes, 2017: 275-280)<sup>6</sup>.

É também importante alertar para um conjunto de referências a elementos humanizados da paisagem que não constam desta análise, como as unidades de produção agrícola e/ou as herdades rurais detidas por muitos protagonistas do tempo de D. Sesnando. Limitamo-nos a extrair as referências alusivas a construções específicas (igrejas, mosteiros, torres, castelos, pontes, moinhos...) e, porque o tempo é de ambivalência entre os domínios cristão e islâmico, interessou-nos também isolar os hagiopónimos. Claro que a documentação se presta a múltiplos equívocos e frequentes dúvidas: à dificuldade em localizar presentemente alguns topónimos, junta-se a natureza sistematicamente parca das informações, a circunstância de boa parte dos diplomas ter sido produzida em contextos religiosos e há ainda que ter em consideração que muitas notícias são-nos fornecidas por diplomas posteriores, nalguns casos décadas depois dos acontecimentos e por via nem sempre directa. Finalmente, haveria ainda que recensear toda a documentação baixo-medieval sobre esta extensa área, buscando correspondências toponímicas e evoluções de micro-história que, no momento presente, nos vemos impossibilitados de fazer.

Esclarecidos o universo abrangido e o carácter provisório das conclusões, optou-se por sistematizar os dados em dois períodos. O primeiro inicia-se com o século XI e prolonga-se até 1064, data da conquista de Coimbra por Fernando Magno. O segundo inicia-se com a integração da linha do Mondego no reino de Leão e vai até final do século, abarcando assim a totalidade do governo de D. Sesnando. O respectivo consulado situa-se entre 1065 e 1091, data da sua morte (ocorrida a 25 ou 26 de Agosto do referido ano, de acordo com Coelho, 2005: 38). Incluímos testemunhos cronologicamente situados ainda cerca de uma década após o seu desaparecimento, período que corresponde a anos de relativa complexidade, pois alguns diplomas referem-se ainda a obras claramente mandadas construir no tempo de D. Sesnando, enquanto outros inserem-se já numa distinta lógica, com a criação do Condado Portucalense em 1096 e a progressão (tantas vezes conflituante) da liturgia romano-cluniacense, adoptada pelo concílio de Burgos, em 1080.

---

<sup>6</sup> O desenvolvimento de estudos a nível regional, desde que acompanhados de pesquisas sistemáticas no terreno, seja com recurso à microtoponímia, seja através da prospecção arqueológica, irá seguramente enriquecer a visão de conjunto sobre a alta Idade Média nas Beiras. A confirmá-lo, estão os resultados do recente projecto de *Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela [2016-2019]*, dirigido por um dos signatários do presente artigo [MLR]. Além do mais, confirma a importância histórica da região de Lafões durante o mencionado período, circunstância já pressentida, aliás, pela cartografia que apresentamos para o século XI (figs 1 e 2). O referido estudo, limitado a apenas um dos municípios que integram a região de Lafões e onde somente se localizavam documentalmente 1 castelo e 3 templos anteriores ao ano 1100, acabou por identificar 2 castelos, 1 torre senhorial e 12 templos datáveis do século XI ou de data anterior (figs. 8 a 10). A estes números há ainda a acrescentar indícios de mais 9 construções religiosas, pelo menos, articulando a microtoponímia com outros vestígios arqueológicos (sepulturas antropomórficas, por ex.) e hagiopónimos bastante arcaizantes.

## PERÍODO 1: 1000-1064 (FIG.1)<sup>7</sup>

A documentação aponta para algumas conclusões aparentemente surpreendentes para um território que, supostamente, esteve sob domínio islâmico. Das 41 referências identificadas no LP, 22 aludem a igrejas, 9 a mosteiros, tendo sido ainda possível detectar 5 hagiopónimos (quadro n.º 1). Juntando a estes dados alguns já recolhidos nos DC, o número sobe para 59 referências, das quais 27 igrejas, 12 mosteiros e 10 hagiopónimos. A quantidade de menções a templos cristãos, nomeadamente a mosteiros (onde já se inclui Soure, localidade a Sul do rio Mondego e relativamente equidistante entre Coimbra e Montemor-o-Velho, e também uma referência fugaz ao mosteiro de Ossela, Oliveira de Azeméis, em 1043), é um dado que se reveste de particular importância, pois tal número não seria expectável numa região sujeita à autoridade muçulmana.

Já tivemos ocasião de questionar a real contundência do poder islâmico no espaço entre os rios Douro e Mondego durante o século XI (Fernandes 2016b). Na verdade, parecem evidentes os indícios que apontam para o reforço, pelas autoridades islâmicas, de algumas praças-fortes de inequívoco valor estratégico (sobretudo Coimbra e Viseu<sup>8</sup>), mas estas não terão tido capacidade ou a intenção de ocupar massivamente o território rural e, mesmo algumas fortalezas de evidente importância foram perdidas em datas muito precoces, como Lafões<sup>9</sup> ou Montemor-o-Velho. O que ocorreu com este último castelo é sintomático das dificuldades sentidas pelo Islão em controlar até o território mais próximo de Coimbra, na medida em que a fortaleza foi perdida pouco antes de 1019 para Mendo Luz, nobre com claros vínculos ao rei Afonso V de Leão. A fortaleza terá sido reconquistada para o lado islâmico nos anos seguintes, mas, logo na década de 30, quando o esforço conquistador da monarquia leonesa até sofreu um ligeiro abrandamento, Montemor passou para a posse de Gonçalo Trastemires, senhor da Maia, cuja filha se ligou a uma poderosa família local desde o século X – os Marnel –, estirpe que prova como, naquele meio século, a nobreza regional progrediu por território nominalmente islâmico (Mattoso, 1970, republ. 2001: 200) e um território essencial à própria defesa de Coimbra. Também na zona do rio Paiva a nobreza regional avançou bastante nesse tempo, datando da década de 30 a integração genérica deste território nas posses dos Riba Douro.

Mais para nascente, escavações em Trancoso, que dispunha de uma fortificação desde o século X, pelo menos, revelaram fragmentos de cerâmica califal que foram já interpretados como resultado da importação de produtos meridionais prestigiantes pela nobreza asturiano-leonesa ali instalada no século X (Tente, 2009: 155). As escavações no interior do perímetro muralhado, todavia, não foram ainda integralmente publicadas, pelo que há que aguardar por uma nova sistematização de dados procedentes do castelo para que possamos concluir pela presença ou ausência islâmica durante o século XI (cfr. notícia preliminar em Ferreira-Lobão, 2013: 763-771). Para os restantes castelos do

<sup>7</sup> Agradecemos aos amigos António Paulo Cruz e António José Cruz o apoio dado no tratamento gráfico das imagens e na cartografia final apresentada.

<sup>8</sup> Viseu foi uma praça-forte islâmica durante a primeira metade do século XI, ainda que os vestígios arqueológicos dessa presença sejam, até ao momento, insignificantes, nem tão pouco se esteja em condições de identificar, com toda a clareza, os pontos que foram objecto de fortificação por parte dos muçulmanos (a colina da Sé, a Cava de Viriato ou o antigo burgo da Regueira?). Que Viseu dispôs de um consolidado sistema militar não devem restar dúvidas, pois foi a tentar conquistar esse reduto que Afonso V de Leão encontrou a morte, em 1027 ou 1028 (nesta última data para Mattoso, 2001: 84). É natural que a guarnição muçulmana na cidade tivesse continuado a desempenhar papel importante, o que terá levado Fernando Magno a tentar conquistar a urbe pelo Sul (por Seia) e só depois pelo Norte (Real, 2005: 279).

<sup>9</sup> Sobre Lafões, tem-se salientado o facto de o cadí Abul-I-Qasim, de Sevilha, ao redor de 1026, ter conquistado o castelo dos “dois irmãos” e encontrado nesta zona uma população que falava árabe e que se reclamava descendente de um tal Yabalat al-Gassani, chefe árabe cristão do século VIII, forçado a emigrar do sul da Síria por ter sido aliado de Bizâncio. Aillet (2010: 300) admitiu que esta referência se tenha ficado a dever a um processo literário glorificador dos abáditas de Sevilha, mas o mesmo autor (2009: 85) realçou o facto de o “castro Alahoveines” estar já referido em 1019. Estes dados admitem, pelo menos, que o território estava militarizado e que a comunidade liderante regional era cristã. Em todo o caso, também a conquista do cadí sevilhano parece ter sido efémera, uma vez que a *terra* de Lafões aparece mencionada logo em 1030, sendo, até, uma das mais precoces referências documentais a esse tipo de circunscrição administrativa cristã, que tanto sucesso teria nos tempos seguintes.

distrito militar da Beira Alta documentados em 960, na célebre doação de D. Flâmula ao mosteiro de Guimarães, não existem também dados de caracterização suficientes para aquela primeira metade do século XI, embora mantenhamos em aberto a possibilidade de a cisterna do castelo de Figueira de Castelo Rodrigo poder pertencer a esta fase, assunto que não cabe discutir neste trabalho.

Existem ainda outros indicadores que sugerem uma progressão cristã nestes tempo e território. Um deles é a venda de propriedades a cristãos, pelos seus antigos donos muçulmanos, como ocorreu entre dezembro de 1016 e janeiro do ano seguinte, com a vila de Vilela. Em determinado momento, através de dois documentos da altura – um deles datado pelo calendário islâmico –, Zuleiman iben Giarah Aciki e Mahomat, filho de Abderahmen, venderam ao mosteiro de Lorvão as propriedades que aí tinham. Outra prova é a compra que os monges de Lorvão fizeram antes de 1018, ao muçulmano Oborroz, de tudo quanto ele tinha em Botão (LT, 15; DC, 240).

Todas estas razões devem ter influenciado as manchas de ocupação que aquela densidade de referências a uma paisagem plenamente cristianizada revela para o período 1000-1064.

A área onde mais igrejas aparecem (nada menos que 16) é um território de particular importância nos corredores entre o Sul e o Norte, genericamente definido entre a Mealhada e Águeda. É fácil perceber que este tipo de povoamento deve ter tido um estreito vínculo com o vizinho mosteiro da Vacariça, cenóbio de cujo fundo documental, aliás, procede grande parte dos diplomas que ajudam a caracterizar a zona. Na sua relativamente curta história, a Vacariça terá passado por vários períodos distintos, que a investigação arqueológica tarda em reconhecer. É possível que a sua fundação tenha ocorrido ainda no século X, ao tempo como apenas igreja dedicada a São Vicente (Gouveia, 2007: 110), embora essa hipótese tenha perdido terreno em alguma historiografia recente. Por volta de 1026, na mesma época que o cadí de Sevilha conquistou o castelo de Lafões, é possível que o mosteiro tenha sofrido um ataque islâmico, o que explicaria a aparente fuga de pelo menos parte da comunidade para o mosteiro de Leça (Mattoso, 1968, republ. 1982: 17), já a Norte do Douro. Desde esta data até à extinção, ocorrida em 1094 e ditada pela renovação religiosa que se seguiu à adopção da liturgia romano-cluniacense e pela necessidade de silenciar eventuais focos de identidade local nesse processo (Pradalié, 1987: 17), o mosteiro disfrutou de uma posição ímpar, ampliando o seu património fundiário e relacionando-se de perto com o próprio D. Sesnando, sobretudo na década de 80 (Coelho, 2005: 31).

A Vacariça não era, porém, o único mosteiro activo naquele território durante a primeira metade do século XI. Também foi possível identificar os mosteiros de Louredo (que terá evoluído para uma aldeia no século XII, segundo Alarcão, 2004: 60) e Trezói, instituições que nunca alcançaram o sucesso da Vacariça e que tiveram certamente existência efémera, mas que terão contribuído para sedimentar o povoamento de base cristã em torno da Serra do Buçaco. A estes exemplos há ainda que juntar o de Lorvão (fig. 5), seguramente o mais importante mosteiro da área de Coimbra até à progressão quase hegemónica da Vacariça e que, apesar de estar já fora do eixo Mealhada-Águeda, em zona montanhosa e até de difícil acesso, teve, ao longo do século XI, curiosas e sintomáticas relações com a Vacariça, não obstante uma sensação de decadência sugerida pela redução dos fundos documentais ao longo da referida centúria.

A relevância do território em redor da Vacariça explica-se de forma simples: por um lado, a macrocefalia fundiária do mosteiro; por outro, a existência da antiga estrada romana que ligava *Aeminium* a *Talabriga*, ao longo da margem direita do rio Cértima (Mantas, cit. por Alarcão, 2004: 326). Mas se a estrada romana se institui como verdadeiro eixo que estrutura o espaço, a análise dos dados documentais do século XI revela um território de ocupação dispersa, polvilhado de igrejas, sintoma claro de uma irradiação de povoamento polarizado por referentes cristãos da paisagem e, muito em particular, pelo mosteiro da Vacariça.

Analisando o mapa relativo às construções mencionadas na documentação entre 1000 e 1064, revela-se uma segunda área relevante, onde se ilustra um tipo de organização mais heterogénea e que parece ter outras características. Situa-se numa faixa relativamente litoral, entre Ovar e a foz do Douro. Tal como na zona anterior, também aqui parece ter havido a polarização proporcionada por um grande mosteiro, neste caso o de Pedroso, mas a documentação revela outro que terá sido igualmente importante: São Martinho de Anta (Espinho). Ao Sul deste território, residem duas das novidades reveladas por uma análise mais aprofundada da documentação do século XI (não incluídas no mapa da fig. 1, porque dizem respeito a um diploma dos DC): os vizinhos mosteiros de S. Julião e de Salas. A localização exacta destes cenóbios não é fácil. Todavia, julgamos poder apresentar uma achega, sobretudo para o primeiro caso. Eles aparecem nomeados num documento de 1050 (DC 378), da seguinte forma: “in porceli monestario que uocitant salla cos fuit de comidesa domna Ilduara; inter porceli et mazararia monestario de sancto iuliano”. Ora, segundo a nossa leitura, *porceli* corresponderá a Proselha, aldeia do actual concelho de Santa Maria da Feira, a Sudeste da sede de município e já próximo de São João da Madeira, em torno da qual ainda subsistem os topónimos Mosteiró e Mosteirô. Nesta última localidade, subsiste também o microtopónimo São Gião. E, mais a poente, a Rua Macieira (a Sul de Santa Maria da Feira) corresponderá à *mazararia* referida no diploma. E quanto à condessa Dona Ilduara, mencionada naquele documento, será certamente Ilduara Mendes, mulher de Nuno Alvites (falecido em 1028), documentada pelo menos até 1058 (Mattoso, 1968-69, ed. 2001: 84-85).

Neste território setentrional dos domínios de D. Sesnando, e ao contrário do que se passa no eixo Mealhada-Águeda, as igrejas são paradoxalmente menos abundantes (apenas 3 e nenhuma mencionada no LP), número reduzido que é contrabalançado pelos abundantes hagiopónimos, a que se se pode também acrescentar o topónimo Grijó (*ecclesiola*), como indicador da existência de um templo naquele local (DC, 269).

Os dados aqui apresentados pecam certamente por escassos, uma vez que, fora destas áreas, subsistem muitas mais referências a igrejas. Sirva de exemplo a igreja de São Martinho, nos subúrbios de Viseu que, a fazer fé num documento criticamente datado entre 1066 e 1091, já existiria no período “islâmico”, altura em que terá mesmo desempenhado papel relevante para a comunidade moçárabe da cidade (LP 417 e Saraiva, 2010: 13). Outro exemplo será o das “basílicas” (no plural) de Real (Castelo de Paiva), doadas em 1061 pelo presbítero Formosindo ao presbítero Sindila (Beirante, 1993: 319).

A análise ao mapa relativo ao período entre 1000 e 1064 revela mais alguns dados que merecem ser salientados. Por um lado, a escassez de referências a fortalezas. Este dado, por si só, tem um peso relativo, pois é sabido como a natureza do espólio documental é sobretudo de índole religiosa – compras, vendas e doações a instituições monacais –, o que contribui para uma secundarização de outras referências na paisagem. No *Livro Preto*, as menções a estruturas militares são tremendamente escassas, limitando-se a Penacova e uma *torre* que não conseguimos identificar, mas que pode situar-se no actual concelho de Murtosa, se a nossa interpretação estiver correcta<sup>10</sup>.

Finalmente, merece uma referência a área de Sever do Vouga, zona marginal a vários poderes regionais desde o século X e que, na centúria seguinte, parece ter visto crescer a sua vocação para albergar comunidades monacais, sendo aí mencionados os mosteiros de Sever, Rocas do Vouga e Cedrim (este último não registado no LP, mas assinalado em DC, doc. 378, de 1050, como “monasterio de Cedarim”).

---

<sup>10</sup> Um documento de 1047 refere a propriedade de “ortale de sub turre” (LP 86; também DC 360). A interpretação que fazemos desta unidade patrimonial, e a crer que se mantém válida a proposta de Ferreira de Almeida sobre o carácter militar do termo *monte*, leva-nos ao topónimo Monte, perto de Murtosa, localidade onde ainda subsistem outros microtopónimos que podem ter correspondência com referências no diploma: Rego d’Água, Rua do Agro e Caminho das Hortas. Tratam-se, em todo o caso, de topónimos relativamente frequentes, pelo que colocamos a existência desta torre em Murtosa como uma hipótese.

n.º	Designação	Ano	Documento
Igrejas			
1	S. Vicente de Pereira Jusã	1002	LT, 31
2	São Martinho de Maçada (Gândara)	1002	LT, 31
3	Santa Cristina de Pereira	1002	LT, 31
4	S. Miguel de Recardães	1018	LP, 123
5	S. Romão de Mamarrosa	1020	LP, 91
6	S. Pedro, S. Paulo e S. Tomé de Penacova	1036	LP, 93 e 146
7	Sta. Maria de Fermentelos	1047	LP, 130 e 132
8	S. Martinho de Carvalhitos	1047	LP, 130 e 132
9	S. Martinho de Torre de Vilela <sup>11</sup>	1063	LP, 13
10	S. Lourenço do Bairro <sup>12</sup>	1063	LP, 13
11	Igreja de Vila Nova de Monsarros	1064	LP, 73
12	S. Cucufate da Moita	1064	LP, 73
13	S. Martinho de Anadia	1064	LP, 73
14	S. Mamede de Oliveira do Bairro?	1064	LP, 73
15	S. Pedro de Tamengos	1064	LP, 73
16	S. Félix de Antes	1064	LP, 73
17	S. Cristóvão de Alfora	1064	LP, 73
18	Sta. Maria de Murtede	1064	LP, 73
19	Sta. Eulália do Rio Cértima <sup>13</sup>	1064	LP, 73
20	S. Tomé de Luso	1064	LP, 73
21	S. Pelágio da Várzea	1064	LP, 73
22	S. Salvador de Coimbra	1064	LP, 73
Mosteiros			
23	Vacariça	1002	LP, 126
24	Rocas de Sever do Vouga	1002	LP, 126
25	Sto. André de Sever	1005	LP, 135
26	S. Martinho de Anta	1037	LP, 367
27	Soure	1043	LP, 84
28	Louredo	1064	LP, 73
29	Tresói	1064	LP, 73
Hagiotopónimos			
30	S. Martinho de Pessegueiro do Vouga?	1018	LP, 129
31	Sta. Cruz de Espinho	1037	LP, 367
32	Sta. Cruz, Vale de Cambra	1057	LP, 88
33	Sta. Cristina, Mealhada	1064	LP, 73
34	Sta. Cristina, Mortágua	1064	LP, 73
Construções civis			
35	Ponte de Iben Zuleimen	1016	LT, 9
	Ponte de Uiaster <sup>14</sup>	1016	LT, 10
36	Fonte de Garves <sup>15</sup>	1016	LT, 10

11 Atribuição com base em Alarcão, 2004: 23.

12 Admitimos tratar-se de S. Lourenço do Bairro, Anadia, embora não seja de excluir uma localização mais próxima de Torre de Vilela e Trouxemil, topónimos mencionados naquele diploma, o que admitiria a hipótese de se tratar de S. Lourenço de Sepins.

13 Admitimos que seja Sta Eulália de Águeda.

14 Ponte de Iben Zuleiman e Ponte de Viaster podem constituir a mesma unidade patrimonial em Vilela. Alarcão, 2004: 75 e 77 coloca a hipótese de Viaster (que era o nome do atual Rio dos Fornos) ter sido a denominação antiga de Vilela. Foi uma das pontes construída por mestre Zacarias na segunda metade do século X (em tempo do abade Primo, documentado entre 966 e 985). Nas imediações subsiste ainda o topónimo Vale Covo, também referido em LT, 10.

15 Alarcão, 2004: 79 identificou a Fonte de Garves nas imediações de Vilela.

Fortalezas			
37	Monte de Iben Zuleimen (Torre de Vilela)	1016	LT, 9
38	Monte Oleaster	1016	LT, 9
39	Penacova	1036	LP, 93 e 146
40	Monte <sup>16</sup>	1047	LP, 86
Unidades patrimoniais não localizadas			
	Mosteiro de S. Pelágio <sup>17</sup>	1005	LP, 135
	Mosteiro de S. Pedro de Montagueime <sup>18</sup>	1064	LP, 73

**Quadro n.º 1:** Legenda interpretativa da fig. 1 – Mapa do território entre os rios Douro e Mondego, assinalando-se as referências documentais relativas a construções e hagiotopónimos, segundo o *Livro Preto* e o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão*. Período 1000-1064.

## PERÍODO 2: 1064-1100 (FIG. 2)

No final da campanha das Beiras, a conquista de Coimbra significou um marco assinalável para a história do reino de Leão. Esta celebrada conquista, que tanto contribuiu para a fama póstuma de Fernando Magno, marcou também uma mudança na estratégia da monarquia em relação ao território Sudoeste do reino: ao contrário de confiar o poder à nobreza condal (herdeira das antigas famílias liderantes asturiano-leoneses do século X), ou mesmo a uma segunda linha de nobres que haviam já dado provas na primeira metade do século XI e que, por essa altura, estava em crescimento, Fernando I entregou a condução de um imenso território a Sesnando Davidiz, homem de incerta origem e trajetória, mas que terá feito parte do conselho régio que preparou o ataque a Coimbra<sup>19</sup> e, possivelmente, a própria campanha das Beiras.

A documentação recenseada para o período do seu governo (1064-1091) é muito heterogénea e está frequentemente interpolada por alterações e acrescentos. Um dado sistematicamente valorizado pela historiografia relaciona-se com o verdadeiro hiato que existe na documentação do ‘Livro Preto’ entre 1064 e 1077. Ou seja, não chegaram documentos até hoje relativos aos primeiros 13 anos, seguramente o período de maior definição estratégica da política do alvazil. Data precisamente de 1064 um dos mais importantes diplomas da história do Ocidente peninsular no século XI: a relação de bens que o mosteiro da Vacariça detinha naquela data (ou se preparava para reivindicar junto dos novos poderes leoneses?) (LP 73). Com efeito, a lista de propriedades constante naquele diploma não pode dissociar-se da nova conjuntura que então se abria, devido à acção conquistadora que Fernando Magno empreendia por toda a Beira (Ventura e Matos, 2013: 21). Estranho é que só tenhamos novas informações a partir de finais da década de 70.

Para o período de governo sesnandino, é possível adiantar que, entre 1065 e 1091, se assiste à emergência de novas áreas de expansão ou, mais propriamente, à passagem para a autoridade

<sup>16</sup> O documento refere uma “ortale de sub turre”, que admitimos que possa corresponder a um microtopónimo que ainda subsiste na zona da Murtosa.

<sup>17</sup> O diploma é relativo à zona de Sever do Vouga, pelo que não excluimos a hipótese de se tratar do mosteiro de Rocas, documentado no LP em 1002, ano em que estava consagrado a vários santos, entre os quais S. Pelágio.

<sup>18</sup> Entre os vários mosteiros detidos pelo Mosteiro da Vacariça naquele ano de 1064, conta-se o de Montagueime, topónimo que não lográmos identificar, mas que não deveria ficar longe do território em redor da Vacariça, onde se concentrava o património fundiário detido pelo cenóbio.

<sup>19</sup> Um documento de 1086 (LP 16) refere que o monarca conquistou Coimbra “cum consilio domni Sesnandi Consul”. Trata-se, em todo o caso, de um documento falso (cf. Coelho, 2005: 35, a partir das conclusões de Pierre David e Gerárd Pradalié). Tal facto não invalida que Sesnando possa ter sido um dos conselheiros do rei para este sector do território peninsular, circunstância que, a comprovar-se, facilitará a interpretação acerca das origens e formação de Sesnando no Ocidente peninsular. Quanto à sua origem, um documento de 1087 alude ao seu pai, David, e refere que Tentúgal havia sido de seus progenitores, o que sugere que essa possa ser a localidade do seu nascimento ou que, pelo menos, os seus pais seriam oriundos da região de Coimbra. Conhece-se o nome da mãe, D. Susana, referida num documento de 1110, crendo-se pelo seu conteúdo que fosse residente em Coimbra, pois deixou uma horta à catedral conimbricense que se situava “juxta balneum ipsius civitatis” (LP 352, 382 e 455).

coimbrã, personificada por Sesnando, de territórios já anteriormente alvo de organização. É sintomático o caso de Lafões, área muito dinâmica no século X, onde se instalaram mesmo famílias dominantes de origem asturiana que, em pouco tempo, foram responsáveis por uma intensa colonização do território entre os rios Douro e Mondego e entre, pelo menos, a região de Lamego e o vale do Côa (Real, 2013-b; Fernandes, 2017). Na segunda metade do século XI, documentam-se aí 6 igrejas, 1 mosteiro, 1 moinho e 3 hagiotopónimos particularmente importantes: Santa Cruz da Trapa, sede da *terra* do mesmo nome documentada em 1087, S. Vicente e São Cristóvão de Lafões, este último mencionado em 1085 (DC 640) apenas como “sancti christofori locum” e, poucos anos depois (antes de 1137), já como local de existência do mosteiro lafonense.

O que a documentação desta época revela para Lafões constitui uma evidente prova de como o registo escrito sobre o território é redutor face a uma dinâmica construtiva que se intui ter sido bem mais vasta. Sabe-se que esta área foi bastante desenvolvida no século X e que, na centúria seguinte, ainda que tenha perdido protagonismo, continuou certamente a dispor das suas construções de referência, e de outras que, entretanto, se terão edificado. A documentação do século XI, por exemplo, não se refere à igreja de S. Martinho, das Caldas de Lafões, apesar de ela ter sido construída no início da centúria anterior (Fig. 8). O mesmo se deve dizer em relação aos testemunhos pré-românicos de Figueiredo de Donas (Vouzela), recentemente valorizados (Fig. 9 e 10) e que devem corresponder ainda ao século XI, apesar de a primeira referência à localidade datar apenas de 1139-1143 (LP 646). Parece, em todo o caso, que poderá ter havido uma parcial reconfiguração territorial no tempo de D. Sesnando, na medida em que Vouzela aparece como a mais documentada localidade da zona, com um mosteiro e uma igreja, o que sugere uma atenção estratégica por este ponto do território, aparentemente ainda mais intensa do que na centúria anterior<sup>20</sup>.

Se Lafões surge como área recentemente inserida na autoridade emanada de Coimbra, outras zonas deverão também ter sido objecto de idêntica estratégia, ainda que a documentação pouco o esclareça. Em Arouca, Sesnando instalou um triunvirato de governantes regionais e um juiz, cujos nomes são conhecidos graças a um documento de 1086 (DC 659): “egas ermigizi, odorio tellizi, gauino froilazi” e o juiz “iusto dominquizi”. Aí existia um mosteiro desde a primeira metade do século X (Coelho, 1988: 22) e uma fortificação rudimentar (Castro de Valinhas), que aparentemente não terá sobrevivido à época românica (Silva e Ribeiro, 2006-2007: 70). Foi, aliás, em Arouca que se refugiou Martim Moniz, genro de Sesnando, após os acontecimentos de 1094, que levaram ao seu afastamento do poder em Coimbra (Coelho, 2005: 24). Estes dados provam a importância estratégica de Arouca no quadro regional de governo sesnandino, mas pouco mais é o que se pode adiantar sobre a organização do território nesta época e, sobretudo, em relação às marcas monumentais que o pontuavam. O mesmo pode dizer-se em relação a Seia, localidade de inegável relevância desde, pelo menos, os tempos em que Fernando Magno empreendeu a Campanha das Beiras. O registo documental e arqueológico sobre esta localidade é desolador e não subsistem elementos sequer comparáveis a Arouca. Para além do mais, Seia localiza-se numa área particularmente periférica em relação a Coimbra. No entanto, um documento de 1089 certifica que o bispo conimbricense possuía terras na zona da Serra da Estrela, no território *de sena*, em especial a igreja de Santo Estêvão de Crestelo que, a partir daquela data, passou a integrar o património da catedral de Coimbra (LP 447).

---

20 Em 1083, David, Madredrona, Cid, Ximena e Godinho doaram ao mosteiro de Vouzela e ao presbítero Garcia várias propriedades situadas nos actuais concelhos de Vouzela e de São Pedro do Sul. No diploma mencionam-se duas igrejas em Vouzela e um mosteiro: “baselica fundata est in villa quam vocitant Vauzela; ecclesia (...) a de Avulgodi (que interpretamos como Valgode) ...; locum Sancti Salvatoris [de Vouzela]”. Por estas referências, porém, cremos que a primeira e a terceira menção se referem ao mesmo edifício do mosteiro vouzelense (LP 331). No mesmo diploma ainda se alude a 3 igrejas nas redondezas: Santa Maria de Ventosa, Santa Mari[nh]a de Arcozelo e Santiago do Mato. Pela mesma época, também São Pedro do Sul parece ter visto reforçada a sua componente monacal (“ecclesia que uocatur Sancti Petri, in terra Alaphoen” (LP 272 e 323).

A análise do mapa relativo ao período de governo de D. Sesnando revela uma segunda tendência, mais facilmente explicável: a progressiva concentração de testemunhos materiais na zona de Coimbra, processo que foi acompanhado por uma aparente complexificação de tais vestígios. As marcas físicas na própria cidade de Coimbra serão abordadas em capítulo específico deste trabalho. Em relação ao território, é possível perceber que foi neste período que se estruturou a defesa periférica da cidade do Mondego, sendo mencionadas estruturas militares em Santa Eulália (1087)<sup>21</sup>, Montemor-o-Velho (1091), Zambujeiro (1092), Antanhol (1086), Penela e Lousã (1087). Esta lista, a que se devem juntar o castelo de Soure, a própria fortificação de Coimbra ou a civitas de Condeixa e, eventualmente, outras fortalezas que já existiam desde o século X, mas a que a documentação da centúria seguinte não refere (como Penacova e Miranda do Corvo), revela um território estruturado militarmente e até hierarquizado, verificando-se uma linha interior de defesa, onde estavam sediados os agentes do poder, e um segundo nível constituído por fortaleza de dimensão e importância complementares, como Santa Eulália ou Antanhol e, eventualmente, Torre de Vilela<sup>22</sup> e Brasfemes<sup>23</sup>. Nesta segunda linha, incluímos também *Penna de Azambugero*, estrutura fortificada pertencente ao território de Montemor-o-Velho (LP 465) e que nos parece ser Zambujeiro (concelho de Montemor-o-Velho, freguesia de Arazede) e não Tavarede, como propõe Alarcão, 2004: 100. Ainda neste panorama castelar pode incluir-se o topónimo Nedrabuzad, documentado em 1085 (PMH, 645) e que em Alarcão, 2004: 28-29 e 84 se admite corresponder à aldeia de Ardezubre (a Nordeste de Tentúgal), a partir da evolução da palavra *nadr*, que “significa atalaia ou torre de vigia”.

Mas a organização militar do território incluía ainda outras estruturas, de que – com excepção da do mosteiro de Lorzão (fig. 5) – apenas se tem conhecimento através de documentos datados da última década do século XI, portanto posteriores ao falecimento de D. Sesnando. Falamos das igrejas dotadas de torres, em concreto São Martinho do Bispo, o mosteiro de São Jorge, que teve também a protecção de uma torre (torre de Caniardo, imediatamente a Sul de Coimbra, na margem esquerda do Mondego), e *São Julião da Foz do Mondego* (Figueira da Foz).

A igreja de S. Martinho do Bispo está documentada desde 1079 ou 1080 (LP 34 e 106), ano em que Ximeno Fortunes e mulher, Susana, lhe doaram em testamento um moinho em Antanhol, com a sua várzea, e outros bens. O documento fundador desta igreja (e da extensa propriedade a ela anexa) data de 1080 (LP 28). Trata-se de um diploma através do qual D. Sesnando confirmou “ao abade Pedro, regressado pouco antes de terra de pagãos, a herdade de S. Martinho do Bispo, que lhe havia doado e delimitado, para que a povoasse e valorizasse”. Enquanto a igreja de S. Martinho do Bispo aparece mencionada logo desde o início da propriedade, sendo mesmo dotada de rendas em 1087 (LP 33), a torre mandada construir expressamente para defender a comunidade de monges ali estabelecida – “fecique ibi turrim ad defensionem commoratum” – surge documentada apenas em 1094 (LP 173). Na génese desta propriedade está o abade Pedro, certamente um moçárabe atraído por Sesnando para a terra conimbricense (Coelho, 2005: 28) e, ao que a documentação deixa transparecer, personagem com ligações ao monacato moçárabe, que se encarregou de fundar e gerir uma comunidade de monges na área periurbana de Coimbra. Foi também graças à acção do abade Pedro que se construíram a igreja de São Julião da Foz do Mondego e a torre que a defendia,

21 Sobre a dificuldade em identificar a exacta localização deste castelo, veja-se Alarcão, 2004: 105-106.

22 Vilela aparece documentada em 1016, como “uilla uillella”, ano em que se documenta também as possíveis Torre e Ponte de Vilela (“montem qui uocant de iben zuleiman e ponte de iben zuleiman”) (DC 230 e LTCL 9). Em 1063 (LP 13) já se refere a igreja de São Martinho de Ponte de Vilela (“Villa ripa fluvio Viaster cum ecclesia Sancti Martini”), a crer na interpretação desta passagem por Alarcão, 2004: 23.

23 Um documento de 1165 refere a existência de torres velhas (*veteres*) em Brasfemes. Como se afirma em Alarcão, 2004: 29, não existem evidências documentais desta aldeia antes de 1102, embora se admita que o qualificativo de *velhas*, neste caso, possa dizer respeito a torres anteriores à arquitectura românica da região de Coimbra e, por isso, situáveis num lapso temporal entre os séculos X e XI.

edificações mencionadas em 1096 (LP 45), na doação testamentária que o mesmo abade fez daquelas propriedades, à Sé de Coimbra, sendo a torre descrita como “turri bona”.

Tem-se admitido que as torres defensivas das igrejas de São Martinho do Bispo e de São Julião da Figueira da Foz foram determinadas por preocupações militares. O próprio diploma onde este último templo é referido esclarece que ele havia sido destruído pelos muçulmanos – “depopulata et destructa fuit a sarracenis” – e que só graças à acção do abade Pedro se verificara a reconstrução. Esta interpretação presta-se, todavia, a dúvidas. Por um lado, são vários os casos em que a documentação revela formulários efabulatórios, destinados a glorificar a acção de D. Sesnando como chefe militar e como exímio organizador do território, por oposição ao suposto caos muçulmano<sup>24</sup>. Por outro lado, há que questionar a razão de apenas tais igrejas parecerem ter sido dotadas de torres e não outras. Em boa verdade, não se sabe se outros templos dispunham de dispositivos militares, ainda que seja provável que algumas igrejas tenham mesmo sido construídas à sombra das muralhas de algumas fortalezas, como ocorreu em Coimbra, em Montemor-o-Velho e, especialmente, em Soure, cujo mosteiro parece ter determinado a existência de uma estrutura militar anexa, a qual terá evoluído para o castelo pré-românico do tempo de D. Sesnando e, mais tarde, para o castelo românico. Estamos mais inclinados em atribuir as torres construídas pelo abade Pedro a um tipo específico de igrejas fortificadas de raiz moçárabe, ainda que não estejamos na posse de dados que o comprovem. Esta hipótese explicaria por que razão apenas as igrejas associadas ao moçárabe Pedro dispuseram de torre, enquanto todas as outras (à excepção, eventualmente, da ainda não esclarecida igreja de Torre de Vilela) não são mencionadas. Relembra-se, neste ponto, que atribuímos àquele abade o estatuto de verdadeiro moçárabe, atraído à terra coimbrã por Sesnando. Mas não se confirma semelhante origem meridional para o presbítero Rodrigo Honorigues (documentado em 1088) e para o subdiácono Lourenço (mencionado um ano antes a propósito da igreja de Cantanhede).

A complexificação militar do território comandado por D. Sesnando não é a única tendência a extrair da análise que realizámos sobre a documentação da segunda metade do século XI. Existe também uma progressiva complexificação patrimonial, assente em novas e mais diversificadas construções, que os tradicionais castelos e igrejas. Neste período, são particularmente importantes as referências a moinhos (Antanhol, Tentúgal, Santa Eulália, Várzea de Lafões, Azenha de Coimbra, vários moinhos em Anobra, entre eles o que, em 1087, era conhecido por moinho de *Johanne Crisconniz*, outros moinhos não especificados em Montemor-o-Velho e, ainda, a levada de um moinho – “rego de illo molino” – referida em 1089, que não conseguimos identificar). Outras estruturas importantes são as fontes (como a documentada em 1086 em Vila Nova de Cantanhede), possivelmente um aqueduto no território de Lafões conhecido como “fontaninum de Sancta Cruce” e ainda estruturas portuárias, como o Porto de Marrondos, na margem esquerda do Mondego, junto a Coimbra. Eventualmente, poderão ter sido construídas também pontes, na medida em que é conhecido o caso de mestre Zacarias, construtor de pontes para o mosteiro de Lorvão no século X, e é natural que a actividade edilícia tenha continuado na centúria seguinte. Um caso notável é a menção tardia (1156) a uma sinagoga em S. Martinho do Bispo, facto que levou Alarcão, 2004: 119 a admitir que, mais de meio século antes, com o abade Pedro tivesse vindo um grupo de judeus, perspectiva que, para já, não passa de hipótese.

Nesta tendência patrimonial mais complexa, o Baixo Mondego assume natural protagonismo. Igrejas na Figueira da Foz, Santa Eulália, Cantanhede e Vila Nova de Cantanhede, S. Miguel, Santa Maria e

---

<sup>24</sup> Os documentos relativos à acção de Sesnando para a “restauração” de Coimbra e de Montemor-o-Velho são sintomáticos quanto ao exagero literário da sua acção. Para Coimbra, um documento de 1087 (LP 578) coloca na própria boca do alvazil as seguintes palavras: “a dita cidade com os seus termos e todas as coisas necessárias restaurei e todas as suas fortificações firmemente armei, por completo e não apenas em algumas partes e cuidei de trazer o povo dos cristãos para a habitar”. Sobre Montemor-o-Velho, as obras sesnandinas na fortaleza foram justificadas como uma real refundação, na medida em que, durante o governo islâmico da região, o castelo havia-se tornado um “cubile ferarum et silva ingens” (LP 49). A lista é mais vasta.

Santa Eufémia em Montemor-o-Velho, um templo possivelmente em Ereira e toda a dinâmica construtiva em Coimbra, revelam um panorama aparentemente novo, que não tem correspondência com as menções documentais para a primeira metade do século, tempo em que este território parece ter desempenhado papel quase exclusivamente militar. As razões para esta progressão são conhecidas e enquadram-se no estatuto liderante de Coimbra na política de D. Sesnando. Neste contexto, o Baixo Mondego está umbilicalmente ligado à cidade e ao tráfego fluvial, mas é, também, o território por excelência do alvazil, onde ele mais se terá movimentado, onde terá mesmo nascido, e onde ainda hoje se identificam importantes elementos da arte do seu tempo, como se verá a respeito dos vestígios de Montemor-o-Velho.

Uma derradeira tendência verificável nesta segunda metade do século XI é a progressiva relevância da hagiotoponímia, indicador de um território fortemente cristianizado, seguramente dotado de maior número de igrejas que as que a documentação revela. Os onze hagiotopónimos identificados concentram-se em três áreas geográficas preferenciais: Coimbra, Lafões e o já nosso conhecido eixo Ovar-Foz do Douro. Sintomaticamente, não aparece a área de pretensão maior fulgor no período antecedente, o eixo Mealhada-Águeda, circunstância que, do nosso ponto de vista, se fica mais a dever à natureza do registo documental da segunda metade do século XI – reconhecidamente mais vinculado à figura de D. Sesnando e à Sé de Coimbra, e não tanto ao mosteiro da Vacariça – que a uma eventual perda de protagonismo daquela área geográfica, terra de aparente interesse por parte dos antigos senhores de Marnel e estrategicamente colocada numa zona interior dos domínios sesnandinos, resguardada pela linha defensiva formada pelos castelos do Mondego.

Da imensa dinâmica que a documentação do *Livro Preto* deixa antever, os vestígios materiais são, infelizmente, pouco menos que desoladores. À excepção do que se conhece para a cidade de Coimbra e para Montemor-o-Velho, realidades artísticas analisadas no ponto seguinte, os restantes testemunhos são pouco significativos. Na fase mais antiga do castelo de Soure, a muralha integra um conjunto de ajimezes que se podem atribuir ao tempo de D. Sesnando (fig. 12). Barroca (1996/97: 183) referiu-se ainda a 5 ajimezes, um dos quais já desaparecido. A opção por janelas duplas não é de estranhar no século XI e explica-se pelo grande sucesso que este tipo de vãos teve nos ciclos artísticos imediatamente anteriores, em particular desde finais do século IX, nas Astúrias e em Leão. Mas ao contrário do que normalmente aconteceu naqueles territórios, em que as molduras dos ajimezes aparecem frequentemente decoradas com séries encordoadas que acompanham as curvaturas e os ângulos, em Soure registou-se uma decoração geométrica à base de pontas de diamante no intradorso dos arquinhos e uma dupla incisão a acompanhar a curvatura do arco em ferradura. É admissível que esta simplicidade decorativa fosse atenuada por um mais conseguido tratamento do mainel, hipótese impossível de confirmar pela deterioração que este elemento hoje apresenta. A presença destes ajimezes na face voltada à igreja (presumível mosteiro documentado em 1043), o facto de este tipo de vãos não aparecer em outras obras militares de patrocínio sesnandino, a posição débil da fortaleza de Soure, junto ao rio e sem a defensabilidade própria de uma fortificação de altitude, e o facto de o castelo só estar documentado no século XII (cf. nota 3), são indicadores suficientes para que questionemos a real funcionalidade do edifício construído em época sesnandina, se já um castelo ou, como parece também provável, se um edifício apalaçado eventualmente dotado de torre ou outro sistema defensivo que não chegou íntegro até nós.

O segundo vestígio é a já referida base de coluna do mosteiro da Vacariça (fig. 7), cuja integração no presente trabalho se justifica sobretudo pelo seu ineditismo, uma vez que, até há pouco tempo, não se conhecia qualquer elemento material do mais importante mosteiro conimbricense do século XI. A base não se diferencia especialmente de idênticos suportes do claustro de São João de Almedina (fig. 6), o que assegura à arte produzida ao tempo de D. Sesnando um grau de evolução ainda incipiente, pelo menos no que ao território diz respeito, e com base nos vestígios conhecidos.

n.º	Designação	Ano	Documento
Igrejas			
1	Sta. Maria de Coimbra (catedral)	1077	LP, 424
2	S. Martinho do Bispo	1079 (?)	LP, 106
3	S. Martinho de Monsarros	1082	LP, 53
4	Vouzela <sup>25</sup>	1083	LP, 331
5	Valgode (Vouzela)	1083	LP, 331
6	Sta. Maria de Ventosa	1083	LP, 331
7	Sta. Mari[nh]a de Arcozelo	1083	LP, 331
8	Santiago do Mato	1083	LP, 331
9	S. João de Coimbra	1083	LP, 456
10	Vila Nova de Cantanhede	1086	LP, 87
11	S. Miguel de Recardães	1087-1091	LP, 119
12	S. Miguel de Mirleus	1087	LP, 19 e 78
13	Cantanhede	1087	LP, 578
14	Sta. Eufémia de Penela?	1088	LP, 21
15	S. Pelágio de Insula (Trémoa?)	1088	LP, 398
16	Ermida de S. Cristóvão de Ribas Altas	1088 e 1095	LP, 307 e 302
17	Sto. Estêvão de Crestelo, Seia <sup>26</sup>	1089	LP, 447
18	S. Pedro do Sul <sup>27</sup>	1092-1098	LP, 272
19	Sta. Eufémia de Montemor-o-Velho	1092	LP, 550
20	S. Pedro de Coimbra	1092	LT, 20
21	S. João-de-Ver	1093	LP, 288
22	Sta. Maria de Montemor-o-Velho	1095	LP, 49
23	Sta. Eufémia de Arriel <sup>28</sup>	1092	LP, 341
24	S. Martinho de Palheiros, Penacova	1095	LP, 174
25	S. Julião da Figueira da Foz	1096	LP, 45
26	S. Pedro de Castelãos	1097	LP, 562
27	Sta. Justa, Coimbra	1098	LP, 427
28	Sta. Eulália, Penacova	1098	LP, 396
29	Sta. Eulália de Rio Mau <sup>29</sup>	1098	LT, 65
30	S. Miguel de Montemor-o-Velho	1099	LP, 108
31	S. Pelágio e Sto. Emiliano	1099	LP, 47
32	S. Martinho de Viseu	1066-1091	LP, 417
Mosteiro			
33	Vacariça	1082	LP, 53
34	Vouzela	1083	LP, 331
35	Lorvão	1087-1091	LP, 119
36	Tresói, Mortágua	1098	LP, 77
Construções civis			
37	Moinho de Antanol	1079?	LP, 106
38	Porto de Marrondos	1083	LP, 35
39	Fonte de Vila Nova?	1086	LP, 87

25 Admitimos que possa ser o Mosteiro de Vouzela, também referido no mesmo diploma (cf. n.º 32 deste quadro n.º 2). O mesmo documento inclui mais quatro igrejas, a seguir mencionadas no quadro. Contudo, merece correcção a referência a Santa Maria de Arcozelo, “cognomento Palacio”, que no pergaminho original no Arquivo Distrital de Viseu, aparece dedicada a Santa Marinha, indubitavelmente Santa Marinha de Paços, em Vilharigues, e não a igreja de Arcozelo, em S. Pedro do Sul, como usualmente é interpretada. Agradecemos ao Dr. Daniel de Melo Branco esta correcção.

26 Agradecemos a Jorge de Alarcão a referência à provável localização deste templo.

27 Admitimos que possa ser o mesmo que S. Pedro de Lafões (1092-1098) (LP, 323) e que o templo tenha evoluído para mosteiro (como é mencionado em 1094, em DR, 95).

28 Admitimos que possa ser Ereira, tendo em consideração as objecções que Alarcão, 2004 teceu em relação à evolução de Arriel para Areal.

29 Admitimos que possa tratar-se de uma igreja nas imediações de Nossa Senhora do Castro (Lobão da Beira, concelho de Tondela), sobranceira ao Rio Asnes, referido no documento. Nas Inquirições de 1258, já esta invocação não vem referida, mencionando-se a *ecclesia de Lobon* (IS 818 e 819).

40	Moinhos de Anobra <sup>30</sup>	1086	LP, 170
41	Azenha de Coimbra	1087	LP, 19 e 78
42	Moinho da Várzea de Lafões	1092-1098	LP, 323
Hagiotopónimos			
43	Sta. Cruz da Trapa	1087	LP, 333
44	S. Martinho de Tavadre	1092	LP, 465
45	S. Vicente de Lafões	1092	LP, 460
46	S. Cristóvão, Lafões	1092-1098	LP, 272
47	Casal de Sta. Comba	1094	LP, 175
48	S. Romão	1095	LP, 133
49	S. Miguel-o-Anjo	1097	LP, 50
50	S. Miguel de Cortegaça	1097	LP, 429
Fortalezas (excluem-se referências à cidade de Coimbra)			
51	<i>Civitas</i> de Condeixa	1086	LP, 170
52	Castro de Antanol	1086	LP, 170
53	Castelo de Sta. Eulália	1087	LP, 19 e 78
54	Castelo de Arouce	1087	LP, 19 e 78
55	Castelo de Penela	1087	LP, 19 e 78
56	Montemor-o-Velho	1091	LP, 334
57	Pena de Zambujeiro, Montemor-o-Velho	1092	LP, 465
58	Torre de S. Martinho do Bispo	1094	LP, 173
59	Torre de S. Julião	1096	LP, 45
60	Castro de Pedroso	1097	LP, 293
Unidades patrimoniais não localizadas			
	S. Salvador de Brainella	1092	LP, 85
	Porto de Alkigib <sup>31</sup>	1082	LP, 399
	Porto de Areias <sup>32</sup>	1087	LP, 33
	Forno de Guiario <sup>33</sup>	1090	LP, 255
	Porto Manso, Lafões	1092-1098	LP, 272
	Moinho da Mata	1092	LP, 341
	Aqueduto da Serra, junto à igreja de S. Cristóvão <sup>34</sup>	1095	LP, 302
	Fonte / curso de Forno de Tegula, Penacova?	1095	LP, 174
	Sto. Justo	1080	LP, 389
	S. Veríssimo <sup>35</sup>	1096	LP, 45
	S. Jorge <sup>36</sup>	1097	LP, 290
	S. Miguel	1097	LP, 293
	S. Pelágio	1099-1108	LP, 338
	S. Martinho	1099-1108	LP, 338
	Sta. Eugénia	1099-1108	LP, 338
	S. Miguel	1099-1108	LP, 338
	Castro de Laurelle <sup>37</sup>	1099	LP, 47

**Quadro n.º 2:** Legenda interpretativa da fig. 2 – Mapa do território entre os rios Douro e Mondego, assinalando-se as referências documentais relativas a construções e hagiotopónimos, segundo o *Livro Preto* e o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão*. Período 1065-1100.

<sup>30</sup> São referidos moinhos, no plural, grupo de que certamente fazia parte o moinho de Johanne Crisconniz, mencionado em 1087 (LP, 256).

<sup>31</sup> Localizava-se certamente perto de Misarela e Palheiros, actual concelho de Coimbra.

<sup>32</sup> Pelo teor do documento, situar-se-ia na margem esquerda do Mondego, a jusante da ponte, e confinante, ou próximo, das propriedades do abade Pedro de S. Martinho do Bispo.

<sup>33</sup> Pelo teor do documento, situar-se-ia entre Penacova e Vacariça.

<sup>34</sup> Seria um aqueduto que abastecia a igreja de S. Cristóvão de Ribas Altas, em Ílhavo.

<sup>35</sup> Na zona da Figueira da Foz. A confirmar-se que se trata de uma igreja, deverá integrar o rol de templos dedicados aos mártires olissiponenses, cuja sistematização nos condados de Portucale e de Coimbra foi efectuada por Gouveia, 2007: 388-389.

<sup>36</sup> S. Jorge de Caldelas, zona termal de Santa Maria da Feira.

<sup>37</sup> Admitimos que seja o mesmo que castelo de Santa Eulália? No doc. 48 LP (1099) refere-se que o *Castro Laurele* é “prope civitas Sancte Eolalie”.

## COIMBRA, A CIDADE QUE D. SESNANDO VEIO ENCONTRAR

Não é um exercício fácil reconstituir Coimbra no momento em que se deu a conquista de Fernando Magno (1064). Enquanto para o século XII a cidade está ainda recheada de vestígios materiais, relativamente bem documentados, para a época precedente ela encerra grandes enigmas. E apesar do *corpus* documental de Coimbra até se distinguir por uma densidade invulgar de actos escritos anteriores a 1100, quando comparado com outras regiões, o certo é que nos deparamos aí com enormes dúvidas, face à escassez dos vestígios arqueológicos e artísticos.

Não nos deteremos sobre a urbanização antiga, onde algo de muito significativo já se avançou, graças ao estudo sistemático de Jorge Alarcão (Alarcão, 2008) e de outros investigadores que, sob diversos ângulos, têm glosado o mesmo tema<sup>38</sup>. O nosso objectivo incidirá em grande medida no âmbito arquitectura religiosa, a qual, a par dos vestígios do antigo sistema defensivo (fig. 11), é o indicador mais seguro para reconstituir algumas das principais tendências de desenvolvimento da cidade. Mesmo assim, encontramos-nos limitados, pois, no plano material, restam apenas elementos muito fragmentários e geralmente fora de contexto. Como bem salientaram Helena Catarino e Sónia Filipe, “o registo arqueológico continua a ser pobre, uma vez que não houve, até à data, um programa de investigação que tivesse por base a análise estratigráfica referente ao período em questão” (Catarino e Filipe, 2006: 73). Foram oportunidades perdidas as primeiras intervenções de restauro e as da própria Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, particularmente no Museu Machado de Castro e na Sé Velha, pela relevância que estes lugares tiveram durante a alta Idade Média. É também de lamentar que haja pouca informação sobre as escavações realizadas nos finais dos anos 70, no chamado jardim da capela da Universidade, junto à alcáçova (Pinto, 1993), a qual parece ter revelado uma rica sequência arquitectónica, susceptível de fornecer novos contributos para o período sesnandino, em área que tem sido interpretada como fazendo parte do *albacar* da fortaleza do século XI.

Deixaremos de lado a época de domínio suevo-visigodo, por ser demasiado obscura, apesar da existência de uma sede episcopal, cuja dependência eclesiástica terá oscilado, nesse período, entre Braga e Mérida. Começamos, no entanto, por referir um conjunto de peças de escultura ornamental, as quais, com frequência, têm sido atribuídas à época visigoda. É possível que, uma ou outra, possa ser mais antiga, inclusive fazendo parte de adaptações realizadas em edifícios romanos, para fins de uso cristão. Contudo, o estado dos conhecimentos sobre a antiguidade tardia e a ocupação bárbara da região não nos permite ainda, em nossa opinião, identificar com segurança peças de Coimbra datáveis entre os séculos V e VII. Acreditamos que possam constituir raras excepções os restos de uma grande pilastra e de um fragmento de ara (ou pé de altar), em calcário, reaproveitados na igreja de S. Frutuoso de Montélios (Real, 2007: 156-162). A análise petrográfica das peças calcárias importadas para o pequeno templo dos arredores de Braga aponta para as pedreiras da região de Ançã (Castro, 1965). Estaremos perante uma matéria-prima resultante do espólio de antigos edifícios em ruína, decerto transferidos para *Bracara* após a presúria de *Conimbria*, em 878. Admitimos que possa ser também anterior à conquista árabe a peça encontrada dentro do cubelo norte, na entrada do alcácer. Apesar de estarmos perante um elemento de grelha com perfurações muito abertas, revelando uma certa ousadia, o modelado dos elementos decorativos é ainda bastante inseguro. Além do mais, trata-se de uma pedra aproveitada para a construção da praça-forte islâmica (Pimentel, 2005: 143-144 e 191). Já a mesma antiguidade não podemos assegurar quanto ao segmento de friso incorporado na fachada norte do Paço das Escolas (*idem*: 123 e 192), pois dei-

---

38 Salientaremos os nomes de António Pimentel, Leontina Ventura, Vasco Mantas ou Walter Rossa e, em época mais recuada, os de António de Vasconcelos, A. Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia.

xa-nos algumas dúvidas o tipo de folíolo que sai para o exterior das rosetas, preenchendo o espaço entre os motivos circulares e a orla do friso (fig. 14). Parece ser obra de cronologia mais avançada. É uma hesitação que não descarta a hipótese de um reaproveitamento islâmico tardio, o que, a ser verdade, apontaria para esta peça uma cronologia anterior à época de Sesnando.

A grande maioria da escultura decorativa encontrada na cidade de Coimbra e em outros lugares da diocese, que tem sido atribuída à época de domínio godo, em nosso entender é já posterior à conquista árabe da Península. As peças deste grupo conservam um certo cunho plástico tradicional, o que explica a confusão. Por outro lado, elas não serão cronologicamente muito distantes da queda do reino visigodo. Mas há a considerar nelas um léxico decorativo inovador, para o qual apenas encontramos paralelos, rigorosamente datados, entre os séculos VIII e X. Referimo-nos a três motivos, em particular, que fazem parte do respectivo sistema decorativo: o pâmpano com cachos de uva limitados por uma orla rígida; a cruz decorada no interior com pequenas pérolas, semelhantes às dos cachos, cujos braços são rematados por um par de aletas terminais, em forma de reduzida crossa ou espiral; finalmente, o pavão, se bem que a sua presença esteja escassamente representada nos fragmentos que chegaram até nós. Deve sublinhar-se que todos estes temas tiveram sucesso desde a arte cristã primitiva, mas aqui constituem uma trilogia articulada e indissociável, além de que, cada um por si, adquire uma expressão formal que se distancia de modelos anteriores. A *tipologia da cruz* (fig. 17) é muito singular e aponta para o mundo romano-carolíngio. O elemento mais diferenciador é o par de aletas espiraladas nos extremos, que percorre grande parte da escultura alto-mediévia na orla setentrional do Mediterrâneo. Normalmente, os braços da cruz são aí lisos, de linhas paralelas e esguios. No entanto, o invulgar tipo de cruz “coimbrã”, decorada de pérolas e com os braços a alargar para os extremos, inclusive com os pequenos remates em forma de crossa, repete-se na Gália narbonense e ao lado de motivos decorativos de inspiração italo-lombarda. Referimo-nos muito especialmente ao pé de altar de Rennes-le-Chateau. Quanto aos *cachos de uva* (fig. 16 e 17), talvez o motivo de maior sucesso em Coimbra, a sua área de implantação estende-se pela margem norte do Mediterrâneo, desde a Hispânia à Croácia. A orla rígida que cinge os bagos de uva, tratados como se fossem pérolas de um cabuchão, constitui o elemento identitário mais chamativo no seio desta corrente artística, pois na região de Coimbra ele prolifera abundantemente. O seu foco de origem será a Península Itálica, onde existem exemplares bem datados, como o cibório de Santo Eleucádio in Classe, em Ravena. Este encontra-se hoje reconstituído na basílica de Santo Apolinário e remonta a 806-810 d.C., com base na respectiva legenda epigráfica (fig. 15). Também na Península Ibérica existe um exemplar cuja cronologia se situa, com relativa segurança, na segunda metade do século VIII, de acordo com as escavações de Luís Caballero em Santa María de Melque<sup>39</sup>. O terceiro motivo é o dos *pavões afrontados*, tema oriundo da iconografia paleocristã e que se expandiu durante a alta Idade Média, onde aparecem exemplares de cauda oblonga e estilizada. Esta última mostra, frequentemente, estrias em espinha e costuma apresentar-se na vertical, como que insinuando uma postura empoleirada da ave. Em Portugal, são ainda raros os vestígios de pavões, mas existiram em Conimbriga, como o demonstram fragmentos da cauda (Real, 2014: figs. 3 a 6).

---

39 Outros exemplos se podem acrescentar, provenientes de edifícios aparentemente bem datados, a saber: Santa Prassede de Roma (772-795), San Salvatore de Torino (818-827), terracota de San Salvatore de Brescia (735-810). Embora sem dados de cronologia absoluta, merecem citar-se outras peças reportadas ao séc. VIII, em Pavia e Cividale, enquanto que para a centúria seguinte podem mencionar-se exemplares de Aquileia, Leprignano, Napoli ou Roma. Os cachos perlados, com orla lisa, continuam a ser usados no séc. X, como o provam esculturas de Cefalú, Donori e outras localidades já referidas. Na outra margem do Adriático, correspondendo à actual Croácia, as datações aproximam-se das da Itália papal. Cfr. o mapa publicado em REAL, 2014, fig. 6, onde são localizados os principais exemplos que identificamos em Itália e na costa da Croácia. Nesta última região, há igualmente notícia de missões católicas patrocinadas pelo papado, no tempo de Adriano II (867-872), como forma de contrariar a influência bizantina. Não é também por acaso que estes cachos de orla rígida aparecem, pelo menos uma vez, no sul de Inglaterra, numa zona já anteriormente aberta a ligações com a cúria romana.

É de sublinhar que a distribuição destes motivos denuncia a área de influência directa do bispado de Coimbra durante o período em questão, a qual, no plano artístico, se estende primordialmente para sul, entre o baixo Mondego e a bacia inferior do Zêzere. Situada na margem do mais importante afluente deste rio, a cidade de Tomar constitui, até ao momento, o limite meridional do grupo artístico coimbrão. Curiosamente, a sua expansão parece coincidir, em grande medida, com o território nuclear da resistência ao emir de Córdoba, entre 876 e 884, por parte de Ibn Marwan e do seu aliado al-Surumbaqui. Seguindo de perto a sugestiva hipótese recentemente formulada por Jorge Alarcão (Alarcão, 2013), achamos até possível que as manobras destes dois caudilhos estejam por trás da presúria de Coimbra, a cargo de Hermenegildo Guterres. Tendo em conta o que acima referimos, acerca da sobrevivência de uma activa comunidade moçárabe durante o século VIII e IX, é perfeitamente compreensível que os dois caudilhos tenham procurado apoios nesta região, apoios estes que decorriam de uma momentânea conformidade de interesses e que terão, acaso, proporcionado uma contrapartida na facilitação da presúria coimbrã, às ordens de Afonso Magno. Se é certo que uma e outra pesquisa se completam entre si, a novidade mais interessante, em nosso entender, é a revelação de que os cristãos de Coimbra ainda pouco evidenciariam nesta época a aculturação árabe, mostrando, ao invés, conhecimento do que se passava no seio da Igreja romana e adoptando modelos daí importados. É distorcida a ideia de que os moçárabes permaneciam em completo isolamento. No caso concreto, atribuímos a influência romano-carolíngia às consequências decorrentes da querela adopcionista, nomeadamente à iniciativa papal de missionação do al-Andalus, às embaixadas entre os reinos cristãos da Península e as cortes carolíngia e romana e, ainda, à troca de correspondência destas com os moçárabes hispânicos (Real, 2014: 292-296). Uma prova do desencadeamento deste processo e dos reflexos da sua expansão peninsular, na época em questão, encontra-se no mapeamento dos locais de maior incidência dos aludidos cachos de uva com orla rígida. Na Península Ibérica estes quase se limitam a escassos exemplos no al-Andalus, se bem que coincidindo com locais onde se concentravam importantes comunidades moçárabes (Toledo, Córdoba, Mérida, Sevilha, Badajoz, etc.). Em contrapartida, aparecem com superior densidade em conjuntos mais significativos, nas Astúrias, em León e na marca inferior do Gharb, sensivelmente entre Lorbão e Tomar. A diocese de Coimbra, pela notável densidade de exemplos, é um caso excepcional em contextos moçárabes, por ser tão precoce e desenvolvida, com a particularidade de se encontrar ainda imune da influência omíada.

A circunstância de, em Coimbra, ter existido um movimento construtivo tão intenso no século VIII e princípios do IX, deve ser a razão por que, praticamente, não encontramos na cidade testemunhos influenciados pela arquitectura e plástica asturianas, ao contrário do que se passa na Beira interior e no Entre-Douro-e-Minho. Temos vindo progressivamente a consolidar a ideia de alguma fragilidade inicial por parte do núcleo de presores que se radicaram em Coimbra após a reconquista e que, mesmo o mosteiro de Lorbão, de princípio, terá servido de fronteira à zona controlada pelas elites do interior e um instrumento ao serviço de senhores cujos interesses incidiam preferencialmente no curso médio do Mondego e, mais a norte, na zona de Lafões. A linhagem de Hermenegildo Guterres, relativamente isolada do solar galego de origem, tinha de fazer face à expansão em curso do clã lafonense e encontrava-se perante uma comunidade moçárabe que, ainda durante o período de dominação islâmica, se afirmara pelo seu dinamismo, originalidade e abertura ao mundo exterior. E o que melhor explica essa estranha ausência de influências astur-leonesas, no plano artístico, terá sido precisamente a relativa densidade de igrejas usadas pela comunidade local, de construção ou renovação recente, e que os presores vieram a encontrar. Edificados na centúria que precedeu a ocupação asturiana de 878 d.C. e liturgicamente conformes ao rito hispânico, tais templos libertavam os novos senhores de investimentos avultados para dinamizar o culto cristão. É esta a explicação que encontramos para um dos enigmas mais desafiantes da Coimbra reconquistada.

Antes de avançarmos para uma análise mais circunstanciada dos templos de que possuímos notícia para a alta Idade Média, importa deixar uma breve nota sobre a cidade durante este mesmo período. No dizer de al-Idrisî, que escreveu por meados do século XII, *Madîna Qulumriya* era “uma cidade pequena, com vida urbana, e populosa”. Ficava situada numa colina sobranceira ao rio Mondego, “tendo uma muralha inexpugnável, e três portas” (Rei, 2012: 131 e 135). Esta informação foi glosada por al-Himyari, um século depois, mas uma dúvida se instala quanto ao número de portas, pois, se excluirmos a Porta Nova – aberta no século XII, nas imediações do mosteiro de Santa Cruz – são comumente referidas as portas do Sol, de Belcouce, da Genicoca e de Almedina. Houve quem pensasse que a porta do Sol poderia corresponder apenas à entrada para o chamado castelo, de data posterior, mas é estranho que não houvesse qualquer saída nesta zona da medina, donde partia a estrada que ligava à Beira interior. De acordo com as autoras já acima referidas, não é possível determinar com rigor todo o traçado da muralha, mas do pouco ainda visível “parece existir, contudo, uma certa uniformidade na construção” (Catarino e Filipe, 2006: 73). E parece também não haver dúvida de que os trechos subsistentes correspondem à cintura urbana que existia no tempo de D. Sesnando. A cidade intramuros devia possuir cerca de uns 9/10 hectares (Catarino e Filipe: *idem*; Torres, 1993: 396) e, apesar de implantada maioritariamente em encostas bastante íngremes, dispunha de breves plataformas onde se vieram a localizar alguns dos espaços públicos e os principais edifícios da cidade. Vários autores chamaram a atenção para estes patamares urbanos, que eram igualmente procurados pelo patriciado urbano, o qual aí se foi estabelecendo com as suas “cortes”, residências mais qualificadas, que dispunham de um pátio ou logradouro (Rossa, 2001: 360-372; Ventura, 2006; Alarcão, 2008: 135-143). No interior da muralha, acima da porta de Almedina havia, segundo Jorge Alarcão, um breve plaino que deu origem ao chamado *Forum Regis* (não confundir com o *forum* romano – cfr. Alarcão, 2008: 274-276 e fig. 41). Junto a esta praceta, ou mais para os lados da porta de Belcouce, poderia localizar-se a casa onde possivelmente chegou a viver D. Sesnando e que este, em 1088, cedeu ao bispo D. Paterno (Alarcão, 2008: 83-87). O testamento apenas refere que se situava junto a uma das portas da muralha. Assim, outras hipóteses têm sido aventadas relativamente à localização dessa casa, ora situando-a junto à porta do Sol (António Pimentel), ora no exterior da porta da Alcáçova e não longe da Genicoca (Leontina Ventura). O que parece não haver dúvida é que a mãe de D. Sesnando possuía habitação junto à catedral de Santa Maria. Aliás, este foi também o local escolhido pelos mais próximos vassallos do alvazil, enquanto outros seus servidores se foram instalando junto à alcáçova e na plataforma ocupada pelas igrejas de S. João e S. Salvador (Ventura, 2006: 41). Excepção feita para a zona do alcácer/alcáçova, parece, pois, que o “bairro” mais procurado pela elite coimbrã – tanto no tempo de Sesnando, como decerto em períodos anteriores – ficava nas imediações da actual Sé Velha. A estar certa a suposição de António Rei relativamente ao texto anónimo *Dhikr Bilâd al-Andalus*, segundo a qual o autor teria confundido ‘Coimbra’ com ‘Portugal’, “existiu nela uma grandiosa mesquita aljama, transformada pelos cristãos quando dominaram a cidade” (Rei, 2012: 175). Não seria de estranhar tal transformação, quando a sede episcopal foi reposta no interior da medina, no tempo de D. Paterno. Mas há quem pense que D. Sesnando não deixaria de respeitar a mesquita, sucedendo-se um período de vizinhança ou quase coabitação. A rapidez com que foi construída uma nova catedral, após a morte do alvazil e a vitória da corrente romano-cluniacense, pode ser o indício de uma situação precária anterior e da vontade de criar uma sé mais ampla, conforme ao novo rito, o que implicaria a demolição da mesquita. Importa referir, contudo, que na cidade islâmica deveria existir mais do que uma mesquita. Daí haver uma delas designada como principal ou *aljama*. E é possível que no alcácer houvesse outra mesquita, comum neste tipo de redutos, apenas para uso da elite cidadina. Desconhece-se qual a situação em que, nessa altura, se encontraria a antiga plataforma artificial onde foi construído o

*forum* romano (Carvalho, 1998), mas sabe-se que existiam casas particulares junto à antiga *via regis* ou *rua das covas* (Real, 1974: vol.2, fig. 512; Alarcão, 2008: fig. 52) e que o criptopórtico terá sido parcialmente utilizado, pois “entre as camadas de colmatação das galerias, foram identificados escassos fragmentos de cerâmica pintada, um dos quais com engobe negro e pintura a branco, possivelmente do califado” (Catarino e Filipe, 2006: 74).

Relativamente ao alcácer (fig. 11), conhece-se hoje uma boa parte do seu traçado graças aos estudos coordenados por Helena Catarino (Catarino, 2005: 204-206). A respectiva existência já havia sido notada, pelo menos desde os anos 40 do século passado, graças a Vergílio Correia. O seu reconhecimento recebeu um novo impulso no início da presente centúria, do qual apresentou registo interpretativo António Filipe Pimentel (Pimentel, 2005: 157-216). Os trabalhos arqueológicos permitiram conhecer, com precisão, a forma e dimensões das muralhas deste reduto interior: “têm uma espessura de cerca 2,40m, torres circulares de ângulo e na defesa da porta, que abre para um espaço de planta quadrangular, numa edificação com 74/78m por 80/81m de lado e área aproximada de 6000 m<sup>2</sup>” (Catarino e Filipe, 2006: 84). No tramo rectilíneo da cerca que limitava este recinto, na parte meridional, apareceram dois cubelos intermédios de planta rectangular. Como referem as citadas arqueólogas, esta estrutura defensiva inspirava-se em modelos da arquitectura militar omíada. Mas do ponto de vista cronológico, a investigação não foi inteiramente conclusiva, pois as investigadoras situam-na “eventualmente na segunda metade do século IX... ou nos finais do séc. X”. Não cremos provável o aparecimento de uma construção deste tipo na primeira fase, quando Coimbra era ainda governada pelos Abu Denis. O contexto político-cultural da região e a liderança berbere não nos parecem propícios a uma obra tão precoce desta envergadura. Estamos mais inclinados para que constitua uma iniciativa subsequente à reconquista da cidade por Almançor. Por infelicidade, não foi possível ainda encontrar estratigrafia suficientemente fina e explícita, em correlação com as estruturas islâmicas, de modo a resolver essa dúvida. Também não se conhece como seria a organização interna do espaço do alcácer. Para o período posterior à conquista de Fernando Magno, António F. Pimental crê identificar indícios do palácio da alcáçova, da capela de S. Miguel e do albacar que, entretanto, teria sido construído do lado exterior, de encosto ao pano ocidental da muralha.

## **A CONSTRUÇÃO RELIGIOSA COIMBRÃ NA ALTA IDADE MÉDIA**

Vimos acima que, durante o primeiro período da ocupação islâmica, os moçárabes de Coimbra – cuja capitulação terá sido pacífica – lograram ainda construir ou remodelar as suas igrejas. No estado actual de conhecimento estamos impedidos de saber quais os templos herdados da tardo-antiguidade. No entanto, é provável que no antigo *forum* houvesse algum edifício adaptado a basílica cristã. Justino Maciel elenca nada menos que 45 fragmentos de escultura ornamental, provenientes de *Aeminium* e que se conservam no Museu Nacional Machado de Castro. Fariam parte de frisos, cancelas, pilastrinhas e peças de encaixe. Mas só dois têm uma origem conhecida mais precisa, pois deram entrada após a demolição da igreja de S. Pedro. São frisos decorados com círculos secantes e deles existe uma fotografia antiga que os mostra ainda *in situ*, decorando o pano interior das arcadas cegas da capela-mor românica. Existe um outro dado provavelmente relativo à mesma igreja, o qual identificámos a partir de uma descrição de Pierre David (fig. 13)<sup>40</sup>. Vergílio Correia, por seu turno, em

---

40 Segundo Pierre David, “un autre vestige des chancels primitifs de São Pedro existe encore aujourd’hui, encastré aux deux côtes d’une ancienne porte dans rua Larga, n.º 16”. O autor faz o paralelismo entre a sua decoração e a de um capitel de Valdediós, publicado por Gómez Moreno, em *Iglesias mozárabes*, planche XXXI (David, 1969: 123). Pelo seu singular grafismo, só pode ser o par de peças que deu entrada no MNMC, uma das quais reproduzimos aqui. Ficamos a saber que havia duas partes iguais, que ladeavam a porta de uma casa vizinha da igreja de S. Pedro. Vendo hoje tais pedras ornamentais, não parece tratar-se de elementos de cancela, mas antes das jambas de uma fresta, com alargamento para o interior, sendo decoradas apenas na face externa. Uma pilastra rectangular a que também se refere P.

1930 informava ter encontrado no Museu duas pedras lavradas “com a indicação de provirem, uma da Sé Velha, outra de S. João de Almedina”, que interpretou como visigodas. Posteriormente, noticiou ainda dois conjuntos de fragmentos de pedras decoradas, recolhidos naquela época por Mestre A. A. Gonçalves “nas demolições e restaurações da Sé Velha e de S. João”, nas quais foi “descobrimo em ambos certas pedras decoradas com rosetas de sabor visigótico”. E a esta nota acrescentou o achado recente (1943), nas galerias do criptopórtico, de “duas pedras decoradas com rosetas de gosto nitidamente visigótico” (Correia, 1946-53, vol. 2:33 e vol.1:52). São estas as únicas referências seguras e que, apesar de breves, nos apontam a existência intramuros de, pelo menos, três igrejas muito antigas. Embora os elementos referidos possam não corresponder exactamente ao período visigodo, eles devem ser anteriores à presúria galaico-asturiana<sup>41</sup>.

Na impossibilidade de avançarmos mais nesta matéria, é útil fazer uma ronda pelos templos elencados para a alta Idade Média coimbrã. No quadro seguinte, com uma ou outra dúvida sem consequência para o nosso raciocínio, apresentamos as mais antigas referências documentais (e demais indícios) relativamente a cada um dos edifícios religiosos de Coimbra e arredores:

CIDADE	ARRABALDES	ARREDORES
S. Salvador (1064) S. João (1083) S. Pedro (1087) S. Miguel (1087) S <sup>a</sup> Maria (1088) S. Cristóvão <sup>42</sup>	S <sup>a</sup> Cristina (907?, 933) S. Cristóvão (957) S. Cucufate (957) S. Vicente (972) S. Pedro (980) S. Mart. Bispo (1080) S. Jorge (1088?) S <sup>a</sup> Comba <sup>43</sup>	S. Mamede de Lorvão (857?) S. Mamede de Algaça (857?) S. Martinho de <i>Viaster</i> (883) S. Lourenço de <i>Certoma</i> (883) S. Martinho de <i>Seliobria</i> (907) S. Cucufate de <i>Arcos</i> (943) S. Martinho de <i>Silvã</i> (950) S. Miguel de <i>Tentúgal</i> (980) S. Vicente da <i>Vacariça</i> (1002) S. Martinho de <i>Soure</i> (1042), etc.

**Quadro n.º 3:** primeiras referências documentais relativas aos edifícios religiosos de Coimbra e arredores, entre os séculos IX e XI.

Da tabela acima resulta claramente uma conclusão. Ao contrário dos arrabaldes e do aro imediato em redor da cidade, dos quais possuímos quase uma dúzia de notícias sobre igrejas na segunda metade do século IX e no século X, no interior da cerca amuralhada apenas dispomos de informação a partir da reconquista de Fernando Magno. Isto tem um significado muito preciso. Quando Coimbra foi tomada, em 1064, já não deveria existir no interior da medina qualquer templo cristão em funções. A respectiva documentação ter-se-á também perdido. Mas não há razão para duvidarmos que os moçárabes tenham logrado continuar inicialmente com seus templos no interior da cidade, pelo menos desde que esta capitulou de modo pacífico perante ‘Abd al-‘Aziz até à presúria de 878 d.C.. Assim o indiciam a ausência de notícias de qualquer nova construção nos finais do século IX e o

David, foi incorporada igualmente no MNMC, mas, ao contrário da sua opinião, é já do século XII. Ingressaram ainda outra pilastra românica e o fragmento de uma terceira, que outrora decoravam as arcadas cegas da capela-mor.

41 A completa ausência de dados sobre a origem de mais de quatro dezenas de peças é bem reveladora do pouco cuidado que houve por parte de antigos responsáveis do Museu, a partir do momento em que se desfizeram as primitivas salas de exposição permanente e continuaram a aceitar-se incorporações. O primeiro esforço de revisão do inventário, para, na medida do possível, recuperar alguma informação, deve-se à direcção do Prof. Doutor Jorge Alarcão, nos inícios da década de setenta do século passado, e em cujo processo participou um dos signatários (MLR).

42 Existe a planta de um edifício anterior, no levantamento de António Francisco Barata, publicado por Augusto Filipe Simões em 1870. Chegou a ser interpretada com uma cripta da igreja românica, mas esta hipótese não é plausível.

43 A existência desta ermida, na zona de Celas, confirma-se pela notícia da trasladação das suas relíquias, no século XII, para o mosteiro das Donas.

aparecimento de pedras ornamentais apenas de cronologia anterior<sup>44</sup>. É perfeitamente natural que, na sequência do acordo de rendição e tal como aconteceu noutras cidades submissas, a liberdade de culto tenha sido concedida aos seus habitantes. Na ideia dos novos senhores, porém, este culto deveria passar a ser praticado em locais afastados do centro do poder. Mas existem casos conhecidos, como Lisboa, em que as transferências só se devem ter concretizado a partir do século XI (Real, 2014: 317-319), ou como Toledo, onde a igreja de Santa Maria de Alficem, mesmo ao lado da alcáçova, sobreviveu aberta ao culto até à reconquista de Afonso VI. Isto prova que a aplicação da *sharia*, a respeito da localização dos lugares de culto da população *dhimmi*, variou de acordo com o tempo e o lugar, conforme razões de contexto e a capacidade de resistência dos respectivos habitantes.

Coimbra estará entre as cidades onde os cristãos conseguiram resistir até bastante tarde, mas a situação mudou a partir dos finais do século X. A recuperação da cidade por Almançor pode ter significado uma viragem quanto à aceitação de manifestações de culto cristão dentro da medina. Esta hipótese, a que nos conduziu a diferente natureza da informação que possuímos acerca das igrejas do interior da cerca, face às que sobreviviam nos arrabaldes, encontra um paralelo no processo de afastamento dos cristãos lisboenses para a periferia, a partir da mesma época. Uma inscrição aparecida na cerca da alcáçova de Lisboa, em 1939, e recentemente valorizada por Carmen Barceló, confirma que as transformações no castelejo se iniciaram com Almançor, que as celebra em epígrafe laudatória do ano 374 H./985 D. C. (Barceló, 2013: 172). Nessa zona existia uma igreja, dedicada a Santa Cruz, da qual se conservam algumas peças de feição moçárabe, cuja cronologia é posterior à acção punitiva de ‘Abd al-Rahman I, em 763 D. C., que terá obrigado à reparação de várias igrejas. Ora, as escavações arqueológicas do antigo Paço Episcopal revelaram que no bairro da elite islâmica, construído no local a partir de meados do séc. XI, foram reutilizados materiais do referido templo no alicerce, de pelo menos, uma casa (Real, 2014: 315-316). Tendo em conta o arco cronológico de sessenta e cinco anos, no seio do qual se confirma o abandono da alcáçova por parte dos cristãos, deve ter-se alguma prudência ao transpor uma data acerca de idêntica medida para a cidade de Coimbra. A não ter ocorrido logo durante o governo de Almançor, a exigência para que os locais de culto se transferissem para o arrabalde deverá ter-se dado, pelo menos, a partir da integração de Coimbra na taifa de Badajoz. É conhecido como, desde então, passou a haver um maior rigorismo na aplicação da lei islâmica, circunstância que deve ter tido consequências para as comunidades *dhimmi*, as quais passaram a ficar privadas dos seus mais emblemáticos centros de oração. Uma prova indirecta de que os moçárabes passaram a praticar o seu culto apenas nos arrabaldes, pode encontrar-se no testemunho da transferência – eventualmente, de regresso – para intramuros, de dois importantes oragos sediados, até à reconquista de Fernando Magno, no exterior da cerca da cidade islâmica: a *igreja de S. Pedro* alçou-se da actual rua Direita para próximo da Alcáçova<sup>45</sup>; e a *igreja de S. Cristóvão* saiu do largo de S. Bartolomeu, para se instalar na meia encosta, num dos extremos da actual Rua Joaquim António de Aguiar (Alarcão, 2008: 78 e 271-272)<sup>46</sup>. Embora não seja seguro, o facto de também haver uma igreja de S. João, denominada da *Almedina*, pode significar que terá existido uma outra anterior, com o mesmo patrono e localizada fora de portas. Finalmente, é bem significativo que, no próprio ano da tomada de

44 Apesar de ser reduzido o número de peças com proveniência segura, lembramos as notas de Vergílio Correia e Pierre David sobre esculturas originárias do interior da medina: Sé Velha, S. João e S. Pedro. Sem encontrar necessidade de construir novos templos, admitimos que os presores do século IX tenham considerado uma excepção, de carácter simbólico. Como veremos adiante, não é impossível que o lintel da Sé Velha, com a inscrição “*Mariae Virginis*”, remonte à época de Afonso Magno.

45 Esta mudança dá também algum sentido à singularidade da escultura figurativa da igreja românica de S. Pedro, um caso singular na Alta coimbrã, que seguiu o modelo beneditino devido, decerto, à anterior proximidade ao mosteiro cluniacense de Santa Justa, dos monges que, partindo da rua Direita, foram povoar a nova colegiada intramuros.

46 Jorge Alarcão adverte que a seguinte nota – “*ecclesia Sancti Bartolomei qui in antea uocabant Sancti Christophori*” – presente no documento de 957, deve ser uma actualização do copista no *Livro dos Testamentos* do mosteiro de Lorvão, redigido em 1116-1117. Não sabemos que significado poderá ter a circunstância de, na proximidade dos dois locais de implantação da igreja de S. Cristóvão, aparecer, respectivamente, uma rua dos Esteireiros e uma rua das Esteirinhas.

Coimbra por Fernando Magno (1064), haja logo a primeira referência à *igreja de S. Salvador*. Esta faz parte da relação de bens do mosteiro da Vacariça, elaborada por aquela ocasião. E a circunstância de figurar em último lugar da lista (LP 73), pode dever-se precisamente a uma presúria, concessão ou devolução recente, na sequência da tomada da cidade. Jorge Alarcão sugere a hipótese de existir um antecedente romano, podendo o templo do culto imperial ter coincidido parcialmente com a capela-mor desta igreja (Alarcão, 2008: 49-51). Não descartamos a possibilidade de esta corresponder também a um antigo templo cristão. Na verdade, o insólito traçado rectangular da capela-mor e o desvio da sua orientação face ao que resta da obra românica, tal como do próprio muro limítrofe da nave setentrional, sugerem que estamos perante indícios de uma construção anterior. Indícios, aliás, confirmados pelo uso de pedras almofadadas nos cunhais da ousia. O reforço dos cunhais com silhares almofadados tanto pode ser de obra romana, como o fruto de reaproveitamentos posteriores, tão típicos eles eram na alta Idade Média. Sem dispormos de informação segura quanto à respectiva antiguidade, antes de uma cuidada análise arqueológica, resta-nos a certeza, pelo menos, de que esta parte do edifício esteve em uso no tempo de D. Sesnando, como parte integrante da igreja restaurada em 1064.

A partir desta data, de facto, ter-se-á dado uma transformação profunda no governo de Coimbra e na situação dos cristãos aí residentes. É a essa mudança que, provavelmente, se referiu o cônsul D. Sesnando, em 1086, num documento endereçado ao subdiácono Lourenço, de Cantanhede: “Igitur ego, Sesnadus consul, prefatam civitatem... populo christianorum inhabitare curam duxi. Et postquam ... ecclesiis catholice fidei pulcre recuperavi” (LP 578). Um ano mais tarde, na respectiva carta testamentária, o alvazil aludiu igualmente a esta sua iniciativa de repovoamento cristão da cidade: “Colimbriam, populavi ego ipsam villam” (LP 19).

Assim parece ter sucedido com a transferência da sede episcopal para o interior da antiga medina. Mas não é seguro que esta passagem tenha sido imediata. Temos por quase certo que os presumíveis bispos de Coimbra durante a segunda ocupação islâmica – Maurício (1002) e Afonso (1018) – exerceram o seu múnus episcopal a partir de um dos templos situados na periferia<sup>47</sup>. É de recordar que, tendo sucedido um período de sede vacante<sup>48</sup>, o primeiro bispo da Reconquista só se instalou dezasseis anos após a libertação da cidade por Fernando Magno. A vinda do bispo Paterno, em 1080, ficou a dever-se precisamente ao empenho pessoal de D. Sesnando, mas pouco se sabe sobre as condições em que encontrou a sede episcopal. De 1086 são duas alusões à *vetera* (ou *vetus*) *ecclesia*. Jorge Alarcão, com o seu apurado sentido crítico, sugere que “talvez se deva entender que *veteri* se aplica à antiguidade do bispado (*sedes episcopalis*) e não à fábrica da igreja (*ecclesie Sancte Marie*). Esta observação (Alarcão, 2008: 98) conjuga-se perfeitamente com o que acabamos de referir sobre o interregno da ocupação eclesial na medina e tem suporte na, mais que provável, recusa de D. Sesnando em substituir a mesquita *aljama* pela nova basílica maior (cfr. tb. Rossa, 2001: 180). Ele próprio assim o recomendou anteriormente, a propósito da grande mesquita de Toledo<sup>49</sup>. Um dos documentos de 1086, todavia, cria uma (apenas) aparente dificuldade à linha de pensamento que estamos a seguir. Numa carta de testamento à Sé de Coimbra, a respeito de dois moinhos situados próximo de Condeixa, diz-se expressamente que tal doação é feita “ad locum sancte dei genitricis semperque uirginis marie et sancti petri apostoli ac sancti martini episcopi quorum altaria sita et nomina inuocata sunt in supradicta ecclesia sancte marie que est in ueteri sede episcopali colimbrie” (DC 658). Por sua vez, datado do ano seguinte, o testamento de D. Sesnando

47 Maurício é referido numa reconstituição recente do episcopologio (Carriedo Tejedo, 1998-99: 343) e Afonso, que subscreve um documento do mosteiro da Vacariça, sem aludir à respectiva cátedra, tem sido considerado bispo de Coimbra (LP 123).

48 Tal coincidiu com o acendimento do conflito na fronteira entre Vouga e Mondego, cujo trágico desfecho resultou na morte do rei Afonso V (1028), durante o assalto à cidade de Viseu.

49 Em 1085, o arcebispo Bernardo de Toledo “s’était heurté à Sisenand sur le problème de la grande mosquée à Tolède: Sisenand recommandait qu’on la laissât aux mussulmans; Bernard avait obtenu qu’elle fût consacrée au culte chrétien” (Pradalié, 1974: 90)

refere-se expressamente à relíquia do Santo Lenho “quod est in Sancta Maria” (LP 19 e 78). A hipótese de J. Alarcão parece estar certa quanto ao sentido genérico da antiguidade da sede episcopal – “in ueteri sede episcopali colimbrie”<sup>50</sup> – mas há, nestes diplomas, também uma referência explícita à basílica e aos seus três altares. Ora, tais documentos não constam da lista de Pradalié sobre os falsos da catedral e a sua data é insuspeita, dado que ainda são mencionados Paterno e Sisnando, que faleceram, respectivamente, em 1087 e 1091. Assim, não podemos afirmar com total segurança qual seria a localização da catedral sesnandina, a “velha” sede episcopal de Coimbra. Cremos que já não se tratava da presumível basílica extramuros, onde possivelmente terá decorrido o culto diocesano durante a segunda ocupação islâmica. O mais provável é que tenha sido recuperada a antiga igreja episcopal – desactivada há cerca de uns 50 a 70 anos – e que mesquita aljama e basílica não se sobrepusessem, embora possam ter-se mantido em proximidade desde antes do século X. Em face do exposto, só a arqueologia poderá eventualmente decifrar este enigma.

A documentação ensina-nos que, entretanto, se havia começado a construir uma nova catedral: 1108 – “ecclesie sancte marie illi nove ecclesie episcopali sedi colimbrie” (LP 542); 1110 – “ad ecclesiam nove” (LP 419) e “illam ecclesiam novam” (DP 365). Tal edificação resultou, certamente, de uma iniciativa posterior à morte do alvazil D. Sesnando. Ela parece constituir a aposta da corrente romano-cluniacense, que, a partir de D. Crescónio (1092-1098), tentava impor-se na cidade com o apoio dos condes portugalenses e de um grupo de colonos de origem franca. Em 1094, atendendo às carências materiais da Sé de Coimbra, o conde D. Raimundo e sua mulher, D. Urraca, fizeram-lhe a doação do mosteiro da Vacariça, com todos os seus bens. A generosa atribuição daquela que, então, seria a casa religiosa mais rica da diocese, pode estar relacionada com a vontade de renovar a catedral, em obediência já aos cânones da liturgia romana. A cerimónia da assinatura do diploma foi realizada “super altare supranominata ecclesie Sancte Marie” (LP 82). Seria ainda no altar da “igreja velha” ou já na capela-mor da nova basílica? Era frequente a sagração dos altares da cabeceira, no momento em que esta se encontrava concluída e já operacional, enquanto o resto do edifício se mantinha em construção.

A presente “igreja nova” (“igreja” e já não “sede” episcopal) situar-se-ia no lugar da actual Sé Velha, como o parecem demonstrar algumas das sepulturas cristãs que apareceram junto à fachada ocidental. Uma parte destas seria anterior à construção da catedral românica, pois a sua orientação era distinta das que se encontram claramente articuladas com a Sé actual. Duas delas até se internavam por baixo do pórtico ocidental. Por outro lado, o claustro mantém uma torsão idêntica à das sepulturas mais antigas, o que pressupõe estar alinhado também de acordo com construções anteriores. Estas podem ter pertencido à antiga clausura, onde funcionou a primitiva canónica, associada à qual poderá ter estado a tampa de sepultura de um abade dos inícios do século XII, que chegou até à actualidade (Barroca, 2000: n.º 218-A). Não se sabe, ao certo, a que fases corresponderiam o pavimento de argamassa e a base de coluna, em mármore, que foram identificados no interior da catedral. Infelizmente, não houve qualquer investigação arqueológica durante o restauro, malgrado a insistência, nesse sentido, por parte do mestre António A. Gonçalves (Real, 1974: 44). Existe, no entanto, uma peça que tem sido geralmente relacionada com o templo dos finais do século XI/princípios do XII (Barroca, 2000: n.º 42). Trata-se de um notável fragmento de lintel, descoberto durante as citadas obras de restauro da Sé Velha, nos fundamentos do 3.º pilar do lado do Evangelho. Tal como a base anteriormente referida, deu entrada no Museu Nacional de Machado de Castro e encontra-se, hoje, em depósito no interior do espaço catedralício. Em nosso entender, todavia, parece ser uma peça mais antiga (fig. 18). Pelas suas reduzidas dimensões, não corresponderá a qualquer padieira de porta. Provavelmente, este lintel poderia estar a rematar a fresta

50 Esta invocação de antiguidade entender-se-á, aqui, como um propósito de afirmação por parte dos moçárabes conimbricenses, recém-libertados do jugo islâmico e defensores, por sua vez, do tradicional rito hispânico, posto em perigo desde o Concílio de Burgos.

da capela-mor, virado ao interior, anunciando o orago do respectivo altar. A metade subsistente conserva, na íntegra, a legenda “MARIAE VIRGINIS”, cujo grafismo levou Mário Barroca a relacioná-la justamente com uma outra inscrição, originária da igreja de Santa Maria de Montemor-o-Velho. Infelizmente, ambas não apresentam data, embora o autor as classifique do final do século XI. Hoje em dia, pensamos que as duas inscrições possam ser mais antigas, isto é, contemporâneas ou pouco posteriores à presúria de Afonso Magno<sup>51</sup>. A citada peça da igreja de Santa Maria da Alcáçova, de Montemor-o-Velho, infelizmente também truncada (fig.19), permite apenas a seguinte leitura “[...e] DIFICIUM AB ERMENEGILDU[...]” (Barroca, 2000: n.º 43). Deve referir-se esta epígrafe à construção do templo, encomendada pelo próprio Hermenegildo Guterres, logo após a reconquista. É ainda de sublinhar que o lintel pré-românico da Sé Velha apresenta uma afinidade tipológica e, aparentemente, funcional com peças comuns à arte asturiana. Basta comparar com os lintéis da cabeceira de Valdedios, ligeiramente anteriores à sagração de 893 (Fernández Conde, 1994). E algumas das características paleográficas visíveis, tanto na inscrição da Sé Velha, como na igreja de Montemor-o-Velho, aparecem igualmente na epigrafia asturiana do séc. IX-X (figs. 20 e 21): na *ordinatio* do texto, na técnica de gravação dos caracteres, na tipologia de certas letras (A, B, D, F, I, L, M, N, R, S ou V) e, sobretudo, no modo singular de representar o G, os nexos AB, ME e VM, e as inclusões CI e GI<sup>52</sup>.

Além da afinidade existente entre si e com algumas congêneres asturianas, as duas epígrafes da região de Coimbra evidenciam também certa relação com a grafia distendida das letras do lintel de Santa Cruz do Castelo, aparecido na alcáçova de Lisboa. Esta peça foi descoberta na zona do Paço do Bispo (que se sobrepôs ao bairro islâmico), tal como os já referidos fragmentos de escultura ornamental moçárabe, anteriores ao séc. XI. E, em nosso entender, pertenceram a um templo que terá sido destruído algumas décadas mais tarde, pois a arqueologia revelou o aproveitamento de elementos da antiga igreja em habitações de meados do séc. XI (Real, 2014: 315-319)<sup>53</sup>.

Este conjunto de testemunhos levam-nos, pois, a concluir da existência de uma possível construção do séc. IX, em Coimbra. A ser assim, há que admitir que o conde Hermenegildo Guterres, nos primeiros anos após a presúria – época que está muito mal documentada – pode ter ordenado a construção de uma nova basílica catedral. A edificação da Sé talvez tenha sido, mesmo, a única obra dos presores dentro da cidade. Como vimos acima, haveria ainda uma série de igrejas que foram construídas durante o período da primeira ocupação islâmica (S. Pedro, S. João e o próprio templo anterior, no sítio da Sé). Atendendo ao contexto de tolerância então existente – confirmado, entre outros indícios, pela circunstância de terem fornecido vestígios ornamentais do séc. VIII-IX – tais templos deviam estar ainda activos no momento da presúria. Não haveria, assim, necessidade de construir de imediato novos edifícios de culto. Porém, a reconstrução da Sé pode ser interpretada como obra legitimadora da nova ordem e do prestígio da realeza asturiana.

Em abono desta hipótese, pode invocar-se uma peça pertencente ao MNMC (fig. 24)<sup>54</sup>. Trata-se de um pequeno capitel, respeitante a uma fresta ou mobiliário litúrgico, que possui um anel folhas

---

51 Na descrição que um dos signatários fez desta peça, para o catálogo da exposição sobre São Teotónio, organizada pela Diocese e pela Câmara Municipal de Viseu, ainda perfilhava a datação proposta por Mário Barroca (Real, 2012: 100-101). Hoje em dia, cremos ter boas razões para defender o recuo cronológico para o lintel da Sé Velha.

O opúsculo do Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, publicado com o apoio de António de Vasconcelos na secção de epigrafia, já apontava para a grande antiguidade da epígrafe da Sé Velha: “N.º 69 – Inscrição que deve ser muito anterior ao século XII” (Notas. Coimbra, 1911, p.12 nota a e p. 16).

52 Cfr. Castro Valdés, 1995: figs 9, 53, 59, 65-68, 75, 76, 78, etc.

53 Em dois anteriores estudos, um dos signatários chegou a admitir também uma data posterior para esta peça da Sé Velha (Real, 1974: 44 e Real, 2012: 101). Todavia, o estudo paleográfico mais detalhado da inscrição de Coimbra e o contexto histórico-arqueológico em que apareceu a epígrafe da alcáçova de Lisboa, levam-nos a recuar a cronologia para o século IX-X.

54 Esta peça foi fotografada na década de 70 do século passado (cliché n.º 2206), no tempo em que o signatário (MLR) percorreu toda a colecção.

esguias, ao qual se sobrepõe o característico encordoado, motivos que frequentemente aparecem na arte galaico-asturiana. As folhas lanceoladas têm bastante afinidade com as de um capitel de S. Salvador de Priesca, cujos nervos se representam igualmente com incisões paralelas em aspa, com as pontas viradas para cima (cfr. fig. 5c). A estranha relação estabelecida entre um anel de folhas de acanto e uns encordoados que se lhe sobrepõem pode ver-se no coroamento de um fuste de San Román de Hornija (Gómez Moreno, 1919: lam. LXIX). A circunstância do encordoado de Coimbra ser tríplice, pelos paralelos conhecidos, parece ser mais uma obra de inspiração galaica que asturiana, pois, sendo um motivo ornamental de provável origem castreja, vamos reencontrá-lo numa pilastra de San Xés de Francelos (fig 23). Como tantas outras, parece pertencer ao grupo originário de antigas intervenções em monumentos da cidade, que ingressou sem acompanhamento do registo de proveniência. Este fragmento de coluna, pela sua tipologia e raridade, pode estar precisamente relacionado com uma obra coeva da presúria de Hermenegildo Guterres. O facto de se encontrar um paralelo decorativo na citada igreja pré-românica da província de Orense, mais nos leva a acreditar nessa possibilidade, pois o referido presor possuía várias *mandationes* nessa região (Abruciños, Barra, Bubal, etc.).

Admitimos que, após a conquista de Almançor e do presumível afastamento da medina dos lugares de culto cristão, a sede basilical tenha estado em relativo abandono umas dezenas de anos, para ser recuperada no tempo de D. Sesnando. A circunstância em que se deu o achado do fragmento de lintel epigrafado, assim como a cronologia que atribuímos ao lintel, levam a admitir que a aludida “ecclesia sancte marie que est in ueteri sede episcopali colimbrie” se situaria no mesmo local em que os bispos D. Crescónio e D. Maurício mandaram edificar nova basílica, no meio de grande contestação por parte da comunidade moçárabe<sup>55</sup>. Segundo o “Livro de Lembranças” de Santa Cruz, a nova Sé foi erguida no tempo do conde D. Henrique e sagrada pelo arcebispo de Toledo (Real, 2012: 101). Como vimos acima, a iniciativa pode ter ainda partido do conde D. Raimundo, mas terá sido D. Henrique o grande impulsionador. Aliás, a decisão de integrar também o mosteiro de Lorvão no património da Sé, em 1109 (LP 59), será um sintoma do seu apoio ao novo bispo D. Gonçalo, que passou a ter a carga a tarefa de concluir a obra iniciada pelos seus imediatos antecessores.

### SIGLAS UTILIZADAS

DC – *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomatae et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867 e ss.

DP – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940 e 1980.

LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de C., 1999

LT – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*: León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro

---

<sup>55</sup> Enquanto se construía um novo templo, para substituir outro anterior, era comum iniciar-se por uma área adjacente, sendo o antigo edifício demolido apenas quando a segunda fábrica ia já adiantada. Esta era, regra geral, de maiores dimensões e só avançava para cima da zona ocupada pelo edifício primitivo quando estivessem asseguradas as condições mínimas de funcionalidade, na nova estrutura em construção.

Parece que, entre 1094-97, estariam já de pé alguns edifícios claustrais da nova Sé: “ecclesiae sanctae mariae aepiscopalis sedis colimbriae et ejusdem loci aepiscopo domno cresconio siue clericis ibidem commorantibus”. Eles encontrar-se-iam instalados no espaço definido, em 1086, como o “atrium australem Sanctae Marie” (Real, 1974: p. 44 e 102-3). A construção da canónica pode ter sido relativamente precoce, a acreditar na concessão que a Sé faz a Boa Mendes, do uso vitalício de uma casa, pela quantia de 100 soldos, os quais eram aceites “in ipsius monasterii sui edificiis dispendisse” (LP 398). Deve adiantar-se, porém, que este documento integra a lista de falsos apresentada por Pradalié, pelo que a sua data, senão mesmo o conteúdo, merecem alguma cautela.

## BIBLIOGRAFIA

- AILLET, Cyrille (2009), El monasterio de Lorvão y los confines de la Beira (siglos IX-XII): Apuntes sobre la memoria histórica de un espacio de contacto, *Studia Historica – Historia Medieval*, 27, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp.71-95
- AILLET, Cyrille (2010), *Les mozarabes: Christianisme, Islamisation et Arabisation en la Península Ibérique (IXe-XIe siècles)*
- ALARCÃO, Jorge de (2004), *In Territorio Colimbric: Lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, IPA
- ALARCÃO, Jorge de (2008), *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade
- ALARCÃO, Jorge de (2013), Percursos de Ibn Maruan, *Portvgalia*, Nova Série, 34, Porto, FLUP, pp. 137-149
- ARIAS PÁRAMO, Lorenzo (1998), *El Prerrománico de San Martín de Salas*, Salas, Ayuntamiento de Salas
- BARCELÓ, Carmen (2013), Lisboa y Almazor (374 H./985 d.C.), *Conimbriga*, 52, Coimbra, FLUC, pp. 165-194
- BARROCA, Mário Jorge (1990-91), Do castelo da Reconquista ao Castelo românico (sécs. IX a XII). *Portvgalia*, Nova Série, 11-12, Porto, FLUP, pp. 89-136
- BARROCA, Mário Jorge (1996-97), A Ordem do Templo e a arquitectura militar do século XII, *Portvgalia*, Nova Série, 17-18, Porto, FLUP, pp.171-209
- BARROCA, Mário Jorge (2000a), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário Jorge (2000b), Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior, *Beira Interior – História e Património*, Guarda, pp. 215-238
- BARROCA, Mário Jorge (2003), Da Reconquista a D. Dinis, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I (coord. José MATTOSO), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 21-161
- BARROCA, Mário Jorge (2005), O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII, in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela-Porto, Câmara Municipal de Palmela-FLUP, pp. 111-126
- BOVINI, Giuseppe (1977), *Ravenna, ses mosaiques, ses monuments*, Ravenna, Longo Editore
- BRANCO, Maria João (2008), Reis, condes, mosteiros e poderes: o mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (sécs. IX-II), in *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, pp. 27-80.
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-99), Los episcopologios portugueses en los siglos IX-X, através de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI, *Bracara Augusta*, 48, Braga, pp. 311-401
- CARVALHO, Pedro C. (1998), *O Forum de Aeminium*. [S.l.]: Instituto Português de Museus
- CASTRO, Luís Albuquerque e (1965), *Os frisos de calcário da capela de São Frutuoso de Montélios (Braga)*. Sep. de “Lucerna”, 4, Porto
- CASTRO VALDÉS, César Garcia de (1995), *Arqueología cristiana de la alta Edad Media en Astúrias*, Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos

- CATARINO, Helena (2005), Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra, in BARROCA, Mário; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Palmela-Porto, Câmara Municipal de Palmela-FLUP, pp. 195-214
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2006), Madinat Qulumbriya: Arqueologia numa cidade de fronteira, in GÓMEZ MARTINEZ, Susana (coord.), *Al-Andalus, espaço de mudança: Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, CAM, pp.73-85
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1988), *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, 2ª ed., Arouca, Câmara Municipal de Arouca
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2005), Nos alvares da História de Coimbra: D. Sesnando e a Sé Velha, in *Sé Velha de Coimbra: Culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, pp. 11-39
- CORREIA, Vergílio (1946-53), *Obras*, 3 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra
- DAVID, Pierre (1969), Sur l'église de São Pedro de Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, 12, Coimbra, pp. 121-124
- DUARTE, Luís Miguel (1996), O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações, *Douro: Estudos & Documentos*, 2, Porto, GEHVID / Afrontamento, pp. 57-69
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016a), 1.4.2. (Re)conquista: a expansão asturiano-leonesa, in PAIVA, José Pedro (dir.), *História da Diocese de Viseu*, vol.1, Viseu, Diocese de Viseu, pp. 68-80
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016b), 1.6.2. Populações cristãs; senhores islâmicos? in PAIVA, José Pedro (dir.), *História da Diocese de Viseu*, vol.1, Viseu, Diocese de Viseu, pp. 81-84
- FERNANDES, Paulo Almeida (2017), *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa pelo actual centro de Portugal (sécs. VIII-X)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História da Arte.
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier (1994), La fundación de S. Salvador de Valdedios: Fuentes epigráficas, in F. J. F. C. (ed.) – *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdedios*, Oviedo, Universidad de Oviedo, pp. 213-247
- FERREIRA, Maria do Céu; LOBÃO, João Carlos (2013), Arqueologia no castelo de Trancoso: Novos dados para o estudo da fortificação, in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 761-771
- FONSECA, João Ferreira da (2014), *Castelo de Penedono: Mil anos de História*, Penedono, Câmara Municipal de Penedono, Editora Quartz
- GÓMEZ MORENO, Manuel (1919), *Iglesias mozárabes: Arte español de los siglos IX al XI*, Madrid, JUAEIC, Centro de Estudios Historicos
- GOUVEIA, Mário de (2007), S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI), in OTRANTI, Giorgio et alii (a cura di), *Culto e santuari di san Michele nell'Europa medievale*, Bari, Edipuglia, pp. 81-112
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2010-11), Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana, *Portvgalia*, Nova Série, 31-32, Porto, FLUP, pp. 83-114

- MATTOSO, José (1968), Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista, *Bracara Augusta*, 22, Braga, pp. 21-77 (reed. in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, pp. 11-53)
- MATTOSO, José (1968-69), As famílias condeais portugalenses dos séculos X e XI, *Studium Generale*, 12, Porto, pp. 59-115 (reed. in *Obras Completas. A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 75-189)
- MATTOSO, José (1970), A nobreza portugalense dos séculos IX a XI, *Do Tempo e da História*, 3, Lisboa, pp. 35-50 (reed. in *Obras Completas. A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 191-212)
- MERÊA, Paulo; GIRÃO, A. Amorim (1943), Territórios portugueses no século XI, *Revista Portuguesa de História*, 3, Coimbra, pp. 255-263 (ed. corrigida e aumentada, Coimbra, 1958)
- MUSEU DE ANTIGUIDADES DO INSTITUTO DE COIMBRA (1911), *Notas*, Coimbra, [s.n.]
- NASCIMENTO, Aires A. do (1998), *Hagiografias de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri
- PIMENTEL, António Filipe (2005), *A morada da sabedoria: O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina
- PINTO, A. Nunes (1993), Escavações na Alcáçova de Coimbra: Análise de resultados, in DIAS, Pedro (coord.), *Actas do Colóquio "A Universidade e a Arte"*, Coimbra, Instituto de História de Arte, FLUC, pp. 35-45
- PRADALIÉ, Gérard (1974), Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XII<sup>e</sup> siècle, *Mélanges de la Casa de Velazquez*, 10, Paris, pp. 77-98
- PRADALIÉ, Gérard (1987), Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: L'exemple de Coimbre, in *Histoire du Portugal. Histoire Européenne*, Paris, Centre Culturel Portugais, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.15-17
- REAL, Manuel Luís (1974), *A arte românica de Coimbra: Novos dados, novas hipóteses*, Porto, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada
- REAL, Manuel Luís (2005), Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal), in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela-Porto, Câmara Municipal de Palmela-FLUP, pp. 275-292
- REAL, Manuel Luís (2007), A escultura decorativa em Portugal: O grupo "portugalense", in CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro (ed.), *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica, Anejos de AEspA*, 41, Madrid, CSIC, pp. 133-170
- REAL, Manuel Luís (2012), Lintel (fragmento), in SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coord.), *São Teotónio, patrono da diocese e cidade de Viseu*, Viseu, Diocese de Viseu-Câmara Municipal de Viseu, pp. 100-101
- REAL, Manuel Luís (2013a), O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 12, Porto, FLUP, pp. 203-230
- REAL, Manuel Luís (2013b), O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na Alta Idade Média duriense, in *Actas das 1<sup>as</sup> Conferências do Museu de Lamego-CITCEM 2013: História e Património no Douro: Investigação e desenvolvimento*, Lamego, Museu de Lamego-Direcção Regional de Cultura do Norte-CITCEM, pp. 65-103

- REAL, Manuel Luís (2014), Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português, in GÓMEZ MARTINEZ, Susana; LOPES, Virgílio; e MACIAS, Santiago (coord.), *Entre Roma e o Islão*, Mértola, C.A.M., pp. 244-351
- REI, António (2012), *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ, na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa, IEM, 2012 (col. Documentos, 3 – CD-ROM)
- RODRIGUEZ GONZALEZ, Julio; SEARA CARBALLO, Alfredo (1985), *San Xés de Francelos*, Ourense, Museo Arqueológico Provincial
- ROSA, Maria de Lurdes (2000), A religião no século: vivências e devoções dos leigos, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 423-510
- ROSSA, Walter (2001), *Diversidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra, Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiada
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2006-07), Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca: Ensaio de análise morfotipológica, *Portvgalia*, Nova Série, 27-28, Porto, FLUP, pp. 69-88
- TENTE, Catarina (2009), Viver em autarcia. A organização do território do Alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X, in MARTIN VISO, Iñaki (ed.), *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedades en el centro de la Península Ibérica (siglos VII a X)*, Salamanca, Universidad de Salamanca / Silex, pp. 137-157
- TORRES, Cláudio (1993), O Garb-Al-Andalus, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 360-415
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998), *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores
- VENTURA, Leontina (2006), As cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando, in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, FLUP, pp. 37-52
- VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha (2013), O Entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio, in SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coord.), *São Teotónio: Patrono da diocese e da cidade de Viseu. 1162-2012*, Viseu, Diocese de Viseu e Câmara Municipal de Viseu, pp. 19-37



**Fig. 1:** Construções religiosas civis e militares documentadas entre 1000 e 1064 (cfr. Quadro n.º 1 – PAF)



- |                  |                       |
|------------------|-----------------------|
| ○ - Igrejas      | □ - Construções civis |
| ⊕ - Mosteiros    | ■ - Fortalezas        |
| ◇ - Hagiopónimos | ■ - Igreja com torre  |

**Fig. 2:** Construções religiosas civis e militares documentadas entre 1064 e 1100 (cfr. Quadro n.º 2 – PAF)



**Fig. 3:** Castelo de Penela (cl. PAF)



**Fig. 4:** Castelo de Montemor-o-Velho (cl. FAF)



**Fig. 5:** Arco da torre do mosteiro de Lorvão (cl. MLR – em 1981)



**Fig. 6:** Base de coluna do claustro de S. João de Almedina, em Coimbra (cl. MLR)



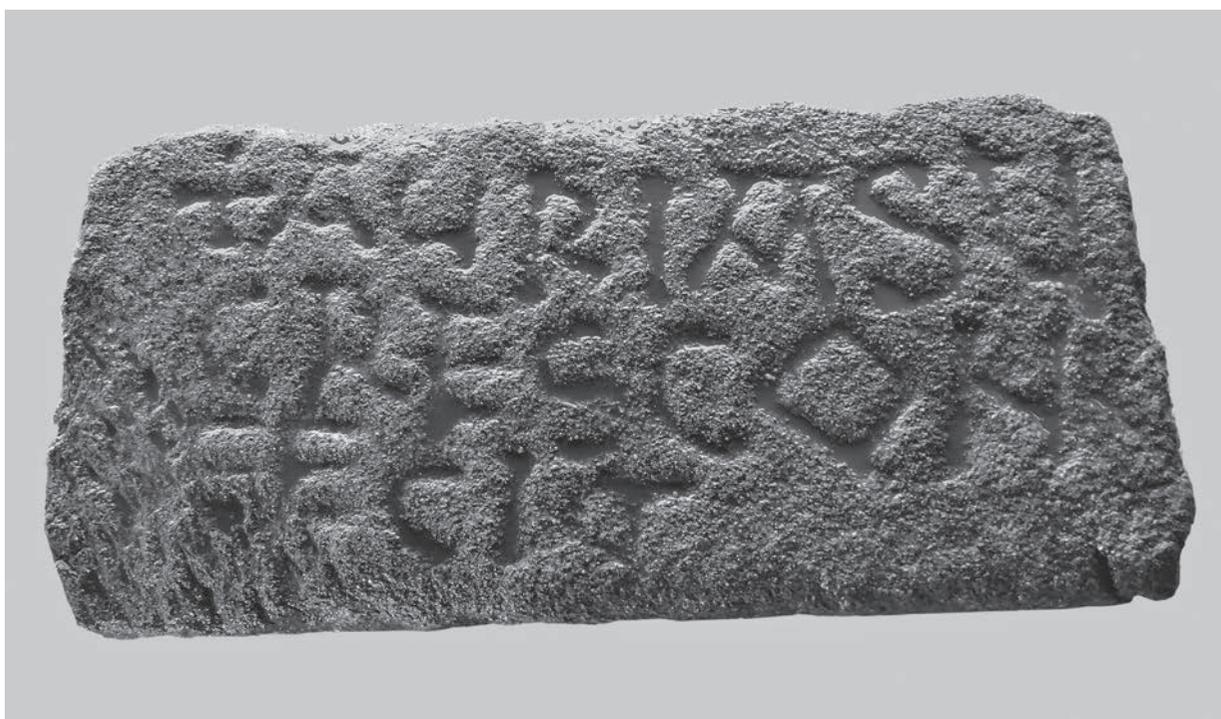
**Fig. 7:** Base de coluna do mosteiro da Vacariça (cl. MLR)



**Fig. 8:** Capela de S. Martinho do Banho, nas termas de S. Pedro do Sul (cl. MLR)



**Fig. 9:** Silhar romano reutilizado, com decoração pre-românica em espinha, da primitiva igreja de Figueiredo das Donas (cl. MLR)



**Fig. 10:** Inscrição fundacional da igreja de Figueiredo das Donas, datável da 2ª metade do séc. XI (cl. MLR)



**Fig. 11:** Escavação da muralha da Alcáçova de Coimbra (Catarino, 2005: 214, fig.5)



**Fig. 12:** Ajimez do castelo de Soure (cl. PAF)



**Fig. 13:** Ombreira de fresta pre-românica, aparecida junto à antiga igreja de S. Pedro de Coimbra (cl. MLR)



**Fig. 14:** Pormenor do fragmento de friso reaproveitado no muro N da alcáçova de Coimbra (cl. MLR)



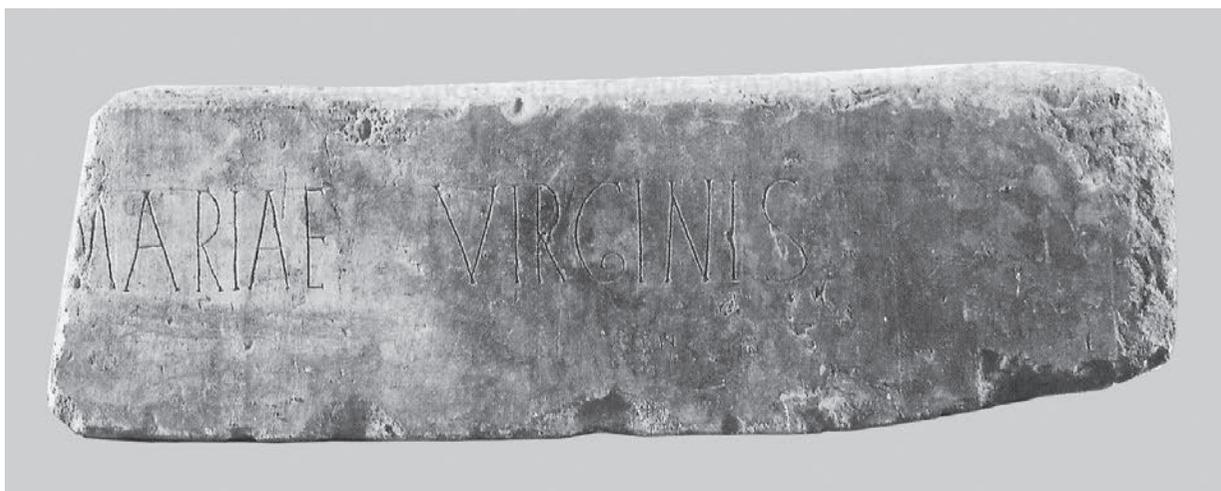
**Fig. 15:** Detalhe do cibório de Santo Eucládio in Classe, hoje em Santo Apolinário, de Ravena (Bovini, 1977: 151)



**Fig. 16:** Elemento de ajimez reaproveitado no castelo de Soure (cl. José Monteiro)



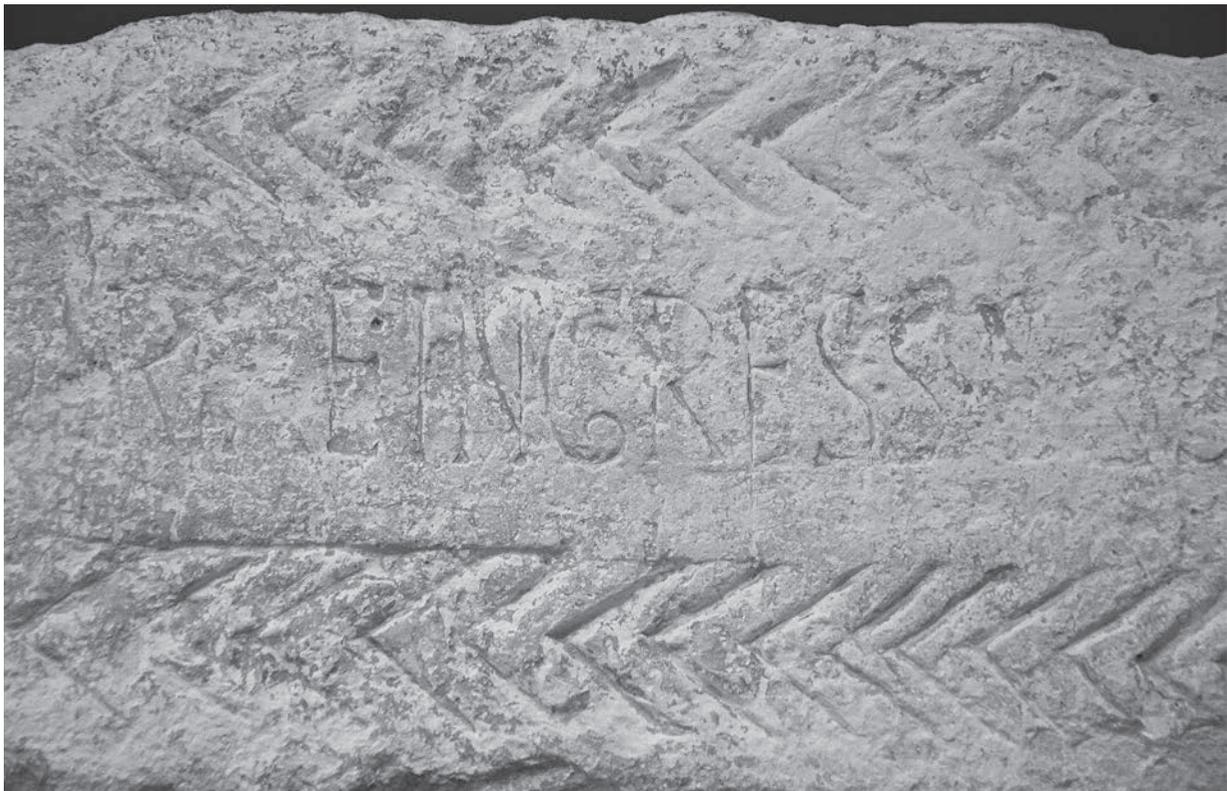
**Fig. 17:** Provável jamba do pórtico da primitiva igreja de Abiul (cl. MLR)



**Fig. 18:** Inscrição da Sé Velha de Coimbra, datável do séc. IX (Coelho, 2005: 16)



**Fig. 19:** Inscrição de S<sup>a</sup> Maria de Montemor-o-Velho, fundada pelo conde "Ermenegildo" (cl. MLR)



**Fig. 20:** Pormenor da mesa do altar de Sª Maria de Naranco, vendo-se o típico G, além dos canónicos E, I, N, R e S (cl. PAF)



**Fig. 21:** Pormenores de uma das lápides de San Martín de Salas, que mostra as típicas técnicas de *ordinatio* e gravação, além do método de inclusão dos nexos e inclusões de letras (adaptado de Arias, 1998: 69).



**Fig. 22:** Capitel de S. Salvador de Priesca, com acantos esguios e nervuras em aspa, cuja estilização parece ter inspirado o exemplar de Coimbra (Castro Valdés, 1995: fig. 288)



**Fig. 23:** Fragmento ornamental de San Xés de Francelos, com um encordoado tríplice, como se vê no pequeno capitel de Coimbra (Rodríguez-Seara, 1985: lám. XXI)



**Fig. 24:** Pequeno capitel de influência asturiana incorporado no MNMC (cl. MLR)

# AS SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA DE CONTUMIL (PORTO)

**António Manuel S. P. Silva**

CITCEM – UP  
amspsilva@hotmail.com

## ABSTRACT

The occasional discovery, in 1943, of three rock-cut graves, near Contumil (Campanhã, Oporto), was reported in the daily press but did not subsequently attract the attention of researchers. The descriptions, illustrated by two photographs, refer to three anthropomorphic graves, listed by the author of the main articles with an old chapel of the invocation of *São Martinho*, documented since the 11<sup>th</sup> century. There is no information about the fate of that archaeological find, probably destroyed by the urbanization and construction works of the *Bairro de Casas Económicas* of *São Roque da Lameira*.

**Keywords:** Rock-cut graves; Oporto; Medieval Funerary Archaeology

## RESUMO

A descoberta ocasional, em 1943, de um conjunto de sepulturas escavadas na rocha, próximo do lugar de Contumil (Campanhã, Porto), foi noticiada na imprensa diária, mas não suscitou, posteriormente, a atenção dos investigadores. As descrições da época, ilustradas por duas fotografias, referem-se a três sepulturas antropomórficas, relacionadas pelo autor dos principais artigos com uma antiga capela da invocação de São Martinho, documentada desde o século XI. Não é conhecida informação sobre o destino daquele achado arqueológico, provavelmente destruído pelos trabalhos de urbanização e construção do Bairro de Casas Económicas de São Roque da Lameira.

**Palavras chave:** Sepulturas escavadas na rocha; Porto; Arqueologia funerária medieval

Duas monografias da freguesia portuense de Campanhã referem, de passagem, a propósito da localização da antiga igreja paroquial, o achado de sepulturas antigas no lugar de Contumil.

Na mais recente pode ler-se, sem outras referências, que «em 1943, no decurso de obras públicas em S. Roque da Lameira, precisamente no lugar do Calvário, apareceram três sepulturas antropomórficas, que indicaram ter sido este o lugar original da primeira igreja»<sup>1</sup>. A segunda, claramente fonte da anterior, adianta mais alguns pormenores:

«Os jornais noticiaram que, quando em 1943 os pedreiros procediam a escavações, para a construção das Casas do Bairro de S. Roque da Lameira, precisamente no lugar do Calvário, apareceram três sepulturas antropomórficas, suspeitando-se que, neste lugar, tivesse sido a primitiva Igreja.»<sup>2</sup>

1 COSTA, 1991: p. 244.

2 MARTINS, 1965: p. 54; MARTINS, 1972: p. 7-8.

Curiosamente, este achado suscitou moderado interesse na ocasião, mas rapidamente caiu no esquecimento, pelo menos no plano científico – uma vez que não consta ter sido objeto de publicação, para além daquelas reportagens da imprensa. Entendemos por isso «resgatar» aquele achado e trazê-lo de novo a público com alguns comentários.

A descoberta ocorreu por volta das nove horas do domingo 14 de março de 1943, e de pronto o local foi visitado pela imprensa, tendo sido noticiado no dia seguinte, pelo menos, nos dois mais importantes diários portuenses, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*.

*O Comércio* divulgou a ocorrência a duas colunas, sob o título «Numas escavações, em Contumil, apareceram três pedras tumulares», encimada por fotografia, na qual se vê, com pouca nitidez, o que parece ser um afloramento rochoso com as sepulturas, rodeado por largas dezenas de curiosos (Fig. 1). A notícia, relativamente seca, mas canónica e suficiente nos critérios de levar a novidade ao leitor, informava sobre o achador, o local e as condições do sucesso, acrescentando no final que, dada a convicção de ali ter existido um cemitério, se iria proceder a novas escavações, e que «as autoridades» tinham comparecido no local, instruindo o achador «para não tocar nos aludidos túmulos até resolução superior».

Já *O Primeiro de Janeiro*, como então se abreviava, deu maior destaque à descoberta, chamando-a à primeira página com título longo a atrair a vista pelo uso de vários tipos e corpos de letra: «Sepulturas antropomórficas foram postas a descoberto na CIDADE DO PÔRTO, próximo da estação de Contumil». O desenvolvimento – desta vez acompanhado de uma fotografia melhor enquadrada e com melhor reprodução (Fig. 2) – é completamente diverso do texto do jornal anterior, pois não se trata de uma notícia, segundo as regras da profissão, mas antes de uma crónica sobre o achado, já que o articulista (que não assina) omite os dados mais básicos, como o *quem* e o *quando* da ocorrência, para se espraiair em considerações históricas e arqueológicas sobre o contexto e interpretação das sepulturas, não faltando até uma citação bibliográfica de Amorim Girão<sup>3</sup>.

Não mencionando qualquer medida cautelar ou de estudo dos achados, o autor da crónica conclui com uma nota – porventura algo irónica – que nada augura de bom para o que hoje se designaria como salvaguarda do património arqueológico: «Tudo isso, porém [as sepulturas], desvanecer-se-á sob o impulso renovador do Progresso, quando sobre esse terreno se abrir a ampla avenida que há de servir o moderno *centro populacional* daqueles formosos *bairros* de Casas Económicas...». Refere-se o texto à construção do Bairro de São Roque da Lameira e os itálicos são originais.

No dia seguinte, *O Primeiro de Janeiro* volta ao caso, desta vez sem ilustração, mas ainda na primeira página, com o título «As sepulturas antropomórficas postas a descoberto em Contumil vieram localizar, de algum modo, a primitiva sede da freguesia de Campanhã». O *lead* resume a notícia do dia anterior, precisando o local e esclarecendo o significado de “antropomórficas”; já o corpo, a duas colunas, claramente saído da mesma pena que assinara o texto do dia anterior, persegue a mesma linha de enquadramento histórico do achado.

Com base nestas três notícias de jornal<sup>4</sup>, podemos apurar vários elementos. Identifica-se o achador – António de Almeida Branco, «montante», residente em Pedrouços, então lugar da freguesia

3 GIRÃO, 1933: p. 123.

4 A localização destas notícias deveu-se inicialmente a pesquisa na série documental *Recortes de Notícias* (1933-1997) do Arquivo Histórico Municipal do Porto, tendo sido objeto de apresentação pública numa das edições da iniciativa *Documento do Mês* daquela instituição. Posteriormente, consultámos *O Comércio do Porto*, entre as datas de 1.1.1943 e 23.5.1943 (Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, V. N. Gaia). Para as pesquisas n' *O Primeiro de Janeiro*, indisponível ao público na Biblioteca Pública Municipal do Porto, agradecemos a colaboração de Paula Bonifácio, técnica daquela biblioteca, que numa pesquisa entre 1.3.1943 e 30.4.1943 não encontrou outras notícias além daquelas aqui elencadas. Amavelmente, o nosso amigo, jornalista e conhecido memorialista portuense, Sr. Germano Silva, fez também consultas nos arquivos do *Jornal de Notícias*, nada achando sobre o assunto nos dias imediatos ao achado. Não pesquisámos outra imprensa local ou nacional, não sendo impossível, por isso, que outras informações possam vir ainda a ser localizadas.

de Águas Santas (CP, 15)<sup>5</sup> e as condições da descoberta: a extração de pedra, destinada às obras de construção do Bairro de Casas Económicas de São Roque da Lameira, num terreno que pertencia precisamente ao dito António Branco, informação que se colhe, unicamente, no *Comércio*, pois o *Janeiro* praticamente nada diz sobre este aspeto.

A localização precisa das sepulturas é difícil de determinar atualmente. O *Comércio* afirma sinteticamente que a descoberta se deu «no lugar do Calvário, em Contumil». O *Primeiro de Janeiro*, a 15 de março, explica com maior detalhe o sítio das descobertas:

- «entre os modernos *bairros* de Casas Económicas do Ilhéu e de São Roque, nas proximidades da estação ferroviária de Contumil, distende-se o planalto de S. Martinho, balizado por um modesto cruzeiro de granito, a recordar (...) o lugar onde outrora se destacava uma ermida daquela invocação patrocínica (...). Flanqueando esse lugarejo pelo lado oriental, o arborizado sítio do Calvário – que a tradição oral do povo matem [sic] ainda...faz lembrar também, no seu topónimo, a *via crucis* (...)».

A notícia refere, de seguida, as obras que estavam em curso para a instalação do Bairro de Casas Económicas de São Roque e os respetivos acessos, para explicitar que «um desses amplos caminhos deverá atravessar aquele planalto de S. Martinho, já na vizinhança da estação ferroviária [Contumil]», ideia que é reforçada no final, antecipando o momento em que «sobre esse terreno [do achado] se abrir a ampla avenida» de acesso ao bairro.

O mesmo jornal, no texto de 16 de março, repete, com outros pontos de referência, que o achado teve lugar «no planalto de S. Martinho, entre os ‘bairros’ de moradias económicas de Ilhéu e de S. Roque, a pequena distância da estação ferroviária de Contumil», detalhando ainda, mais adiante, que a localização das sepulturas se deu entre o «lugarejo» de Luzares e a estação de Contumil.

Se transcrevemos, de forma aparentemente repetitiva, todas estas indicações sobre a localização do conjunto sepulcral, é porque os autores das notícias – sobretudo as do *Janeiro* – se referem a uma paisagem das primeiras décadas do século XX, essencialmente rural, com bosques e signos religiosos profundamente evocativos, como o calvário, muito diferente do espaço urbano atual, intensamente construído, transformado, sendo hoje difícil identificar o «planalto de São Martinho» ou o antigo calvário, que era já memória em 1943.

Ainda assim, pela análise e sobreposição da cartografia de 1892 (levantamentos de Teles Ferreira), das séries da fotografia aérea de 1939-1940 e da cartografia e ortofotografias atuais, tentámos reconstituir o melhor possível o local do achado, tendo também efetuado algumas visitas aquela zona da cidade, sem grande sucesso no que se refere a qualquer memória ou tradição sobre o achado arqueológico, mas confirmando ainda a localização do antigo «Calvário» numa área sobreelevada<sup>6</sup> onde, atualmente, a Rua da Senhora de Campanhã conflui com a Rua do Buçaco (Fig. 5). O que o autor das crónicas noticiosas d’*O Janeiro* identifica como «planalto de São Martinho» será certamente uma pequena elevação, delimitada pela curva de nível de 90 metros, confinante a noroeste com o canal ferroviário e a oeste com a ribeira de Cartes; o «planalto» encontra-se hoje ocupado quase na sua totalidade pelo primitivo Bairro de São Roque da Lameira, podendo circunscrever-se, grosseiramente, pela Rua de D. João Peculiar, a sul, e pela Rua de Valdevez a nascente

5 Como usámos apenas três notícias, abreviaremos as referências pelos títulos dos jornais (CP, *O Comércio do Porto*; e PJ, *O Primeiro de Janeiro*) seguidos do dia de publicação em março de 1943.

6 Prestou-nos valiosa colaboração para a preparação deste trabalho o nosso amigo e colega arqtº Luis Aguiar Branco, cuja especial acuidade para a interpretação da leitura das formas da paisagem através da cartografia histórica foi de grande utilidade. Numa das visitas ao local fomos acompanhados por este investigador e pela arqueóloga municipal Isabel Pinto Osório, a quem igualmente agradecemos o apoio.

(Fig. 5). A cartografia de finais do século XIX revela-nos um extremo do concelho caracterizado quase na totalidade por uma ambiência rural, sendo única nota dissonante a linha do caminho-de-ferro (Fig. 3). Já as séries de fotografia aérea dos voos de 1939-1940 (Fig. 4) mostram-nos precisamente a acentuada urbanização da área, particularmente à custa de vários bairros sociais que então se construíam ou planificavam de um e outro lado da Rua de São Roque da Lameira, um dos mais tradicionais eixos viários de acesso e saída da cidade. Numa destas imagens, datada de 1940, parece vislumbrar-se (embora a ampliação não possibilite o detalhe mais desejável) uma área esbranquiçada com toda a aparência de pedreira ou estaleiro de cantaria (Fig. 4), que coincide precisamente com aquela na qual, pelo cruzamento das informações, propúnhamos a hipotética localização do antigo sítio do Calvário<sup>7</sup> e do achado arqueológico, que poderemos assim situar, genericamente, entre o topo da Rua Senhora de Campanhã, a sua confluência com a Rua do Buçaco e o lote compreendido entre a mesma Rua do Buçaco, a Rua de Montijo e a de Montes Claros (Fig. 5)<sup>8</sup>.

Quanto ao destino dado às sepulturas, nada se apurou. Não encontramos nas fontes consultadas qualquer referência à «resolução superior» na sequência da visita ao local das «autoridades» (CP, 15), nem tão pouco sabemos quais foram essas autoridades<sup>9</sup>. Assim, ou as sepulturas foram destruídas pela abertura da «ampla avenida» de acesso ao bairro» (PJ,16), que relacionamos com a Rua do Buçaco; ou poderão mesmo ter ficado total ou parcialmente conservadas em algum logradouro ou zona ajardinada, o que é difícil de avaliar sem outros dados<sup>10</sup>.

No que se refere à natureza das sepulturas, as três notícias dão-nos informes algo distintos. A curta nota do *Comércio do Porto* refere apenas «três túmulos vazios, em pedra, e de formato antigo», acrescentando a suposição de «que naquele local tenha existido um cemitério». Na imagem que acompanha a notícia (Fig. 1) vê-se o afloramento onde apareceram as sepulturas rodeado de populares, mas a perspetiva e a qualidade da reprodução não permitem observar com clareza a tipologia dos sepulcros.

Os dois textos do *Janeiro* fornecem dados mais interessantes: tratava-se de «algumas sepulturas antropomórficas, impecavelmente traçadas e abertas no saibro rijo» (PJ,15), adiantando-se depois que «foram postas a descoberto três sepulturas, havendo, no entanto, alguns indícios de que outras quási afloram à superfície do mesmo terreno» (PJ,15). Na exploração da descoberta, a 16 de março, o articulista especifica que

«se estava em presença de sepulturas rupestres, talhadas na rocha viva dum enorme bloco de granito e que se mantinham, na sua camada superficial e nas suas faces interiores revestidas duma espessa (...) camada de saibro muito rijo – afeiçoado, no entanto, no mesmo traçado daquele recorte antropomórfico» (PJ, 16)<sup>11</sup>;

---

7 Não confundir com o local da mesma designação na aldeia de Contumil, para onde se dirigia o «caminho do Calvário» identificado em alguma cartografia e outros documentos antigos.

8 Esta será, pelas razões aduzidas, a área de maior probabilidade; devendo, contudo, para efeitos de salvaguarda arqueológica, considerar-se perímetro mais extenso, pois não só desconhecemos a extensão da necrópole, como também a localização da mencionada ermida de São Martinho.

9 Provavelmente, o local das sepulturas terá sido visitado pelos dois maiores historiadores portugueses do tempo, Pedro Vitorino, que morava próximo e coordenava então a instalação do Museu de Etnografia e História do Douro Litoral; e Artur de Magalhães Basto, Chefe dos Serviços Culturais e Sociais da Câmara Municipal do Porto, diretor do Gabinete de História da Cidade e do Arquivo Distrital do Porto. Não encontramos qualquer nota ou apontamento sobre o achado de Contumil nas suas publicações; não obstante, suspeitamos que o autor das notícias do *Janeiro* possa ser uma destas personalidades.

10 Examinámos vários destes espaços naquela parte do bairro, mas nada observámos de relevante.

11 Ao contrário do que o autor do texto expressara no dia anterior, quando, antecedendo uma transcrição de artigo de Amorim Girão, escrevera que não se tratava «evidentemente, de *sepulturas rupestres*» (PJ,15).

acrescentando logo adiante que «duas dessas sepulturas são paralelas e quási geminadas» e ainda que «a ‘qualidade’ rupestre (...) é indício certo que aquelas sepulturas remontam a uma época muito remota» (CP,16). Por felicidade, a fotografia publicada neste diário no dia 15 tem melhor qualidade (Fig. 2), permitindo apreciar as duas sepulturas «paralelas» (sendo mais claro o recorte antropomórfico na cabeceira naquela que está em primeiro plano) e uma terceira, a pouca distância e aparentemente num outro alinhamento, a qual, sobre a cabeceira recortada apresenta pousado um pequeno bloco de pedra, talvez restos de cobertura ou apoio de cabeça (se bem que, para tal, pareça demasiado grande).

Desta forma, resumindo os elementos tipológicos, podemos assim descrever o achado arqueológico:

- a) Apareceram três sepulturas «talhadas na rocha viva dum enorme bloco de granito» (PJ,16);
- b) As sepulturas apareceram «vazias» (CP,15) e apresentavam «na sua camada superficial e nas suas faces interiores (...) uma espessa (...) camada de saibro muito rijo – afeiçãoado, no entanto, no mesmo traçado daquele recorte antropomórfico» (PJ,16);
- c) Na envolvente imediata identificaram-se «alguns indícios de que outras [sepulturas] quási afloram à superfície do mesmo terreno» (PJ,15);
- d) Os autores das notícias interpretam o achado como «um cemitério» (CP,15), «multi-secular», «medieval», «que, se não for anterior à construção daquela primitiva ermida de S. Martinho, deve ser, pelo menos, dos primórdios dessa época tão remota» (PJ,15), admitindo-se também ser «muito provável até que essas sepulturas tivessem sido abertas no próprio subsolo daquela antiga ermida» (PJ,15).

Sobre a arquitetura destas três sepulturas pouco podemos adiantar em face das imagens e informações destes artigos. A indicação de que apareceram «vazias» deve interpretar-se, talvez, no sentido de já não possuírem restos ósseos ou outros elementos que chamassem a atenção. Estavam inicialmente cobertas (presume-se) pelo solo vegetal, mas a indicação de que a primeira camada era composta de «saibro rijo», quase «petrificado», material que também revestia as paredes laterais, faz supor, por um lado, que foram naturalmente escavadas pelo achador; por outro, que a presença desse saibro – se não era resultante da degradação e meteorização naturais do granito – poderia resultar de uma colmatação, talvez original, dos sepulcros.

O anónimo articulista d’*O Primeiro de Janeiro* recorda, a propósito do achado destas sepulturas, a proximidade da necrópole romana de Penouço, em Rio Tinto, Gondomar<sup>12</sup>, mas relaciona-as particularmente com o sítio de uma antiga ermida, dedicada a São Martinho, que a lenda e a tradição (mais que os documentos) recordam como primitiva paroquial<sup>13</sup>. Em abono desta possibilidade, a notícia evoca o testemunho de Pinho Leal, que propusera que a matriz tivesse tido assento original na aldeia de Luzares<sup>14</sup>, próximo do local do achado, lembrando, a propósito, a conhecida lenda do confronto entre mouros e cristãos – no século IX ou X, segundo os autores – que, na etimologia popular, «explica» a origem dos nomes do Rio Tinto, Contumil e outros.

12 SEVERO, 1905.

13 MARTINS, 1972: 7. As referências à igreja de «sancta maria», mais tarde «de canpanaam», em 1058 e 1059 (MOREIRA, 1984: p. 28) são coevas das menções a «sanctum martinum» (MOREIRA, 1971: p. 353-4), seguramente na mesma área, mas sem qualquer sugestão de que este templo tivesse precedido aquele.

14 LEAL, 1874: p. 60. Aparentemente a designação original seria *Luzazeres*, se bem que a referência mais antiga a *Luzares* seja já do século XVI. O lugar está hoje totalmente urbanizado, e apenas é recordado toponimicamente desde 2003, data em que o Município atribuiu esta designação a um arruamento da freguesia de Campanhã (CUNHA E FREITAS, 1999: 216; REIS, 2017: 658).

Assim *exumado* da imprensa diária<sup>15</sup>, este achado arqueológico constitui elemento de relevo para a arqueologia funerária medieval do espaço urbano do Porto, considerando a raridade deste género de sepulturas na cidade. Na verdade, embora os trabalhos de arqueologia urbana das últimas décadas tenham vindo a relevar numerosos contextos funerários de época moderna e contemporânea, no que se refere aos sepulcros medievais escavados na rocha, os dados disponíveis continuam a resumir-se, praticamente, ao conjunto de sepulturas relacionadas com o cemitério da Sé, topadas acidentalmente nas obras de restauro da Catedral e nos arranjos urbanísticos da sua envolvente, entre 1933 e 1940, publicitadas originalmente por A. de Magalhães Basto<sup>16</sup> e objeto de revisão crítica moderna<sup>17</sup>.

As informações vindas a lume não permitem saber se as três sepulturas descobertas em 1943 constituíam um núcleo isolado ou – como sugere o autor dos textos do *Janeiro* – parte de necrópole mais vasta; nem tão pouco aferir a possibilidade de alguns destes vestígios terem sido conservados, mesmo que sob as edificações ou arruamentos pouco tempo depois instalados no local. Talvez um dia a arqueologia logre, finalmente, concluir o trabalho que, aparentemente, não pôde fazer naquele já longínquo ano de 1943<sup>18</sup>.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- [ANÓNIMO] (1943), Numa escavação, em Contumil, apareceram três pedras tumulares, *O Comércio do Porto*, ed. de 15 de março, Porto, p. 4
- [ANÓNIMO] (1943), Sepulturas antropomórficas foram postas a descoberto na CIDADE DO PÔRTO, próximo da estação de Contumil, *O Primeiro de Janeiro*, ed. de 15 de março, Porto, p. 1
- [ANÓNIMO] (1943), As sepulturas antropomórficas postas a descoberto em Contumil vieram localizar, de algum modo, a primitiva sede da freguesia de Campanhã, *O Primeiro de Janeiro*, ed. de 16 de março, Porto, p. 1
- BARROCA, Mário Jorge. (2010-2011), Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho, *Portvgalia*. Nova Série, 31-32, Porto, pp. 115-82
- BASTO, Artur de Magalhães (1933), Falam velhos manuscritos... CXVIII. Sepulturas abertas na rocha á porta da Sé, *O Primeiro de Janeiro*, 8 de setembro, Porto
- COSTA, Júlio (1991), Património Natural e Edificado. In MEIRELES, Miguel F.; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira, *Campanhã: estudos monográficos*. Porto, Junta de Freguesia de Campanhã; Câmara Municipal, p. 244
- CUNHA E FREITAS; Eugénio A. (1999), *Toponímia portuense*, Matosinhos, Contemporânea Editora
- DORDIO, Paulo (2005), Projecto de estudo histórico e arqueológico da Sé do Porto – o cemitério. *Estudos/Património*, 8, Lisboa, IPPAR, pp. 26-34

---

15 Que constitui atualmente uma fonte não tão acessível como poderia supor-se, dada a rápida degradação física dos jornais dessa época, que ameaça ultrapassar temporalmente a capacidade técnica de registo digital dessas longas séries de periódicos.

16 BASTO, 1933.

17 BARROCA, 2010-2011: 166. Trabalhos arqueológicos recentes na área da Catedral, designadamente no pátio da sacristia pequena e no exterior sudeste da cabeceira do templo, exumaram significativos conjuntos de sepulturas, mas todas, incluindo as pleno-medievais, constituídas por caixas de lajes ou covachos simples (v., respetivamente, DORDIO, 2005 e OSÓRIO, SILVA, 2002). Recentemente, a descoberta de algumas sepulturas escavadas na rocha numa parcela da Rua da Bandeirinha, que os responsáveis avançam poderem ser de cronologia medieval e estar eventualmente relacionadas com a Judiaria de Monchique, abre um interessante campo de análise, mas os trabalhos estão ainda em curso, devendo aguardar-se estudo mais conclusivo (PEREIRA, 2019).

18 Recentemente, durante a discussão pública do estudo de impacte ambiental de uma obra ferroviária nas imediações, chamámos a atenção para este achado; e temos também conhecimento que um perímetro de salvaguarda será proposto no quadro da revisão do Plano Diretor Municipal do Porto, de modo a que futuras operações urbanísticas particulares ou obras de intervenção na via pública acautelem a eventual identificação de vestígios da necrópole de Contumil.

- GIRÃO, Aristides Amorim (1933), Sepulturas antropomórficas abertas em rocha, *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, Soc. Martins Sarmiento, pp. 122-124
- LEAL, Augusto B. Pinho (1874), *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico...* Vol. 2, Lisboa, Liv. Editora de Mattos, Moreira & Comp.<sup>a</sup>
- MARTINS, A. Tavares (1965), Paróquia de Santa Maria de Campanhã (Subsídios para uma monografia), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, 28 (3-4), pp. 541 [publicado também em monografia, com o mesmo título]
- MARTINS, A. Tavares (1972), *Paróquia de Santa Maria de Campanhã (Subsídios para uma monografia)*, Porto, Edições «Marânus» [1966 na folha de rosto]
- MOREIRA, Domingos A. (1971), Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. Apêndice. Lista de simples capelas e curatos efêmeros, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 34:3-4 Porto, pp. 336-417
- MOREIRA, Domingos A. (1984), Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica (Fascículo B-F), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2<sup>a</sup> série, 2, Porto, pp. 7-86
- OSÓRIO, Maria Isabel A.; SILVA, António Manuel S. P. (2002), Arqueologia de um espaço urbano. A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto): primeira notícia. In BARROS, L.; HENRIQUES, F. (coord.) – 3.<sup>o</sup> Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997). *Actas*, Almada, Museu Municipal, p. 83-95.
- PEREIRA, Graça (2019), *Nota técnica. Intervenção arqueológica. Rua da Bandeirinha, n.º 40*, Matosinhos, Arqueologia e Património.
- REIS, Manuel do Carmo (2017), *Prontuário de toponímia portuense*, Vol. 2, Porto, Afrontamento.





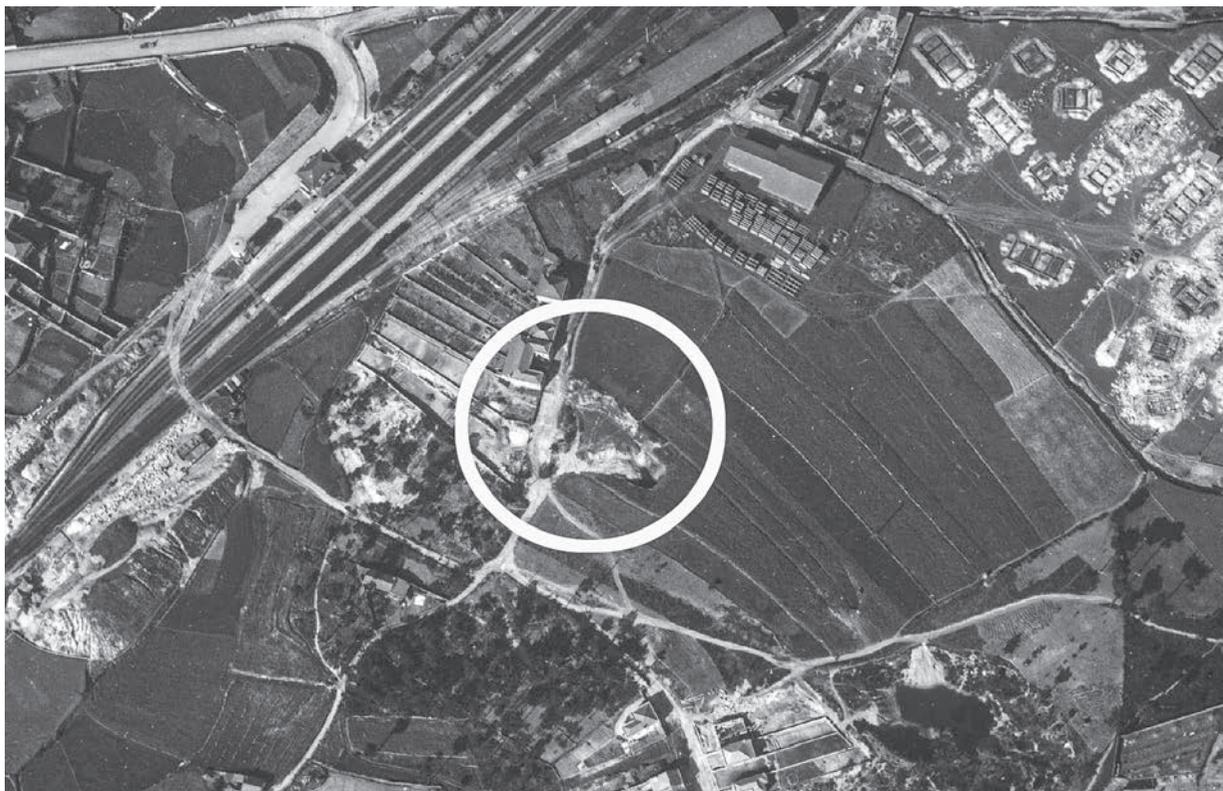
**Fig. 1:** «Um grupo de pessoas observando as sepulturas». Reproduzida d'*O Comércio do Porto* de 15.03.1943.



**Fig. 2:** «Algumas das sepulturas antropomórficas, descobertas em Contumil». Reproduzida d'O *Primeiro de Janeiro* de 15.03.1943.



**Fig. 3:** Local provável do achado arqueológico na cartografia de finais do século XIX, podendo apreciar-se a natureza totalmente rural da área. Sensivelmente a sul, o pequeno lugar de Luzares; a noroeste, do outro lado da linha do «Caminho de Ferro do Minho e Douro» o lugar de Contumil (*Carta cadastral da cidade do Porto à escala 1:2.500, reduzida da carta 1:500 dirigida e levantada por Augusto Gerardo Teles Ferreira, 188?-1892; [folha] 11; AHMP*).



**Fig. 4:** Local provável do achado arqueológico na fotografia aérea da cidade de 1940, observando-se o processo de urbanização em curso (Vôo 1939: SPLAL, fiada 27, n.º 308; AHMP).



**Fig. 5:** Local provável do achado arqueológico na atualidade. Vista sensivelmente de noroeste. Confluência da Rua Senhora de Campanhã (em frente) com a Rua do Buçaco (eixo longitudinal). Foto: GoogleEarth.



## UM *GRAFFITO* DO SÉCULO XV-XVI NO CASTELO DE MONTALEGRE

**Mário Jorge Barroca**

FLUP / CITCEM – UP  
mbarroca@letras.up.pt

**César Guedes**

CITCEM – UP  
cesarlguedes@gmail.com

### ABSTRACT

Study of a graffiti identified in a tower of the castle of Montalegre, a fortification in the north of Portugal, built close to the Spanish border. The graffiti, representing a boat, occupies a large surface. An inscription, dated from 1580, related to the conclusion of works in the castle, suggests the chronology of the graffiti.

**Keywords:** Castle of Montalegre – Graffiti – Boat.

### RESUMO

Estudo de um *graffito* identificado num torreão do castelo de Montalegre, uma fortificação raiana do Norte de Portugal, erguida próximo da fronteira espanhola. O *graffito*, representando um barco, ocupa uma grande superfície. Uma inscrição, datada de 1580, assinalando a conclusão de obras no castelo, poderá estar relacionada com a data do *graffito*.

**Palavras Chave:** Castelo de Montalegre – Graffito – Barco.

Há bastantes anos atrás – corria o ano de 1992 – e no contexto de uma outra investigação, um de nós identificou um *graffito* de grandes dimensões, representando um barco, gravado nos silhares do castelo de Montalegre. O projecto de o vir a publicar ficou logo equacionado. Em 1994 fizemos o seu levantamento, à escala 1:1, sobre película transparente. Mas múltiplas circunstâncias e azares foram ditando que o levantamento, então executado, ficasse sempre a aguardar uma melhor oportunidade. Ela surgiu agora, fruto da colaboração estreita entre os dois autores desta nótula, que entenderam que era altura de resgatar do esquecimento este *graffito* surpreendente.

### O CASTELO DE MONTALEGRE

O castelo de Montalegre localiza-se na freguesia de Montalegre e Padroso, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real e implanta-se a uma cota absoluta de 1011 m, tendo por coordenadas decimais: Lat.: 41.825837°; Long.: -7.790953°. Trata-se de um dos castelos raianos que defendeu a fronteira portuguesa, da qual dista, em linha recta, pouco mais de 6 km. Encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo decreto-lei 136, de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* de 23 do mesmo mês.

Trata-se de uma estrutura militar com uma planta subcircular, sem esquinas ou ângulos. A sua cerca era, inicialmente, defendida por três torres de planta quadrangular, de dimensões progressivamente mais generosas: a mais ocidental é conhecida como a *Torre Pequena*, por ser a de menores dimensões; a do meio, um pouco maior, é designada *Torre do Relógio*; e a terceira, a maior de todas, é popularmente conhecida como a *Torre Furada* (Figs. 1 e 2). Esta última terá, muito provavelmente, desempenhado as funções de torre de menagem na primeira fase do castelo. Com efeito, esta torre apresenta uma entrada no piso térreo, à cota do pátio da fortificação, mas ela resulta de uma intervenção posterior. Na fase inicial, o acesso fazia-se apenas pela porta rasgada ao nível do adarve do castelo, no primeiro andar: uma porta dotada de tímpano com cruz rebaixada, que mais recorda a entrada de um templo do que a de uma torre de menagem. Como esta torre foi construída tangente à linha da face *interna* do pano de muralha, o acesso a esta porta era impossível a partir do adarve. Tinha de ser realizado a partir de escada colocada no pátio da fortificação. Esta circunstância, que a distingue das outras torres do sistema muralhado, aliada ao facto de ser a maior das três torres e de ser dotada de compartimentos, leva-nos a sugerir que ela tenha sido, na fase inicial, a torre de menagem do castelo de Montalegre (Fig. 15).

Segundo uma tradição, que não encontra comprovação inequívoca na documentação da época, o castelo de Montalegre teria recebido uma nova torre de menagem – a que ainda hoje sobrevive e que é identificada enquanto tal – no reinado de D. Afonso IV, no ano de 1331. Alguns estudos, de âmbito regional, registam mesmo a existência de uma inscrição com essa data, gravada nos silhares da torre de menagem, que não conseguimos descortinar. Américo Costa, no entanto, localizava esse letreiro na Torre do Relógio, associando-a à inscrição do Licenciado Manuel Antunes Viana, que adiante abordaremos. Mas também aqui não encontramos vestígio da sua existência. Tão pouco encontramos eco de obras nesta fortificação na Chancelaria de D. Afonso IV.

A implantação desta nova torre de menagem é muito significativa e característica da época em que foi erguida. Com efeito, ela não se localiza isolada no centro do pátio do castelo, mas foi construída adossada à face exterior da muralha, na zona voltada a norte, aquela que não tinha qualquer torreão a defender. A nova torre de menagem, gótica, apresenta entrada de primeiro andar, com acesso feito à cota do adarve do castelo e a partir de um passadiço de pedra, que ainda se preserva. À semelhança do que acontece nos castelos de Lindoso ou de Marvão, a superfície pêtrea deste passadiço era interrompida, numa secção, sendo substituída por uma estrutura de madeira (hoje naturalmente ausente), que podia ser recolhida em caso de ameaça ou de emergência. Na vertical da porta de entrada foi construído um balcão com maticões. A solução repete-se em todas as restantes faces da torre de menagem, alinhando-se os balcões pelo centro das respectivas paredes. À mesma cota que estes balcões centrados foram criados outros quatro balcões, de ângulo, também dotados de orifícios para tiro vertical, que recordam as soluções adoptadas nas torres de menagem de Braga e de Chaves. A torre de menagem de Montalegre é, assim, um magnífico exemplo das torres de menagem góticas, sendo obra seguramente do século XIV (Figs. 12 a 14).

No interior da praça de armas deste pequeno castelo sobrevive, ainda hoje, a cisterna, uma estrutura de planta quadrangular com desenvolvimento vertical, à maneira de poço, com uma escada de acesso que desce até ao nível de água. Mas, como Duarte de Armas registou, nos tempos medievais erguiam-se mais construções no pátio do castelo (Fig. 2).

Os povoadores de Montalegre – “... *omnibus populatōribus qui habitaveritis in mea popula de terra de Barroso que vocatur Montealegre ...*” – receberam Carta de Foro das mãos de D. Afonso III, dada em Lisboa a 9 de Junho de 1273<sup>1</sup>. Por ela os povoadores de Montalegre ficavam obrigados a

1 Cf. PMH, Leges, pp. 728-729; Chanc. D. Afonso III, vol. I, t. 2, Coimbra, 2006, doc. 488, pp. 82-84 (leitura que aqui seguimos).

pagar à coroa portuguesa 3.500 morabitanos repartidos em três prestações, a pagar nos dias 1 dos meses de Fevereiro, Junho e Outubro. E, determinava ainda o monarca: “... *vos populatores debetis michi dare ad placitum meum unum militem filium de algo, meum naturalem, qui vindicet quingentos soldos, qui faciat michi menaginem de meo alcazar, quando ego ibi illud fecero.*”<sup>2</sup>. Destas últimas palavras de Afonso III se poderá deduzir que, em 1273, o castelo de Montalegre não passava de uma intensão da coroa portuguesa. De resto, e enquanto isso não acontecesse, os povoadores deviam as mesmas obrigações mas relativas ao castelo de Piconha: “... *et insuper vos predicti populatores debetis michi dare ad placitum meum unum militem filium de algo et meum naturalem qui vindicat quingentos soldos, qui faciat michi menaginem de Piconia.*...”<sup>3</sup>.

O esforço povoador de D. Afonso III soçobrou, no entanto, face a dificuldades diversas. Dezas-seis anos volvidos, a 3 de Janeiro de 1289, D. Dinis reconhecia que “... *a mha pobra de Montalegre era herma per razom que aqueles que hy ouverom de morar de pobramento que huus morrerom e os outros se fforon per razom do mal e de fforça que lhis os que hy andarom en meu logo faziam.*...”. Para resolver o problema confiou ao seu clérigo Pedro Anes a tarefa de fazer povoar de novo a terra, tendo ele sugerido ao monarca que “... *sse partissem os herdamentos dessa vila per Cem pobrados todos de novo assi como foy da primeira. E que dessem cada ano a mjm Cem maravedis velhos por eles.*...”<sup>4</sup>. O processo de povoamento da póvoa régia de Montalegre voltara, portanto, à estaca zero.

Vinte anos mais tarde, a 20 de Novembro de 1309, D. Dinis visitou Montalegre, talvez para confirmar o sucesso do esforço povoador, quiçá no termo de eventuais obras no castelo. Por essa ocasião, o concelho decidiu doar as aldeias, casais e herdades de Montalegre e da Terra de Barroso ao monarca, continuando a vigorar o compromisso de pagar a renda de 3.500 morabitanos por cada ano, mencionadas na primeira Carta de Foro, do tempo de D. Afonso III<sup>5</sup>.

As dificuldades de povoamento de Montalegre não ficaram, no entanto, sanadas. Um documento de D. Afonso IV, de 26 de Junho de 1340, aludia a novos obstáculos: “... *que no tempo da guerra que ora foy antre mjm e El Rey de Castela, que companhas do seu senhoryo d el Rey de Castela chegarom ao dicto logo de Montalegre e que quitaarom a moor parte del e que lhis ardeu hy entom a dicta carta que lhis assi o dicto meu padre dera* ...”<sup>6</sup>. O conflito entre D. Afonso IV e D. Afonso XI de Castela fora, portanto, a causa da ruína de Montalegre e da perda do original dos privilégios de D. Dinis, de 1289. As consequências do conflito de 1336-1339 na zona de Montalegre e da Terra do Barroso – “... *os danos e as perdas e o stragamento e queimas e roubos que recebemos do senhoryo de Castella* ...” – foram, de resto, objecto de mais dois diplomas de Afonso IV, datados de 1341<sup>7</sup>.

Os privilégios da vila de Montalegre foram confirmados por D. Pedro I a 14 de Outubro de 1360<sup>8</sup> e mais tarde, em Novembro de 1433, por D. Duarte<sup>9</sup>.

Nos finais do século XIV voltamos a encontrar notícias sobre Montalegre, no âmbito da Crise Dinástica de 1383-85. Com efeito, o castelo de Montalegre fez parte da ampla doação que D. João I

2 Chanc. D. Afonso III, p. 82.

3 Chanc. D. Afonso III, p. 83.

4 Carta de Privilégio de D. Dinis, de 3 de Janeiro de 1289, transcrita em documento do juiz Garcia Peres e do tabelião Pedro Peres, datado de 2 de Janeiro de 1328, por seu turno inclusa em diploma de D. Afonso IV, de 26 de Junho de 1340 (Chanc. D. Afonso IV, t. II, doc. 234, pp. 360-363).

5 SANTANA, 2008, doc. 70, pp. 200-202.

6 Chanc. D. Afonso IV, t. II, doc. 234, p. 360.

7 Chanc. D. Afonso IV, t. III, doc. 295 (de 30 de Maio de 1341) e doc. 296 (de 24 de Abril de 1341).

8 Chanc. D. Pedro I, doc. 467.

9 Chanc. D. Duarte, vol. I, t. 1, doc. 155.

assinou a favor de D. Nuno Álvares Pereira, compreendendo bens em Trás-os-Montes ocidental – “... do nosso castello de Montealegre com sua terra e de Barroso e de Terra de Pena e do Reguengo de Basto e da Terra do Arco de Boilhe ...”<sup>10</sup>. A carta foi assinada em 28 de Abril de 1385, portanto antes da decisiva Batalha de Aljubarrota. Sublinhe-se, no entanto, que o castelo de Montalegre não deve ter ficado logo na posse de D. Nuno. Com efeito, a documentação revela que esta fortificação esteve, tal como muitas outras do Norte de Portugal, do lado de D. Beatriz e de D. Juan de Castela. Seria preciso aguardar pelo final do ano para que o clérigo João Longo e a população de Montalegre conseguissem recuperar o castelo, entregando-o a D. João I. Nessa altura, o monarca, em reconhecimento, concedeu o privilégio de isenção de portagem dos moradores de Montalegre em todo o reino<sup>11</sup> e doou um casal ao referido clérigo<sup>12</sup>.

Registemos, por fim, que Montalegre integrou os bens da ampla doação que D. Nuno Álvares Pereira assinou, a 1 de Novembro de 1401, a favor de sua filha, D. Beatriz, por ocasião do seu casamento com o Conde D. Afonso, filho bastardo de D. João I<sup>13</sup>.

### OS DESENHOS DE DUARTE DE ARMAS

O Castelo de Montalegre foi desenhado por Duarte de Armas, no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, com duas vistas e uma planta<sup>14</sup>. Conforme o escudeiro de D. Manuel revela, a sua visita ao castelo deu-se quando à frente da fortificação estava D. João de Sousa, que também detinha a alcaidaria do castelo de Portelo. Sabemos que as abandonou em 1513.

Os debuxos mostram duas panorâmicas da fortificação e da área envolvente, uma tomada de sul e a outra tirada da banda de norte (Figs. 5 e 6). Esta extraordinária janela para os alvares do século XVI, permite observar que a póvoa de Montalegre era defendida por uma fortaleza de planta subcircular, dotada das 4 torres já referidas, assinalando-se nos desenhos a mais alta, com imposição de estandarte e legenda a informar que se trata da torre de menagem (Fig. 7). O reduto militar era circundado por uma barbacã extensa, hoje parcialmente desaparecida, mas da qual sobrevivem vestígios, que acompanhava o traçado da muralha e terminava nos cubelos redondos, dotados de troneiras, que protegiam o acesso à torre de menagem. Ainda nos dias de hoje, a plataforma que contorna o Castelo de Montalegre pela linha extramuros apoia-se sobre a contenção de sedimentos criada pela barbacã. Não muito longe da torre de menagem regista-se uma estrutura quadrangular, dotada de cubelos redondos, que defendia a entrada, acrescentada com a reforma de D. João II (como Duarte de Armas elucida em legenda do manuscrito de Madrid). Esteve durante muitos anos encoberta, tendo sido colocada à vista durante as escavações arqueológicas levadas a cabo em 1997-98. Hoje, desta estrutura, subsistem apenas algumas fiadas de silhares, preservando-se ainda o primeiro nível de troneiras (Figs. 16, 17 e 18). Igualmente desaparecido é o traçado do muro que delimitava o espaço destinado à vila e que se localizava na vertente Oeste do monte onde se implanta o castelo. Esta área, quando foi visitada por Duarte de Armas, encontrava-se despovoada, subsistindo apenas a igreja e algumas casas em ruína. O núcleo habitacional primitivo ocupava o sopé da vertente Sudoeste, sob o olhar protector da *Torre Furada*. Acima da povoação registava-se a forca e, a Noroeste, sobre o rio Cávado, o artista desenhou uma ponte de pedra com dois arcos.

<sup>10</sup> Chanc. D. João I, vol. I, t. 2, doc. 736. Tb. transcrito em Chanc. D. João I, vol. IV, t. 2, doc. 544; e em Chanc. D. Duarte, vol. I, t. 1, doc. 500.

<sup>11</sup> Chanc. D. João I, vol. I, t. 3, doc. 1004, de 20 de Dezembro de 1385.

<sup>12</sup> Chanc. D. João I, vol. I, t. 3, doc. 1006, de 22 de Dezembro de 1385.

<sup>13</sup> Chanc. D. João I, vol. II, t. 3, doc. 1441 – documento transcrito na confirmação de D. João I, datada de 8 de Novembro de 1401.

<sup>14</sup> Cf. ARMAS, 2016 e ARMAS, 1990.

A informação contida na planta do castelo que o *debuxador* régio nos legou, permite obter um importante conjunto de dados sobre a organização do espaço no interior da fortaleza (Fig. 7). Indica, por exemplo, que existiam várias construções adossadas à muralha, algumas com piso sobradado ao qual se acedia por intermédio de escadaria exterior. Estes edifícios concentravam-se sobretudo no quadrante Norte da praça de armas, libertando de obstáculos a área a Sul, junto da cisterna e da *Torre Furada*. O acesso ao adarve realizava-se através de escadaria adossada à muralha, situada no lado Leste do pátio, e provavelmente também a partir dos edifícios implantados na zona Norte. Para além das informações que se podem retirar da análise gráfica da planta, Duarte de Armas deixou ainda anotados alguns pormenores sobre as estruturas da fortaleza, referindo as suas dimensões, as medidas das espessuras dos seus muros ou o número de pisos que as constituem<sup>15</sup>.

As leituras que temos vindo a enunciar são baseadas no manuscrito existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas, como é sabido, são conhecidos dois códices com os manuscritos desta obra ímpar da iconografia militar portuguesa. O exemplar que se guarda em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e que usamos para as leituras anteriores, é um produto acabado e mais completo, que acrescenta às duas vistas do castelo uma pormenorizada planta e terá sido concluído em data posterior a Março de 1510 (Figs. 5, 6 e 7). O outro manuscrito, guardado em Madrid, na Biblioteca Nacional de Espanha, está truncado e, por isso, tem menos castelos desenhados, para além de não apresentar plantas (Figs. 3 e 4). Como um de nós teve oportunidade de realçar recentemente, é de grande importância por se tratar do “caderno de campo” utilizado pelo escudeiro de D. Manuel I, onde este registou apontamentos ou pormenores que foram suprimidos na versão de Lisboa<sup>16</sup>. Este manuscrito terá sido realizado em data posterior a 14 de Novembro de 1508 e terminado antes de 1510, tendo sido a base de trabalho para o manuscrito guardado em Lisboa<sup>17</sup>.

A comparação dos dois manuscritos revela-nos a existência de algumas diferenças entre as duas versões. Desde logo, ressalta à vista o tratamento dado aos desenhos que o manuscrito de Lisboa contém. Nos debuxos de Madrid, Duarte de Armas limita-se a representar as volumetrias do castelo, com linhas retas e simples, sem recurso a qualquer tipo de “trama” ou preenchimento. Apenas silhuetas. Já no códice de Lisboa opta por aplicar textura aos muros, desenhando-lhes os silhares graníticos e completando a composição com pormenores “naturalistas”, como as árvores, a vegetação ripária, a ribeira, ou a utilização de tramas para acentuar a orografia acidentada do terreno. Para além destes detalhes, Duarte de Armas faz-se incluir no próprio desenho, montado a cavalo, com a lança ao ombro e acompanhado pelo seu pajem, que segue adiante, apeado e armado de espada e lança, em direcção à povoação.

Todos estes pormenores, que completam a composição final do desenho de Lisboa, estão ausentes do manuscrito de Madrid. Uma análise mais atenta aos debuxos do códice da Biblioteca Nacional de Espanha revela-nos um conjunto de informações bastante detalhadas, que foram suprimidas da versão final apresentada a D. Manuel I e que espelham o que o *debuxador* considerou mais relevante para integrar o trabalho final, deixando entrever o objetivo da encomenda: a caracterização do estado das fortalezas que constituíam a primeira linha de defesa do reino.

Apesar da importância que a análise comparativa entre os dois códices do *Livro das Fortalezas* se reveste não ser compatível com os limites desta pequena nótula dedicada a um *graffito*, e ser

15 Estes apontamentos foram valorizados pela recente leitura de João José Alves Dias, *vd.* ARMAS, 2016, p. 392.

16 O códice de Lisboa encontra-se depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota “Caixa Forte, Ms. 159”, ou PT/TT/CF/159. As vistas do castelo de Montalegre encontram-se representadas nas folhas 97-98 e a planta na folha 131v. A cota do exemplar de Madrid é “Mss 9241”, localizando-se as vistas sobre o castelo nas folhas 52 e 53 da numeração moderna. Sobre a análise dos dois manuscritos do *Livro das Fortalezas do Reino*, cf. BARROCA, 2017a, pp. 183-205.

17 BARROCA 2017a, p. 196.

merecedora de um estudo autónomo, não poderemos deixar de evidenciar, ainda que muito sinteticamente, algumas das principais diferenças observadas nos debuxos de Montalegre.

A primeira grande diferença observada prende-se com o número de edifícios representados no aglomerado populacional, mais numeroso na versão de Lisboa, que regista, na vista de Sul, 40 casas. Para além disso, a organização urbanística que o autor atribuiu ao desenho final também é distinta. Enquanto no manuscrito de Madrid as casas se sucedem sem espaços entre elas, na versão final o desenhador optou por “organizar” o casario, deixando alguns espaços que parecem indicar a existências de 3 arruamentos. Optou, também, por modificar a orientação de algumas casas, que deixaram de ser representadas exclusivamente com o eixo maior de Leste-Oeste, aparecendo na versão final várias habitações orientadas no sentido Norte-Sul. Os próprios edifícios revelam características diferentes. No manuscrito de Madrid a maioria das casas têm coberturas de uma água só, revestidas a telha. Porém, na versão de Lisboa, uma grande parte das construções, para não dizer todas, mostram coberturas em duas águas, sendo maioritariamente revestidas de colmo e apenas algumas, poucas, cobertas por telha.

O facto de no manuscrito de Madrid Duarte de Armas assinalar as seteiras existentes nas quatro torres do castelo, mas não as representar na versão de Lisboa, também nos parece muito interessante. A inclusão das seteiras no debuxo final não se afigurava uma tarefa muito trabalhosa ou de difícil concretização para um desenhador hábil como Duarte de Armas. O escudeiro parece ter considerado pouco relevante a representação deste pormenor, numa altura em que a pirobalística assumia crescente importância e se começava a proceder a profundas e radicais adaptações nas fortificações<sup>18</sup>.

Nas vistas tiradas de Norte, no espaço destinado à cerca da vila, começamos por notar uma diferença na porta de acesso. No manuscrito de Madrid, o desenhador representou a porta com lintel reto, porém, no manuscrito de Lisboa, a entrada realiza-se através de uma porta com arco de volta perfeita. Esta entrada permitia o acesso à Igreja existente no espaço intramuros e que Duarte de Armas também representou de forma diferente. Na versão de Madrid, a igreja possuía uma pequena janela na capela-mor, um óculo na parede fundeira da nave, ligeiramente abaixo da empena, e uma porta na parede Norte do templo. Estes pormenores foram omitidos na versão de Lisboa, que representou a igreja sem aberturas, mas com duas cruzes implantadas nas empenas da nave e da capela-mor.

Digno de registo é, também, a legenda do manuscrito de Madrid, omitida no de Lisboa, revelando que os cubelos do sistema de ingresso foram mandados construir por D. João II<sup>19</sup>. Na Chancelaria do monarca não se encontra, no entanto, rasto das obras empreendidas.

Poucos anos depois da visita de Duarte de Armas, Montalegre recebeu *Foral Novo*, concedido por D. Manuel I em 1515.

Em suma, o castelo de Montalegre é um resultado, tardio, da política de reestruturação das defesas fronteiriças portuguesas, empreendida pela coroa. A sua construção ocorreu na segunda metade do século XIII, na fase final da vigência das *Terras* e das *tenências*. Não conhecemos, de resto, o nome de nenhum tenente para Montalegre. Mas temos os nomes de alguns alcaides: a 6 de Fevereiro de 1484 D. João II nomeou João Teixeira de Macedo como alcaide do castelo de Montalegre<sup>20</sup>; em 1509-10, quando Duarte de Armas por ali passou, o alcaide era D. João de Sousa,

<sup>18</sup> Aspecto que um de nós já havia realçado no prefácio ao estudo que Manuel Duarte Ferreira dedicou ao castelo de Mogadouro intitulado *Mogadouro 1509. Duarte de Armas Descodificado*. Cf. FERREIRA, 2012, pp. 9-10.

<sup>19</sup> GOMES, 2003, p. 185.

<sup>20</sup> ANTT – Chanc. D. João II, Livro 1, fl. 57.

que desempenhou essas funções até 1513; em 1527 o alcaide chamava-se João Pequeno<sup>21</sup>; e, finalmente, em 1538 o cargo era ocupado por Simão de Miranda<sup>22</sup>.

Ao contrário de muitos castelos medievais, a importância de Montalegre não se esgotou com o arranque da Época Moderna e o triunfo de novas formas arquitectónicas adaptadas à pirobalística. Com efeito, o castelo chegou a sofrer algumas transformações durante o período da Restauração, quando se viu dotado de estruturas periféricas abaluartadas. Em 1758 continuava a receber, todos os meses, uma guarnição de nove soldados, um cabo e um sargento, que eram destacados de Chaves para Montalegre, revelando que ainda estava operacional. De resto, nas Memórias Paroquiais de 1758 encontramos uma preciosa descrição da sua estrutura que, porque demasiado extensa, nos dispensamos de aqui transcrever<sup>23</sup>.

Na Real Academia de la História, em Madrid, conserva-se uma planta de Montalegre, datada de 1762, incluída no âmbito de um conjunto de plantas militares relacionadas com os preparativos para a invasão de Portugal pelas forças de Carlos III, no âmbito da chamada *Guerra Fantástica*. A invasão ocorreu em Maio de 1762. Esta planta, executada pelo mesmo autor que realizou uma outra planta, relativa a Bragança, revela-se muito elucidativa no que respeita ao estado de conservação do castelo de Montalegre e aos acrescentos que tinham sido introduzidos em Época Moderna, sendo um magnífico complemento para a minuciosa descrição de 1758. Salienta-se, nomeadamente, a estrutura periférica abaluartada, que rodeava o castelo medieval, da qual sobrevivem vestígios importantes, nomeadamente no revelim virado a Sul, junto da *Torre Furada*<sup>24</sup>.

Feitos os devidos enquadramentos históricos, centremo-nos agora no *graffito*, que é, afinal, o motivo para este longo introito.

## O GRAFFITO

No ângulo direito da *Torre do Relógio*, no silhar de esquina da terceira fiada acima da sapata, gravou-se uma inscrição moderna que ocupa as duas faces do silhar e que diz:

1/ REFORMOU · O · L<sup>do</sup> MA | NOEL

2/ ANTUNES · DE VIAN | A · AÑO 1580

Ou seja, e desdobrando as abreviaturas, «*Reformou-o o L(icencia)do Manoel Antunes de Viana, Ano (de) 1580*». O silhar mede 165 cm de comprimento (pelos quais se registou a primeira parte das duas regras) e 75 cm de espessura (aproveitados para gravar a segunda parte das duas regras, separadas, na nossa leitura, por traço vertical). Tem uma altura de 34,5 cm e as letras da primeira regra possuem 9 cm de altura, enquanto as da segunda linha atingem 11 cm de altura (Figs. 8 a 11). Segundo Américo Costa, era esta inscrição que estaria associada à epígrafe de D. Afonso IV, de 1331, tal como em cima aludimos, a qual diria: «*A. Alf. 4.º Anno de 1331. Reformou o Ld.º Manuel Antunes de Viana. Anno de 1580*».

Esta inscrição moderna interessa-nos particularmente. Com efeito, é ao seu lado que se encontra gravado o *graffito* que aqui nos ocupa (Fig. 9). Este foi gravado na face Leste da segunda torre do castelo, portanto na face da *Torre do Relógio* que está voltada para a terceira torre – a *Torre Furada*.

21 FREIRE, 1909, p. 273.

22 *Demarcações de Fronteira*, vol. 3, p. 127.

23 Cf. CAPELA, BORRALHEIRO & MATOS, 2006, pp. 334-335.

24 MANSO PORTO, 1999, p. 62.

Quem era este Licenciado Manuel Antunes de Viana, que deve ter sido vedor ou responsável nomeado pela coroa para as obras de Montalegre? Não é fácil apurar. Mas António Machado Villas-Boas, numa nota ao seu *Cathalogo dos Varoens Illustres en Santidade, Letras e Armas da mui notável villa de Vianna do Lima*, um manuscrito redigido em 1724, registava:

“Na poesia foy insigne o Licenciado MANOEL ANTUNES VIANNA o qual cursando a Universidade de Coimbra fes todos os seus actos em verso latino e compôs muitas poesias que tiveram boa estimação e algumas se imprimirão de que não sabemos o título.”<sup>25</sup>

Numa nota à margem do manuscrito acrescenta-se «*Barb. Machado não menciona*». Ou seja, das obras poéticas de Manuel Antunes de Viana não se regista qualquer entrada na *Bibliotheca Lusitana*, a monumental obra empreendida por Diogo Barbosa Machado e publicada entre 1741 e 1758<sup>26</sup>. Esta anotação revela que o manuscrito de António Machado Villas-Boas, dado à estampa por Manuel Artur Norton, não era o original de 1724, mas antes uma cópia dos meados ou segunda metade do século XVIII. E, na realidade, o nome de Manuel Antunes Viana não consta na *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. E também não figura no *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva<sup>27</sup>. O seu percurso pelas Letras permanece, portanto, bastante obscuro. Mas o apontamento de António Machado Villas-Boas ajudou a levantar um pouco o véu no que concerne à sua identificação. Com efeito, nos registos da Universidade de Coimbra encontramos Manuel Antunes, filho de António Vaz e natural de Viana do Castelo, que tem registos no Arquivo da Universidade de Coimbra entre 1 de Fevereiro de 1566 e 30 de Junho de 1574. Frequentou a Faculdade de Cânones, onde veio a obter o título de bacharel, a 26 de Julho de 1572, e o de licenciado, a 25 de Junho de 1574<sup>28</sup>.

O *graffito* de Montalegre representa uma embarcação e ocupa quatro silhares de granito, medindo 88 cm de comprimento e 84 cm de altura máxima. O silhar onde foi gravado o casco é de grande dimensão, medindo mais de 160 cm de comprimento e apresentando 34 cm de altura. O silhar central, onde se riscou parte do mastro e do cordame, tem formato quadrangular medindo cerca de 44 cm de largura por 40 cm de altura. O silhar do topo tem 104 cm de comprimento e a sua altura mede proximamente 30 cm (Figs. 19 e 20).

O desenho da embarcação é muito estilizado e simples e terá sido seguramente condicionado pela dificuldade de riscar o granito. Trata-se da representação esquemática de uma nau, com apenas um mastro representado, ligeiramente inclinado para vante, posicionado a meia-nau e encimado por um cesto a que se acedia por intermédio de duas escadas de corda. O mastro mede 64 cm de altura e posiciona-se ligeiramente descentrado do meio da embarcação, em direção à ré. É encimado por um cesto com 12 cm de largura e 10 cm de altura máxima. Da base do cesto parte uma linha ligeiramente curva que liga o mastro à proa do navio, indiciando poder tratar-se de uma grande vela, que termina, erradamente, na proa, junto do arranque de um grande *gurupés*. A escada ou cordame de acesso ao cesto da gávea tem 30 cm de altura, medidos do casco até à base do cesto. A altura dos “degraus” representados varia entre os 8 e 6 cm. No lado da proa a escada mede 8 cm de largura na base e 4 cm no topo. Na zona da popa a escada não apresenta variações, medindo aproximadamente 4 cm da base até ao topo.

O casco do navio, com os seus 84 cm de comprimento máximo, apresenta perfil em U, anguloso na roda de proa e recto na popa, na zona do cadaste. O desenho da proa é simples e bastante

25 VILLAS-BOAS, 1984, p. 173.

26 *Vd.* MACHADO, 1965-67. Na realidade, no vol. 3, não se regista qualquer entrada para Manuel Antunes de Viana.

27 *Cf.* SILVA, 1860-1893, vol. 5 (de 1860), ou vol. 16 (de 1893) – Suplemento de M. de Brito Aranha.

28 *Cf.* Arquivo da Universidade de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/007320. A coincidência cronológica e da naturalidade ajudam a dar credibilidade a esta identificação.

pronunciado, sem representação definida dos castelos, medindo 20 cm de comprimento na sobre guarita e 30 cm de altura máxima, encontrando-se elevada 4 cm em relação à popa. Da proa projecta-se um grande *gurupés* de onde sai um cabo que se liga à linha curva que parte do mastro e poderá corresponder à vela do navio.

A ré da embarcação, ou popa, é também de desenho linear, sem castelos definidos, mas a existência de uma pequena marca poderá indiciar a intenção do autor de delinear o arranque do castelo ou de uma coberta. Mede 10 cm de comprimento no chapitêu, 24 cm de altura máxima e encontra-se elevada em relação ao centro da nau em 9 cm. Em baixo, encontra-se representado o leme, de generosas dimensões, indiciando tratar-se de uma nau de grande tonelagem.

A atribuição de uma cronologia à embarcação tendo por base critérios exclusivamente estilísticos ou plásticos afigura-se problemática por vários motivos. Em primeiro lugar, porque desconhecemos a qualidade do traço do autor do *graffito*. Depois, pelo facto de ter sido riscado sobre granito, um material granuloso e pouco próprio para a fixação de detalhes ou pormenores. Para além disso, as dificuldades de atribuição de uma datação ao navio tendo por base a comparação com representações de outros barcos com cronologia conhecida, são também sublinhadas pelo facto de alguns tipos de navios perdurarem por longos períodos, por vezes mais de um século<sup>29</sup>.

As características que se observam no *graffito*, nomeadamente a representação de apenas um mastro, a ausência de portinholas ou o perfil curvo do casco, muito similar ao da Nau de Mataró, embarcação votiva datada por C14 de *circa* de 1475, levar-nos-ia a recuar a cronologia da embarcação para meados do século XV ou inícios do século XVI<sup>30</sup>. Todavia, devemos ter em atenção o contexto, nomeadamente a inscrição de 1580, relativa às obras de reforma do castelo de Montalegre pelo Licenciado Manuel Antunes de Viana, localizada junto do desenho. Esta data pode dar um enquadramento cronológico para a criação do *graffito*, eventualmente da autoria de um dos elementos da equipa que trabalhou na reformulação do castelo que, tal como o Licenciado Manuel Antunes, seria oriundo *de Viana*, um dos quatro portos mais dinâmicos do Norte de Portugal de Quinhentos (juntamente com Caminha, Vila do Conde e Porto). Certamente que, nessa circunstância, estaria familiarizado com as embarcações que aportavam à foz do Lima.

Junto do *graffito* observam-se ainda outras marcas gravadas na silharia granítica. No silhar imediatamente abaixo do desenho da embarcação observa-se uma sigla, em forma de chave, gravada num silhar retangular com 65 cm de comprimento e 35 cm de altura. A chave, de anel circular vazado, cano curto e palhetão de três dentes, mede 20 cm de altura por 10 cm de largura máxima. Na parte terminal, na zona do palhetão e dos dentes, mede 6 cm de largura e 8 cm de altura. No mesmo silhar onde se encontra gravado o casco do observa-se uma incisão de desenvolvimento vertical, talvez uma sigla incompleta, com 8 cm de altura e 6 cm de largura. Por seu turno, junto do cesto da gávea observa-se um traço horizontal com 6 cm de comprimento.

## **OS GRAFFITI COM REPRESENTAÇÃO DE BARCOS**

Uma observação mais atenta das paredes dos nossos monumentos revela um variado e importante acervo iconográfico que importa resgatar da invisibilidade. Estes “micro-patrimónios” são constituídos por marcas, símbolos ou desenhos, que foram gravados, riscados ou pintados nas pedras e nos rebocos. Surgem quase sempre sob a forma de siglas ou marcas de pedreiros, pedras

29 BARATA, 1989, p. 28.

30 Agradecemos ao Revisor do texto a indicação da similitude entre o casco do *graffito* e da Nau de Mataró, que se conserva atualmente no Maritiem Museum Rotterdam. Cf. PUJOL i HAMELINK, 2008, p. 155.

de traçaria e de *graffiti*. Estes últimos, são relativamente abundantes, mas passam frequentemente despercebidos ao olhar do visitante.

O estudo destas figuras revela-se uma tarefa árdua, pois às dificuldades de visualização e de registo acresce ainda uma enorme variedade de motivos representados. Ao contrário do que acontece com as siglas, com as pedras de traçaria e até mesmo com as medidas-padrão medievais, os *graffiti* são o resultado de um impulso individual, espontâneo e impreparado. Foram frequentemente executados com uma ferramenta improvisada, revestindo-se de características únicas e irrepetíveis, que dificultam os trabalhos de sistematização. Deste modo, a atribuição de uma cronologia precisa a estes desenhos ou gravações revela-se complexa e talvez seja por isso que os investigadores portugueses ainda não lhes dedicaram uma atenção mais sistemática.

Foram muito variadas as motivações que levaram à gravação de símbolos, marcas ou desenhos nas paredes dos monumentos (nos silhares ou nos rebocos) ou sobre outras superfícies (como afloramentos rochosos, cerâmicas ou vidros). A multiplicidade dos temas representados, que pode assumir diferentes graus de complexidade, espelha essa mesma pluralidade de intenções. Estas gravações podiam assumir a forma de sinais ou siglas, que visavam identificar o seu autor, proprietário, ou até o seu conteúdo (como acontece, por exemplo, com *graffiti* incisos em peças de cerâmica). Podiam ser utilizados para assinalar a presença ou a passagem de alguém por um determinado local, como nos sugerem os frequentes autógrafos existentes nas paredes dos monumentos (como vemos, por exemplo, na parede Sul da igreja de Bravães e em muitos outros monumentos). Podiam ser testemunho de devoção (como vemos no *Cristo Morto* do Museu Nacional Machado de Castro, repleto de assinaturas grafitadas das freiras clarissas). Podiam servir para esclarecer identidades (como vemos nos jacentes de Domingos Joanes e Domingas Sabachais, na Capela dos Ferreiros, em Oliveira do Hospital). Ou podiam ser sinais de posse, como acontece com as marcas que os pescadores poveiros gravavam nos seus apetrechos de pesca, para os personalizar, e que, para legitimar o uso dessa sigla, gravavam igualmente em estruturas religiosas (na porta da Capela de Santa Cruz, Balazar; na porta da Capela da Sr<sup>a</sup>. da Bonança, Fão; na mesa da sacristia da Igreja da Misericórdia, Póvoa do Varzim), como bem registou Santos Graça<sup>31</sup>. Por fim, não podemos esquecer que estes desenhos podiam, ainda, assumir um mero sentido mágico ou apotropaico (de que são exemplo os *graffiti*, muito comuns, gravados em lintéis e ombreiras de portas).

Os *graffiti* representam frequentemente objetos que, pelo seu significado ou pelo impacto que causaram na sociedade, adquiriram especial relevância. Nestes casos, as figuras gravadas revestem-se de adicional importância pois testemunham o que a sociedade, ou parte dela, considerava tão significativo que o decidiu marcar para a posteridade. Este desejo de registar e comunicar é intemporal, prevalecendo desde épocas pré-históricas até à contemporaneidade, surgindo até, por vezes, lado a lado. Tomemos apenas como exemplo a representação de uma locomotiva a vapor ou de um barco à vela que José Alcino Tomé decidiu gravar nas rochas do vale do Côa, nos anos 40 do século XX; ou então, o caso mais recente e lamentável, quando, em 2017, durante um passeio de bicicleta, dois ciclistas decidiram desenhar com uma pedra de xisto afiada, uma bicicleta, uma figura humana e a palavra “BIK” no painel onde se encontra gravado o famoso “Homem de Piscos”, *ex-libris* da arte rupestre do vale do Côa e Património Mundial da Humanidade<sup>32</sup>.

O *graffito* que se encontra gravado nos silhares do castelo de Montalegre parece enquadrar-se dentro desta categoria. Ele será seguramente o reflexo do fascínio que as grandes embarcações

31 GRAÇA, 1982, pp. 31-32.

32 Sobre a gravação do barco e da locomotiva cf. GARCÍA DIEZ & LUÍS, 2002-03 pp. 209-210; sobre a gravação no painel do “Homem de Piscos” cf. *Diário de Notícias*, ed. de 24.05.2017.

causaram na sociedade do século XVI, não só pelas riquezas que traziam a bordo ou pelas histórias e aventuras que os seus tripulantes contavam, mas também pelo forte impacto visual causado pelos navios. Não será, portanto, de estranhar que a representação de barcos seja um tema comum entre os *graffiti* riscados nas paredes dos monumentos, como enunciaremos de seguida.

Começamos por assinalar alguns exemplos de representações de barcos que, apesar de não serem *graffiti* e de se enquadrarem mais no domínio da escultura, nos parecem interessantes de mencionar. Referimo-nos em primeiro lugar ao barco esculpido em relevo no segundo contraforte (a contar da esquerda) da fachada da Sé do Porto, estudado por Octávio Lixa Filgueiras, que apontou similitudes com uma coca, embarcação típica do Norte da Europa, existente no museu de Bremen (Fig. 21)<sup>33</sup>. Isabel Ruiz de La Penã González, identificou um relevo similar ao barco da Sé do Porto num arcossólio da igreja de Santa Maria de Concejo em Llanes, nas Astúrias, e uma outra representação de uma embarcação, esculpida num sarcófago<sup>34</sup>. A autora faz ainda referência a alguns exemplos de barcos trabalhados em relevo em vários edifícios residenciais, incluindo o existente na casa que pertenceu a Pero Galego, na rua da Parenta, em Viana do Castelo (Fig. 22)<sup>35</sup>. Mais recentemente Rosa Villar Quintero dedicou a sua atenção a algumas figuras de embarcações existentes na Igreja de Santa Maria de Baiona (Pontevedra), nomeadamente uma coca e uma barca, relacionando-as com as “*cofradías profesionales de la Baiona bajomedieval que contribuyeron económicamente en la construcción del templo*”<sup>36</sup>.

No que respeita aos *graffiti*, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, é um caso excepcional no panorama nacional, não só pelas dezenas de figuras que foram desenhadas nos seus silhares, com recurso a tinta ocre, mas também porque entre elas se encontram representadas, segundo António Luís Ferreira “inúmeras barcas, caravelas, fustas, galés, naus, etc.” (Fig. 23)<sup>37</sup>. Recentemente, Orlindo Jorge analisou e reproduziu fotograficamente um volumoso conjunto destes *graffiti*, incluindo inúmeros exemplos de embarcações<sup>38</sup>. O estudo monográfico de dez destes *graffiti* náuticos foi empreendido por Adolfo Silveira Martins e Maria de Magalhães Ramalho, que publicaram os dois barcos da Sala do Capítulo e um presente na ala Norte do Claustro de D. João I (atribuindo-os aos séculos XV-XVI), um na parede exterior das Capelas Imperfeitas (talvez da mesma época), e outros aparentemente mais recentes (um no andar superior do Claustro de D. Afonso V, três na Adega dos Frades e mais dois nas paredes exteriores das Capelas Imperfeitas)<sup>39</sup>.

Por serem pintados, os exemplos batalhinos recordam, obviamente, os *graffiti* do século XVI e XVII pintados nas paredes do Hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra, implantado no rés-do-chão da Capela da Espírito Santo. Este hospital, cuja edificação remonta ao século XVI, ao reinado de D. João III, manteve-se operacional até uma época tardia, tendo sido duramente afectado pelo Terramoto de 1755. Para consolidar a estrutura da capela, o piso térreo foi então preenchido com sedimentos. Em 1973 foi realizada uma primeira intervenção, que permitiu a identificação de um primeiro *graffito*, localizado junto de uma porta ogival, associado a uma data (1546), o qual foi estudado por Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Serrão<sup>40</sup>. Na década de oitenta procedeu-se à desobstrução de toda a área do velho Hospital, a qual foi objecto de um restauro empreendido entre 2000

33 FILGUEIRAS, 1982, pp. 112-117. Vd. também REAL, 1984, p. 37.

34 RUIZ DE LA PEÑA, 2014, pp. 31-49.

35 *Idem, ibidem*, p. 42.

36 VILLAR QUINTERO, 2017, pp. 359-376.

37 FERREIRA, 2014, p. 41.

38 Cf. JORGE, 2017a, pp. 21-22; JORGE, 2017c; JORGE, 2017d.

39 Cf. MARTINS & RAMALHO, 2016, pp. 301-311.

40 Cf. SERRÃO & SERRÃO, 1977, pp. 387-407.

e 2005. Foi no seu âmbito que foram colocados a descoberto mais cinco *graffiti* de barcos, alguns de cronologia um pouco mais tardia (Fig. 24), que foram estudados por Augusto Salgado, Jorge Freire e Tiago Fraga<sup>41</sup>.

Mas há mais exemplos de embarcações gravadas nas paredes de monumentos portugueses. Em relação ao vale do Mondego, Marco Penajóia teve oportunidade de identificar e de publicar um conjunto de *graffiti* no castelo de Montemor-o-Velho, entre os quais se conta um desenho de uma embarcação, gravado no reboco da parede externa da cisterna do Cercado Norte<sup>42</sup>. No mesmo estudo divulgou alguns dos *graffiti* náuticos que se conservam nas paredes do Convento de Santa Clara-a-Velha, e que aguardam um estudo à altura da sua importância. O mesmo se diga dos vestígios de traçarias, gravados nos rebocos da face exterior da parede Norte da nave, onde se localizou a primitiva *Sala de Risco* do estaleiro de Santa Clara, que continuam à espera de um levantamento rigoroso.

Patrícia Monteiro, no seu estudo sobre a pintura mural no Norte do Alentejo entre os séculos XVI a XVIII, registou diversos *graffiti* no castelo de Amieira do Tejo, “todos inscritos num desenho fino, produzido por um instrumento afiado sobre o reboco que, neste caso (dada a pouca profundidade do traço), já estaria seco”<sup>43</sup>. Entre os vários desenhos que se sobrepõem nos rebocos da Torre de S. João Baptista, a autora destaca o “caso dos barcos de perfil medievo, com o seu casco baixo, uma única vela, de forma quadrangular, e seis remos terminando em pá, em forma de folha, talvez uma embarcação fluvial.”<sup>44</sup>.

No castelo de Olivença são também conhecidos vários *graffiti* realizados no século XV e onde se gravaram mensagens e se representam vários motivos, nomeadamente soldados, uma personagem feminina portadora de um estandarte triangular com as quinas de Portugal, e diversos barcos<sup>45</sup>. Estas figuras, “riscadas por mãos portuguesas” nas paredes da torre de menagem do castelo de Olivença, foram publicadas por Alfredo Pinheiro Marques<sup>46</sup>.

Mais recentemente, Manuel Branco e Francisco Bilou identificaram no castelo de Arraiolos uma inscrição datada de 24 de Abril de 1385, onde se assinalou a construção de “doze ameias e castelonas”, o nome do pedreiro responsável pela obra e o nome do autor da inscrição. Foi precisamente nos rebocos que revestem estas doze ameias que foi gravado um barco e vários outros *graffiti*, constituídos por riscos de contagem, assinaturas, formas geométricas e “o que parece ser o retrato do pedreiro, dado que tem ao lado o seu nome”<sup>47</sup>.

Em Évora, na Igreja de São Francisco, Francisco Bilou registou a existência de um barco “feito a ponta de prego sobre a parede” que infelizmente “desapareceu acidentalmente durante a actual campanha de obras de restauro e conservação do templo.”<sup>48</sup>. O mesmo autor identificou ainda um outro *graffito* de uma embarcação, gravado num dos pilares do Aqueduto da Água da Prata, obra de Francisco de Arruda, concluída em 1535<sup>49</sup>.

---

41 Cf. SALGADO, FREIRE e FRAGA, 2017, pp. 427-433. O *graffito* estudado por Eduardo da Cunha Serrão e por Vítor Serrão corresponde ao *Graffito* 1 deste estudo.

42 PENAJÓIA, 2014, pp. 231-252.

43 MONTEIRO, 2013, p. 89.

44 *Idem, ibidem*.

45 BARROCA, 2000, p. 26.

46 MARQUES, 2000, pp. 86-91.

47 BRANCO & BILOU, 2011 pp. 3-7.

48 BILOU, 2015.

49 *Idem*.

Nos rebocos da Couraça de Tânger, obra erguida pelas forças portuguesas no início do reinado de D. Manuel I, Abdelatif El-Boudjay noticiou a existência de um *graffito* de um barco gravado<sup>50</sup>. Segundo Pedro Dias, as obras desta couraça terão sido da responsabilidade do mestre Jorge Dias<sup>51</sup>.

Se, até agora, convocamos exemplos de *graffiti* medievais criados em ambiente cristão, não se fique com a ideia de que eles foram exclusivos do Cristianismo. Com efeito, no Sul de Portugal conhecem-se diversos exemplos de *graffiti* em contexto islâmico. Registemos alguns exemplos que incluem embarcações.

No castelo de Alcácer do Sal, numa das paredes de taipa da Torre 13, de construção almôada, foi identificado um conjunto muito significativo de *graffiti*, que incluem riscos, nomes em caligrafia árabe, peixes e vários barcos. Um deles representa um barco de grandes dimensões, com 90 cm de comprimento e 50 cm de altura máxima, acompanhado do desenho de ondas estilizadas, um peixe e outros barcos de menor dimensão. Nicole Danièle Cottart e António Rafael Carvalho entendem que estas figuras terão sido realizadas no período compreendido entre 1191 e 1217 – portanto durante o segundo período de domínio muçulmano em Alcácer do Sal, depois da conquista de Abu Yacub Yuçuf e antes da tomada pelo bispo D. Soeiro Viegas<sup>52</sup>.

Em Mértola, as escavações arqueológicas realizadas em 2010, na zona ribeirinha, para a instalação de uma unidade hoteleira, permitiram identificar uma excepcional laje de xisto, com vários *graffiti*, entre os quais se contam 3 barcos. Esta importante peça iconográfica foi atribuída ao século XII, mas tendo em consideração que se encontrava reaproveitada num pavimento de meados dessa centúria ela poderá ser datada “hipoteticamente entre os séculos XI e XII”<sup>53</sup>.

Mais a sul, no decurso de uma intervenção arqueológica realizada na necrópole medieval da Sé de Silves, foi identificada uma embarcação islâmica gravada sobre um bloco pétreo que se encontrava reutilizado numa sepultura. Mário Varela Gomes refere que o contexto arqueológico em que foi recolhido o *graffito* proporciona uma “datação compreendida entre o Período Islâmico, a partir do século VIII, quando ele pode ter sido cortado (*post quem*) e a sua reutilização nos séculos XIV ou XV (*ante quem*)”<sup>54</sup>. O mesmo autor havia já identificado em 2004 e 2005, juntamente com Rosa Varela Gomes, um outro *graffito* de uma embarcação, no decurso de trabalhos arqueológicos realizados nas ruínas do Castelo Belinho (Morgado do Reguengo, Portimão). Neste caso, o desenho do barco “com cronologia segura em meados do século XII” foi “executado com ponta aguçada, muito possivelmente metálica” sobre um bloco de taipa, “quando a taipa ainda não se encontrava totalmente seca”<sup>55</sup>.

Como temos vindo a constatar são inúmeros os exemplos de *graffiti* representando barcos que foram gravados em pedras ou elementos avulsos, em edifícios de arquitetura religiosa, civil ou militar. De resto, os exemplos deste tipo de *graffiti* de embarcações medievais repetem-se um pouco por todo o Mediterrâneo, como André Bazzana teve oportunidade de catalogar para a zona da Península Ibérica e Marrocos em 2006<sup>56</sup>.

Em Espanha os estudos sobre *graffiti* têm vindo a ser desenvolvidos por diversos autores. No *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, reunido em Alicante em 1993, Elvira González Gozalo e Xavier Pastor Quijada apresentaram um interessante estudo consagrado exclusivamente à represen-

50 EL-BOUDJAY, 2012, p. 389.

51 DIAS, 2000, p. 78.

52 COTTART & CARVALHO, 2010, pp. 196-197, 200-202.

53 GOMEZ MARTINEZ & LOPES, 2011, p. 57.

54 GOMES, 2016, pp. 33-35.

55 *Idem*, *Ibidem*, p. 36.

56 BAZZANA, 2006, pp. 16-35.

tação de embarcações em Maiorca, com um levantamento de dezassete *graffiti* náuticos repartidos por onze monumentos distintos daquela ilha do Mediterrâneo<sup>57</sup>. Na Aljafería de Zaragoza, nomeadamente na Torre del Trovador e no Salón del Trono, e no Mosteiro de Rueda (Sástago, Zaragoza) também encontramos representações de barcos<sup>58</sup>. Em Granada, nas paredes das casas do Bairro del Realejo, Elena Navas Guerrero e António Garrido Carrillo tiveram oportunidade de registar diversos *graffiti* com embarcações<sup>59</sup>. E, seguramente, muitos outros exemplos poderiam ser invocados.

Por fim, e fora do âmbito ibérico, não será possível arrolar aqui todos os exemplos de *graffiti* publicados, mesmo se circunscrevêssemos esse esforço apenas à temática náutica. Na bacia do Mediterrâneo a tradição de grafitar desenhos de barcos é ancestral – recua aos tempos da Antiguidade Clássica, da Grécia e de Roma. Para a Idade Média e para os alvares da Época Moderna conhecem-se importantes conjuntos: para além do já mencionado exemplo da ilha de Maiorca, registemos os casos das ilhas de Malta<sup>60</sup> e de Chipre<sup>61</sup>, ambas objecto de levantamentos sistemáticos no quadro de projectos de investigação. Para Itália são também conhecidos vários casos de *graffiti* de tipo náutico, sobretudo gravados em igrejas. Registemos, a título de exemplo, os barcos grafitados na Igreja de S. Michele in Foro, em Lucca, e na Catedral de Pisa, estudados por David Arduini e Chiara Grassi<sup>62</sup>.

Mas a dispersão destes *graffiti* não é apenas mediterrânica nem sequer se circunscreve às zonas costeiras. Os desenhos de barcos nas paredes de templos, de castelos ou de outras construções, é um fenómeno que ultrapassa em muito a linha da costa, como, de resto, o exemplo de Montalegre eloquentemente nos demonstra. E é um fenómeno que percorre todo o espaço europeu, desde os países nórdicos<sup>63</sup> até à Europa do Sul. A Grã-Bretanha, por exemplo, tem um enorme património grafitado e uma larga tradição no seu estudo, ancorada em dezenas de anos de levantamentos, fruto do trabalho de grupos de investigação disseminados um pouco por todo o reino, com uma larga produção *on line*<sup>64</sup>. Entre os milhares de casos de *graffiti* já identificados, Matthew Champion regista mais de 300 referentes a *graffiti* náuticos, com figurações de navios<sup>65</sup>.

## À LAIA DE CONCLUSÃO

O *graffito* do castelo de Montalegre, gravado nas paredes do torreão da fortaleza, a cerca de 90 km (em linha recta) da orla costeira, suscita muitas questões. Como verificamos, o carácter esquemático do seu traçado não permite grandes conclusões do ponto de vista cronológico. Mas a proximidade em relação à inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana, datada de 1580, ajuda a enquadrar o momento da sua criação.

A presença de desenhos de embarcações nas paredes de construções de natureza muito diversa espelha, como nos parece claro, motivações também elas muito distintas. Gravados nas paredes de templos, os desenhos de barcos podem ser reflexo de preces, de votos de encomen-

57 GONZÁLEZ GOZALO & PASTOR QUIJADA, 1993, pp. 1035-1047.

58 Cf. ROYO GUILLÉN & GÓMEZ LECUMBERRI, 2002, pp. 55-155, sobretudo pp. 68-75 e 79-87.

59 Cf. NAVAS GUERRERO & GARRIDO CARRILLO, 2012, pp. 143-154.

60 Cf. MUSCAT, 1991, pp. 143-170; MUSCAT, 1999, pp. 74-105.

61 O projecto cipriota *Karavoi*, liderado por Stella Demesticha, permitiu registar 233 representações de barcos em *graffiti* de 44 monumentos em Chipre – Cf. DEMESTICHA, 2017, pp. 135-141; DEMESTICHA *et alii*, 2017, pp. 346-381.

62 ARDUINI & GRASSI, 2002.

63 WESTERDAHL, 2013, pp. 337-347.

64 Veja-se, por exemplo, o estudo clássico de PRITCHARD, 1967; ou a síntese mais recente de CHAMPION, 2015a. Sobre materiais disponíveis *on line* veja-se, por exemplo, o *Norfolk Medieval Graffiti Survey* disponível em <http://www.medieval-graffiti.co.uk/>.

65 Cf. CHAMPION, 2015b, p. 343. Na sua recente síntese sobre os *graffiti* em igrejas inglesas, Matthew Champion dedica o seu capítulo X ao tema das representações de navios em arquitectura religiosa: CHAMPION, 2015a, Cap. X «Voyages over Stone: Ship Graffiti».

dação ou de reconhecimento – de encomendação para viagens a realizar, convocando a protecção divina, ou de reconhecimento por graças atendidas, em viagens concluídas com sucesso. Têm, nesse sentido, o mesmo significado que os ex-votos que se podem ver em algumas igrejas mais ligadas à devoção de comunidades marinheiras e piscatórias<sup>66</sup>. É o caso das miniaturas de navios oferecidas aos templos, por vezes expostas suspensas nos seus tectos, como vemos na Capela da Sr<sup>a</sup>. da Guia (em Vila do Conde), na Capela dos Mareantes (da Igreja Matriz de Caminha), na Ermida de Santa Cristina (em Lloret del Mar), na Igreja de Notre-Dame de Rocamadour de Camaret-sur-Mer (Finisterra, Bretanha), na Igreja do Porto de Saint Goustan (Morbihan) ou na Igreja do Salvador de Helsingor (Dinamarca). Para além das maquetes de navios, acrescentemos os ex-votos em tábuas pintadas, tão comuns até um passado muito recente. A bibliografia sobre os ex-votos marinheiros, e a sua diversidade de suportes, é também muito abundante.

Os estudos ingleses demonstraram que, ao contrário do que numa primeira análise se poderia pensar, os *graffiti* de barcos não se podem associar exclusivamente, ou sequer maioritariamente, aos tempos anteriores à Reforma Protestante, que encarou as comunidades de pescadores e de marinheiros como particularmente receptivas a *superstições*<sup>67</sup>. Com efeito, uma parte substancial destes desenhos tem, no mundo anglo-saxónico, um enquadramento posterior ao triunfo da Reforma. Em todo o caso, a criação destes desenhos – pintados ou gravados – implicou uma *autorização* tácita das entidades religiosas, porque a sua realização por certo não passaria despercebida. De resto, alguns dos *graffiti* do mosteiro da Batalha, por exemplo, não foram sequer pintados nas paredes exteriores do complexo monástico, mas no seu interior...

Os levantamentos sistemáticos que têm vindo a ser realizados revelam uma grande concentração deste tipo de *graffiti* em igrejas e pequenas capelas da orla costeira, estreitamente ligadas a comunidades piscatórias e marinheiras. Entre nós, no século XVI assistimos a uma multiplicação das Capelas de Mareantes (Caminha, 1511; Viana do Castelo, 1504; Fão; Vila do Conde, 1542; Foz do Douro; Sesimbra...) <sup>68</sup>, espelho da profunda devoção de estas comunidades ligadas ao mar. Mas o crescente número de exemplos de *graffiti* náuticos que tem vindo a ser registado no interior, em zonas muito arredadas da costa, revela que a realidade não se esgota na devoção de comunidades marinheiras.

De resto, quando gravadas nas paredes de fortificações, esses desenhos devem reflectir outras motivações. No caso de Portugal, encontramos alguns *graffiti* que parecem enquadrar-se no primeiro grupo, dos ex-votos. É o caso dos *graffiti* do Mosteiro da Batalha, do Convento de Santa Clara-a-Velha (Coimbra), ou da Capela do Espírito Santo dos Mareantes (em Sesimbra). Mas uma percentagem muito expressiva dos casos aqui arrolados encontra-se registada em castelos ou muralhas, ou seja, em estruturas militares, onde a devoção não deve ter sido o motivo para a sua criação. Recordemos, para além do exemplo de Montalegre, os casos de Montemor-o-Velho, da Amieira, de Olivença, de Arraiolos e da Couraça de Tanger (embora, neste caso, a sua presença até se possa compreender, uma vez que este era o meio de transporte que ligava a praça marroquina ao reino e que, portanto, simbolizava o desejado regresso). E temos ainda outras situações, como o caso do Aqueduto de Água de Prata, em Évora, obra de Francisco de Arruda, terminada em 1535. E o fenómeno nem sequer se circunscreve ao mundo cristão, porque temos *graffiti* de barcos em contextos islâmicos (Alcácer do Sal, Mértola, Silves e Castelo Belinho). E, como já sublinhamos, nalguns casos estamos longe da linha de costa (Montalegre, Olivença, Arraiolos...). O que motivou os autores para a

66 Vd., entre outros, ARMENDARIZ, 2009, pp. 381-402.

67 Cf. CHAMPION, 2015b, pp. 344-345.

68 Cf. BARROCA, 2017b, Insc. N.º 6, p. 136.

realização destes desenhos, nos quais, por vezes, despenderam algum tempo? O fascínio pelas paragens longínquas? Pelas viagens de longo curso, potenciadoras de ricos proventos e de novas esperanças? O que terá levado um pedreiro, nos confins de Trás-os-Montes, bem longe da costa e do Atlântico, a perder algumas horas a gravar, nos silhares do castelo, o desenho esquemático de um navio de grandes proporções?

### **AGRADECIMENTO**

Os autores agradecem ao Arquivo Nacional Torre do Tombo a cedência das imagens das figuras 5, 6 e 7.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Fontes**

Arquivo da Universidade de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/007320

ANTT – Chanc. D. João II, Livro 1, fl. 57

ANTT – *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I*. Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159, fls. 97, 98 e 131v, PT/TT/CF/159

#### **Fontes editadas**

ARMAS, Duarte de (1990), *Livro das Fortalezas*. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com Introdução e Notas de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA/ANTT, 1990 (2ª ed., 1997; 3ª ed., 2006)

ARMAS, Duarte de (2016), *Livro das Fortalezas*, Ed. de João José Alves Dias, Lisboa, Caleidoscópio/Academia Internacional de Cenografia, 2016

Chanc. D. Afonso III = *Chancelaria de Afonso III*, ed. de Leontina Ventura e António Resende Oliveira, vol. I e II, Coimbra, 2006-2011

Chanc. D. Afonso IV = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. Afonso IV*, ed. A. H. Oliveira Marques, 3 vols., Lisboa, INIC/UNL, 1990-1992

Chanc. D. Pedro I = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. Pedro*, ed. A. H. Oliveira Marques, 1 vol., Lisboa, INIC/UNL, 1984

Chanc. D. João I = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. João I*, ed. João José Alves Dias, 11 vols., Lisboa, INIC/UNL, 2004-2006

Chanc. D. Duarte = *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. Duarte*, ed. João José Alves Dias, 4 vols., Lisboa, INIC/UNL, 1998-2002

*Demarcações de Fronteira*, ed. de Humberto Baquero Moreno, vol. 3, Porto, Universidade Portuguesa, 2003

PMH, *Leges = Portugaliae Monumenta Historica – Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (2008) – *Documentação Foraleira Dionisina de Trás-os-Montes*, Lisboa, Ed. Colibri

## Estudos

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (edição policopiada)
- ARDUINI, David; GRASSI, Chiara (2002), *Graffiti di navi medievali sulle chiese di Pisa e di Lucca*, Pisa, Felice Editore
- ARMENDARIZ, Xabier (2009), “Exvotos y ofrendas marineras en el País Vasco: Estado del estudio e inventários de materiales votivos marítimos”, *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del país Vasco*, 6, Museo Naval, Donostia-San Sebastian, pp. 381-402
- BARATA, João da Gama Pimentel (1989), *Estudos de Arqueologia Naval*, 2 vols., Lisboa, INCM
- BARATA, João da Gama Pimentel (1970), “O traçado das naus e galeões Portugueses de 1550-80 a 1640”, *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga*, Secção de Lisboa, Série separatas XXXVIII, Junta de Investigações do Ultramar (Separata de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV)
- BARROCA, Mário Jorge (1992), “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras – Série de História*, IIª Série, vol. 9, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 53-85
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, Lisboa, FCG-FCT
- BARROCA, Mário Jorge (2017a), “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas – contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid”, *Genius Loci: Lugares e Significados/ Places and Meanings*, vol. II, Porto, CITCEM e DCTP, pp. 183-205
- BARROCA, Mário Jorge (2017b), “Inscrições medievais e modernas de Vila do Conde (Séculos XV a XVII)”, *PORTVGALIA*, Nova Série, vol. 38, Porto, 2017, pp. 127-176
- BAZZANA, André (2006), “Les graffiti de bateaux dans al-Andalus et au Maghreb al-Aqsâ”, *Les Cahiers de l’Urbanisme, Mélanges d’archéologie médiévale, Liber amicorum, en hommage à André Mathys*, Bruxelles, pp. 16-35
- BILOU, Francisco (2015), *Grafitos medievais com figuração de barcos, uma interpretação possível*, edição de autor, policopiada
- BRANCO, Manuel J. C.; BILOU, Francisco (2011), *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos
- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique (2006), *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga
- CHAMPION, Matthew (2015a), *Medieval Graffiti. The lost voices of England’s churches*, Ebury Press
- CHAMPION, Matthew (2015b), “Medieval Ship Graffiti in English Churches: Interpretation and Function”, *The Mariner’s Mirror*, vol. 101 (3), pp. 343-350
- CHAMPION, Matthew (2017), “Ship graffiti in East Anglian churches: a reflection of Maritime interventions?”, in AYERS, Brian *et alii*, *Six Essays in Hanseatic History*, Poppyland Publishing, pp. 55-71
- COTTART, Nicole Danièle; CARVALHO, António Rafael (2010), “Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal”, *Conimbriga*, vol. 49, Coimbra, FLUC, pp. 183-223
- DEMESTICHA, Stella (2017), “KARAVOI: A Programme for the Documentation of Ship Graffiti on Medieval and post-Medieval Monuments of Cyprus”, in J. Litwin (Ed.), *Baltic and Beyond. Change and Continuity in Shipbuilding. Proceedings of the Fourteenth International Symposium on Boat and Ship Archaeology*, Gdansk, National Maritime Museum, pp. 135-141

- DEMESTICHA, Stella *et alii* (2017), “Seamen on Land? A Preliminary Analysis of Medieval Ship Graffiti on Cyprus”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 46 (2), pp. 346-381
- Diário de Notícias*, ed. de 24.05.2017 – “Vandalismo de gravura em Foz Côa: dois homens constituídos arguidos”. Consulta realizada no dia 13-04-2020 e disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/pj-identifica-suspeitos-de-vandalismo-de-gravura-do-parque-arqueologico-do-vale-do-coa-8503581.html>
- DIAS, Pedro (2000), *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769*, Lisboa, Livraria Minerva
- EL-BOUDJAY, Abdelatif (2012), “La coracha de Tanger”, *Velhos e novos mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Vol. 1, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, pp. 385-392
- FERREIRA, António Luís (2014), *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XVI. As Capelas Imperfeitas e o Renascimento em Portugal*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- FERREIRA, Manuel Duarte (2012), *Mogadouro 1509. Duarte de Armas Descodificado*, Mogadouro, Ed. do Autor
- FILGUEIRAS, Octávio da Lixa (1982), “A Nave esculpida numa torre da Sé do Porto – Ensaio de identificação”, *Arqueologia*, n.º 6, Porto, GEAP, pp. 112-117
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1909), “A Povoação de Trás os Montes no XVI Século”, *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, Lisboa, pp. 241-290
- GARCIA DIEZ, Marco; LUÍS, Luís (2002-03), “José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do vale do Côa: um caso de etnoarqueologia”, *Estudos Pré-históricos*, vol. X-XI, Viseu, pp. 199-223
- GOMES, Mário Varela (2016), “Iconografia de embarcações islâmicas no actual território Português”, *Gestão dos Recursos Florestais Portugueses na Construção Naval da Idade Moderna: História e Arqueologia*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-44
- GOMES, Rita Costa (2003), *Castelos da Raia. Vol. II, Trás-os-Montes*, Lisboa, IPPAR
- GOMES, Rosa Varela (2016), “Antecedentes da construção naval em Portugal”, *Gestão dos Recursos Florestais Portugueses na Construção Naval da Idade Moderna: História e Arqueologia*, Instituto de Arqueologia e Paleociências, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, pp. 23-32
- GÓMEZ MARTINEZ, Susana; LOPES, Virgílio (2011), “Laje com representações de barcos”, *Os signos do quotidiano: gestos, marcas e símbolos no Al-Ándalus*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, p. 57
- GONZÁLEZ GOZALO, Elvira; PASTOR QUIJADA, Xavier (1993), “La arquitectura naval de los graffiti medievales mallorquines”, *Actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo III, Alicante, pp. 1035-1047
- GRAÇA, António Santos (1982), *O Poveiro*, 2.ª edição, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017a), *Dos grafitos à grande sala do risco do Mosteiro da Batalha*, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [[http://www.academia.edu/36408562/Dos\\_grafitos\\_%C3%A0\\_grande\\_sala\\_do\\_risco\\_do\\_Mosteiro\\_da\\_Batalha](http://www.academia.edu/36408562/Dos_grafitos_%C3%A0_grande_sala_do_risco_do_Mosteiro_da_Batalha)]
- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017b), *Dos grafitos à grande sala do risco do Mosteiro da Batalha*, Anexos, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [<https://>]

[www.academia.edu/36472487/Dos\\_grafitos\\_%C3%A0\\_grande\\_sala\\_do\\_risco\\_do\\_Mosteiro\\_da\\_Batalha\\_-\\_Anexo](http://www.academia.edu/36472487/Dos_grafitos_%C3%A0_grande_sala_do_risco_do_Mosteiro_da_Batalha_-_Anexo)]

- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017c), *Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Levantamento dos grafitos do interior das Capelas-Imperfeitas, do Século XV ao Século XX*, Parte I, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [[https://www.academia.edu/31725081/Levantamento\\_dos\\_grafitos\\_do\\_interior\\_das\\_Capelas\\_Imperfeitas.\\_Do\\_s%C3%A9c.\\_XV\\_ao\\_s%C3%A9c.\\_XX.\\_Parte\\_I](https://www.academia.edu/31725081/Levantamento_dos_grafitos_do_interior_das_Capelas_Imperfeitas._Do_s%C3%A9c._XV_ao_s%C3%A9c._XX._Parte_I)]
- JORGE, Orlindo J. P. C. G. Pires (2017d), *Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Levantamento dos grafitos do interior das Capelas-Imperfeitas, do Século XV ao Século XX*, Parte II, Batalha, ed. de autor. Disponível para consulta no dia 16-04-2020 em: [[https://www.academia.edu/31725424/Levantamento\\_dos\\_grafitos\\_do\\_interior\\_das\\_Capelas\\_Imperfeitas.\\_Do\\_s%C3%A9c.\\_XV\\_ao\\_s%C3%A9c.\\_XX.\\_Parte\\_II](https://www.academia.edu/31725424/Levantamento_dos_grafitos_do_interior_das_Capelas_Imperfeitas._Do_s%C3%A9c._XV_ao_s%C3%A9c._XX._Parte_II)]
- MACHADO, Diogo Barbosa (1965-67), *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols., 3ª ed., Coimbra, Atlântida Editora
- MANSO PORTO, Carmen (1999), *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (Séculos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la História
- MARQUES, Alfredo Pinheiro (2000), *Inscrições medievais no castelo de Olivença deixadas por mãos portuguesas na Torre de Menagem do século XIV aumentada pelo “Príncipe Perfeito” Dom João II*, Montemor-o-Velho, Coimbra, Olivença, Centro de Estudos do Mar
- MARTINS, Adolfo Silveira; RAMALHO, Maria de Magalhães (2016), “Navios no Mosteiro da Batalha: Contributo para o estudo dos *graffiti* históricos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, Lisboa, pp. 301-311
- MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues (2013), *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII), Núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- MUSCAT, Joseph (1991), “Maltese Ship Graffiti (1500-1900)”, in *Medieval Ships and the Birth of Technological Societies*, vol. II, La Valetta, pp. 143-170
- MUSCAT, Joseph (1999), “Ship Graffiti – a Comparative Study”, *Journal of Mediterranean Studies*, vol. 9 (1), La Valetta, pp. 74-105
- NAVAS GUERRERO, Elena; GARRIDO CARRILLO, António (2012), “Grafitos históricos murários de la Cuesta del Pescado n.º 16-18, en el Barrio del Realejo (Granada)”, *De Arte*, n.º 11, pp. 143-154
- PENAJÓIA, Marco (2014), “Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 14, Coimbra, pp. 231-252
- PRITCHARD, Violet (1967), *English Medieval Graffiti*, Cambridge, Cambridge University Press, (reprint, Cambridge University Press, 2008)
- PRITCHARD, Violet (1987), “Some English medieval ship graffiti”, *Mariners Mirror*, vol.73, 3, Londres, Taylors & Francis
- PUJOL i HAMELINK, Marcel (2008), “Tecnología Marítima en la Corona de Aragón. Construcción naval, navegación e infraestructuras portuárias”, in NAVASCUÉS PALACIO, Pedro (Coord. de) *Ars Mechanicae: Ingeniería Medieval en España*, CEDEX-CEHOPU e Fundación Juanelo Turriano, pp. 151-165
- REAL, Manuel Luís (1984), “Inéditos de Arqueologia Portuense”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, GEAP, pp. 30-43

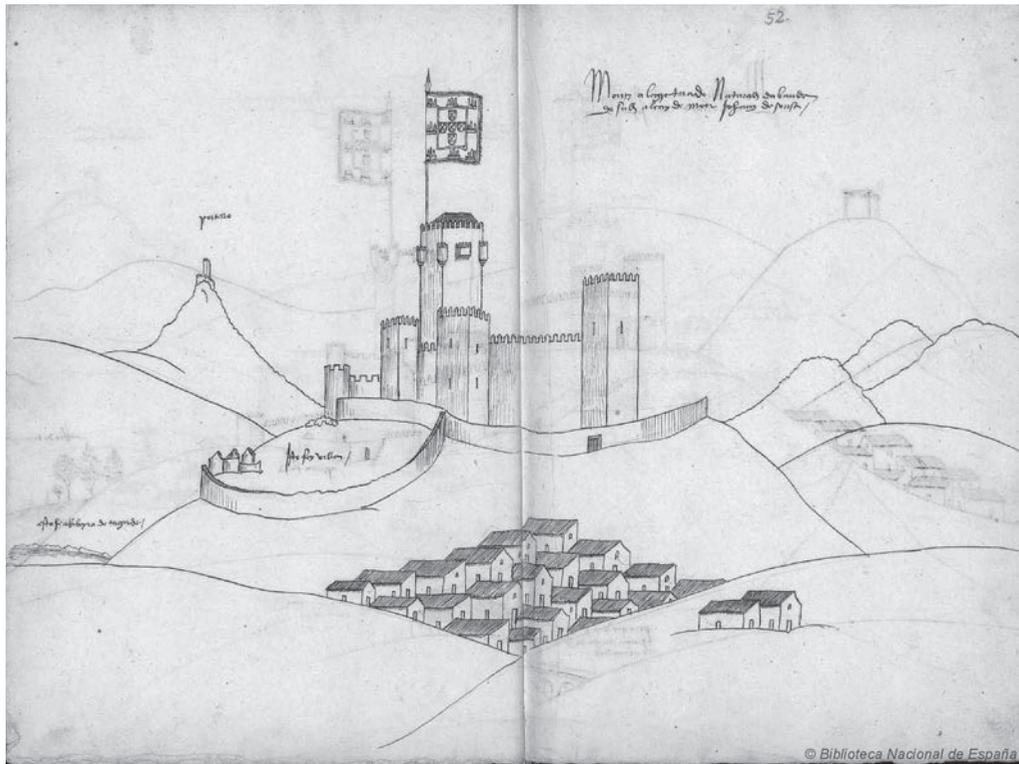
- Reyes Téllez, Francisco; Viñuales Ferreiro, Gonzalo; Ozcáriz Gil, Pablo (2018), “Introducción: Grafitos, Grafiti y Grafías. La necesidad histórica de permanecer en los muros”, *Revista Otarq: Otras arqueologías*, vol. 3, Madrid, JAS Arqueología S.L.U., pp. 2-6.
- ROYO GUILLÉN, José Ignacio; GÓMEZ LECUMBERRI, Fabiola (2002), “Panorama General de los *Graffiti* murales y de los grabados al aire libre medievales y postmedievales en Aragón: Paralelos y Divergencias”, in *Los Graffiti: Un patrimonio inédito para el análisis de la Historia de las Mentalidades, Al-Qannis – Bolletín del Taller de Arqueología de Alcañiz*, vol. 9, Alcaniz (Teruel), pp. 55-155
- RUIZ DE LA PEÑA, Isabel (2014), “La representación del barco en los templos medievales de la fachada atlántica de la Península Ibérica”, *De Arte*, vol. 13, pp. 31-49
- SALGADO, Augusto; FREIRE, Jorge; FRAGA, Tiago Miguel (2017), “Notes on the Ship Graffiti in the Espírito Santo dos Navegantes Hospital, Sesimbra, Portugal”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 46, t. 2, pp. 427-433
- SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor (1977), “Vestígios da antiga Capela do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 387-407
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1860-1893), *Dicionário Bibliográfico Português*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional, e vol. 16 (Suplemento de M. de Brito Aranha), Lisboa, Imprensa Nacional
- VILAS-BOAS, António Machado de (1984), *Catalogo dos Varoens Illustres en Santidade, Letras e Armas da Mui Notavel Villa de Vianna do Lima*, ed. de Manuel Artur Norton, Viana do Castelo, Instituto Cultural Galaico-Minhoto
- VILLAR QUINTERO, Rosa (2017), “Grabados de barcos antiguos en Baiona (Pontevedra)”, *Anuario Brigantino*, n.º 40, pp. 359-376
- WESTERDAHL, Christer (2013), “Medieval Carved Ship Images Found in Nordic Churches: the poor man’s votive ships?”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 42, t. 2, pp. 337-347



**Fig. 1:** Castelo de Montalegre. Vista geral.



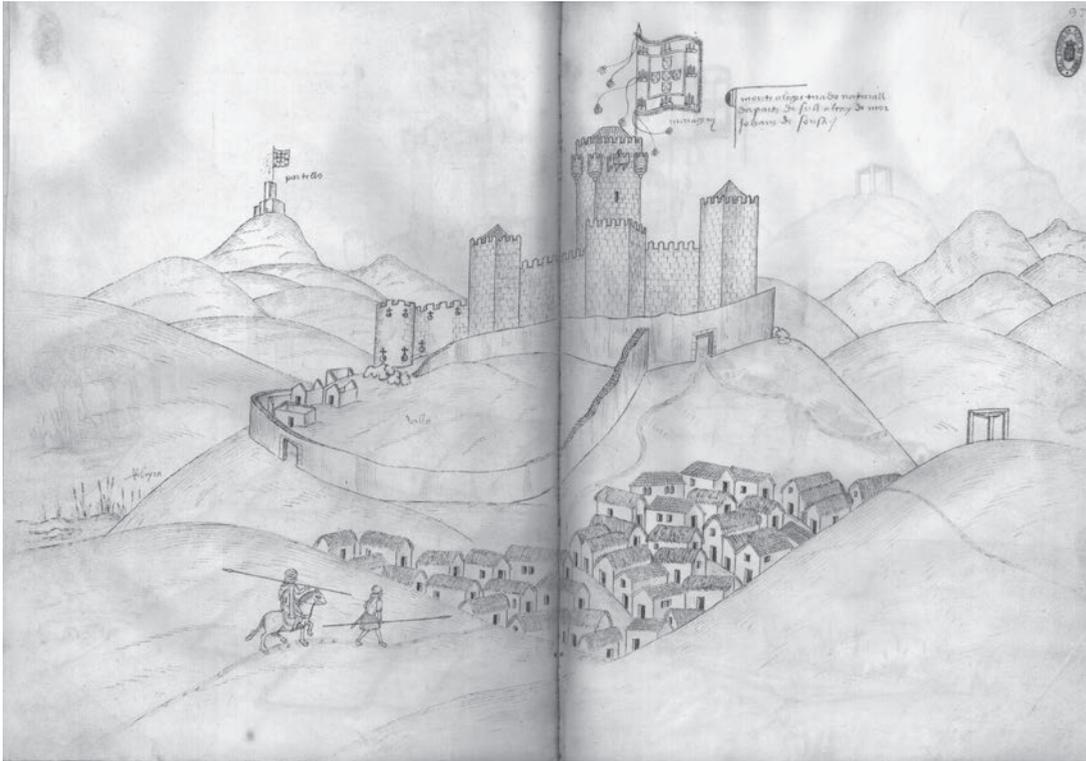
**Fig. 2:** Castelo de Montalegre. Panorâmica sobre a praça de armas e as três torres.



**Fig. 3:** Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Sul do manuscrito de Madrid (Biblioteca Nacional de Espanha, Mss 9241, fl. 52 – imagem reproduzida sob licença Creative Commons: CC-BY-NC-SA).



**Fig. 4:** Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Norte do manuscrito de Madrid (Biblioteca Nacional de Espanha, Mss 9241, fl. 53 – imagem reproduzida sob licença Creative Commons: CC-BY-NC-SA).



**Fig. 5:** Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Sul do manuscrito de Lisboa (ANTT, Ms. 159, fl. 97, PT/TT/CF/159 – imagem gentilmente cedida pelo ANTT).



**Fig. 6:** Castelo de Montalegre. Duarte de Armas. Vista de Norte do manuscrito de Lisboa (ANTT, Ms. 159, fl. 98, PT/TT/CF/159 – imagem gentilmente cedida pelo ANTT).





**Fig. 9:** Castelo de Montalegre. Perspectiva sobre a localização da inscrição e do *graffito*.



**Fig. 10:** Castelo de Montalegre. Inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana no silhar voltado a sudoeste.



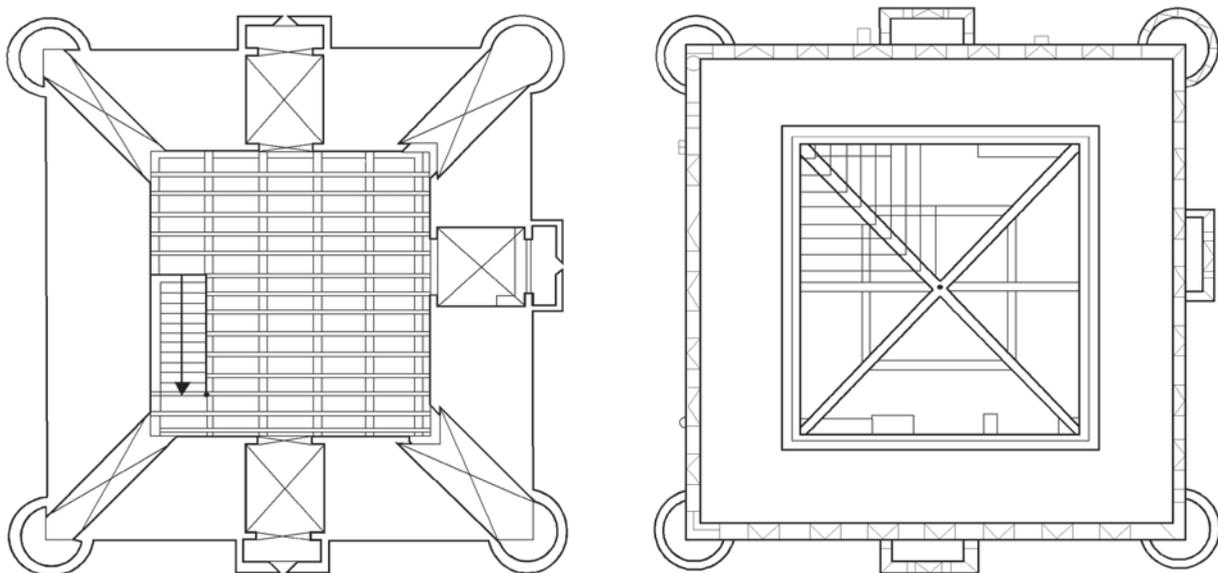
**Fig. 11:** Castelo de Montalegre. Inscrição do Licenciado Manuel Antunes de Viana no silhar voltado a sudeste.



**Fig. 12:** Castelo de Montalegre. Barbacã de porta e torre de menagem.



**Fig. 13:** Castelo de Montalegre. Torre de menagem.



**Fig. 14:** Castelo de Montalegre. Planta da torre de menagem (adaptado do SIPA).



**Fig. 15:** Castelo de Montalegre. Torre Furada.



**Fig. 16:** Castelo de Montalegre. Barbacã de porta.



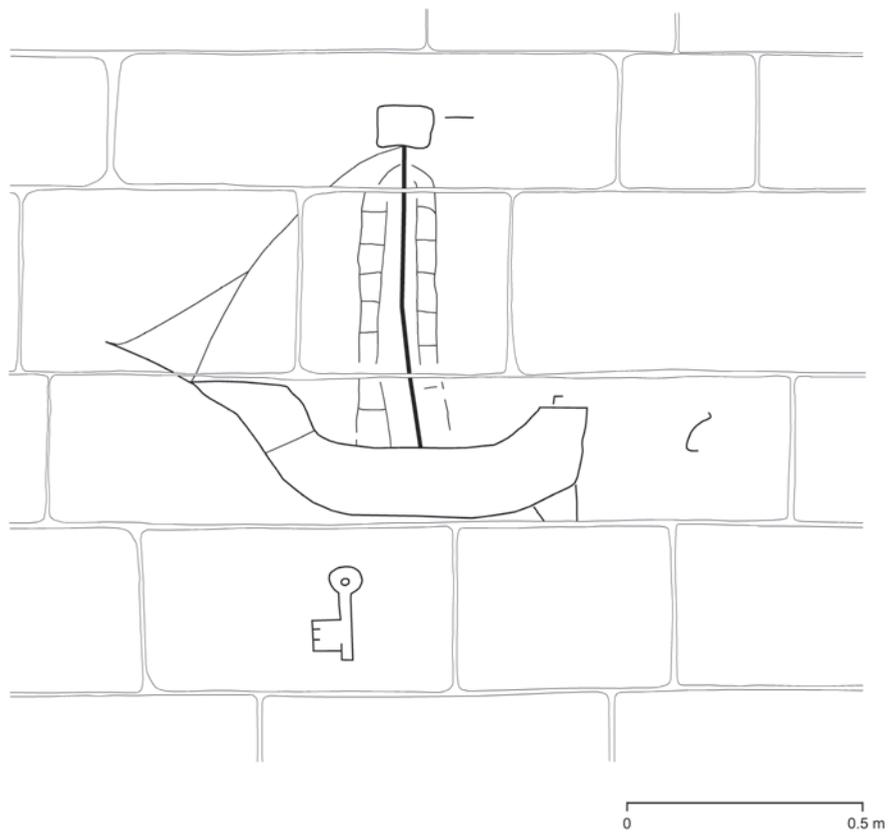
**Fig. 17:** Castelo de Montalegre. Barbacã de porta.



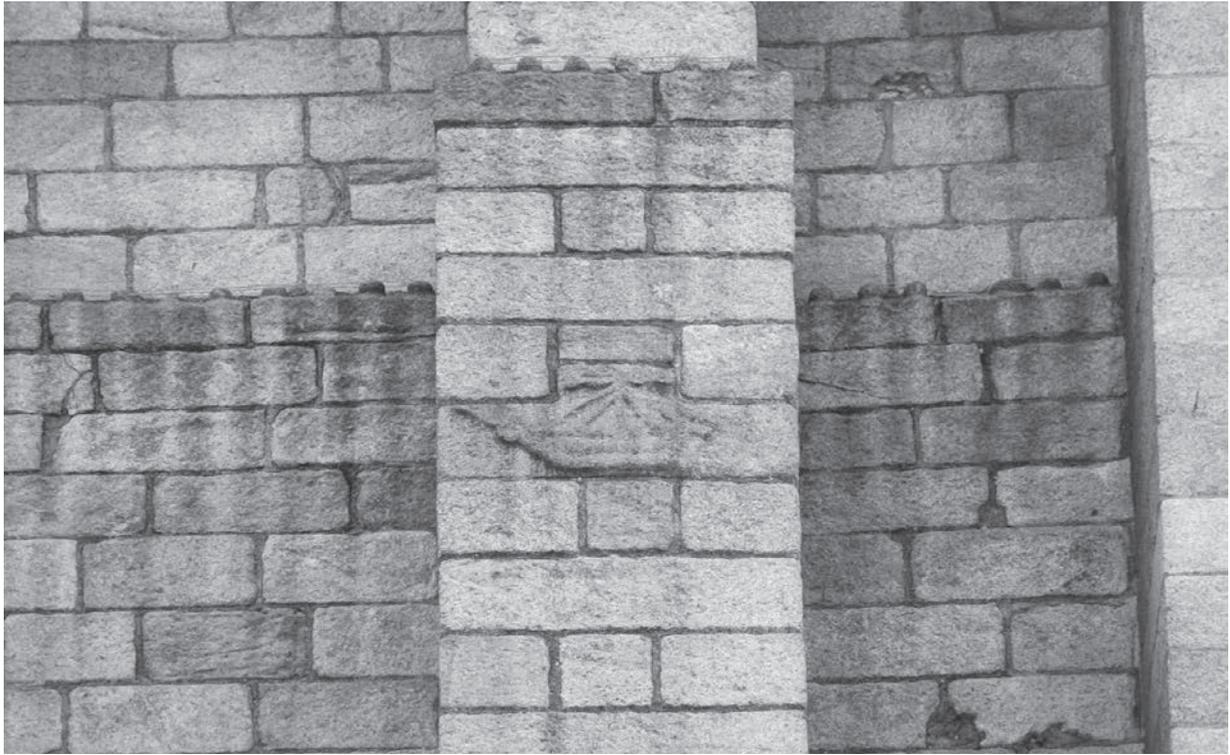
**Fig. 18:** Castelo de Montalegre. Troeira da barbacã de porta.



**Fig. 19:** Castelo de Montalegre. *Graffito*.



**Fig. 20:** Castelo de Montalegre. Levantamento do *graffito*.



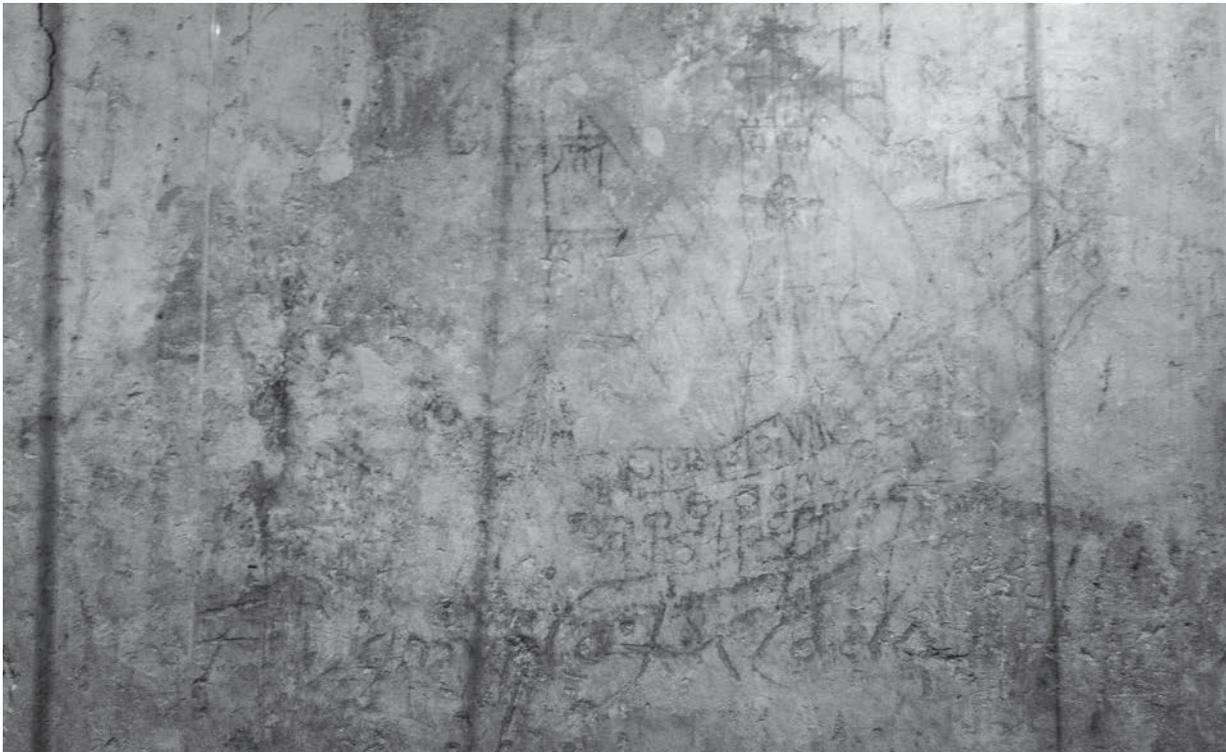
**Fig. 21:** Sé do Porto. Relevo representando uma coca.



**Fig. 22:** Viana do Castelo. Relevo da casa quinhentista da Viela da Parenta.



**Fig. 23:** Mosteiro da Batalha. *Graffito* representando barco.



**Fig. 24:** Sesimbra. Hospital do Espírito Santo dos Mareantes. *Graffito* representando barco.

# O TRABALHO DO LINHO EM CABECEIRAS DE BASTO: ENGENHOS DE MAÇAR

**Teresa Soeiro**

CITCEM – UP  
teresasoeiro@sapo.pt

## ABSTRACT

Fiber flax cultivation was widely spread in Cabeceiras de Basto, in the interior of Entre-Douro-e-Minho province, both for private consumption and for trade in the regional market from where it would sometimes be shipped to more distant places like Brazil. Flax crops were sowed in almost every farmhouse. Sowing was the first step of a cycle highly demanding in workforce up to harvest, and subsequent preparation and transformation of the fibers into linen fabric—the *local cloth* for everyday use. At the turn of the 18th century, due to the textile cotton advance, and aiming to lower costs and intensify linen production, an innovative machine, the flax mill, came into use. Although actioned accordingly to traditional technical skills, it mechanized one of the work stages: the breaking of the dried flax plant to release the textile fiber. We studied the existence and use of the flax mills in this county area.

**Keywords:** flax cultivation; flax plant breaking; flax mills; Cabeceiras de Basto; Entre-Douro-e-Minho

## RESUMO

Cabeceiras de Basto, no interior do Entre-Douro-e-Minho, foi terra de muito cultivo de linho, tanto para auto-consumo como para comercialização no mercado regional, de onde por vezes seguiria para outros mais distantes, como o Brasil. Semeava-se em quase todas as casas de lavoura, dando início a um ciclo muito exigente em mão-de-obra até à colheita, seguida pela preparação da fibra e sua transformação em tecido, o *pano da terra* de uso quotidiano. Na viragem do século XVIII, perante o avanço do têxtil algodoeiro e com o objectivo de baixar custos e viabilizar a intensificação da produção do linho, surgiu uma máquina inovadora, o engenho de maçar, embora accionado recorrendo ao conhecimento técnico tradicional. Mecanizou-se assim uma das fases do trabalho, a maceração da planta seca para libertação da fibra. Estudamos a presença e utilização destes engenhos no aro concelhio.

**Palavras-chave:** cultura do linho; maçagem; engenhos de maçar; Cabeceiras de Basto; Entre-Douro-e-Minho

## INTRODUÇÃO

O município de Cabeceiras de Basto, no interior do Entre-Douro-e-Minho (Noroeste de Portugal), foi terra de muito cultivo de linho, processado localmente tanto para auto-consumo como para comercialização nos mercados locais e regionais, de onde por vezes seguiria para outros mais distantes, pela mão de mercadores que reuniam estas pequenas produções e as encaminhavam para os grandes centros urbanos, a vizinha Espanha ou o Brasil-colónia. Semeava-se em quase todas as casas de lavoura, dando origem a um ciclo muito exigente em mão-de-obra até à colheita, ao qual

se seguiam as sucessivas *voltas* para a preparação da fibra, tarefas executadas habitualmente no seio da família, ao longo do ano, ou como trabalho colectivo e de entreatajuda vicinal, reforçando o entrosamento e a solidariedade da comunidade próxima. Obtido o fio, prosseguia a faina, agora para a sua transformação em tecido, o *pano da terra*, de uso quotidiano, tantas vezes produzido no tear caseiro, ou mandado tecer fora, à tecedeira profissional, sobretudo se destinado a obra mais apurada.

No século XXI, em Cabeceiras não se cultiva, fia ou tece o linho para *casa*, substituído que foi há muito pela aquisição de têxteis de algodão e fibras sintéticas; está confinado ao *artesanato*, e mesmo esse tem dificuldade em preparar ou encontrar fio *caseiro* para os melhores trabalhos, de valor acrescido. Perante este risco de perda patrimonial, o Museu das Terras de Basto, dando sequência ao programa de investigação e registo dos ofícios e tradições cabeceirenses, gizado em 2012 por Isabel Fernandes, elegeu o trabalho do linho como objecto da exposição temporária 2018-2020, patente no Núcleo do Arco de Baúlhe, sob a epígrafe – *A Magia do Linho*. A mesma temática, salientando a contextualização histórica da actividade linheira até meados de Oitocentos, foi apresentada no IV Seminário Internacional «*Ora et Labora*», em Refojos de Basto (2019), e será publicada nas respectivas actas. O que se passou a seguir, nomeadamente a análise da situação actual com base em informação oral, na observação do trabalho das tecedeiras, identificação de estruturas e meios técnicos, constitui o cerne da monografia *O linho em Cabeceiras de Basto (séculos XIX-XXI)*, editada pelo Município neste ano de 2020. No presente trabalho focaremos a atenção no inventário e estudo dos engenhos de maçar, introduzidos na região em meados do século XIX. Esta máquina, específica para o processamento do linho, veio aligeirar um dos trabalhos mais árduos do ciclo, o de bater e macerar as palhas para começar a libertar as fibras têxteis da envolvente lenhosa.

## O CULTIVO DO LINHO EM CABECEIRAS DE BASTO

Uma vez que o cultivo e a transformação do linho no concelho, ao longo do tempo, foram tratados de forma mais detalhada nos trabalhos antes referidos, limitar-nos-emos aqui a apresentar sinteticamente a informação que nos permita perceber onde e como se produzia a matéria-prima que era levada ao engenho de maçar e quais as tarefas prévias para que chegasse à maçagem nas condições mais favoráveis.

Relembremos que, por meados do século XIX, quando o uso do engenho se dissemina no Entre-Douro-e-Minho e Beira Litoral, a área semeada parece estar já em retracção, o que fez soar o alerta entre os técnicos e serviços da tutela para a necessidade de recolher informação fiável e, a partir dela, desenhar políticas de intervenção que travassem a *decadência*. Exemplo destas iniciativas foi o inquérito ao *linho em Portugal*, levado a cabo por Fradesso da Silveira (SILVEIRA 1872). Nele, Guimarães, Amares, Cabeceiras, Celorico e Fafe surgiam como os concelhos do distrito de Braga onde se obtinha mais linho, destacando o autor que em Cabeceiras e Celorico se cultivava o *coimbrão*, semelhante ao *riga nacional*, e não apenas o *mourisco* (de Inverno) e o *galego* (de Primavera). Também Telles de Menezes (MENEZES 1900) ouviu, em 1888, os argumentos dos lavradores, os quais justificavam a redução da área dedicada ao linho não apenas porque a sociedade substituía esta fibra por tecidos de algodão, como pelo muito investimento em mão-de-obra que a cultura exigia até haver um produto vendível, situação desajustada face à alta taxa da emigração. Além disso, o linho precisava das melhores terras, que resultariam bem mais lucrativas se as destinassem à produção de bens alimentares com valor de mercado, cada vez mais procurados.

O novo século trouxe mais inquéritos, cujos resultados se podem encontrar publicados no *Boletim do Trabalho Industrial*. Em geral, os realizados durante a República retratam uma produção

recorrendo a técnicas rotineiras e obtendo pequenas colheitas, mais próprias para o autoconsumo e a *indústria doméstica* do que capazes de alimentar a indústria têxtil linígera, daí a necessidade de o país importar regularmente ramas e fio de linho. Como concluiu Manuel Geraldês, após o estudo deste subsector no distrito de Braga, publicado em 1913: «hoje é tarde para suprir o que de há muito devera ter sido feito [...] No momento actual, esta indústria tem fatalmente de ceder [...] sendo substituída pela indústria mecânica» (GERALDES 1913: 36).

Durante o Estado Novo, apesar das tentativas de modernização das práticas de cultivo, dirigidas à articulação/subordinação da lavoura aos interesses da indústria, nem assim se conseguiu reanimar eficazmente a produção do linho por toda a região interamnense, tendo estes incentivos um efeito reduzido nas Terras de Basto (MONIZ JÚNIOR 1940-1942; GRAÇA 1943). No entanto, a percepção das pessoas com quem falámos em Cabeceiras, crianças ou jovens em meados do século XX, é de que nesse tempo praticamente todos os lavradores e lavradores-caseiros o semeavam, com o objectivo primeiro de ter o necessário para autoconsumo, pois *não havia dinheiro para pano da loja*. Pareciam-lhes mesmo *campos grandes* ou *campinas de linho*; havia linho de Inverno (*mourisco*), que ia para a terra no início do Outono, e linho *galego*, semeado no início da Primavera. Ficavam prontos para a *arrinca* sensivelmente ao mesmo tempo, pelo S. João, mas o segundo, de crescimento rápido, precisava de mais regas e da monda que retirasse as ervas daninhas que o abafavam, para poder medrar.

Os pais dos nossos interlocutores lavravam a terra e limpavam-na muito bem, distribuíam o estrume, alisavam, semeavam a lanço e passavam o engajo para enterrar a linhaça. Depois vinham as regas. A monda, em que tomavam a dianteira os elementos femininos, mais ágeis para passar entre/sobre as plantas, podia levar-se a cabo em sistema de entreajuda e troca recíproca, o mesmo sucedendo nas *arrancadas*, quando a planta amarelecia e a baganha ameaçava libertar a linhaça encapsulada. Era um dia grande o da colheita, de muito esforço, escolhido com cuidado, em que por vezes se tornava necessário ou socialmente prestigiante rogar pessoal entre familiares e vizinhos, ressarcidos por comida e bebida farta, brincadeiras e jogos como o *talhar* camisas, e festa com música e baile a rematar (Fig. 1).

As tarefas a executar seriam basicamente três: arrancar a planta pela raiz, em pequenos feixes (*gabelinhas*) e deixá-los deitados, cruzados, na borda, para perder humidade; juntar estes molhos e levá-los até ao local da ripagem, em que havia sido montado o ripo, fosse no próprio campo, para o ripo vertical, ou na eira, para os de encaixar no banco ou no carro de bois, procedendo-se à ripagem ou passagem da planta pelos dentes do instrumento para soltar a baganha, logo recolhida e posta a secar; refazer os molhos e carreá-los até ao sítio escolhido para o empoçamento (tanque, poça ou corrente) e aí os deixar submersos, com pesos por cima para não flutuarem ou serem arrastados (Fig. 2). Finda a labuta, podia soltar-se a festa. Após os dias de empoçamento necessários, as palhas do linho seriam enxaguadas e postas a secar até à ida ao engenho (OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1978).

## ENGENHOS DE MAÇAR LINHO

Tendo em vista libertar os feixes de fibras existentes na planta do linho, tornava-se necessário dissociar os cimentos pecticos que as uniam e enfraquecer a componente lenhosa estrutural, o que ocorria no empoçamento. No Norte de Portugal, a esta operação seguia-se a maceração, que foi, até à introdução do engenho de maçar nos meados do século XIX, realizada à força de braços, recorrendo a dois instrumentos de madeira: um de uso múltiplo, o mangual, empregue na eira pelos homens, que com ele debulhavam os cereais e faziam outros trabalhos semelhantes como separar

os feijões da vagem seca; o maço, próprio para o linho, de madeira maciça, mais curto e simples, ao gosto das mulheres. Com eles batiam-se as palhas do linho, previamente aquecidas ao Sol para se tornarem mais secas e quebradiças, muitas vezes começando com um trabalho por grosso, a mangual, que seria, num segundo momento e depois de nova exposição ao Sol, apurado a maço, o que implicava pegar numa pequena quantidade de palhas e batê-las com o maço sobre uma pedra ou, mais raro, um forte banco de madeira, para depois trocar as de dentro para o exterior, virar ao contrário e fustigar a parte onde antes se segurava, atingindo-as assim por igual e a todo o comprimento do caule. Era um esforço muscular árduo, desenvolvido ao longo de dias, quer pela mulher isolada no espaço público ou doméstico (exterior), quer por grupos de familiares e vizinhas, para que o ritmo de umas auxiliasse as outras e esta melopeia de pancadas secas se transformasse numa canção de trabalho, aumentando a produtividade. Fazia-a cada qual a maçar para sua casa, em grupo no quadro do sistema colectivo de entreajuda e troca mútua, ou ainda como *serviçada* por conta de lavrador que tivesse uma substancial produção e pudesse pagar.

Foi para ultrapassar os constrangimentos colocados à expansão da cultura do linho e evitar o elevado custo em mão-de-obra da maçagem que, em diversos países europeus, desde a segunda metade do século XVIII, se procurou alterar a rotina e introduzir uma máquina, o engenho de maçar linho, como tivemos ocasião de discutir numa outra publicação (SOEIRO; ANILEIRO 2014). De entre os modelos internacionais, o que obteve sucesso no Entre-Douro-e-Minho parece estar na sequência da máquina apresentada à Academia por Gerard-Joseph Christian, responsável do Conservatoire des Arts et Métiers, de Paris, que de imediato realizou demonstrações públicas e publicou a respectiva memória (1818) – *Instruction pour les gens de la campagne sur la manière de préparer le lin et le chanvre sans rouissage*, na qual explicava a forma de construir (em madeira ou ferro fundido) e utilizar a sua invenção, texto acompanhado de ilustração e planos detalhados (Fig. 3). Candido Xavier transmitiu a notícia desta *invenção* para o público português (X[avier] 1818 e 1819).

De facto, esta máquina podia ser quase integralmente fabricada em madeira, o que a tornava bastante acessível, mas a dimensão proposta, ajustada à tracção manual transmitida a um rolete, limitava-a a um tambor como o proposto, com cerca de 32cm de diâmetro. Os exemplares comuns no Norte de Portugal, que chegaram até nós, duplicam esta escala, porque beneficiaram da adaptação a sistemas motrizes mais potentes – tracção animal e hidráulica, idênticos aos aplicados aos moinhos de cereal e lagares de azeite, portanto com tecnologia instalada e bem conhecida na região. Nestes casos, a transmissão não se faz a um dos roletes mas ao eixo central do tambor, em ferro, adequação que lhes deu a necessária resistência e maior eficácia.

O protótipo francês compunha-se, essencialmente, de um grande tambor de superfície estriada, com estrutura interna atravessada pelo eixo cujas pontas se apoiavam num cavalete. Sobre este cilindro, ou tambor, moviam-se vários roletes estriados em madeira maciça, armados de espigões encaixados sob peças móveis dos tampos laterais, as nossas *teclas*, cujo posicionamento e aperto resultavam da tensão dada a uma corda envolvente. O primeiro destes roletes levava na extremidade a manivela. Accionado o sistema, as estrias do rolete impeliam as do tambor num movimento de sentido contrário e este, por sua vez, os restantes roletes, de forma que o linho introduzido entre o corpo central e essas peças satélites se visse continuamente macerado entre elas até formar uma manta que o *engenheiro* achasse pronta, normalmente ao fim de três voltas completas. Para segurança do técnico, um segmento do tambor não estava coberto por roletes, de forma a poder ser introduzido/retirado o linho sem perigo de esmagamento dos dedos.

Para além da notícia de Cândido Xavier, ainda não sabemos exactamente quais as vias de divulgação deste engenho de maçar no Norte de Portugal. Certo é que, em redor de Guimarães, centro

linheiro do Minho, o engenho de tambor teria principiado a ser construído pelo menos na década de trinta do século XIX, reconhecendo o pároco de Airão, em resposta ao inquérito de 1842, que economizava muito trabalho (Inquérito 1998: 59; CARVALHO 1941: 164).

No distrito do Porto, também já marcava presença regular nas décadas finais da primeira metade do século XIX, uma vez que na cuidada síntese das informações concelhias relativas a 1855, destinada a ser enviada pelo Governador Civil ao poder central (*Relatório* 1856), se dá conta da existência de 486 exemplares, distribuídos por todos os concelhos, verificando-se as maiores concentrações em Penafiel (92), Paredes (69), Felgueiras (46), Vila do Conde (44) e Amarante (30). A preferência recaía nos mecanismos de tracção animal (439). O *Anuário Estatístico* de 1878, menos preciso, colecta apenas 82 no distrito (*Anuario* 1878-79: 95); quando foi realizado o *Inquérito Industrial* de 1881, na área portuense contaram-se mais de duas centenas, apesar da desigual recolha de informação, que atribui a Penafiel entre 92-102 ocorrências, enquanto municípios vizinhos não atingem a dezena ou não responderam (*Relatorio* 1881: 6-7). Uma década volvida, no *Inquérito* de 1890, a que Penafiel não respondeu, manifestaram-se apenas 64 destes estabelecimentos, movidos tanto a água como a força bovina (*Inquérito* 1891b).

Para o distrito de Viseu, onde o linho era igualmente muito cultivado, apenas se reconheceram 10 estabelecimentos em 1878, enquanto em 1881 são mencionados 7 engenhos de maçar: três funcionavam com tracção hidráulica, ficando dois em Oliveira de Frades e um em Resende; outros quatro, todos de Cinfães, eram de tracção animal (bovinos) (*Inquérito* 1881:79). Em 1890 assinala-se apenas um, em S. Pedro do Sul (*Inquérito* 1891c: 212).

Do total nacional de 254 estabelecimento em 1878, há ainda 45 engenhos no distrito de Aveiro e 16 em Coimbra. Nesse momento, aparentemente, não se usava tal equipamento em Trás-os-Montes, na Guarda e nos demais distritos a Sul, como já fora indiciado pelas respostas ao inquérito pouco antes levado a cabo por Fradesso da Silveira (SILVEIRA, 1872).

Contudo, apesar de não dispormos de notícias capazes relativas a Vila Real em 1881, sabemos pelo *Inquérito* de 1890 que, pelo menos Mondim de Basto, concelho na margem do Tâmega e vizinho a Cabeceiras, teria activos dois engenhos, que mobilizavam dois trabalhadores e um aprendiz durante um mês (*Inquérito* 1891c: 142, 187).

Estes resultados são bem mais amplos quando olhamos para o Alto Minho, distrito de Viana do Castelo, onde de 8 situações tributadas em 1878, passamos, no *Inquérito* de 1890, em que seis concelhos confirmaram a presença destas máquinas, a um total de 18 (Arcos de Valdevez 4; Paredes de Coura 2, Monção 4, Ponte do Lima 5, Viana 1 e V. N. de Cerveira 2), com a novidade de em Paredes de Coura se empregar energia mecânica (*Inquérito* 1891c: 80-89, 122).

Quanto ao distrito de Braga, em que se insere Cabeceiras de Basto, contaram-se 93 em 1878, não há resultados para 1881 e em 1890 (*Inquérito* 1891a: 137-152) a relação de engenhos de maçar, a que não respondem vários concelhos, incluindo o que nos interessa neste estudo, apresenta apenas 37 estabelecimentos, com 42 máquinas, distribuídos da seguinte forma:

**Engenhos de maçar linho no distrito de Braga**  
 segundo o *Inquérito Industrial* de 1890

concelho	estabelecimentos	engenhos	período de laboração			operários	
			meses	dias	horas/dia	homens	mulheres
Amares	3	3 tambores	1	20-30	10-12	3	–
Barcelos	11	11 tambores 11 rodas hidráulicas	1-3	20-70	10-13	13 (5 sabem ler)	1
Braga	–	–	–	–	–	–	–
Cabeceiras de Basto	–	–	–	–	–	–	–
Celorico de Basto	–	–	–	–	–	–	–
Esposende	–	–	–	–	–	–	–
Fafe	8	8 tambores 8 de tracção animal	3	40	13	14 (4 sabem ler)	2 (2 sabem ler)
Guimarães	–	–	–	–	–	–	–
Póvoa de Lanhoso	5	10 tambores 6 rodas hidráulicas	1-12	27-40	–	9 (1 sabe ler)	4
Terras de Bouro	6	6 tambores 6 rodas hidráulicas	2	40-50	14	6 (2 sabem ler)	3
Vieira do Minho	3	3 tambores	2	50	12	4	–
V. N. Famalicão	1	1 tambor 1 roda hidráulica	2	60	12	2	–
Vila Verde	–	–	–	–	–	–	–

Perante as questões sobre o valor destas instalações, apenas dois municípios esclarecem que o capital fixo envolvido seria 240\$000 réis em Fafe, onde os oito engenhos manifestados, unitários, são todos de tracção animal; subia para 470\$000 réis nos cinco estabelecidos na Póvoa de Lanhoso, duplos e accionados por rodas hidráulicas, um dos quais afirma a sua abertura durante todo o ano, situação pouco normal, uma vez que a maçagem é uma operação que necessita do tempo quente e seco do Verão, a menos que existam estufas ou instalações industriais similares.

Constituíam a mão-de-obra destas *oficinas* sobretudo homens (>16 anos), com as categorias de mestre (não existia em todos) e operário, auferindo a jornal (\$100-160 na Póvoa de Lanhoso, \$160-300 em Amares, \$240-300 em Barcelos, \$400-600 os de Fafe, em Barcelos \$700). Só em Terras do Bouro recebiam à tarefa (\$200-500).

Mas também havia mulheres, mesmo mestras/contra-mestras (interessadas na exploração?): uma mestra em Barcelos; outra e uma operária em Fafe, ambas alfabetizadas; duas mestras e duas operárias na Póvoa de Lanhoso; 3 operárias em Terras do Bouro. Os menores são raros ou não contabilizados, apenas 2 na Póvoa de Lanhoso, um rapaz (<12 anos) e uma rapariga (12-16), talvez familiares dos adultos, de ambos os géneros, presentes.

O trabalho realizado incidiria tanto sobre *palhas* de linho trazidas ao engenho pelos lavradores-produtores das redondezas, como em outras *nacionais* que se dizem compradas, possivelmente incluindo a vulgar cobrança em percentagem sobre as anteriores, sendo que o negócio raramente ultrapassaria esta dimensão local, muito destinada ao processamento das produções domésticas. Fafe é uma evidente excepção, quanto a volume e também por abrir portas a matéria-prima importada, ganhando dimensão passível de servir a indústria, por exemplo a da vizinha cidade de Guimarães.

**Matéria-prima processada e mercados**  
segundo o *Inquérito Industrial* de 1890

concelho	engenhos	aquisição de palha de linho (1889)		linho maçado (1889)	mercado
		nacional	estrangeira		
Amares	3 tambores	1.600k 75\$000 réis	–	2.700k 190\$000 réis	nacional
Barcelos	11 tambores 11 rodas hidráulicas	5.450K 656\$500 réis*	–	7.300k 1.214\$000 réis**	nacional
Braga	–	–	–	–	–
Cabeceiras de Basto	–	–	–	–	–
Celorico de Basto	–	–	–	–	–
Esposende	–	–	–	–	–
Fafe	8 tambores 8 de tracção animal	240.000k 23.680\$500 réis		120.000K 26.000\$000 réis	nacional
Guimarães	–	–	–	–	–
Póvoa de Lanhoso	10 tambores 6 rodas hidráulicas	–	–	–	–
Terras de Bouro	6 tambores 6 rodas hidráulicas	11.800k 1.422\$000 réis	–	–	nacional
Vieira do Minho	3 tambores	–	–	–	–
V. N. Famalicão	1 tambor 1 roda hidráulica	2.000k 200\$000 réis	–	2.000k 250\$000 réis	nacional
Vila Verde	–	–	–	–	–

\* responderam 8 estabelecimentos

\*\* responderam 9 estabelecimentos

Chegado o século XX, aquando da realização da *Monografia sôbre a indústria do linho no distrito de Braga* por Manuel Geraldes, o engenho era considerado praticamente o único modo de maçar o linho, o velho maço de madeira tinha sido posto de lado, apesar de algumas tecedeiras ainda acharem a fibra resultante daqueles com menor qualidade (GERALDES 1913: 12-14).

No final da década de 30, Mário Elói Moniz Júnior, a chefiar a 1ª Circunscrição Industrial, promove, como referimos antes, novo inquérito sumário sobre a *cultura e indústria do linho* (MONIZ JÚNIOR 1941-42: 311,422, 429-439). Às questões enviadas, pouco claras, recebeu respostas lacónicas e não de todos os municípios. A Sul do Douro, na área Norte do distrito de Viseu, Cinfães confirmou a presença de engenhos, 4 hidráulicos e 1 puxado a bois, que estava desmontado; em Aveiro havia-os em Castelo de Paiva, nos rios Arda, Sardoura e Paiva, não quantificados. A Norte, Bragança continuava sem os ter, o linho era maçado manualmente, e outro tanto informaram os concelhos do distrito de Vila Real, com excepção de dois na margem do Tâmega, Ribeira de Pena, que dispunha de 2 engenhos, e Mondim de Basto, com mais 2, hidráulicos, no Tâmega e Cabril, quiçá os já mencionados em 1890.

Passando ao Entre-Douro-e-Minho, a presença destas máquinas mostrava-se bastante mais disseminada. No distrito de Viana do Castelo, responderam afirmativamente Arcos de Valdevez (12), Caminha (1), Paredes de Coura (3), Ponte da Barca (≥ 3) e Ponte de Lima (≥ 2), perfazendo um total mínimo de 21; no distrito de Braga eram ainda mais e disponíveis em todos os concelhos que responderam, havendo-os em Amares (8, dois deles desmantelados), Barcelos (21), Cabeceiras de

Basto (8), Celorico de Basto (?), Esposende (Fábrica de Fão), Fafe (10), Guimarães (12, eram 14 em 1923 segundo Martins 1928: 126), Póvoa de Lanhoso (10), Terras de Bouro (?) e Vieira do Minho (só 1 a laborar), o que daria um total superior a 70. Já no distrito do Porto, onde mais abundavam no século anterior, parecem agora em acentuada perda, mas ainda dispersos por Amarante (1); Felgueiras ( $\geq 3$ ), Gondomar (10), Lousada (7), Maia (1), Marco de Canavezes (?), Matosinhos (1), Paredes (?), Penafiel (14)<sup>1</sup>, Póvoa de Varzim (1), Valongo (5) e Vila do Conde (2), somando mais de 45.

O cultivo e transformação do linho recebeu um último fôlego com o projecto de industrialização desenvolvido pela EFANOR – Empresa Fabril do Norte (Porto), a partir dos anos 40 (GRAÇA 1943), o qual obrigou à instalação de centrais de maceração, inicialmente previstas para cinco distritos, mas apenas duas contruídas, fixando-se a nortenha em S. Martinho de Bougado, Trofa, onde iniciou a laboração regular em 1948, absorvendo as palhas disponíveis até 1973 (CORDEIRO 2008). Em paralelo a esta tentativa de industrialização, cujo raio de influência não foi muito alargado, os engenhos mantiveram-se activos nas décadas de 50 e 60, até ao ocaso da vetusta produção linheira tradicional, que ocorreu a ritmos diversos, atingindo, quando muito, a década de 70 do século XX. Por então, a maioria dos engenhos havia deixado de trabalhar regularmente e os campos de linho tinham-se tornado tão reduzidos que não justificavam uma deslocação demorada, voltando a ser exequível e mesmo mais adequado maçá-lo em casa da forma mais rudimentar, de regresso ao mangual e ao maço, como sucedeu no município em estudo (SOEIRO, 2020).

### **As instalações de maçagem em Cabeceiras de Basto**

Estabelecido o quadro regional, fomos em busca de engenhos de maçar linho no concelho de Cabeceiras de Basto, conhecendo de antemão as limitações: do Arquivo Municipal, parcialmente destruído pelo fogo no passado; do investimento na revisão sistemática da documentação da Repartição de Finanças e Conservatórias, se acessíveis, dada a dimensão do esforço face aos resultados previsíveis; a dificuldade em trabalhar na parte não tratada do acervo da ARH-Norte, onde, pelo contrário, o salvaguardado *Cadastro das Moagens de Rama*<sup>2</sup>, de 1940-46, nos foi muito útil. A melhor estratégia pareceu-nos, nestas circunstâncias, partir da memória oral, desde que cruzada e com verificação no terreno, sendo que, munidos desta informação pontual, pudemos chegar a outras fontes.

Inventariámos dez engenhos no município de Cabeceiras (Fig. 4) e referenciámos mais dois dos concelhos vizinhos, onde a população deste também se deslocava para maçar. Curiosamente, todos são de tracção hidráulica, havendo um quase total desconhecimento da existência de outra possibilidade de accionamento/instalação, mesmo junto de quem produzia e trabalhava regularmente o linho. Isto condiciona, à partida, a distribuição destas instalações à proximidade das linhas de água, acentuando muitas vezes a distância em relação aos núcleos populacionais e a não integração no conjunto edificado da casa de lavoura, contrariamente ao que sucede com os de tracção animal.

#### **1. Alvite – engenho de Vale Covo (Fig. 5-7)**

A ribeira de Petimão, que em Santa Senhorinha de Basto passa em veiga ampla com terrenos cultivados a acompanhá-la, para montante, em Alvite, corre entre montes cobertos por áreas flo-

---

1 Quantitativo claramente subavaliado, atendendo às existências documentadas e verificadas em trabalho de campo mesmo quando estes equipamentos já estavam a sair ou fora de uso, o que nos leva a colocar reservas sobre os valores atribuídos a outros concelhos.

2 ARH-Norte: Arquivo da Direcção Hidráulica do Norte – *Cadastro das moagens de rama (moinhos ou azenhas accionadas por água das correntes públicas com ou sem levada)*, n.º 121 e 135, 1940-1946.

restais e de mato, em leito bastante encaixado e cheio de penedia, com forte declive, bem patente no tramo em que marca o limite do concelho de Cabeceiras com a freguesia de S. Clemente, de Celorico de Basto. Aí se instalou o núcleo moageiro da Ponte Pedrinha, com moinhos de pão em funcionamento e lagares de azeite, alguns dos quais pertenceram, ao tempo do cadastro da Hidráulica (1940), a Bernardino António de Andrade. Perguntámos ao moleiro José Carlos Pereira (o pai já era moleiro neste local) e à sua esposa se recordavam a existência de um engenho de maçar linho no lugar de Ramil, registado em nome do mesmo proprietário, mas só estavam certos de lá haver um lagar de azeite. No entanto, as respectivas memórias de juventude identificaram-nos dois outros engenhos de maçar, onde cada uma das famílias ia levar o linho de sua produção.

Uma destas instalações, na margem esquerda, ficava para montante, quase no limite da freguesia de Alvite com a de Passos, abaixo do lugar de Vale Covo. A propriedade foi comprada há poucos anos por José Carlos Leite Pereira, sobrinho do moleiro da Ponte Pedrinha. Devemos à boa vontade deste a autorização do familiar para ver o sítio e a preciosa ajuda para lá chegar por caminhos de terra batida que, a partir do ramal que se dirige ao lugar, levam até ao curso da ribeira de Petimão. E também a destreza em improvisar uma limpeza sumária, o afastamento de parte da vegetação que cobria por completo as estruturas.

Menos de dez metros afastado da margem funcionou o engenho de maçar linho, de que subsiste o edifício (arruinado) onde estava instalado, juntamente com uma roda para moagem de cereal. A levada que conduzia a água até eles arranca de uma captação mais afastada; após servi-los, contorna um anexo agrícola, passando a regar o lameiro/campo de milho, tudo componentes de um prédio rústico com vinha e área florestada, que se estende pela encosta até ao curso de água, rodeado por arvoredos.

No topo do campo foi construído, em meados do século XX, um anexo agrícola que serviu de apoio à lavoura, pois nele se guardava o cereal e preparavam as refeições na época das *serviçadas* (Fig. 5.2). É um edifício de planta rectangular, sobradado, com o alçado principal e a maioria dos vãos voltados a SE, construído em granito e coberto de telha *Marselha*. A entrada para o sobrado ficava no alçado menor voltado à encosta, tirando partido da vertente; no sentido contrário, face à ribeira de Petimão, está a construção que albergava o moinho e engenho de maçar (Fig. 6.1).

A descrição que fazemos desta instalação, apesar de ser o único testemunho *in situ* de engenho de maçar hidráulico, está fortemente condicionada pelas dificuldades inerentes ao seu estado de ruína e densidade de vegetação que o invadiu, como é normal nestes locais ribeirinhos. Como não foi possível limpar a estrutura para a realização de fotografias e desenho, procurámos reunir algumas imagens de elementos significativos e fazer um esquiço do espaço com uma hipotética distribuição do equipamento (Fig. 7).

O edifício apresenta planta rectangular irregular, que, estimamos, definia uma área interior que pouco ultrapassaria os 15m<sup>2</sup>. Foi erguido em blocos de granito pouco aparelhados, colocados em seco, e parece encostar-se à parede que suporta o socalco onde corre a levada. A entrada fazia-se por uma porta (±1,65x0,80m) voltada a SE, posicionada num dos alçados menores, perpendicular à parede de suporte e muito perto dela. Descendo alguns degraus entramos na área onde trabalharia o engenho. Deduzimos que aqui estava instalado por na mesma parede haver uma fresta horizontal onde permanece, cravada na pedra, a chumaceira de ferro em que rodava o eixo de transmissão, que unia esta máquina à roda motriz vertical, colocada no exterior, em gola paralela à referida parede (Fig. 7.2). O informador denominou-a *azenha*.

Na parede paralela à ribeira, a mais extensa, o derrube não permite saber se haveria janelas. Apresenta, no entanto, em nível inferior ao do piso de utilização, uma ampla saída para a água,

seguramente para aquela que teria movimentado o rodízio do moinho de cereal. Aqui existe um bloco a servir de separador e desemboca também o que parece ser um canal coberto, o qual acompanha toda a parede até entroncar com a gola já referida.

O moinho constitui o segundo espaço interior, ainda hoje quase totalmente ocupado pelo cubo e pelo pouso da mó. O cubo é o depósito vertical/oblíquo onde se acumulava a água para accionar o rodízio com maior pressão. Está bem preservado, apoia-se lateralmente numa curta mas espessa parede interior e na terceira exterior, e ergue-se encostado à do socalco, coberto por grandes capas graníticas, certamente até à altura da levada. O pouso, um bloco paralelepípedo de granito, está trabalhado na face superior, com um rebordo a definir grande parte do círculo de cerca de 0,80m onde rodava a mó (ausente). O olhal é vazado para colocação da bucha onde passava o veio. Ainda que não pudéssemos descer aos caboucos, aparentemente não existem os elementos da engrenagem em madeira (Fig. 6.2).

O piso de uso e acesso à mó seria mais elevado do que o de funcionamento do engenho, possivelmente com soalho a cobrir os muretes perpendiculares que parecem um canal de água. Sem limpeza nem acesso ao cabouco, a questão da circulação da água ficou por compreender cabalmente. No caso do moinho, o sistema de cubo é bem conhecido, pois receberia a água da levada. Já o percurso necessário para esta accionar a roda vertical do engenho de moer não pôde ser esclarecido.

Este engenho foi também mencionado por Deolinda Magalhães Mota, de Santa Senhorinha de Basto, porque era aqui que o pai trazia o seu linho, tendo-o mais tarde trocado pelo *do Miranda*, em Olela, que ficava muito mais próximo, dentro da freguesia (ver este e outros depoimentos em SOEIRO, 2020).

## **2. Arco de Baúlhe – engenho de Gafes (Fig. 8)**

Falámos com Maria da Conceição Pires, nascida no próprio lugar de Gafes, em 1934, e que aí viveu perto de cinquenta anos, passando depois para as Gaiteras, ambos da freguesia do Arco de Baúlhe. Conheceu bem o complexo moageiro, explorado pelos seus progenitores, que tiveram treze filhos, sendo ela a mais velha; teve por isso de trabalhar e tomar conta dos irmãos, não foi à escola. Também o avô fora moleiro destes moinhos.

Já casada, continuou a trabalhar aqui com o marido, que sabia de moinhos, porque a mãe tinha uma loja no lugar, precisava de farinha para vender; como lembra, estávamos no tempo em que muitas famílias ainda coziavam o pão em casa. Também os caseiros da *banda de lá*, que lavravam os campos em redor, tudo vessadas de milho, passavam as poldras para vir moer o pão para o gasto da família. Porque exploravam o moinho, tinham a obrigação de cozer uma fornada para o patrão, que teria de entregar. Se a água fosse muita nas poldras, precisava ir “à volta”, passar na ponte, o que aumentava muito a deslocação.

O encoro do açude era também procurado por muitas mulheres que vinham lavar mantas para o rio, umas próprias outras por conta. Tudo foi vendido, há mais de vinte anos, a um proprietário que alterou bastante o edificado e mesmo a topografia para organizar uma área de lazer.

As estruturas ficavam junto das Poldras, onde se atravessa o rio “Pequeno”, como chamam aqui ao rio de Ouro, alternativa ao caminho da ponte que dá acesso ao Tâmega, para atravessar na Barca de Atei. Do conjunto fazia parte o moinho de cereal, um lagar de azeite, o engenho de moer linho e uma *máquina de puxar água*, tudo pertença da Casa de Parada, em Pedraça. Quando, em 1940, foi feito o cadastro pelos serviços da Hidráulica, o proprietário era Albino da Silva Afonso, da referida casa, e as estruturas instaladas, na margem direita do rio de Ouro, um moinho de cereal

com quatro rodas e o engenho de linho, com uma roda *de pau*, vertical<sup>3</sup>. Não é mencionado o lagar de azeite. O mesmo proprietário possuía, simultaneamente, no lugar da Ponte Velha (Pedraça), outra moagem com seis rodas e um engenho de azeite, ambos na margem esquerda do mesmo rio de Ouro.

Maria da Conceição visualiza na memória a topografia: ao fundo do campo ficava o moinho, ao lado a *fábrica* do azeite, ambos estruturas fixas, e em cota inferior, o coberto do engenho do linho, que funcionava sazonalmente, no Verão, aproveitando a água das moengas. Era de roda vertical, grande, e tinha um tambor entre os tabuados (taipais) laterais. Muitos clientes vinham de outras freguesias, saíam de casa ainda de noite e chegavam ao alvorecer para *moerem* e regressarem no mesmo dia, já que para o linho não se faziam noitadas como no lagar do azeite, que trabalhava as 24 horas, assim como os moinhos.

Quando o linho era muito e vinha de longe, transportavam-no os homens em carros de bois; se fosse menos e de mais perto, as mulheres traziam-no à cabeça, em molhos atados com cordas. Aqui chegadas, estendiam as palhas às *carreirinhas*, a aquecer bem, e levavam-nas às mãos cheias ao homem que as metia no tambor, para que moesse pouco de cada vez e o trabalho ficasse bem feito.

O pagamento podia ser realizado de duas formas: os que *vinham com os carros lá de cima*, de S. Nicolau, davam uma percentagem do linho; os restantes pagavam em dinheiro. A mãe fiava algum deste linho cobrado no engenho e a lã das ovelhas da família, fazendo com eles cobertores grossos, com riscas de cores, que a avó tecia ou mandava fora, destinados a uso da casa.

Este engenho era o preferido pelos progenitores da tecedeira Maria da Conceição, de Santa Senhorinha. O pai carregava o linho no carro de bois e seguia caminho, com os filhos rapazes à frente. Esperavam pela maçagem e traziam-no de volta.

### **3. – 4. Basto (Santa Senhorinha) – engenhos de Olela (Fig. 9.1)**

António Magalhães Campos, o actual proprietário dos terrenos na margem direita da ribeira de Petimão cruzados pela nova ponte rodoviária do Seixo, informou que, como ainda consta das antigas matrizes prediais, nas décadas de 40-50 ali funcionou um engenho de maçar linho. Por outro lado, no levantamento e pedidos de licenciamento dos Serviços da Hidráulica, de 1940, figura um destes estabelecimentos, com uma roda, mas na margem esquerda do Petimão, pertencente a Bernardo Almada Azenha, residente em Olela<sup>4</sup>.

Aquele que António Magalhães Campos e um outro familiar recordam, por conhecimento directo, estava instalado sobre a levada, frente à *Indústria Miranda* (esta na margem esquerda), serração que fora (1940) de Francisco Lobo e trabalhava accionada por uma *roda de pau*, também tocada pelas águas da ribeira. Estaríamos no tempo em que o *Miranda velho* (Manuel José de Araújo Miranda) explorava a serração – desde 1948 sob a razão social Miranda e Conde L.<sup>da</sup> – e também detinha moinhos de cereal, tudo accionado a partir da roda hidráulica vertical (ainda existia, inactiva, no início do séc. XXI). Posteriormente, a serração passou a dispor de uma máquina a vapor, com transmissão através das mesmas linhas de eixo e polias. Colocamos a hipótese de terem sido então adquiridos e transferidos quer o engenho da outra margem, quer o que houvera nesta, para a empresa passar a oferecer ao público mais este serviço de maçagem do linho, mediante pagamento.

3 ARH-Norte: Arquivo da Direcção Hidráulica do Norte – *Cadastro das moagens de rama (moinhos ou azenhas accionadas por água das correntes públicas com ou sem levada)*, cota 121, 1940-46.

4 ARH-Norte: Arquivo da Direcção Hidráulica do Norte – *Cadastro das moagens de rama (moinhos ou azenhas accionadas por água das correntes públicas com ou sem levada)*, n.º 121, 1940-46.

A esta fase corresponderá a fotografia (Fig. 10.2), da viragem para os anos sessenta, cedida ao Museu das Terras de Basto para reprodução pelos descendentes do proprietário da serração, na qual vemos dois engenhos de maçar linho a trabalhar a par. Não se percebe qual a posição exacta dentro do complexo da serração ou a força motriz em uso (já o vapor?) e o respectivo circuito.

As instalações compunham-se, segundo uma imagem de 1958 (Fig. 10.1), de vários corpos autónomos, construídos uns integralmente em blocos de granito, outros com partes em madeira ou apenas neste material, sendo pelo menos um bastante aberto, quase apenas um coberto com telha *Marselha* sobre armação assente em pilares, característica que é favorável tanto à serração como à maçagem do linho.

Mas voltemos ao primeiro engenho referido, o da margem direita da ribeira de Petimão, do qual se preserva a Levada das Obras, um canal escavado na terra que recebia as águas desviadas do leito, arrancando numa das extremidades do açude de pedra atravessado no leito para produzir o encoro da água imediatamente a montante. Encaminhava-a para propriedades pertencentes à Casa Queimada, de Olela, depois compradas pela Casa do Forno. Esta levada, com água permanente de rega e lima, vai divergindo do percurso da ribeira para manter a cota e deixar espaço intermédio aos férteis lameiros e campos-prado de grande aptidão para forragens e cultivo do milho.

O engenho de maçar linho era montado sazonalmente, de Verão, colocado sobre a própria levada, a cerca de sessenta metros do açude, num ponto em que esta alargava, talvez para receber o elemento que a água tocava. Aí existe uma pedra atravessada para apoiar a máquina (Fig. 9.2). As mulheres aproveitavam a mesma levada para curtir as palhas de linho, imersas na água corrente, com pedras a segurá-las. Ali mesmo as secavam e davam a maçar ao *engenheiro*. Outros lavradores vinham de mais longe, trazendo-as em carro de bois já prontas, ou eram carregadas às costas e à cabeça pelos interessados, dependendo do género.

Já os engenhos a par retratados na Serração Miranda parecem integrar a tipologia peculiar das Terras de Basto, em que o tambor é enquadrado por taipais quadrangulares, os quais, atendendo à altura dos jovens (identificados e um deles contactado pelo Museu), mediriam cerca de 1,30m.

### **5. Cavez – engenho de Cavez (Fig. 14.1)**

O engenho localizava-se na margem direita do Tâmega, imediatamente a jusante da desembocadura do rio Pequeno de Cavez. Era montado sazonalmente, no Verão, accionado por uma roda vertical e não tinha qualquer estrutura a cobri-lo. Deixou de existir há mais de cinquenta anos, estava isolado dos moinhos de pão que, segundo Amélia Madeira, ficavam no rio Pequeno, junto da ponte antiga, outro no Tâmega, abaixo da estrada de Moimenta, e muitos mais nessa ribeira. Caseiros em Arosa, os pais e depois ela própria usavam este engenho; quando deixou de trabalhar, o marido passou a bater o linho a mangual, até há  $\pm 30$  anos, o que era cansativo e só possível com quantidades cada vez mais minguadas.

### **6. Passos – engenho de Mogo**

Na periferia do território concelhio está noticiado o engenho de Mogo, situado no estreito vale encaixado, entre os altos da serra de Penouta e da Senhora da Guia, por onde corre a ribeira de Várzea, que toma o nome da freguesia de Várzea Cova, Fafe. Ficava na margem direita, para lá chegar atravessava-se a ponte de Mogo. É referido por Maria Olinda Ribeiro, na monografia de Cabeceiras de Basto, como o «moinho de linho, na ponte do Mogo, e vários moinhos [14] servidos pela levada de água da Ribeira da Lamela» (RIBEIRO 2013: 334). Na mesma freguesia existia o *Engenho do*

*Paço*, um complexo instalado por um privado, no primeiro quartel do século XX, para transformação de produtos da terra, com moinho de cereal, engenho de azeite, alambique e serração, os três primeiros explorados à maquia, o último, mais oneroso e difícil de manejar, implicando pagamento em numerário. Não consta que este conjunto integrasse engenho para o linho.

### **7. Pedraça – engenho da Cultilinho (Fig. 11-12)**

Este é um caso diferente dos demais, trata-se de um engenho bastante recente, mandado fazer propositadamente pela tecedeira Maria de Fátima Mota quando se quis estabelecer como profissional em artesanato de linho, por 1981. Como não havia nenhum engenho a trabalhar nas redondezas onde pudesse maçar o linho que o pai e depois ela própria passou a semear, deslocou-se a Fervença (Celorico de Basto) para verificar se o que lá conhecia se mantinha aberto. Sem sucesso, já não estava disponível; neste dilema, não havendo outro desactivado que pudesse adquirir e transferir, soube que um carpinteiro de Vila Nune, Anónio *Violas* (António Leite Carvalho), então septuagenário (?), tinha condições para lhe construir um novo, seguindo o modelo tradicional na região, que estava habituado a fazer e consertar. Assim nasceu o exemplar que mantém no exterior da sua casa de habitação, abrigado por um telheiro e preparado para o accionamento a motor. Vamos caracterizá-lo adiante, pois, até ao momento, é o único que conhecemos no concelho.

### **8. Refojos – engenho do lugar da Fábrica (Fig. 3)**

Segundo o cadastro dos serviços da Hidráulica, em 1940 havia neste local, limite das freguesias de Refojos e Pedraça, na margem direita do rio de Ouro, algo afastados do leito, um moinho de cereal com quatro rodas e uma serração *com uma roda de pau*, além de um engenho de linho também *com roda de pau*, mais próximo da margem, pertencentes a Albano Henriques de Sousa e irmão, de Paredes, Refojos.

Um casal idoso, residente muito próximo, confirmou ter funcionado um engenho de linho naquele complexo. Recordava a senhora que, há mais de setenta anos, quando residia em Pedraça, se deslocava com a mãe para vir ali maçar, trazendo o linho à cabeça. Nesse tempo, havia moinhos de pão nas casas do fundo, à beira rio, tocados pela água da levada *do Geraldo*; o engenho ficava na parte de cima, mas dele não resta nada, hoje é espaço livre de uma habitação renovada. Ainda lá permanecia quando os anteriores moradores ficaram com a propriedade, em meados dos anos setenta do século XX.

Disse-nos também que o pai semeava um campo grande; antes de ir para o engenho, o linho estava nove dias na água, em Porto do Rio (Refojos), daí ia corar, bem espalhado, e de seguida levavam-no ao *moinho* (engenho). Depois a *manta* seguia do engenho para casa, era *mancheada*, preparavam as *manequinhas* para espadelar e assedar, material que fiavam ao longo do ano, ela e a mãe faziam serão, enquanto o pai e irmão iam para a cama. Para trabalhar, precisavam de *dar saliva ao linho*; no fim, já tarde, tinham fome e faziam numa tigela sopas de água-pé, com açúcar, para comer antes de ir dormir. A etapa seguinte já não era realizada em casa, mandavam tecer fora.

### **9. Refojos – engenho das Pondras (Fig. 14.2)**

Joaquim Teixeira possuiu, no lugar das Pondras, margem direita do rio de Ouro, moinhos e um engenho de linho. Depois, a clientela do engenho diminuiu e a sua exploração perdeu o interesse, pelo que o transformou para moer milho. Era uma azenha, em cima havia moinho de rodízio com cinco rodas. A água que vinha da levada, passava no moinho e no engenho. Esta foi a informação

transmitida pela sua nora, que veio viver para o lugar quando casou, há cerca de cinquenta anos. Já não existia o engenho, apenas ouviu o sogro referir-se-lhe muitas vezes, bem como ao facto de antes de se fixar neste local, ele próprio, quando casou, ter ido para o lugar da Fábrica, onde havia outro engenho de maçar, moinhos de cereal e serração (o antes mencionado). Em 1940, o moinho das Pondras, com cinco rodas, pertencia a Evaristo Gonçalves de Andrade, residente na Quinta da Mata.

Na Casa da Ramada (Abadim), o linho produzido era, nas décadas de 40-50, levado em panais (panos grandes atados pelas pontas), às costas (homens) e à cabeça (mulheres), ao engenho das Pondras para ser maçado, como teve ocasião de repetidamente observar Beatriz Barroso de Almeida Barreto, a jovem filha dos proprietários.

### 10. Refojos – engenho da Fábrica

Ficou por localizar/confirmar no terreno uma terceira referência em Refojos, relativa à existência, nos anos 40, de um engenho situado no lugar da Fábrica, margem direita do rio de Ouro, pertencente a Maria José Baptista da Cunha, da casa grande do Sardeal, no Arco de Baúlhe. O topónimo Fábrica figura na Carta Militar e é usado para identificar uma área junto ao rio, não longe das Pondras, que nada tem a ver com o sítio da Fábrica, no limite com Pedraça onde fica o conjunto moageiro e serração mencionada sob o n.º 8. Porém, os inquiridos no local não se recordam da existência deste engenho, nem de outro vocacionado para a extracção de azeite que o cadastro da Hidráulica atribui à mesma proprietária, mas apenas de uma serração. No Sardeal, ainda não conseguimos entrar em contacto com descendentes da família indicada<sup>5</sup>.

Para além destas instalações, os lavradores cabeceirenses recorriam pelo menos a mais dois engenhos de maçar, ambos bastante próximos, mas em outros concelhos. Trata-se do **engenho de Salgueirais ou Rebufa**, em Atei (Mondim de Basto), junto do Tâmega, que encerrou há poucos anos e era explorado por um casal daquela freguesia. Aqui chegaram a vir, no tempo dos pais, Rosa Marinho e Maria da Conceição Magalhães, ambas de Vila Nune, freguesia no extremo Sul do município, também na margem do Tâmega. A segunda disse-nos que ainda o viu maçar. O pai era caseiro e, há mais de cinquenta anos, ia com o linho no carro de bois ao engenho de Salgueirais. Estava isolado, num barraco de madeira, tinha *trave por cima e a roda com dentes trabalhava debaixo, era o que moía*. Havia, perto, casa para as pessoas e também tinha passagem em poldras no Verão.

No ano de 1940, havia em Salgueirais, na margem esquerda do Tâmega, um moinho com quatro rodas, de Bento de Moura Guerra (Atei), e na Rebufa, também no Tâmega, margem esquerda, duas casas de moinho, uma com quatro rodas e a outra com uma, ambas de António Augusto Miranda Cunha, de Atei.

A moleira da Ponte Pedrinha, com mais de setenta anos, referida a propósito do engenho de Vale Covo (n.º 1), é natural da parte alta de Petimão, freguesia de Alvite, e também se lembra dos trabalhos do linho, que o pai cultivava para serviço da casa – lençóis, toalhas, rodilhas, colchões. Fiavam-no todos os elementos femininos da família, mas só a mãe pegava no linho, ela e a irmãs tratavam dos tomentos e estopa, três ou quatro maçarocas por noite antes de a progenitora as libertar para *jogar cartas* ou ir dormir. Com os pais, levou as palhas a moer ao **engenho da Ribeira**, na margem da ribeira de Petimão pertencente a S. Clemente de Basto (Celorico de Basto), onde o *engenheiro* era Manuel Magalhães ou Manuel *Súcia*. Tratava-se de uma azenha, a que iam, espera-

---

<sup>5</sup> ARH-Norte: Arquivo da Direcção Hidráulica do Norte – *Cadastro das moagens de rama (moinhos ou azenhas accionadas por água das correntes públicas com ou sem levada)*, n.º 135, 1940-46.

vam pelo trabalho e traziam o linho de volta. Tinha moinhos de pão à beira, terminou há cerca de 53 anos. Rosa Marinho, de Vila Nune, falou-nos igualmente deste engenho no limite de Passos com S. Clemente, que recorda como próximo do lugar de Barrozinho.

O cadastro de 1940 faz menção, no lugar da Ribeira (S. Clemente), margem esquerda, a um lagar de azeite, pertencente a Avelino Alves Leite de Magalhães, morador em Petimão.

## O ENGENHO

Como ficou assinalado, o único engenho de maçar linho que pudemos ver em Cabeceiras foi o mandado construir para a Cultilinho. Réplica das máquinas tradicionais, diferencia-se delas essencialmente pela escolha da força motriz, que aqui se obtém a partir de um motor eléctrico. Este motor novo, adquirido propositadamente por sessenta mil escudos, teve de sofrer adaptações localmente para reduzir a rotação, em tentativa/erro, até chegar à força adequada para moer as palhas devidamente, sem quebrar as fibras, transformação que Fátima Mota nos disse ter ficado mais cara do que a compra, cerca de cem mil escudos.

No início, ainda o tentaram accionar manualmente, aplicando uma roda de ferro de bomba de água, mas mesmo que só introduzissem umas poucas mãos de linho e a força masculina tocasse a bomba, não se obtinha a potência mínima necessária para uma maçagem aceitável. O relato desta experiência veio reforçar as dúvidas que há alguns anos mantínhamos perante o exemplar guardado no Museu Casa de Assento, como adiante diremos.

Qualquer destas modalidades, se a energia necessária fosse conseguida, viabilizaria a montagem do engenho na área doméstica, sem necessidade de procura de linhas de água que accionassem a roda motriz, aspecto em que este exemplar se assemelha à situação dos engenhos tocados por bois, ao que sabemos inexistentes no concelho.

Encontra-se instalado por baixo de um coberto que ao longo do ano acolhe outras arrumações, no recanto do pátio exterior da casa de habitação e oficina/loja. Apenas na época de Verão, para funcionar com maior largueza, esses objectos são retirados e o motor lubrificado. Na sua morfologia geral, segue a tipologia específica desta região, com o tambor enquadrado por grandes taipais quadrangulares (Fig. 11.2).

Trata-se de uma máquina<sup>6</sup> essencialmente fabricada de madeira, definida exteriormente por dois altos (1430x1300mm) taipais quadrangulares de dupla face, armados com pranchões de pinho justapostos, exteriormente na vertical e pelo interior na horizontal. Três tubos metálicos a unir os dois taipais, dois na área superior, um na inferior, reforçam a sua resistência, objectivo corroborado pela aplicação de uma esquadria de cantoneira metálica próximo das extremidade verticais e na inferior, tudo, por sua vez, fixo a uma forte grade de quatro barrotes em quadro que serve de base, e esta bem presa ao chão.

Os taipais apresentam ao centro uma abertura circular com dimensão aproximada à da estrutura do tambor; na linha horizontal do diâmetro, pelo exterior, têm um barrote aparafusado, no qual se vê o rasgo na madeira a servir de chumaceira, com a complementar abraçadeira de ferro para segurar a ponta do eixo que movimentava a engrenagem, rotação agilizada pela pouco vulgar integração de rolamentos (Fig. 12.3).

No interior de cada um destes taipais estão aplicadas as *teclas*, desenhando uma circunferência interrompida do lado em que se carrega a palha do linho. Estas teclas são pequenas tábuas

---

6 Ver a descrição detalhada e bem ilustrada em: OLIVEIRA, Galhano, Pereira 1978: 44-56.

de madeira não muito dura (neste caso pinho, mas podia ser amieiro), que se dividem em dois grupos: treze fixas e doze móveis. As fixas, de desenho trapezoidal com o topo maior arqueado e nem sempre regulares (alt. 250mm x larg. no topo ext. 160 e no int. 45mm), estão pregadas ao taipal, deixando entre si o espaço para encaixar as teclas móveis, rectangulares (320 x 90 mm), que apresentam no topo exterior uma canelura funda, afeiçoada para receber a corda que envolve e dá aperto a todas estas peças. Na face oposta, os lados rematam em chanfradura e no topo existe um corte circular onde encaixa o espigão/eixo dos roletes. Um arame grosso, passado duas vezes por pregos torcidos aplicados das téclas fixas, ajuda a conter estas peças no seu sítio (Fig. 12.1).

Forma o corpo central do engenho um tambor cilíndrico colocado na horizontal, propositadamente mais estreito do que o habitual (diâm. 600mm, larg. 470mm), com forte estrutura interna e tampos reforçados por tiras de ferro pregadas com tachões forjados (reutilizados?). Atravessa-o o eixo de ferro maciço que transmite a rotação. Este tambor está revestido externamente por placas cobertas de estrias fundas (12-17mm), criando como que uma couraça denteada contínua e uniforme. Em redor do tambor instalam-se os roletes, cilindros maciços de madeira (diâm. 90-120mm), também estriados e com o mesmo comprimento do corpo central ao qual se ajustam, encaixados na abertura vazada das teclas móveis por meio das pontas metálicas que têm fixadas no centro das bases. Tambor e roletes estão fabricados em madeira de sobreiro, dura e de textura fina, que aguenta bem o desgaste por fricção. Mesmo assim, de tempos a tempos este denteado deve ser *aguçado*, já que se as arestas se forem boleando deixam de quebrar tão eficazmente a palha.

O eixo em ferro, de secção quadrangular (lado 35mm) no segmento que atravessa o tambor, recebe o movimento do motor por intermédio de corrente e cremalheira, transmitindo-o àquele corpo central, que por sua vez irá, através do encontro das suas estrias exteriores com as dos roletes, impulsioná-los também, mas em sentido contrário.

O ajustamento da máquina é feito dando maior ou menor aperto à corda que passa em redor das *teclas* móveis, que, por sua vez, apertam os roletes, aproximando-os do tambor. O objectivo será ajustar a força da trituração/maçagem à dureza das palhas, para evitar que as mais duras e grossas fiquem mal quebradas ou as finas demasiado moídas – *reladas*, partindo as fibras.

A corda, neste caso, deixa uma ponta com volumoso nó no exterior do taipal, passa por um orifício para o interior deste, dá uma volta encaixada no rasgo exterior das teclas móveis, envolvendo-as, e a outra ponta volta ao exterior através de um rasgo quadrangular munido de uma roda de madeira, indo por fim amarrar a um braço móvel, à maneira de sarilho. Por sua vez, este braço apresenta na extremidade livre vários rasgos para suspensão de um peso, habitualmente de pedra, mas que aqui foi feito em cimento moldado num pequeno garrafão, com a necessária argola metálica no topo para o suspender, com a ajuda de um arame. Consoante estes pesos (um junto de cada taipal) são colocados mais ou menos na extremidade deste braço/sarilho, assim será maior ou menor o aperto conseguido.

Voltemos ao tambor, rodeado pelos doze roletes, espaçados cerca de 50mm entre eles, para dizer que, do lado em que se coloca o *engenheiro* (aqui, a própria tecedeira) para introduzir as palhas, há um segmento a descoberto (530mm) e uma pequena *mesa*, neste caso metálica, aplicada para apoio do material, que deve entrar entre tambor e roletes bem aberto e em quantidades constantes, porque só assim ficará maçado uniformemente, trilhado entre as estrias de um e outros, que se movem em sentidos inversos (Fig. 12.2).

O habitual será dar pelo menos três voltas completas antes de introduzir cautelosamente as mãos ou mais prudentemente, tradição que Fátima Mota recuperou, dois ganchos de arame grosso (5mm) entre a *manta* e o tambor para a soltar e virar, continuando a rodar até ficar pronta. O opera-

dor está atento e experimenta uma madeixa entre os dedos antes de retirar o linho, já que este pode ter diferentes qualidades e condições, a exigir mais ou menos tempo e aperto do aparelho para uma boa maçagem.

No final, volta a introduzir as mãos/ganchos entre a *manta* e o tambor e vai-a puxando lentamente, até ela quebrar; a partir daí enrola-a nos braços e coloca-a de lado. Sem parar, o engenho continua a rodar e fica liberto das *arestas*, produzindo um característico ruído, audível por toda a vizinhança. É uma curta pausa para o manobrador, um compasso de espera para a nova introdução de palhas e repetição do processo. A trabalhar em falso mais tempo, as estrias dentadas do tambor e roletes desgastar-se-iam mais rapidamente e deixariam de triturar como é devido.

Os sistemas tradicionais de exploração destes engenhos não se aplicam exactamente ao exemplar da Cultilinho, que se destina a uso dos proprietários, embora já aqui tenham maçado linho outras pessoas devido à falta de alternativas. Nos mais antigos, esse pagamento, como ficou sumariado nos testemunhos, era à maquia, a dinheiro ou combinando os dois. Todos trabalhavam apenas no Verão, sendo muitas das instalações bastante precárias, restringindo-se às coberturas protectoras do Sol, tão fáceis de desmontar como a própria máquina. Já a montagem do engenho requeria uma boa afinação, quer para eficaz obtenção e transmissão da força motriz, quer para evitar desequilíbrios da máquina que criassem resistência, desgaste desigual ou fricção passível de o sobreaquecer, sendo conhecidos no Tâmega casos em que se chegaram a incendiar. Ao longo da campanha, podia ser preciso voltar a ajustá-lo, uma vez que a própria trepidação gerada pelo funcionamento o ia desafinando.

### **Singularidade dos engenhos de maçar nas Terras de Basto**

O engenho de maçar, tal como o conhecemos no Norte e Centro de Portugal, é, portanto, um equipamento de cronologia contemporânea, bastante difundido, reconhecendo-se o protótipo, aqui adaptado às condições e necessidades, também dependente do investimento e habilidade de quem o constrói, ou de pequenas exigências do local de montagem.

Salvaguardadas as variantes desta relativa uniformidade, devemos salientar que os engenhos das Terras de Basto se apresentam diferentes dos demais, sobretudo pelo impacto da presença dos grandes taipais quadrangulares a enquadrar o tambor, substituindo as *platinas* redondas pouco maiores do que o diâmetro deste e o assentamento sobre uma forte armação com pés. As descrições feitas de memória pelos cabeceirenses coincidem com a morfologia do exemplar existente, que, embora sendo recente, foi construído por um carpinteiro local, António Leite Carvalho (conhecido como António *Violas*), de Vila Nune, replicando o modo de fazer tradicional nesta área.

Qual o território, a cronologia e o motivo para se ter fixado esta alteração; se foi dominante ou quase exclusiva; porque não se implantaram os engenhos de tracção animal, muitas questões hoje de difícil resposta, uma vez que a maioria dos exemplares desapareceu, assim como os seus proprietários, construtores e manobradores.

Em visita realizada em 2012 ao Museu Casa do Assento (Felgueiras), deparámos com outro engenho muito semelhante ao da Cultilinho (Fig. 15), mas de grande tamanho (1770 x 630 x 1430 cm). Ali nos disseram que poderia ter sido adquirido na região de Basto, no final do século XX (BERNARDO, MARTINS 2011: 48-49; SOEIRO, ANILEIRO 2014: 24). A sua proximidade ao de Fátima Mota manifesta-se no aspecto geral e em alguns pormenores como, por exemplo, a colocação de dois aros de arame pregados à face interior das teclas fixas para que, em movimento, as móveis, intermédias, não tenham possibilidade de saltar do seu encaixe. Também a aplicação de um volante e

engrenagem de rolamentos o identifica com a primeira tentativa para mover manualmente a máquina instalada em Pedraça. Só que a tecedeira necessitava mesmo de maçar quantidades significativas de linho para o labor no tear, pelo que teve de descartar rapidamente a proposta de accionamento manual e encontrar outra de comprovada eficácia, no seu caso o motor eléctrico. Já no Museu Casa do Assento, o pretendido pelo proprietário da colecção, Américo Cunha Ferreira Leite, seria completar o *ciclo do linho* para fins de exposição e divulgação, não estaria tão pressionado pelo desempenho do engenho e a relação entre dispêndio de esforço humano/rentabilidade.

No decurso deste trabalho, abordamos novamente o Museu Casa do Assento<sup>7</sup>, que confirmou ter a aquisição ocorrido no Arco de Baúlhe, década de noventa, sendo detentor da máquina o senhor João *Padeiro*. Com esta indicação, o Museu das Terras de Basto identificou facilmente o vendedor, de seu nome João Oliveira e Silva, padeiro de profissão e alcunha, já falecido e muito conhecido e estimado na comunidade arcoense. A esposa e filha recordam-se bem do engenho, investimento avultado, mas desconheciam o seu paradeiro actual. João Oliveira e Silva não o possuía com o objectivo de realizar trabalhos de cultivo e processamento do linho, mas por coleccionar peças relacionadas com a vida tradicional e se empenhar em actividades relacionadas com o folclore e os grupos etnográficos, o que o aproxima do futuro comprador.

O primeiro proprietário contratou a construção do engenho com António Leite Carvalho, o carpinteiro de Vila Nune que fazia e reparava estas máquinas naquela área; sob indicação dele, adquiriu as madeiras (como Fátima Mota) e depois ia a Vila Nune dar uma ajuda na sua colocação e retirada da água para serem trabalhadas. Conhecido o fim a que se destinava, compreende-se o interesse no accionamento manual, não importando a pouca funcionalidade para maçar, ou mesmo impossibilidade de trabalhar com resultados rentáveis, pelo menos 10-12h diárias, como ocorria nas antigas unidades de maçagem, onde eram movidos pela força das águas.

Também no Parque Urbano do Freixieiro, junto ao centro de Celorico de Basto, é um destes engenhos de taipais altos, com tracção hidráulica (roda vertical metálica), que encontramos montado (Fig. 16). A fotografia publicada de outro, inserido numa casa de lavoura da freguesia de Santa Tecla de Basto, no mesmo concelho, ainda que pouco pormenorizada, aponta também para a variante de máquina contida por taipais, talvez de menor qualidade (e tamanho?) e ainda com a roda vertical em madeira (CARVALHO 1999: 222). No Museu Agrícola de Entre Douro e Minho (Vairão, Vila do Conde) expunha-se um magnífico exemplar oferecido por António Moura Monteiro, membro de uma família de Arnóia que, em 1940, possuía vários moinhos, engenhos de azeite e uma serração, todos de tracção hidráulica, instalados no Tâmega e em outras linhas de água do concelho. Além destes, outros engenhos haverá, certamente, que seria interessante recensear para aprofundar e discutir o eventual *regionalismo* da evidência.

Recordemos que a equipa do Centro de Estudos de Etnologia não isola exemplares com esta morfologia no seu pormenorizado estudo dedicado à tecnologia tradicional do linho, nem são referidos/ilustrados/musealizados, por exemplo, a propósito de Guimarães (CARVALHO 1941:162-164; CACHADA 2004: 46-47) e de muitos outros concelhos próximos a Basto, tanto quanto averiguamos.

---

<sup>7</sup> Agradecemos o empenho em obter esta informação à Técnica Superior Maria João Dias da Cunha, da Câmara Municipal de Felgueiras.

## BIBLIOGRAFIA

- Anuario (1878-79)*, *Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*. Lisboa: DGCD
- BERNARDO, Edgar; MARTINS, Elisabete (2011), *Vivências passadas, memórias futuras: a cultura do linho, pão e vinho*, Felgueiras, Município de Felgueiras
- CACHADA, Armindo da Costa de Sá (2004), *O linho no campo e na arca*, S. Torcato, Grupo Folclórico da Corredoura
- CARVALHO, A. L. de (1941), *Os mesteres de Guimarães*, vol 2 *Estudo histórico e etnográfico do linho*, Guimarães, Edição do autor
- CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de (1999), *Basto (Stª Tecla). Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Guimarães, Universidade do Minho.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2008), *A indústria do linho na Bacia do Ave. A Empresa Fabril do Norte e a Central de Maceração da Trofa (1943-1979)*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal/ Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave
- CHRISTIAN, [Gerard-Joseph] (1818), *Instruction pour les gens de la campagne sur la manière de préparer le lin et le chanvre sans rouissage*, Paris, Imprimerie de Madame Huzard
- GERALDES, Manuel de Melo Nunes (1913), *Monografia sobre a indústria do linho no distrito de Braga*, Coimbra
- GRAÇA, Luís Quartin (coord.) (1943), *O linho em Portugal: Subsídios para o fomento da sua cultura*, Lisboa, Ministério da Economia – Direcção Geral dos Serviços Agrícolas
- Inquérito (1881)*, *Inquérito Industrial de 1881 – Visita às fábricas dos distritos de Aveiro, Braga [...]*, Lisboa, Imprensa Nacional
- Inquérito (1891a)*, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Inquérito (1891b)*, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV – *Industrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Inquérito (1891c)*, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. V – *Industrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Inquérito (1998)*, *Inquérito paroquial de 1842*, *Revista de Guimarães*, Guimarães, 108
- MARTINS, Francisco (1928), A Exposição Industrial e Agrícola do Concelho de Guimarães. In *Guimarães: O labor da grei*, Guimarães, Francisco Martins
- MENEZES, A. A. Telles de (1900), Les plantes textiles, In COSTA, B. C. Cincinnato da; CASTRO, Luiz de (1900), *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, pp. 657-696
- MONIZ JÚNIOR, Manuel Elói (1941-1942), A indústria do linho em Portugal, *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Lisboa, 2ª série, 1 (1941), pp. 145-153 e 305-327, 2 (1941-1942), pp. 409-441
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando; Pereira, Benjamim (1978), *Tecnologia tradicional portuguesa. O linho*, Lisboa, INIC/CEE
- Relatorio (1881)*, *Relatorio apresentado ao Exc.º Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*, Porto
- Relatorio (1856)*, *Relatorio da Junta Geral do districto do Porto*, Porto

RIBEIRO, Maria Olinda de Magalhães (2013), Um velho lagar de azeite. In Fernandes, Isabel Maria (coord.), *Cabeceiras de Basto: História e património*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal, p. 334

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1872), *O linho em Portugal: primeiras informações para um inquerito I e II*, Lisboa, Imprensa Nacional

SOEIRO, Teresa (2020), *O linho em Cabeceiras de Basto (séculos XIX-XXI)*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal

SOEIRO, Teresa; ANILEIRO, Ana Dolores Leal (2014), Flax mills in Penafiel, North-West Portugal, *International Molinology*, 88, pp. 18-32

X[avier], C[ândido] (1818), Sobre a machina publicada no principio d'este anno por M. Christian, Director do Conservatório das Artes e Officios, para preparar o linho cânamo, sem qualidade alguma de curtimento, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, Paris, 1, pp. 156-184

X[avier], C[ândido] (1819), Intrucção de M. Christian sobre o modo de preparar o linho e o cânhamo sem curtimento, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, Paris, 3, pp. 184-197



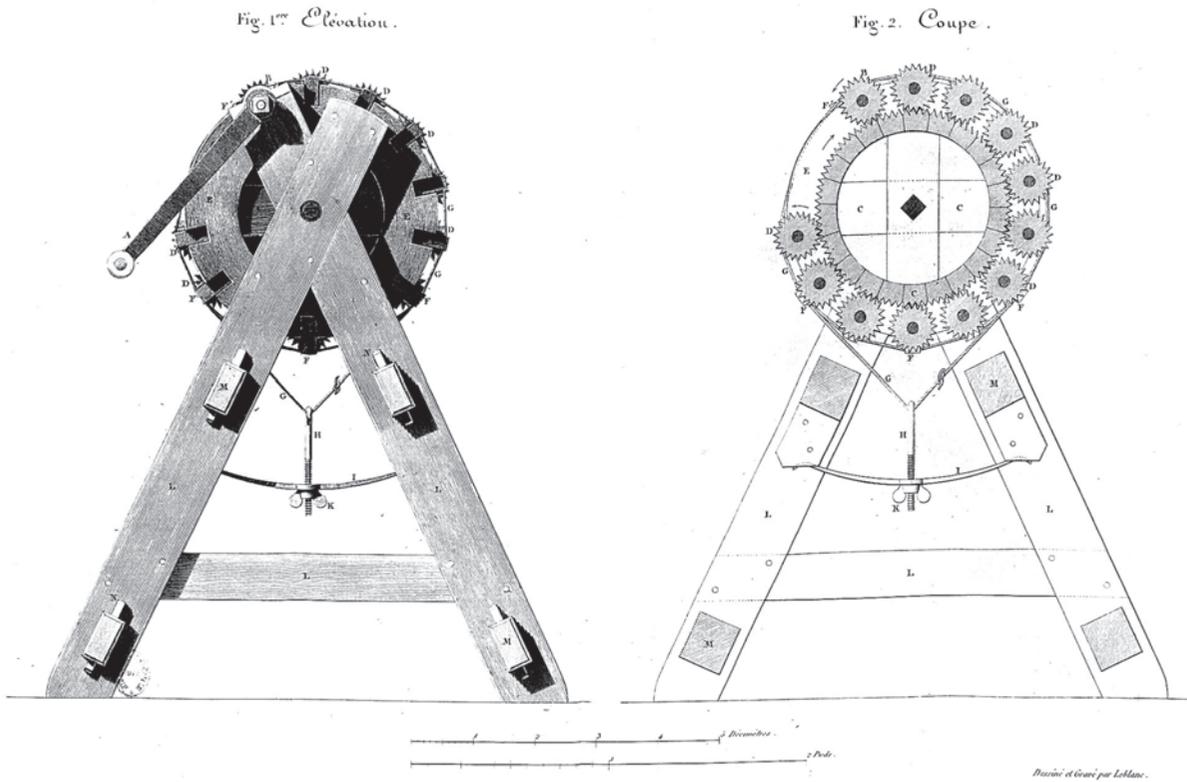
**Fig. 1:** Campo de linho em flor e transporte dos molhos colhidos na *arrancada* (Pedraça – Cabeceiras de Basto, 2019, Fot. Manuel Correia)



**Fig. 2:** Curtimenta em tanque e posterior cora e secagem das *palhas* do linho (Pedraça – Cabeceiras de Basto, 2019. Fot. Manuel Correia)

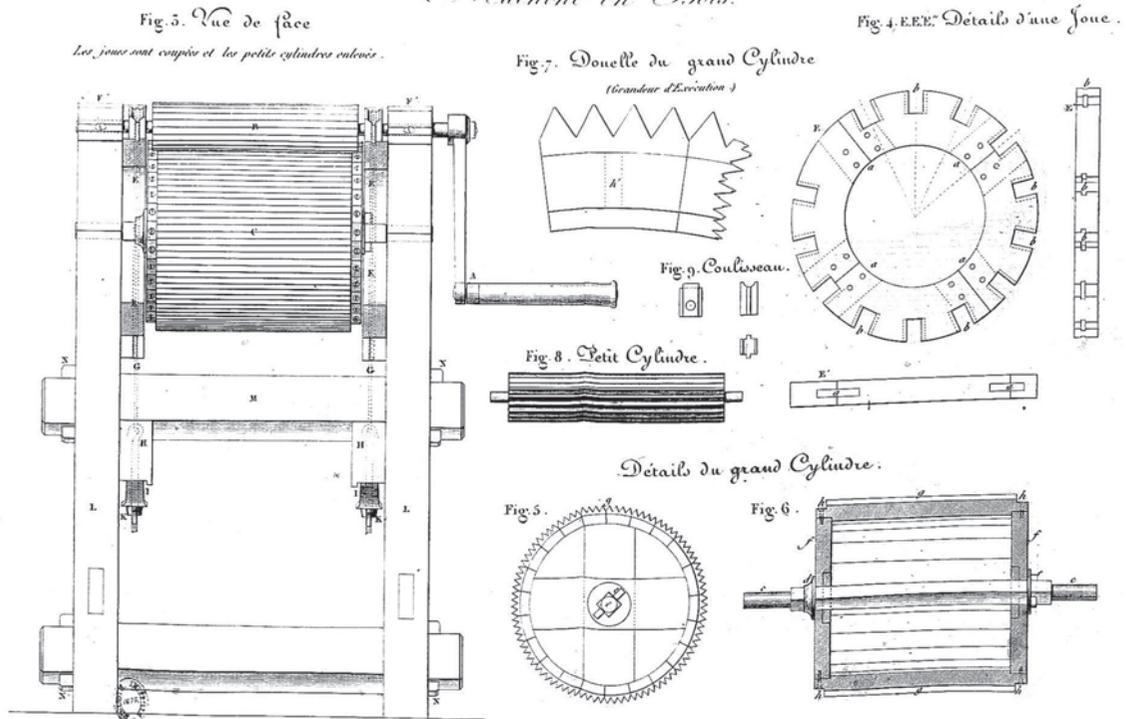
*Machine en Bois.*

PL.5.

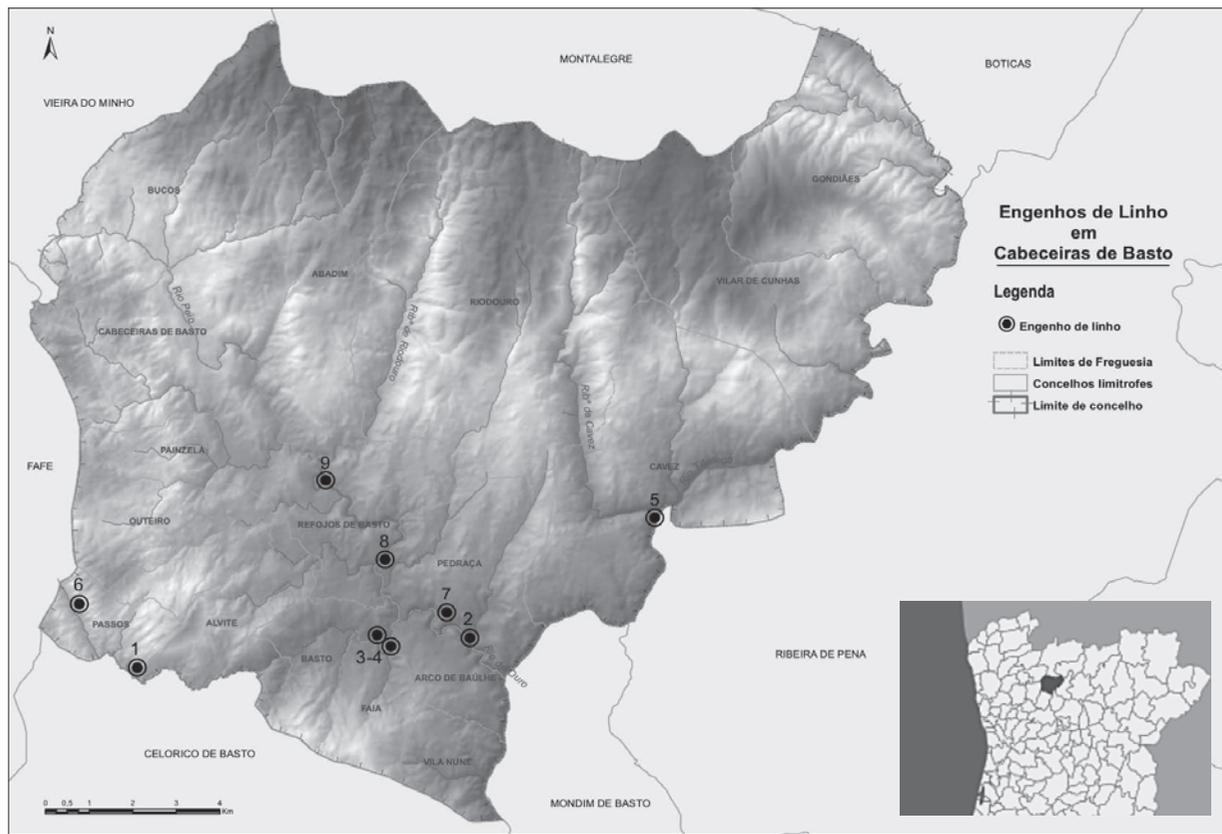


*Machine en Bois.*

PL.6.



**Fig. 3:** O engenho de maçar linho de Gerard-Joseph Christian, responsável do Conservatoire des Arts et Métiers, de Paris, 1818 (Christian, 1818, repr. BNFrance)



**Fig. 4:** Distribuição dos engenhos de linho no município de Cabeceiras de Basto  
(Cartografia: Pedro Henriques – Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto)

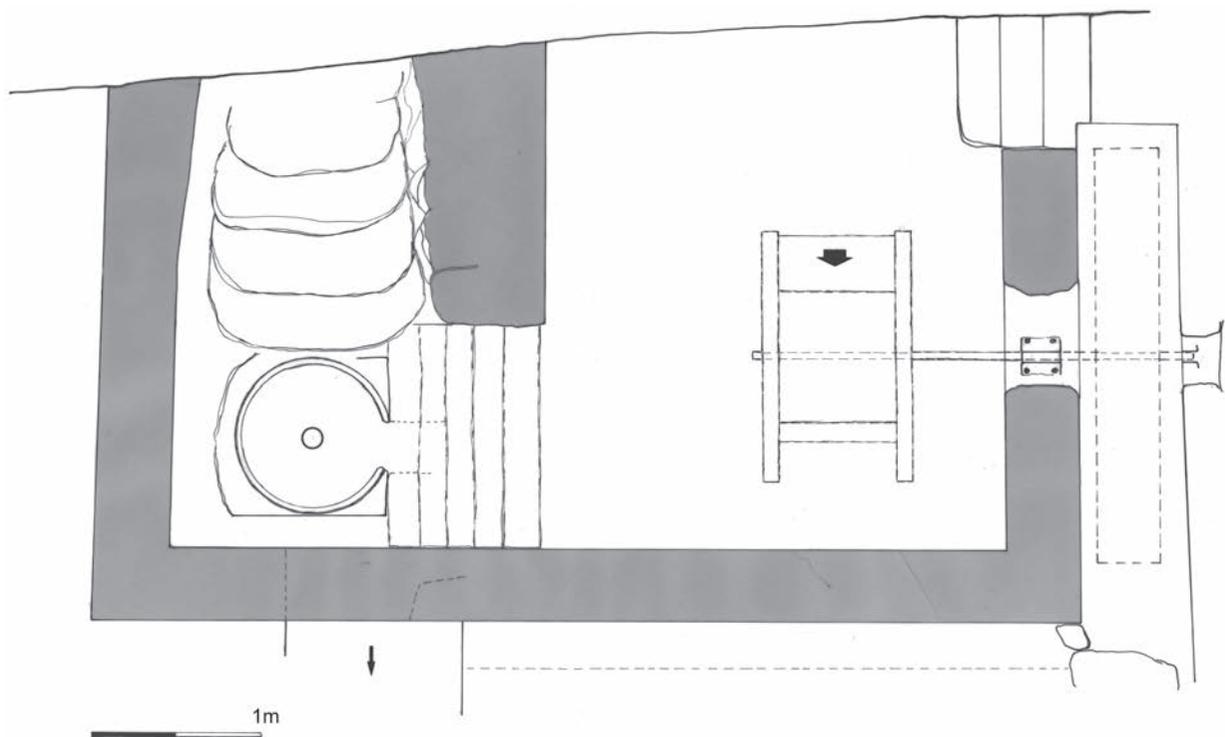
1. Alvite – engenho de Vale Covo, em levada da ribeira de Petimão
2. Arco de Baúlhe – engenho de Gafes, margem direita do rio Pequeno (ou rio de Ouro)
3. 4. Basto – engenhos de Olela, em ambas as margens da ribeira de Petimão
5. Cavez – engenho de Cavez, margem direita do Tâmega
6. Passos – engenho de Mogo, ribeira da Várzea
7. Pedraça – engenho da Cultilinho, no domicílio, motor eléctrico
8. Refojos – engenho do lugar da Fábrica, margem direita do rio de Ouro
9. Refojos – engenho das Pondras, margem direita do rio de Ouro
10. Refojos – engenho da Fábrica, no rio de Ouro (documentado, mas não localizado)



**Fig. 5:** Engenho de linho de Vale Covo (Alvite), alimentado por levada da ribeira de Petimão  
(Imagem aérea: <https://www.google.pt/maps>, 2019)



**Fig. 6:** Casa do moinho e engenho de linho de Vale Covo (Alvite)



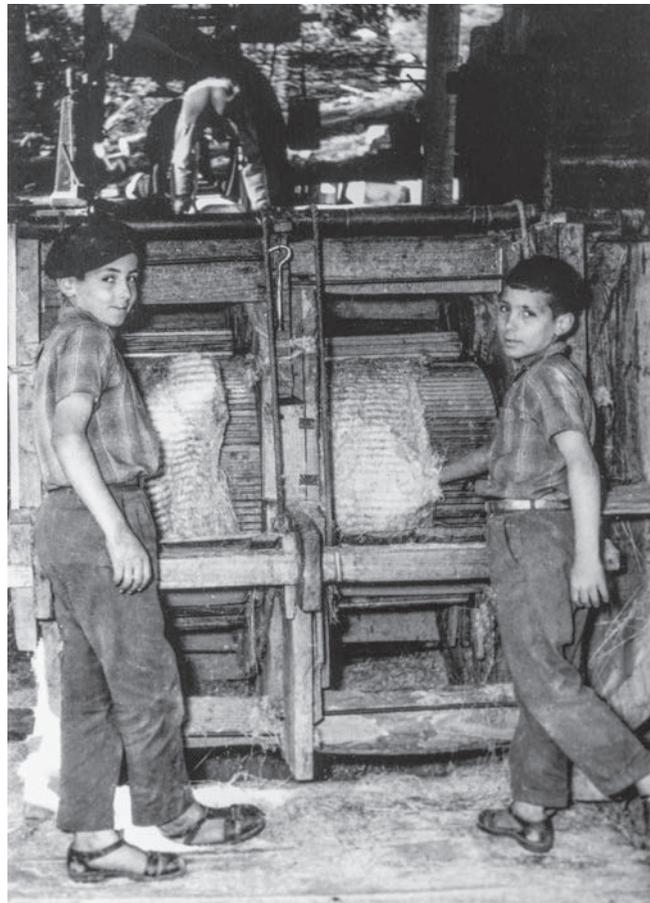
**Fig. 7:** Esquízo da planta do moinho e engenho de linho de Vale Covo (Alvite), e pormenor da chumaceira para o eixo que ligava a roda motriz vertical externa ao tambor do engenho de maçar



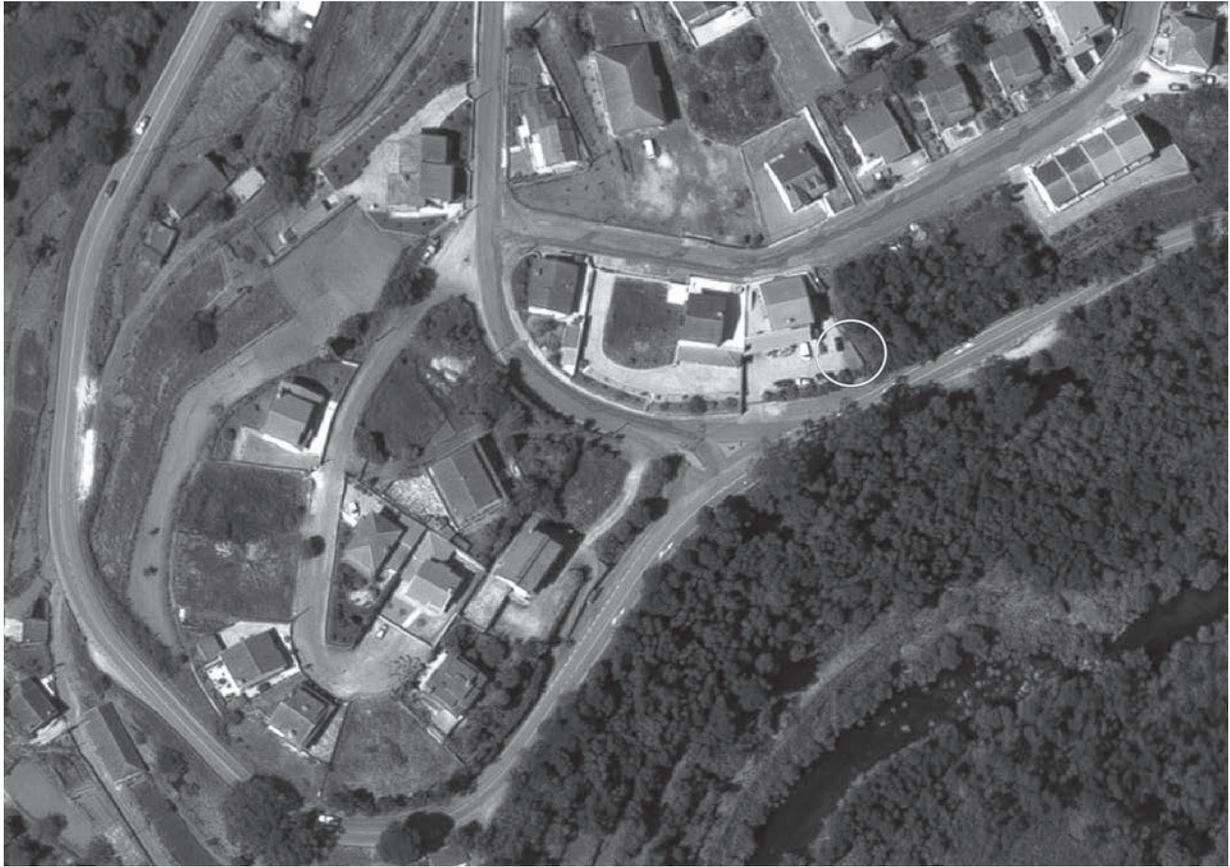
**Fig. 8:** Engenho de linho, moinho e lagar de azeite, junto das poldras do rio Pequeno, em Gafes (Arco de Baúlhe).  
(Imagem aérea: Município de Cabeceiras de Basto)



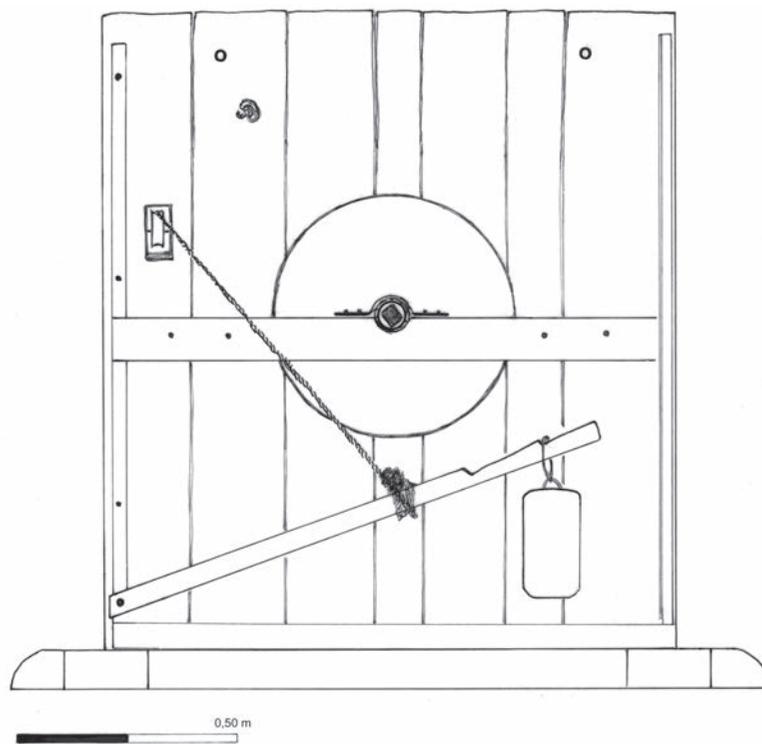
**Fig. 9:** Conjunto de engenhos de linho e serração de Olela (Basto). Apoio para instalação do engenho na levada da margem direita da ribeira de Petimão (Imagem aérea: Município de Cabeceiras de Basto; Fot. Manuel Correia)



**Fig. 10:** Instalações da Indústria Miranda (1958), com serração e engenhos de linho, em Olela (Basto) (Imagens: Indústria Miranda; repr. Manuel Correia)



**Fig. 11:** Cutilinho (Pedraça): engenho de linho tradicional accionado por motor eléctrico  
(Imagem aérea: Município de Cabeceiras de Basto; fot. Fotografia Pena – Refojos de Basto)



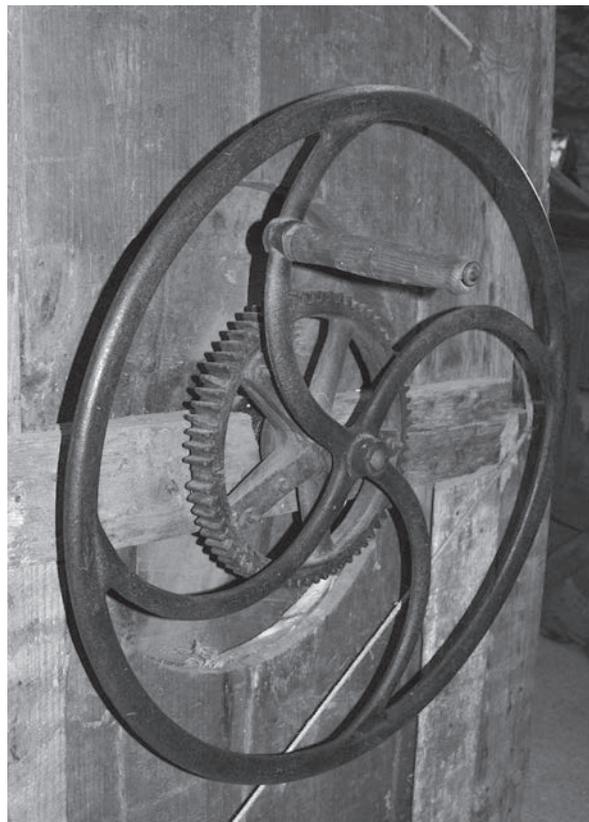
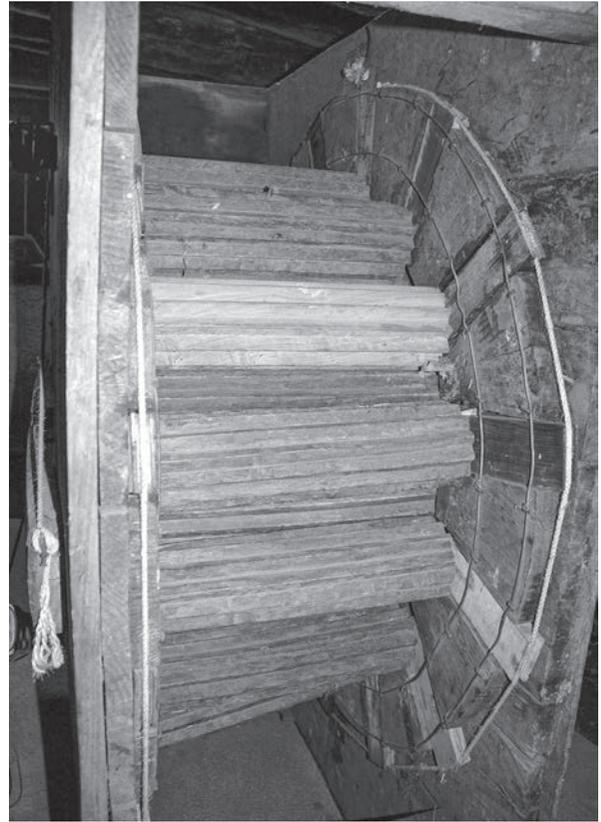
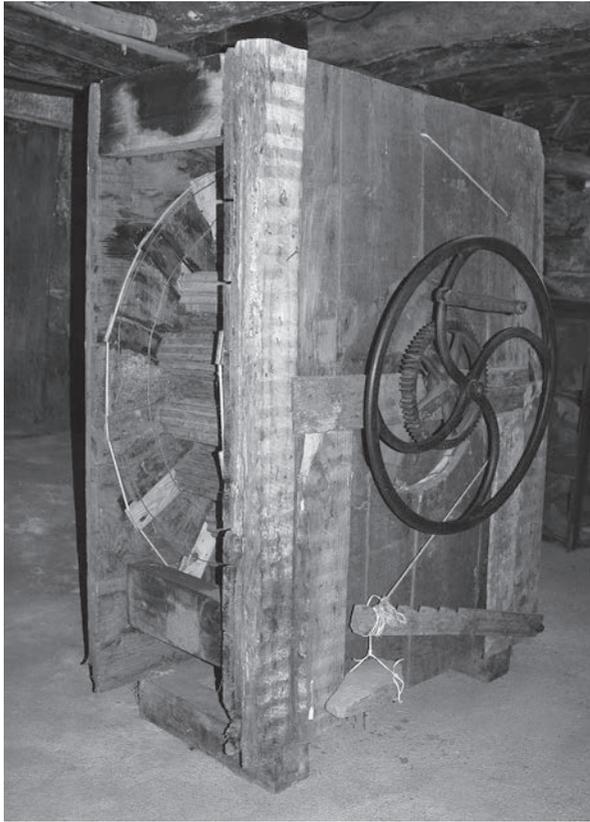
**Fig. 12:** Cutilinho (Pedraça): pormenores do engenho de linho



**Fig. 13:** Complexo com serração, moinhos e engenho de linho, junto do rio de Ouro, no lugar da Fábrica (Refojos de Basto) (Imagem aérea: Município de Cabeceiras de Basto)



**Fig. 14:** Área de montagem do engenho de linho de Cavez, no Tâmega, e lugar dos moinhos e engenho de linho das Pondas, na margem direita do rio de Ouro (Refojos de Basto) (Imagem aérea: Município de Cabeceiras de Basto)



**Fig. 15:** Engenho de linho existente no Museu Casa do Assento (Friande, Felgueiras, 2012)



**Fig. 16:** Engenho de linho do Freixeiro (Celorico de Basto, 2012)

# SUMÁRIO

<b>A PEÇA DE ARTE MÓVEL DA FREIXIOSA (MIRANDA DO DOURO-PORTUGAL). PRIMEIROS AVANÇOS NA SUA CONTEXTUALIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO</b>	
Maria de Jesus Sanches, Joana Castro Teixeira . . . . .	5
<b>TRINTA ANOS DEPOIS: PARA ALÉM DO SÍTIO DE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO. RECINTOS MURADOS E DEPOSIÇÕES DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE</b>	
Susana Soares Lopes . . . . .	17
<b>NEWS ABOUT ATTIC BLACK FIGURE FOOTED DISHES ATTRIBUTED TO CAYLUS AND CAMPANA PAINTERS</b>	
Rui Morais . . . . .	37
<b>MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DA CIVIDADE DE BAGUNTE PRESENTES NO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (MHN)</b>	
Carlos A. Brochado de Almeida, Pedro Brochado de Almeida, Rui Morais, Ana Rita Filipe . .	51
<b>SOBRE AS ORIGENS DA DIOCESE DO PORTO NA ALTA IDADE MÉDIA. UMA REFLEXÃO SOBRE O <i>PAROCHIALE SUEVORUM</i> E A DIOCESE DE <i>MAGNETO/MEINEDO</i> (SÉCS. VI-VII)</b>	
Francesco Renzi, Andrea Mariani . . . . .	91
<b>A CONSTRUÇÃO E AS ARTES AO TEMPO DE D. SESNANDO (PARTE 1)</b>	
Paulo Almeida Fernandes, Manuel Luís Real . . . . .	123
<b>AS SEPULTURAS ESCAVADAS NA ROCHA DE CONTUMIL (PORTO)</b>	
António Manuel S. P. Silva . . . . .	169
<b>UM <i>GRAFFITO</i> DO SÉCULO XV-XVI NO CASTELO DE MONTALEGRE</b>	
Mário Jorge Barroca, César Guedes . . . . .	181
<b>O TRABALHO DO LINHO EM CABECEIRAS DE BASTO: ENGENHOS DE MAÇAR</b>	
Teresa Soeiro . . . . .	213



# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

## Projecto Editorial

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é receptiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica, sendo os artigos submetidos, em versão anónima, à peritagem de especialistas de reconhecido mérito.

A PORTVGALIA está registada no *Latindex (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal)*, no *ERIH (European Reference Index for Humanities)*, no *DOAJ (Directory of Open Access Journals)* e na *DIALNET (Universidad de Rioja, Espanha)*.

## Normas

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos submetidos a publicação devem ser enviados para a Redacção da revista em duas versões: A) versão própria para impressão, com o nome do(s) autor(es) identificado(s); B) versão anónima, livre de qualquer informação que identifique o(s) seu(s) autor(es), destinada a ser submetida a arbitragem. Da primeira versão (com identificação do(s) autor(es)) deve ser remetida versão digital (em CD) e uma cópia em papel. Da segunda versão deve ser remetida apenas cópia em formato digital.
2. Os ficheiros devem apresentar designações que permitam a sua clara identificação, mencionando o título ou parte do título do trabalho. Na designação do ficheiro da segunda versão (destinada ao processo de arbitragem) deve ser mencionado apenas o título do artigo e a indicação "versão para arbitragem". As imagens serão organizadas em ficheiro independente, com a mesma designação do ficheiro de texto, acrescentando-se a indicação "imagens". Não se aceitam PDFs.

3. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
4. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens, cedendo-os à revista para sua publicação. A PORTVGALIA mantém edição em papel mas disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.
5. O texto deve ser redigido em páginas de formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página). No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
6. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14), e o(s) autor(es), indicando-se depois de cada nome, e em linha autónoma, a filiação institucional e o endereço electrónico. O título será centrado. Os autores e sua filiação institucional serão paginados à direita. O nome de cada autor será acompanhado, na linha seguinte, da filiação institucional e do endereço de email.
7. A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em inglês (“Abstract”) e de palavras-chave (“Keywords”) seguido de um resumo em português (“Resumo”), acompanhado de palavras-chave (“Palavras-chave”). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave deverão ser quatro a seis. A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados dos respectivos resumos e palavras-chave.
8. As citações bibliográficas deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. —).
9. Os textos poderão compreender notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se para informações complementares. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas, numérica, deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.
10. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra colectiva:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)>

<virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição>  
<virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma colecção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

11. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELIDO do primeiro autor, Nome Próprio, seguido da expressão “*et alii*”. Na Bibliografia podem aparecer todos os autores.
12. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
13. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
14. Ao longo do texto utilizar-se-à o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
15. As imagens deverão ser organizadas em dossier, a fim de serem publicadas no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto.
16. A PORTVGALIA não publica desdobráveis nem imagens a cores.
17. As imagens devem ser digitalizadas em alta definição (300 dpi), em ficheiros de formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) ou TIF (*Tagged Image File Format*).
18. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig.3, 2).

19. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão de seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo nunca poderá exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Redactorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.
20. Na pasta correspondente aos ficheiros de imagens deverá figurar um documento em word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.
21. Os originais devem ser enviados por correio ao cuidado do Director da revista, para a seguinte morada:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO  
PORTUGAL
22. Os originais devem ter designações que permitam uma rápida e clara identificação. Juntamente com os originais deve ser fornecido o contacto do autor (ou, no caso de artigo colectivo, do primeiro autor): morada, código postal, telefone e email.
23. A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.
24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.
25. Todos os artigos são submetidos, em versão anónima e livres de referências personalizadas, à avaliação por pares (*peer review*). Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada pela revista, a qual é composta por duas partes: uma destinada à Comissão Editorial da PORTVGALIA; outra destinada ao(s) autor(es).
26. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) de forma igualmente anónima, devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, remetendo-o à redacção da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
27. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.
28. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.
29. A PORTVGALIA oferece um exemplar da revista e 25 separatas por cada artigo de artigo de fundo publicado.



